

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

VANESSA VIEIRA DE LIMA

**A Revolta de Sertório e a Crise Republicana do Século I a.C:**

Uma visão das práticas de dominação imperialista romana nas Hispânicas

Niterói,  
2010.

VANESSA VIEIRA DE LIMA

## **A Revolta de Sertório e a Crise Republicana do Século I a.C:**

Uma visão das práticas de dominação imperialista romana nas Hispânicas

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social; Setor temático de História Antiga e Medieval.

**Orientadora: Prof. Dra. SÔNIA REGINA REBEL DE ARAÚJO**

**NITERÓI**

**2010.**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

L732 Lima, Vanessa Vieira de.

A revolta de Sertório e a crise republicana do século I a.C.: uma visão das práticas de dominação imperialista romana nas Hispânicas / Vanessa Vieira de Lima. – 2010.

190 f. ; il.

Orientador: Sônia Regina Rebel de Araújo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Bibliografia: f. 169-175.

1. Roma – História – Guerra civil, século I a.C. 2. Império romano; aspecto histórico. 3. Imperialismo. 4. Península Ibérica. I. Araújo, Sônia Regina Rebel de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 937.05

VANESSA VIEIRA DE LIMA

## **A Revolta de Sertório e a Crise Republicana do Século I a.C:**

Uma visão das práticas de dominação imperialista romana nas Hispânicas

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social; Setor temático de História Antiga e Medieval.

Aprovada em setembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Dra. SÔNIA REGINA REBEL DE ARAÚJO – Orientadora**

**UFF**

---

**Prof. Dra. CLAUDIA BELTRÃO DA ROSA**

**UNIRIO**

---

**Prof. Dr. ALEXANDRE CARNEIRO CERQUEIRA LIMA**

**UFF**

**NITERÓI**

**2010.**

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Fluminense,

À minha orientadora, Prof. Dra. Sônia Regina Rebel de Araújo,

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense,

A todos os professores que tive o privilégio de ser aluna durante o curso de Mestrado,

Aos professores da banca examinadora, Prof. Dr.<sup>a</sup> Claudia Beltrão da Rosa e Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima, pela honra de receber a sua avaliação,

À minha família

Ao meu companheiro, Vitor

A todos que fizeram parte do meu caminho até aqui.

## EPÍGRAFE

*"Deixo, Deuses, atrás a fama antiga,  
Que coa gente de Rómulo alcançaram,  
Quando com Viriato, na inimiga  
Guerra romana tanto se afamaram;  
Também deixo a memória, que os obriga  
A grande nome, quando alevantaram  
Um por seu capitão, que peregrino  
Fingiu na cerva espírito divino."  
(CAMÕES, Lusíadas, Canto I, 26)*

## RESUMO

O tema central do presente estudo é a Revolta de Sertório, ocorrida nas Hispânicas, durante o primeiro episódio de guerras civis romanas no século I a.C. A crise republicana, oriunda dos conflitos entre Caio Mário e Cornélio Sila, compõe a conjuntura analisada ao longo desta dissertação, a qual se volta, especificamente, para o período compreendido entre os anos 90 a.C. e 70 a.C. Pretende-se, deste modo, analisar os conflitos políticos da República Romana e, neste contexto, a Revolta de Sertório, tendo como base, por um lado, a crescente importância da Península Ibérica para Roma. E, por outro lado, questões concernentes às disputas de poder, ao imperialismo romano e aos processos de romanização efetuados nessas províncias, graças à presença do governo sertoriano. Portanto, buscamos observar as persistências e as transformações efetuadas nas Hispânicas, ponderando, principalmente, certas formas de consolidação do domínio senatorial junto às populações locais, enfatizando-se as ações de Quinto Sertório. Empregamos as concepções de Certeau sobre as fluídas relações entre estratégias e táticas, na medida em que reconhecemos, por um lado, as referidas formas de consolidação do domínio senatorial como “estratégias de dominação” e, por outro, as determinações sertorianas direcionadas aos hispanos como “táticas de dominação”. Destarte, nossas interpretações são baseadas nas premissas da *teoria pós-colonial*, uma vez que nos propomos a descentralizar os estudos do Império Romano ao observarmos as trocas culturais, os fenômenos de negociação e de resistência à conquista romana. Em suma, visamos demonstrar porque a Revolta de Sertório foi um evento bastante importante para a crise republicana e um marco para a história das Hispânicas no que tange à sua inserção na órbita imperial romana. Nossas análises são corroboradas pela aplicação do método de leitura isotópica sobre o *corpus* documental, formado por distintas fontes textuais: Plutarco (“Vida de Sertório” e “Vida de Pompeu”), Apiano (“As Guerras Civis I”), Tito-Lívio (“História de Roma”), Cícero (“Sobre a Lei Manília”) e Estrabão (“Geografia”).

**Palavras-chave:** Revolta de Sertório, guerras civis romanas, Hispânicas, imperialismo e romanização.

## ABSTRACT

The focus of this study is the Revolt of Sertorius, held in Hispanics, during the first episode of Roman civil wars in the first century BC. The crisis Republican, coming from the conflict between Gaius Marius and Cornelius Sulla, composes the situation analyzed in this dissertation, which turns, specifically, for the period between 90 BC and 70 BC. It is intended, therefore, analyzing the political conflicts of the Roman Republic, and in this context, the Revolt of Sertorius, based on the one hand, the growing importance of Iberia to Rome. And, secondly, issues related to disputes power, the Roman imperialism and the processes of Romanization made these provinces, thanks to the presence of government of Sertorius. Therefore, we observe continuities and the changes made in Hispania, pondering, especially, certain forms of consolidation of the Senatorial field along the local population, emphasizing the actions of the Quintus Sertorius. We employ the Certeau conceptions about the fluid relationship between strategies and tactics in extent that we recognize, first, these forms of consolidation Senatorial field as "strategies of domination" and, secondly, the determinations of Sertorius directed to Hispanics Hispanics as "tactics of domination." Thus, our interpretations are based on assumptions of postcolonial theory, since in propose to decentralize the studies of the Roman Empire by observing the changes cultural phenomena of negotiation and resistance to Roman conquest. In short, we aim to demonstrate why the Revolt of Sertorius was a very important event Republicans for the crisis and a milestone in the history of Hispanics in regard to its insertion into orbit imperial Rome. Our analysis is corroborated by application of isotope method of reading about the corpus of documents, comprising different textual sources: Plutarch ("Life of Sertorius" and "Life of Pompey), Appian "(The Civil Wars I)", Titus Livius, ("History of Rome"), Cicero (" About the Law Manila ") and Strabo ("Geography").

**Keywords:** Revolt of Sertorius, Roman civil wars, Hispanics, imperialism e Romanization.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> -----	<b>10</b>
<b>I. República Romana Tardia: crise política, expansionismo e poder personalista</b> --	<b>17</b>
1.1 Das Guerras Civis de Mario X Sila ao Consulado de Crasso e Pompeu: 89 a. C. – 70 a.C.-----	26
1.2 O expansionismo romano e o papel das Hispânicas no contexto das disputas de poder romanas do século I a. C.-----	43
<b>II. Romanização como uma tática de dominação</b> -----	<b>59</b>
2.1 A Revolta de Sertório-----	63
2.2 Romanização: uma dinâmica dual-----	75
2.2.1 As distintas vertentes de Romanização: o conceito-----	75
2.2.2 Escola de Romanidade e Instituições Políticas Hispanas: uma experiência sertoriana do sincretismo negociado-----	85
<b>III.A Revolta de Sertório: facetas do Imperialismo Romano</b> -----	<b>103</b>
3.1 Das práticas de dominação romana.-----	106
3.1.1 As distintas vertentes de Imperialismo: o conceito-----	106
3.1.2 O aspecto político religioso: a corça-----	115
3.1.3 O aspecto político-econômico: o sistema tributário-----	126
3.1.4 O aspecto político-militar: o exército e as magistraturas-----	137
3.2 Desdobramentos da Revolta de Sertório: o <i>cursus honorum</i> de Pompeu Magno e as suas relações com a lógica imperial romana-----	150
<b>Conclusão</b> -----	<b>162</b>
<b>Indicação Bibliográfica</b> -----	<b>169</b>
<b>Apêndice</b> -----	<b>176</b>
Tabela 1: Imagem de Sertório Enquanto Difusor da Romanização-----	177
Tabela 2: Corça como tática de dominação sertoriana-----	178
Tabela 3: Impostos como estratégia político-econômica romana-----	179
Tabela 4: <i>Hospitium militare</i> : recompensa <i>versus</i> castigo-----	181

Tabela 5: Valores e Virtudes de Pompeu Magno-----	183
Tabela 6: Virtudes de Pompeu Magno-----	184
Tabela 7: Práticas conservadoras e populares de Pompeu Magno-----	185
Tabela 8: Triunfos de Pompeu Magno-----	186
Tabela 9: Experiência bélica de Pompeu Magno-----	187

**Anexos-----188**

Figura. 1: Mapa do Império Romano, durante a República Tardia-----	189
--	-----

Figura 2: Mapa das Ações Finais de Sertório no Vale do Ebro-----	190
--	-----

## INTRODUÇÃO

Camões, em sua obra “Os Lusíadas”, destaca os heróis da Península Ibérica em pleno século XVI. Quinto Sertório, um cidadão do Império Romano, figura entre estes renomados homens, quando o autor afirma “também deixo a memória, que os obriga a grande nome, quando alevantaram um por seu capitão, que peregrino fingiu na cerva espírito divino” (CAMÕES, Lusíadas, Canto I, 26). A referida caracterização de Sertório, como um dos primeiros generais a lutar ao lado dos hispanos, remete-nos à temática norteadora da presente dissertação: a Revolta de Sertório no bojo da crise republicana do século I a.C. Em outras palavras, analisaremos tal revolta, ocorrida nas Hispânicas, a qual foi encabeçada por um governador romano (portanto, “peregrino” para os hispanos), que se levantou contra o Senado, sendo, assim, aclamado “capitão” dos iberos, pois foi identificado como um suposto aliado na luta contra os abusos cometidos durante a dominação romana. Trata-se, portanto, de um episódio emblemático para os habitantes da Península Ibérica, tendo sido um caso bastante documentado ao longo do tempo e de grande relevância para a história de Roma e das Hispânicas.

O tema desta dissertação nos permite analisar um momento de suma importância para a História de Roma e das Hispânicas: o primeiro episódio de guerras civis romanas no século I a.C. Assim, as divergências entre Caio Mário e Cornélio Sila compõem a conjuntura analisada, a qual se volta, especificamente, para o período compreendido entre os anos 90 a.C. e 70 a.C. O recorte temporal, portanto, centra-se em duas décadas, iniciadas com conflitos entre marianos e silanos e, encerradas pela ascensão de Pompeu Magno ao consulado de 70 a.C., graças, sobretudo, à sua atuação contra Quinto Sertório na Península Ibérica. Tal quadro de disputas civis, além de ocasionar a eclosão da revolta norteadora de nosso estudo, representou uma certa acentuação de uma conjuntura de crises iniciadas com as mortes de Tibério Graco e Caio Graco (133/121 a.C.), as quais são mais bem compreendidas no bojo dos processos expansionistas da República Romana. Daí nos voltarmos para as questões de disputas de poder, imperialismo e romanização, ocorridos, sobretudo, em torno do tripé guerras civis romanas/Revolta de Sertório/Hispânicas.

Quinto Sertório ao considerar o governo conservador de Sila e do Senado ilegítimo e iniciar uma violenta oposição à *urbs* nas Hispânicas, devido a distintos posicionamentos políticos em Roma, acentuou os conflitos políticos republicanos e trouxe profundas transformações em uma das regiões mais importantes para a perpetuação do expansionismo romano: a Península Ibérica. Desse modo, a Revolta de Sertório acarreta a observação

conjunta de fenômenos políticos e culturais ligados à *urbs* e às Hispânicas. Sendo assim, como o título desta dissertação deixa transparecer, pretendemos analisar os conflitos políticos da República Romana e, neste contexto, a Revolta de Sertório, tendo como base, por um lado, a crescente relevância da Península Ibérica para Roma; e, por outro, aspectos concernentes às disputas de poder, ao imperialismo romano e aos processos de romanização efetuados nessas províncias, graças à presença do governo sertoriano.

Propomos, especificamente, uma análise da personagem histórica de Quinto Sertório, por um lado, como um elemento fundamental para se compreender os momentos finais da República tardia e, por outro, como um elo entre as inúmeras mudanças (culturais, administrativas, políticas, etc.) ocorridas nas Hispânicas, durante e imediatamente após a revolta. Buscaremos, deste modo, compreender tais mudanças a partir do crivo do que chamaremos de “lógica imperialista romana”, a qual estava em processo de estruturação no século I a.C.: busca por benefícios angariados com a consolidação e a manutenção de domínio romano em regiões fora da Península Itálica. Portanto, o presente estudo se focará na observação das persistências e das transformações efetuadas nas Hispânicas, analisando, principalmente, certas formas de consolidação do domínio senatorial junto às populações locais, enfatizando-se as ações de Quinto Sertório.

Seguindo os atuais pressupostos da *teoria pós-colonial* e tendo os conceitos de imperialismo, romanização e poder como centrais em nossa pesquisa, o foco de nossa atenção recai também sobre os processos de trocas culturais, negociação e resistência hispana à conquista romana, visto que não entendemos os povos conquistados como grupos passivos e alheios às ações senatoriais. Assim, através destas diretrizes contemporâneas, seguimos a tendência de se observar às singularidades, analisando a pluralidade e a diversidade das diversas experiências históricas, afastando-nos das noções de homogeneidade e de transferência unilateral da cultura romana à outros povos, presentes na historiografia do século XIX.

Nossas análises, então, filiam-se aos estudos acadêmicos de autores como Finley,<sup>1</sup> Said<sup>2</sup> e Hingley<sup>3</sup> que tratam o imperialismo romano por via do prisma de distintas formas de exploração (física e ideológica) e imposição de diferenciais de poder. Segundo a referida corrente historiográfica, a dominação romana deve ser analisada de forma global, visto que ela era permeada por diversidades étnico-culturais regionais. Said acrescenta que uma das

---

<sup>1</sup> FINLEY, M. “Empire in the Greco-Roman World”. *Greece & Rome*. Vol. 25, Nº. 1, Abril, 1978.

<sup>2</sup> SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. SP: Cia. das Letras, 1995

<sup>3</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005

características fundamentais de uma dinâmica imperialista é a exploração ou a tentativa de controle de outras terras habitadas por outros povos, mediante a construção de discursos ou por via da força bruta, da cooptação política, das dependências econômicas, culturais, sociais, etc.<sup>4</sup> Sendo assim, as páginas a seguir observarão as práticas de dominação imperialista romana e senatorial dirigidas aos hispanos, através destas concepções e de outros autores, como Funari,<sup>5</sup> Cain e Hopkins,<sup>6</sup> Cartier<sup>7</sup> e Mendes, Bustamante e Davidson.<sup>8</sup>

O processo de romanização, segundo Whittaker, estava diretamente atrelado às ações imperialistas, na medida em que se caracterizava como a cultura deste imperialismo.<sup>9</sup> A relação entre imperialismo, trocas culturais e mudanças socioeconômicas era demasiadamente marcante. Daí nos ateremos também nas distintas mudanças trazidas pelo processo de romanização. Ao longo desta dissertação, então, observaremos as relações existentes entre a Península Ibérica (uma das regiões mais ricas e importantes do Estado romano) e o centro de poder dominante, através de um evento histórico singular (a Revolta de Sertório), que será analisado por via do crivo de uma perspectiva consciente das diferentes interações culturais e das relações de poder assimétricas integrantes destas interações. Assim, as contribuições, principalmente, de Norma Mendes<sup>10</sup> e Hingley<sup>11</sup> balizarão nossas análises acerca dos fenômenos de romanização decorrentes da presença sertoriana nas Hispânias.

A resistência, no entanto, fazia parte deste processo e compõe uma parcela fundamental do nosso trabalho, na medida em que Quinto Sertório conseguiu estruturar seu governo de oposição à Sila nas Hispânias ao se utilizar das resistências locais à conquista de Roma. Note-se que entendemos “resistência”, segundo as determinações de Said, pois ele atribui um alto grau de complexidade às relações entre o centro e as periferias ao distinguir dois tipos de manifestações locais: a resistência física (revoltas abertas e declaradas) e a

<sup>4</sup> SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. SP: Cia. das Letras, 1995. p.: 38.

<sup>5</sup> FUNARI, P.P.A. “O comércio interprovincial e a natureza das trocas econômicas no Alto Império Romano: as evidências do azeite bético na Bretanha”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2000: 295-311.

<sup>6</sup> CAIN E HOPKINS Apud FREEMAN, P. “British imperialism and the Roman Empire”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. pp. 19 – 34.

<sup>7</sup> CARTIER, M. “Imperialismo”. Enciclopédia Einaudi. Estado-Guerra. Vol. 14. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. pp.: 318 – 329.

<sup>8</sup> MENDES, N. M.; BUSTAMANTE, R. M. C; DAVIDSON, J. “A experiência imperialista romana: teorias e práticas”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, p.p.: 17-41.

<sup>9</sup> WHITTAKER, C. R. “Imperialism and culture: the Roman initiative”. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23. p. 149.

<sup>10</sup> MENDES, N. “Romanização, navegação e comércio no litoral do Algarve”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2001: 313 – 314.

<sup>11</sup> HINGLEY, R. “The ‘legacy of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization’”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. pp. 35 - 48.

ideológica (manutenção de traços identitários locais).<sup>12</sup> Ambas as formas de resistência, por sua vez, tinham como cerne distintas relações de poder entre o centro e as periferias, que são observadas ao longo dessa dissertação.

A teoria que delinea as análises das ações imperialistas e dos processos de romanização empreendidos por Roma e Quinto Sertório nas Hispânicas está centrada nos pressupostos estabelecidos por Certeau acerca das fluídas relações existentes entre estratégias e táticas. De acordo com o referido autor, as estratégias criam normas e comportamentos a serem seguidos em um determinado lugar, ao passo que as táticas são elementos desviantes de tal norma estabelecida. Sendo assim, a primeira é autônoma, compondo um primeiro nível de ação; enquanto as táticas não podem existir de modo independente das estratégias, pois elas criam um segundo nível de usos, estando ele diretamente imbricado ao primeiro.<sup>13</sup>

No que tange a nossa problemática entendemos a dominação da *urbs* com suas diferentes formas de consolidação (discurso de poder, exército, impostos, estrutura político-administrativa, etc.) como estratégias de dominação, ao passo que identificamos as distintas práticas de Sertório nas Hispânicas (romanização e sua posição frente ao exército romano, aos impostos, a religião) como táticas, que utilizaram os excessos do poder romano vigentes na Península Ibérica. Dessa maneira, através desta análise bidirecional pretendemos observar as formas de consolidação do poder romano nas Hispânicas e, em contrapartida, vislumbrar os fenômenos provinciais de resistências, de negociação e de sincretismo, mediante as definições de romanização e de imperialismo. É patente destacar que esta análise é possível porque Sertório foi um cidadão romano, compartilhando seus códigos culturais e concepções de poder, os quais foram empregados em sua revolta e refletidos em suas táticas. Em suma, as concepções de Certeau se constituem no fio-condutor das análises das complexas interações existentes entre Roma e a Península Ibérica na primeira metade do século I a.C.

Ao tratarmos de uma época da História de Roma bastante importante para a transição da República para o Principado, deparamo-nos com uma abundância de documentos escritos, o que nos permitiu montar um *corpus documental* essencialmente textual, capaz de suprir as necessidades dos objetivos propostos. Selecionamos, então, livros e fragmentos de seis autores: Plutarco, Apiano, Frontino, Tito-Lívio, Cícero e Estrabão. O que os une em um *corpus documental* é a sua temática, pois todos trazem menções à Revolta de Sertório, às Hispânicas e ao contexto das guerras civis. Ademais, eles carregam consigo uma dada

---

<sup>12</sup> SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. SP: Cia. das Letras, 1995

<sup>13</sup> CERTEAU, M. "Fazer com: usos e táticas". *A Invenção do Cotidiano – Parte I*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

intencionalidade, a qual se traduz em larga medida na justificativa e na legitimação do poder romano sobre outras áreas dominadas. Nossas conclusões, portanto, foram obtidas por via de: conjunto de biografias *Vidas Paralelas* de Plutarco (destacando-se os livros “Vida de Sertório”, “Vida de Pompeu”, “Vida de Mario” e “Vida de Sila”); obra *As Guerras Civis*, vol. I de Apiano; discurso “Sobre Lei Manília” de Cícero; fragmentos de *Stratagemata* de Frontino e de *História de Roma* de Tito-Lívio; trechos de “Geografia” de Estrabão. Todavia, destacamos que o autor basilar de nossas interpretações é Plutarco, dado a gama de informações oferecidas sobre Quinto Sertório e as ações senatoriais em solo hispano no último século da República.

É notório que trabalhamos com fontes importantíssimas para a análise de inúmeras questões sobre a História de Roma, o que explica o porquê destas mesmas fontes já terem sido amplamente utilizadas em diversos estudos. Por conseguinte, o que concede relevância e singularidade a este trabalho é a conjugação inovadora de um tema recorrente (Revolta de Sertório) com uma problemática e abordagem atual. Por um lado, selecionamos um episódio há tempos estudado com afinco no exterior pelas universidades espanholas, posto que Quinto Sertório é rememorado como um herói nacional, como mostra os versos de Camões, devido à sua trajetória de oposição a Roma realizada na região com o auxílio de hispanos. Por outro lado, foram empregadas as noções e os métodos da semiótica, destacadamente a leitura isotópica e o quadrado semiótico, conforme apresentados por Ciro F. S. Cardoso<sup>14</sup>, pois possibilitam um acesso mais rigoroso as fontes textuais. A relevância de nosso estudo, portanto, não se encontra principalmente na questão da originalidade do tema, mas, sim, em sua abordagem, embora assinalemos que não há, ao menos no PPGH da UFF trabalhos, teses ou dissertações que abordem este tema.

Assim, o ineditismo deste estudo, inclusive em nível internacional, está essencialmente no foco concedido ao tema. Além de aplicarmos a tal tema uma linha teórica e metodológica inovadora – as premissas de estratégias e táticas de Certeau, as noções da teoria pós-colonial e o método semiótico –, a Revolta de Sertório é utilizada como um mecanismo para se analisar tanto as guerras civis romanas na *urbs*, quanto às formas de consolidação da dominação romana nas Hispânicas, pondo em destaque as práticas de dominação imperialista romana a partir dos processos de negociação e resistência ocorridos entre o Senado Romano, as forças sertorianas e os hispanos. Em suma, tendo em vista a atualidade dos estudos sobre imperialismo, visamos a demonstrar porque a Revolta de

---

<sup>14</sup> CARDOSO, C. F. S. “A SEMIÓTICA TEXTUAL E A BUSCA DO SENTIDO”. *Narrativa, Sentido e História*. SP, Papirus, 1997.

Sertório foi um evento bastante importante para a crise republicana e um marco para a história das Hispânicas no que tange a sua inserção na órbita imperial romana.

Para tanto, três hipóteses, que valorizam a participação nativa nas distintas interações imperiais e evidenciam a necessidade de Roma dialogar com a população subjugada, nortearão o desenvolvimento dos referidos estudos:

1. *Hipótese central*: A Revolta de Sertório foi um evento bastante importante para a crise da República Romana, na medida em que configurou um marco para a história das Hispânicas e, concomitantemente, representou um momento de perigo para o governo de Sila, pois o vitorioso general Pompeu Magno triunfou sobre Sertório (mesmo sem ter a devida idade ou ocupar um cargo senatorial), o que ocasionou o crescimento exponencial deste general.

2. *Hipótese específica*: A Revolta de Sertório possibilitou, sobretudo, haver trocas culturais e modificações socioeconômicas próprias do fenômeno de romanização ao colocar lado a lado romanos e hispanos. Assim, identificamos Sertório como um elemento de romanização, haja vista que ele construiu, por exemplo, uma “escola de romanidade” em Osca; ao passo que os iberos dedicaram a Sertório um de seus rituais: a consagração do chefe guerreiro.

3. *Hipótese específica*: Com a Revolta de Sertório as Hispânicas foram constantemente vinculadas aos conflitos políticos e a lógica imperialista romana de fins da República, uma vez que foram utilizadas como palco de disputas inerentes as guerras civis. Assim, a partir da Revolta de Sertório e da consequente repressão romana podemos observar: certas facetas do imperialismo romano, como as estratégias de poder político-militar, político-econômica e político-religiosa; e a cooptação das elites locais, através, por exemplo, da concessão de cidadania romana como símbolo de *status*, gerando o fenômeno dos cidadãos-clientes.

Estruturamos esta dissertação em três capítulos, os quais, simultaneamente, analisam questões específicas e se ligam a temática central.

O primeiro capítulo tem como objetivo principal estabelecer um panorama do contexto político-social da República Romana tardia. Em outras palavras, busca-se compreender o momento propiciador da eclosão e do desenvolvimento da Revolta de Sertório (80 – 72 a.C.), ocorrida na Península Ibérica. Sendo assim, tratamos de observar os processos de concentração de poder na Roma do século I a.C. e suas subseqüentes disputas políticas em torno, principalmente, das facções de *populares* e de *optimates*. Tendo em vista que a Revolta de Sertório é produto dos embates entre Caio Mario e Cornélio Sila, reservamos um segmento



de tal capítulo para analisar as razões desses conflitos. Além disso, como as disputas dos romanos pelo poder ganham vulto e se materializam no processo expansionista, pretendemos dar um destaque a tal processo, enfatizando o papel desempenhado pelas Hispânicas ao longo do século I a.C, fornecendo as bases para a análise do sistema imperialista de Roma e os processos de romanização.

O segundo capítulo, por sua vez, visa analisar os processos de romanização difundidos por Quinto Sertório, identificando-os como táticas de dominação direcionadas às elites hispanas. Deste modo, o primeiro item do capítulo objetiva apresentar o desenrolar da Revolta de Sertório nas Hispânicas, a fim de oferecer subsídios para a compreensão das táticas de dominação sertorianas, das estratégias do poder do Senado e dos desdobramentos políticos da revolta para a *urbs*. O segundo item, por sua vez, traz um debate historiográfico sobre o conceito de romanização e, posteriormente, analisa duas temáticas distintas, porém complementares: a escola de romanidade e certas instituições políticas hispanas utilizadas por este general, destacando-se a *devotio* iberica. Observaremos, por conseguinte, o diálogo e a negociação entre os romanos, representados pela liderança de Sertório, e os hispanos.

Se o segundo capítulo analisa principalmente as relações entre o centro e as elites hispanas, o terceiro e último capítulo desta dissertação observa as correlações entre as estratégias imperialistas de dominação senatorial e as táticas imperialistas de dominação sertoriana direcionadas à população geral da Península Ibérica. Deste modo, o capítulo será embasado por uma discussão historiográfica em torno das diferentes acepções do conceito de imperialismo. Imperialismo este que será abordado, fundamentalmente, em três aspectos norteadores da dominação romana: político-religioso (a função desempenhada pela “corça divina” de Sertório), político-econômico (o sistema tributário) e político-militar (o papel do exército). Por fim, sendo evidente, tanto a importância da Revolta de Sertório para Roma, quanto o crescimento do poder personalista na *urbs* durante as guerras civis, voltamo-nos para o estudo da influência da supracitada revolta no *cursus honorum* de Pompeu Magno no que concerne à crescente lógica imperial romana, a fim de apreender a relevância de tal episódio para os desdobramentos políticos dos fins da República.

E, por fim, na conclusão apresentaremos os resultados da pesquisa, consolidados ao longo dos citados capítulos e referendados pela aplicação do método semiótico às fontes.

## **I. REPÚBLICA ROMANA TARDIA: CRISE POLÍTICA, EXPANSIONISMO E PODER PERSONALISTA**

República Romana era constituída por um sistema complexo, que tinha seus pilares baseados na premissa de uma “comunidade de interesses”<sup>15</sup>. Segundo Claude Nicolet, *res publica* equivalia a *res populi*, sendo que “*res*, neste caso, tem um sentido abstrato e, ao mesmo tempo, concreto: os bens comuns, os interesses comuns de todos os cidadãos no seu conjunto.”<sup>16</sup> Então, o sistema republicano, teoricamente, abrangeria todos os assuntos e tudo o que dissesse respeito à comunidade de cidadãos, primando por preservar os interesses coletivos em detrimento dos interesses particulares.

O arranjo institucional deste governo, de acordo com Políbio (POLÍBIO, Hist. VI, 50 – 52), residia em uma constituição mista, formada pela combinação desproporcional de elementos das três constituições simples: a monarquia, a aristocracia e a democracia. Tal composição resultava essencialmente em um governo aristocrático com uma limitada participação popular; no qual o povo retratado eram os cidadãos e, em especial, os senadores e os equestres.<sup>17</sup> Deste modo, percebemos, por um lado, a importância político-social da cidadania romana e, por outro lado, uma concentração de poder nas mãos de poucos, que comungavam de interesses semelhantes. Logo, concordamos com Finley que “a constituição, (...), forneceu a moldura dentro da qual a atividade política era levada a efeito.”<sup>18</sup>

O auge da concentração de poder em Roma e o do amadurecimento das instituições republicanas, fundamentalmente expansionistas, data do fim da II Guerra Púnica: o episódio que transformou as bases da sociedade romana no século III a.C. Roma, então, tornou-se a senhora do mundo mediterrâneo, dirigida por um corpo de senhores de guerra (os senadores), posto que a condição política implicava em prerrogativas militares e vice-versa. Assim, a civilização romana se converteu em uma potência imperialista, iniciando o processo de consolidação de suas estratégias de dominação (exército, impostos, administração provincial, etc.),<sup>19</sup> que serão posteriormente analisados sob os prismas das noções de imperialismo e de romanização centrados nas províncias Hispânicas Ulterior e Citerior.

<sup>15</sup> NICOLET, C. “O cidadão e o político”. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 25

<sup>16</sup> Op. Cit.

<sup>17</sup> BELTRÃO, Claudia. *Relações Políticas na República Romana Tardia: um estudo de vocabulário*. Niterói: Cadernos do ICHP - UFF, 2003. p. 11.

<sup>18</sup> FINLEY, M. “Política”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 73

<sup>19</sup> Destacamos que as estratégias de dominação senatorial serão analisadas ao longo deste estudo neste estudo segundo os pressupostos de Michel de Certeau sobre as relações entre “estratégias” e “táticas”.

Destarte, os principais beneficiários do expansionismo foram os aristocratas, na medida em que adquiriram grandes propriedades oriundas do *ager publicus* e constantes contingentes de escravos. Segundo Apiano, os ricos ocuparam a maior parte das terras públicas, pois as compravam utilizando-se de métodos persuasivos ou apoderavam-se das pequenas propriedades de camponeses, os quais eram utilizados como trabalhadores, escravos e soldados (APIANO, Guerras Civis I, VII). Ademais, a dominação e a anexação de inúmeras províncias impulsionaram o comércio em grande escala, o que enriqueceu os eqüestres, aproximando-os ainda mais da esfera política. Por outro lado, o povo mantinha uma situação precária, pois a redistribuição dos lotes conquistados não possuía um projeto jurídico concreto e imparcial. Daí termos a formação de grandes propriedades, embora a ocupação dos terrenos públicos tivesse alguns limites (transponíveis), como não ser lícita, por um lado, a ocupação de porções que ou excedessem a capacidade de produção do proprietário ou ultrapassassem 500 júgeras e, por outro, a posse de mais de 100 cabeças de boi e 500 de gado menor (APIANO, Guerras Civis I, VII). Em suma, Roma, graças às suas dinâmicas de conquistas, obteve substanciais benefícios materiais, que foram divididos unilateralmente, acirrando o quadro de conflitos político-sociais republicanos. Finley destaca que a retenção dos despojos nas mãos dos aristocratas levou a perpetuação do caráter oligárquico da sociedade romana,<sup>20</sup> sendo que tal quadro esteve intrinsecamente ligado à manutenção das distintas estratégias de dominação do Senado.

A II Guerra Púnica compõe um marco de suma relevância para os desdobramentos do último século da República (133 – 31 a.C.), haja visto que tal conflito desencadeou um acelerado processo de transformação das estruturas sociais romanas. Isto porque estas alterações culminaram em uma crise social e política sem precedentes a partir de meados do século II a.C., quando houve a eclosão de distintos conflitos, dando início ao período conhecido como República Romana Tardia. Assim, a conjuntura tardo-republicana propiciou o surgimento do caso por esta dissertação analisado: a Revolta de Sertório (82 – 72 a.C.) e as táticas de dominação sertorianas, embasadas em práticas imperialistas romanas.

Por volta de 133 a.C. as tensões oriundas das desigualdades sociais e da concentração do poder atingiram proporções alarmantes, fazendo com que alguns aristocratas se predisusessem a realizar certas reformas, a fim de manter o controle social vigente. Tais reformas incidiram essencialmente sobre a questão agrária, que representava um tema essencial e controverso para a sociedade romana, não apenas sob o ponto de vista econômico.

---

<sup>20</sup> FINLEY, M. “Autoridade e Patronato”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 47.

A terra era a principal fonte de subsistência e de riqueza, pois era a mantenedora da alimentação básica e um elemento de distinção.<sup>21</sup> Sendo assim, a propriedade fundiária, além de ser um signo de prestígio social e uma das bases da hierarquia romana, esbarrava em dois elementos fundamentais da constituição do Estado imperialista em franco processo de consolidação: o exército e a participação popular nas diretrizes políticas.

O empobrecimento de um grande número de camponeses e, conseqüentemente, o forte êxodo deste grupo social para as cidades dificultava o recrutamento regular para os exércitos romanos, abalando, assim, a manutenção do sistema de governo, na medida em que as guerras expansionistas haviam se tornado essenciais para Roma no que concernem as conquistas e as estratégias de dominação republicana. O soldado romano até o século II a.C. era recrutado segundo as classes censitárias. Em outras palavras, era admitido aquele indivíduo detentor de recursos para arcar com suas despesas bélicas e ocupar uma posição no exército. Os êxitos das conquistas romanas, entretanto, permitiram a supressão da cobrança do *tributum*<sup>22</sup> em 167 a.C. Por conseguinte, os maiores beneficiados desta supressão tributária foram os aristocratas, pois deixaram de pagar o imposto; ao passo que as camadas menos abastadas se viam cada vez mais solicitadas ao recrutamento, graças ao crescente expansionismo romano. O recrutamento, por sua vez, não era incitante, pois o soldo pago era menor do que o salário de um escravo-operário. Nas palavras de Nicolet, as necessidades e as conseqüências das conquistas, sobretudo do ponto de vista do recrutamento dos soldados, precipitaram a República em uma crise que resultou em um novo exército.<sup>23</sup>

Já o perigo da participação popular nas diretrizes da política residia no descontentamento do povo com a sua situação econômica e política, gerando migrações para Roma com o intuito de participar das decisões na Assembléia da Plebe e na Assembléia das Tribos, que tinham competência legislativa e suas decisões força de lei. Ademais, tal conjuntura aprofundou a instituição do clientelismo,<sup>24</sup> já que a plebe urbana foi expandida e grande parte dela se ligou a figuras notáveis romanas por via de relações de fidelidade e de cooperação política. Sob esta égide, Brunt destaca que os migrantes em Roma recebiam

<sup>21</sup> JOLY, Fábio D. “Terra e Trabalho na Itália no Alto Império”. SILVA, Gilvan V.; MENDES, Norma M. (orgs). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005. p. 65.

<sup>22</sup> Imposto calculado sobre a riqueza dos cidadãos que poderiam ser recrutados.

<sup>23</sup> NICOLET, C. “O cidadão e o político”. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 30.

<sup>24</sup> Segundo Cláudia Beltrão, a clientele tratava-se de uma relação de reciprocidade hierarquização de proteção e serviço entre um notável e membros de classes mais humildes. Ver: BELTRÃO, Cláudia. *Relações Políticas na República Romana Tardia: um estudo de vocabulário*. Niterói: Cadernos do ICHF - UFF, 2003. p. 13

alguns benefícios e certa proteção das grandes famílias romanas em troca de lealdade.<sup>25</sup> Isto porque era uma artimanha da arena política antiga angariar votos, persuadir eleitores, permutar recompensas, fazer ajustes e alianças, etc., havendo uma linha muito tênue entre a corrupção e a não corrupção.<sup>26</sup> Deste modo, as referidas migrações poderiam significar uma possível alteração na lógica aristocrática dominante, pois os conflitos político-sociais tardo-republicanos estavam sendo exacerbados com o fortalecimento de poderes individuais, o surgimento de facções e a conseqüente quebra da antiga unidade da *nobilitas*, gerada pelas divergências em torno das propostas reformistas.<sup>27</sup>

Portanto, as estruturas político-militares e econômica eram integradas em um único mecanismo cívico: “não se era plenamente cidadão (e soldado), se não se fosse também camponês (e proprietário).”<sup>28</sup> Logo, a agudização das contradições sociais e as fraquezas cada vez mais evidentes no sistema de governo republicano tiveram como resultado uma súbita eclosão de distintas lutas, pois o confronto centrado nas questões sociais provocou um conflito entre grupos de interesses políticos divergentes. Assim, a história dos últimos cem anos da República foi repleta de constantes conflitos – dentre os quais se encontra a Revolta de Sertório –, compondo o que Alföldy chamou de “crise política e social da República”<sup>29</sup>.

O primeiro conflito declarado entre os cidadãos romanos ocorreu no tribunato de Tibério Graco em 133 a.C, o qual foi marcado por uma atividade legislativa controversa e complexa. A necessidade de recrutamento de homens para o exército romano levou este magistrado a propor na Assembléia da Plebe leis que renovassem o campesinato, permitindo-nos inferir que as questões imperialistas direcionavam a cena política do século II a.C. A *Lex Semproniagraia* – aprovada diretamente pela Assembléia da Plebe sem ser submetida à apreciação do Senado –, foi baseada na antiga legislação de Licínio e Sextio de 367 a.C., que decretava o limite de 500 jeiras (ou no máximo 1000) a ser concedido do *ager publicus* por família. Além disso, lotes de terra de 30 jeiras seriam distribuídos aos camponeses, porém elas continuariam a pertencer ao Estado mediante um pagamento simbólico, pois se proibiu “vender os lotes de terras” (APIANO, Guerras Civis I, IX.). Assim, uma comissão composta por Apio Claudio Pulcher, Tibério Graco e Caio Graco foi encarregada do cumprimento do

<sup>25</sup> BRUNT, P. A. “The army and the land in the Roman Revolution”. *The fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988. p. 244.

<sup>26</sup> FINLEY, M. “Política”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 67.

<sup>27</sup> SHOTTER, D. “Factionalism in Roman Politics: The Gracchus brothers”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 17

<sup>28</sup> SCHIAVONE, A. “Milagre Romano e Racionalidade Imperial”. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 111.

<sup>29</sup> ALFÖLDY, G. “A crise da República e a sociedade romana”. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 82.

programa de distribuição de terras. Todavia, de acordo com Konrad, as citadas propostas não foram tão revolucionárias quanto a historiografia e as fontes antigas transparecem.<sup>30</sup> Os mais beneficiados continuariam sendo as elites, pois era este grupo que tinha a maior capacidade de produzir e, conseqüentemente, detinha as maiores e melhores propriedades, apesar de também terem perdido uma série de vantagens.

Ainda assim, o programa de reformas de Tibério Graco, segundo Shotter, criou uma grande oposição em meio à aristocracia senatorial, devido principalmente a dois fatores: o ressentimento da aristocracia que perdia algumas vantagens e a auto-propaganda política de Tibério Graco como um grande legislador, angariando um considerável apoio entre a plebe urbana, através da sua posição de tribuno da Plebe.<sup>31</sup> Desse modo, a reação dos grandes proprietários foi violenta e no ano seguinte Tibério Graco e muitos dos seus seguidores foram assassinados, marcando, de acordo com Apiano, o início das guerras civis romanas (APIANO, *Guerras Civis I*, 2).

Por conseguinte, é notório que a questão do destino a ser dado ao *ager publicus*, bem como o seu enlace com os camponeses configuraram temas fundamentais do confronto político durante a República Romana Tardia.<sup>32</sup> A relevância de tal questão pode ser vislumbrada na obra *Guerras Civis I* de Apiano, pois identificamos uma disforização do programa de reformas de Tibério Graco, já que pobres e ricos supostamente entraram em conflito e houve uma insatisfação geral: “cada parte se queixava e acusava mutuamente tal sorte” (APIANO, *Guerras Civis I*, 8). Ademais, é sabido que as querelas em torno das lutas por terras se intensificaram, sobretudo, devido à crescente divisão do Senado sobre como administrar os frutos do expansionismo romano – terras, butim, aliados, etc. A expansão, no entanto, tornou-se algo essencial para a saúde da República, embora o ritmo de formação de colônias, por exemplo, não fosse constante, interferindo em uma de suas dinâmicas: o escape dos conflitos sociais. Em suma, Roma era um Estado de conquista e esta sua característica permitia a restrição da participação popular e, em contrapartida, a perpetuação das elites no poder.

A conjuntura romana, então, não tardou a eclodir em uma nova onda de conflitos. A segunda etapa destas divergências data de 123 – 122 a.C, quando Caio Graco retomou a premissa de um amplo programa de reformas anos antes iniciado por seu irmão. Entretanto,

---

<sup>30</sup> KONRAD, C. F. “From the Gracchi to the first civil war”. *A companion to the Roman Republic*. UK: Blackwell Publishing, 2006. p.168.

<sup>31</sup> SHOTTER, D. “Factiolism in Roman Politics: The Gracchus brothers”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p.p. 19 – 20.

<sup>32</sup> KOLENDO, J. “O camponês”. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 172 - 173.

novas proporções foram empregadas, pois ele compreendia que só poderia obter resultados consistentes e se auto-proteger se defendesse transformações profundas em Roma.<sup>33</sup> Assim, suas reivindicações foram expressas em um conjunto complexo de novas leis, que abrangiam vários setores e objetivavam, fundamentalmente, conseguir o apoio dos itálicos e politizar a ordem eqüestre.<sup>34</sup> Destarte, Caio Graco transferiu os tribunais de justiça para os eqüestres, retirando tal instituição do controle exclusivo e vitalício dos senadores (APIANO, *Guerras Civis I*, 22.).

A citada transferência está imbuída de uma estratégia política de grande valor. Isto porque com os tribunais de justiça as mais altas magistraturas romanas eram imunes a qualquer prestação de contas de sua administração, à ação judicial ou a desaprovação dos censores.<sup>35</sup> Os tribunais, então, eram reservados à aristocracia, que tinha a incumbência de interpretar as leis, excluindo a maior parte da população deste processo.<sup>36</sup> Portanto, o conflito entre senadores e eqüestres pelo controle deste mecanismo institucional denotava, intrinsecamente, uma disputa pelo poder, *dignitas* e *auctoritas* frente à sociedade, embora ambas as ordens possuíssem interesses comuns como a concentração fundiária e a contenção da agitação popular. Assim, segundo Taylor, os eqüestres passaram a compor um importantíssimo grupo político<sup>37</sup>, assumindo um papel, ainda que transitório e fluído, de suporte institucional e de defesa simultânea dos seus próprios interesses e dos grupos ditos reformistas. É essencial ressaltar que Quinto Sertório integrava tal grupo, passando a lutar ao lado, em maior ou menor medida, dos reformistas.

Além disso, as reformas empreendidas por Caio Graco se focaram em dois pontos preponderantes. Por um lado, buscou-se uma melhora no abastecimento da *urbs*, objetivando possibilitar o povo a comprar cereais com custos menores. A esse respeito, Brunt afirma que a distribuição de cereais visava a fortalecer a plebe urbana, a fim de diminuir os impactos das dinâmicas do clientelismo.<sup>38</sup> Logo, a *Lex Frumentaria* foi uma de suas leis mais importantes, pois lhe concedeu apoio e proteção política. Isto porque ela garantia a adesão da plebe urbana e evitava convulsões sociais e, ainda, enriquecia os eqüestres com as novas taxas de impostos

<sup>33</sup> GRIMAL, P. “Da República ao Império”. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 45.

<sup>34</sup> SHOTTER, D. “Factiolism in Roman Politics: The Gracchi brothers”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 24

<sup>35</sup> FINLEY, M. “Participação Popular”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 109.

<sup>36</sup> Note-se que tais imunidades são de suma importância para a compreensão dos desdobramentos da Revolta de Sertório, na medida em que grande parte da adesão hispana adveio da insatisfação local com os abusos e desmandos cometidos pelos governantes romanos

<sup>37</sup> TAYLOR, L. R. “Personalities and Programs”. *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 4

<sup>38</sup> BRUNT, P. A. “The army and the land in the Roman Revolution”. *The fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988. p. 244.

e de exportações a serem cobradas, que tiveram de ser aumentadas para suprir tais custos.<sup>39</sup> Por outro lado, estipulou-se o duplo projeto de conceder a cidadania romana aos latinos e a igualdade de direitos aos *socii* na Assembléia das Tribos. Entretanto, tais propostas significaram a sua queda na política, pois tal projeto fracassou, ocasionando uma série de reações violentas.

Analisando a obra de Apiano percebemos que a reforma de Caio Graco também é tratada de modo disforizado, pois o autor enfatiza que se elaboraram medidas contra o Senado e a favor do povo, buscando se fortalecer ao conceder mais poder aos equestres e aos itálicos. Para Brunt, Caio Graco era mais habilidoso que Tibério Graco, pois ele procurou apoio em diversas bases políticas, unindo diferentes interesses, a fim de alcançar seu objetivo: triunfar sobre o Senado.<sup>40</sup> A oposição a Caio Graco, entretanto, foi mais organizada do que a de seu irmão, uma vez que a *nobilitas* centrou sua defesa nas instituições políticas romanas. Em outras palavras, a mencionada oposição se articulou em torno do tribuno de 122 a.C., Druso, sendo sua intenção lançar propostas que minassem o apoio gracano.<sup>41</sup> Assim, Caio Graco ficou enfraquecido, o que deu início a uma grande violência urbana.

As figuras dos irmãos Graco deixaram marcas profundas na sociedade romana. Ambos se tornaram emblemas políticos dúbios. O povo romano os via como “símbolo do político popular amigo do povo e aberto às reformas”<sup>42</sup>. A oligarquia, por sua vez, concedeu-lhes a imagem de agitadores da ordem social da qual os senadores conservadores eram defensores. Segundo Pierre Grimal, a obra dos Graco “revelou-se muito importante ao provocar a formação de um agrupamento popular, cujos chefes interpelarão até o fim da República, o agrupamento senatorial.”<sup>43</sup> Nasceram, então, as duas facções políticas opostas que marcaram a trajetória de conflitos da República Romana Tardia: os *optimates* e os *populares*.

Todavia, é essencial destacar que as referidas facções não possuíam o delineamento de partidos modernos. Em linhas gerais, trata-se da composição de um modelo explicativo fluído e subjetivo criado por Cícero em momentos posteriores ao analisado na presente dissertação. O mencionado autor dividiu a aristocracia romana nestes termos, caracterizando os *optimates* como aqueles que conduziam os interesses da elite, tendo os seus conselhos aprovados pelos “melhores homens”. Formavam um grupo conservador, tradicionalista, defensor do *status*

<sup>39</sup> KONRAD, C. F. “From the Gracchi to the first civil war”. *A companion to the Roman Republic*. UK: Blackwell Publishing, 2006. p.171.

<sup>40</sup> BRUNT, P. A. *Conflicts sociaux en Republique romaine*. Paris: François Maspero, 1979. p. 105.

<sup>41</sup> SHOTTER, D. “Factiolism in Roman Politics: The Gracchus brothers”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 26

<sup>42</sup> ALFÖLDY, G. “A crise da República e a sociedade romana”. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 82.

<sup>43</sup> GRIMAL, P. “Da República ao Império”. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 45.



*quo*, buscando proteger o direito à propriedade e o prestígio, a honra, a tradição e o poder do Senado. Do mesmo modo, Cícero definia, pejorativamente, os *populares* como aqueles que desejavam ter seus feitos e palavras aprovadas pelo povo.<sup>44</sup> Assim, a figura do tribuno e a Assembléia da Plebe configuravam o cerne desta facção. Os *populares*, portanto, possuíam traços ainda mais personalistas, pois muitos dos seus integrantes provinham de famílias nobres que haviam encontrado entraves para seu crescimento no Senado, utilizando, assim, o tribunato da plebe para ganhos pessoais.

Sintetizando, os *optimates* formavam um grupo composto pelos políticos conservadores, ao passo que os *populares* objetivavam realizar medidas reformistas, a fim de aliviar tensões sociais.<sup>45</sup> Gruen, entretanto, ressalta que as guerras civis não devem ser vistas meramente pelo prisma do confronto entre conservadores *versus* reformadores, sendo ela muito mais complexa, pois os aristocratas ansiavam por *dignitas* e poder e, assim, diferentes alianças transitórias eram formadas com base em laços de parentesco e de amizade, que eram repletos de questões políticas.<sup>46</sup>

Assim, a divisão ciceroniana da aristocracia romana não era rígida e muito menos fixa, sendo ela muitas vezes transitória e bastante complexa. No interior desta divisão, Cícero acrescentava a existência de determinadas *partes*: grupos ligados a uma personalidade, ou melhor, a líderes revolucionários, através de critérios de ordem pessoal e de programas sociais.<sup>47</sup> Define-se, portanto, o quadro propiciador do que chamaremos ao longo deste trabalho de marianos, silanos, sertorianos, pomperianos, entre outros.

As motivações das guerras civis aglutinadas em torno destas facções e das diferentes *partes*, portanto, nasceram de conflitos acerca de problemas sociais diversos, os quais assumiram desde o início um caráter de luta política e de disputa de poder. Nas palavras de Alföldy, os conflitos decorrentes deste contexto podem ser divididos, *grosso modo*, em quatro tipos, resguardando-se a sua natureza complexa, heterogênea e interligada: lutas de escravos, resistência dos habitantes das províncias contra o domínio romano, guerra dos itálicos contra Roma, conflitos entre os cidadãos romanos reunidos em torno de conservadores e reformistas.<sup>48</sup> Posto isso, a Revolta de Sertório (82 – 72 a.C.) pode ser entendida como uma conjugação de dois tipos específicos de conflitos, configurando um importantíssimo episódio

<sup>44</sup> TAYLOR, L. R. “Personalities and Programs”. *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 11

<sup>45</sup> BRUNT, P. A. “The fall of the Roman Republic”. *The fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988. p. 32.

<sup>46</sup> GRUEN, E. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994.

<sup>47</sup> TAYLOR, L. R. Op. Cit.

<sup>48</sup> ALFÖLDY, G. “A crise da República e a sociedade romana”. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 82.

da história da Roma Republicana: a luta dos habitantes provinciais (os hispanos) contra o domínio romano, impulsionada pelas divergências de interesses políticos entre os líderes romanos Caio Mário e Cornélio Sila.

Desse modo, nosso objetivo é analisar os referidos conflitos políticos republicanos e, neste contexto, a Revolta de Sertório, tendo como base, por um lado, a crescente importância da Península Ibérica para Roma e, por outro, questões concernentes às disputas de poder, ao imperialismo romano e aos processos de romanização desta província. A teoria que delinea tais questões está centrada, sobretudo, nos pressupostos estabelecidos por Certeau sobre as relações existentes entre estratégias e táticas – as quais serão aprofundadas ao longo do segundo e do terceiro capítulos. Em linhas gerais, as estratégias criam normas e comportamentos a serem seguidos em um determinado lugar, ao passo que as táticas são elementos desviantes de tal norma estabelecida, utilizando-a de acordo com seus interesses.<sup>49</sup> Sendo assim, em nossa problemática, o lugar determinado é o território das Hispânicas. Já as estratégias configuram as normas estabelecidas por Roma e os mecanismos senatoriais de dominação imperialista (exércitos, sistema tributário, etc.). E as táticas, por sua vez, são interpretadas tanto como os comportamentos ditos desviantes dos hispanos em relação à conquista romana, quanto como os fenômenos de negociação e de resistência local ao domínio romano – tal qual a Revolta de Sertório, que se utilizou da norma senatorial em benefício próprio; como veremos ao longo deste estudo.

Dessa maneira, para alcançarmos esses objetivos temos que subdividir o presente capítulo em dois segmentos fundamentais: *Das Guerras Civis de Caio Mario X Cornélio Sila ao Consulado de Crasso e Pompeu: 89 a. C. – 70 a.C* e *O expansionismo romano e o papel das Hispânicas dentro do contexto das disputas de poder romanas do século I a. C.* O primeiro item se volta para a compreensão dos conflitos entre Caio Mário e Cornélio Sila, uma vez que tal panorama histórico propicia o entendimento dos motivos geradores da Revolta de Sertório no que concernem seus principais condicionantes, duração e localização. Já o segundo segmento visa a oferecer subsídios para a compreensão da relevância do fenômeno de expansionismo para os conflitos do último século da República e, por conseguinte, enfatizar a relevância da Península Ibérica dentro da lógica imperialista romana do século I a.C., a qual era delineada pelas estratégias de dominação senatorial.

---

<sup>49</sup> CERTEAU, M. “Fazer com: usos e táticas” in: *A Invenção do Cotidiano – Parte I*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

## 1.1 DAS GUERRAS CIVIS DE CAIO MARIO *versus* CORNÉLIO SILA AO CONSULADO DE CRASSO E POMPEU: 89 a.C. – 70 a.C.

Os anos posteriores a morte dos Graco objetivaram solucionar os problemas da República, como, por exemplo, o recrutamento que diminuía, enquanto o expansionismo romano se consolidava. Tal direcionamento era essencial para que Roma afirmasse a sua lógica imperial e mantivesse suas estratégias de dominação nas províncias, como as Hispânicas. O fim da Guerra Social<sup>50</sup> em 89 a.C., no entanto, trouxe à tona novos conflitos, uma sucessão de guerras civis ainda mais violentas do que as de outrora. Os laços pessoais e políticos, bem como o individualismo, foram exacerbados. Os embates se centravam em torno da natureza do governo republicano. Questiona-se se a política deveria seguir moldes tradicionalistas, encarnados no poder e na autoridade do Senado; ou se deveria fortalecer os magistrados, particularmente os tribunos da Plebe.<sup>51</sup>

Assim, a aristocracia se dividiu, unindo-se a chefes militares vitoriosos e a políticos prestigiados da época. Os *populares* aglutinaram-se, inicialmente, em torno de Públio Súlpicio Rufo, de Caio Mário e de Cornélio Cina. Já os *optimates* se ligaram a Cornélio Sila. No bojo destas coligações, Finley ressalta que as propostas políticas não se dissociavam da personalidade que as invocava, intensificando o que chamaremos de “poder personalista”. A figura do candidato, do general, do magistrado se misturava com a sua ação política e, por conseguinte, sua escolha é produto dos variados interesses envolvidos.<sup>52</sup> Portanto, tais conformações, longe de serem ligações casuais ou superficiais, são explicadas pela trajetória pública das figuras envolvidas nesse processo, que antecede a Guerra Social.

Os dois principais expoentes dessa onda de guerras civis foram Caio Mário e Cornélio Sila. A vida pública destes imponentes políticos e militares se cruza e remonta a episódios marcantes da República. De acordo com Shotter, Caio Mario era proveniente de uma rica e

---

<sup>50</sup> Violenta revolta na Itália (91 – 89 a.C.), iniciada após o assassinato de Marco Druso pelos conservadores em resposta as suas tentativas reformistas. Isto porque Druso formulou um programa que se dirigia a todos os segmentos sociais envolvidos diretamente nos conflitos. Prometia-se aos aliados itálicos a cidadania romana, aos camponeses a resolução da questão agrária, aos equestres o acesso aos cargos senatoriais e aos senadores a participação nas decúrias de jurados. Apiano, no entanto, destaca que apenas o povo se “alegrava com as colônias” (Guerras Civis I, XXXV), pois os demais grupos temiam o programa de Druso: senadores não desejavam a elevação da *dignitas* equestre, os equestres temiam perder a sua exclusividade nos tribunais de justiça e os itálicos receavam a distribuição de terras. Portanto, as causas, bem como os desdobramentos desta revolta, são inerentes à esfera política da sociedade, atrelando-se a questões de disputas de poder e problemas sociais. Ver: ALFÖLDY, G. “A crise da República e a sociedade romana” in: *Historia Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 94.

<sup>51</sup> SHOTTER, D. “Sulla and the senate”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 37

<sup>52</sup> FINLEY, M. “Questões e Conflitos Políticos”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 119.

confiável família eqüestre e itálica, segundo os padrões da *nobilitas*. Sendo assim, ele possuía tendências políticas e culturais tradicionalistas e notoriamente buscava ascender em seu *cursus honorum*.<sup>53</sup> Ele, assim como Quinto Sertório – seu seguidor – desejava o fortalecimento e a consolidação de seu poder pessoal. Nas palavras de Plutarco, entretanto, Caio Mário possuía um caráter guerreiro, sendo ele mais adepto das artes militares do que das artimanhas políticas (PLUTARCO, Mario, II.), pois ganhou espaço na arena pública graças as suas conquistas frente ao comando de suas legiões. A esse respeito, é essencial observarmos que Plutarco é um autor posterior a este contexto e pertencente à elite, a qual desenhou a imagem de Caio Mário de modo condizente as determinações dos *boni*. Todavia, são conhecidas as capacidades de articulação política e militar de Mário e as suas tendências populares.

O primeiro conflito em que Caio Mário se envolveu foi contra os celtíberos, sob o comando de Cipião Africano durante a Revolta da Numância (PLUTARCO, Mario, III.) na Hispânia. Conflito este que introduziu o jovem general na vida política, na qual obteve o posto de propretor da Hispânia Ulterior em 115 a.C. Ao longo de sua propretura na Península Ibérica, Caio Mario buscou dominar e pacificar a província, livrando-a dos “salteadores” (PLUTARCO, Mario, VI). Deste modo, sua administração em prol de alguns interesses locais, permitiu-lhe angariar a simpatia das elites nativas e a adesão hispana aos marianos. A receptividade angariada por Caio Mário nas Hispânicas, portanto, pode ser vista como uma plausível justificativa para a ida de Quinto Sertório para as Hispânicas no bojo das guerras civis em 83 a.C.

Caio Mário, entretanto, destacou-se efetivamente como político e militar após a Guerra de Jugurta (112 – 106 a.C.), ocorrida na África. Tal guerra teve início com uma questão sucessória, que ganhou vulto no contexto das disputas de poder em âmbito imperialista romano. Isto porque Jugurta, assim como Caio Mário, serviu na Hispânia durante a Revolta de Numância sob o comando de Cipião Africano, ganhando, assim, experiência militar, através de uma dinâmica própria romana: a participação de aliados no exército. Em 117 a.C., contudo, Jugurta se proclamou rei da Numídia, após matar um primo e exilar outro. Frente a estes acontecimentos Roma interferiu no caso, a fim de diminuir o poder deste novo rei africano, pois ele estava atacando cidades aliadas romanas e transformando sua população

---

<sup>53</sup> SHOTTER, D. “Marius, the army and the Italian allies”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 30

em escravos.<sup>54</sup> Jugurta, por sua vez, não aceitou esta interferência. Logo, teve início a Guerra de Jugurta, a qual despertava interesse político-econômico em Roma, já que a província da África mantinha relações comerciais com os romanos.

O renomado Quinto Cecílio Metelo (politicamente simpático aos Gracos) foi enviado à África, tendo Caio Mario como um de seus generais e este tendo Cornélio Sila como seu questor (PLUTARCO, Sila, III). O fim dessa guerra é produto da diplomacia entre os embaixadores romanos (dentre os quais destacamos a figura de Sila) e Boco (genro de Jugurta). O resultado da contenda, então, deu-se através da entrega da localização de Jugurta por Boco. Segundo Plutarco, os atritos entre Caio Mário e Cornélio Sila tiveram origem neste episódio da Guerra de Jugurta, pois Sila se destacou sobremaneira nas negociações (PLUTARCO, Sila, VI).

O sucesso de Caio Mário na África o alçou ao posto de cônsul em 107 a.C e, ainda, a administração das Gálias (SALÚSTIO, A Guerra de Jugurta), territórios que estavam sob o ataque de povos considerados germanos. Desde aproximadamente 113 a.C. Roma se deparou com um novo conflito: os cimbrós e os teutões. Tais povos invadiram a Hispânia e a Gália no decorrer de seus movimentos migratórios<sup>55</sup>. Segundo Shotter, a guerra contra os germanos agravou o quadro de instabilidade política em Roma, pois os cônsules entre 113 e 105 a.C. não foram capazes de contê-los.<sup>56</sup> Com esta onda de ataques assolando as possessões romanas Caio Mário foi eleito cônsul por cinco anos consecutivos (104 - 100 a.C.), sendo considerado o general mais apto para a defesa de Roma, o que significava em última instância a consagração dos marianos e, conseqüentemente, o acirramento dos confrontos com os silanos.

A permanência de Caio Mario no poder evidenciou a magnitude da crise vivida pela República, pois tal medida em Roma não era usual. Assim, o temor romano ocasionou o rompimento com a *Lex Annalia*, ignorando-se as determinações acerca da sucessão das magistraturas, que tinham como um de seus objetivos impedir que novos poderes personalistas se instaurassem na sociedade. Por conseguinte, é notório que o exército passava a ser também comandado por *homines novi* como Caio Mario e Quinto Sertório, fortalecendo-os e atuando como uma base de poder personalista.

Quinto Sertório, segundo Plutarco, participou das lutas contra os germanos ao lado de Mário, destacadamente, na Gália (PLUTARCO, Sertório, III). De acordo com o referido

<sup>54</sup> KONRAD, C. F. "From the Gracchi to the first civil war". *A companion to the Roman Republic*. UK: Blackwell Publishing, 2006. p.173.

<sup>55</sup> FERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, G. *La guerra de Roma contra cimbrós y teutones y SUS consecuencias políticas, militares e religiosas*. Universidad de Valencia, 2002.

<sup>56</sup> SHOTTER, D. "Marius, the army and the Italian allies". *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 32

autor, seu desempenho nesta campanha proporcionou-lhe sólido reconhecimento e “a confiança do general” (PLUTARCO, Sertório, III), recebendo um “prêmio de valor, (...) graças ao seu brilho de inteligência e a sua audácia” (PLUTARCO, Sertório, III). Ademais, a partir destes conflitos “cresceu o nome de Sertório na Espanha” (PLUTARCO, Sertório, IV) e em Roma como um habilidoso general, sendo ele eleito questor da Gália Cisalpina ao findar das citadas guerras (PLUTARCO, Sertório, IV). Logo, tais desdobramentos nos apontam uma segunda e forte justificativa para a escolha das Hispânias por Sertório para constituir a sua plataforma de oposição aos silanos.

Assim, após um longo combate, Caio Mario foi identificado como o grande vencedor destes povos, consolidando-se como um proeminente magistrado republicano ao ser eleito cônsul pela sexta vez em 100 a.C. Destarte, Mario se tornou um grande herói militar, conseguindo notável poder em Roma. Sua posição na política interna, no entanto, era bastante delicada e suas coligações muito tênues. Como sua base de apoio político advinha, em grande medida, dos itálicos e dos equestres, seu governo despertava uma certa expectativa nestes grupos. Porém, sua administração junto a *nobilitas* tinha limitações, o que o colocava em uma situação complicada, devido à sua condição de *homo novus*. Deste modo, Caio Mario deveria cumprir algumas obrigações e ter uma certa conduta que permitisse a sua entrada e perpetuação no restrito grupo dominante. Ademais, como já foi dito, Caio Mario era um *popular* – ansiava por poder privado – e seu governo se traduzia em sua série de articulações intrínsecas as marcantes disputas de poder da República Tardia; assim como eram as fluídas configurações do governo de Quinto Sertório analisado a seguir.

Ao longo da guerra contra os cimbros e os teutões, Apuleio Saturnino buscou se associar a Caio Mario, devido ao potencial político e a força deste general. Nas palavras de Shotter, ambos os magistrados intuía processar o *optimatus* Metelo Numidico, que em 102 a.C., na qualidade de censor, tentou desapossá-los de seus cargos.<sup>57</sup> Deste modo, Mário se aliou ao tribuno da plebe Apuleio Saturnino em 100 a.C., visando a cumprir suas expectativas político-econômicas e militares, principalmente no que tange à questão dos seus veteranos, ou seja, a sua grande base de poder político. Isto porque no decorrer dos confrontos de 103 a 100 a.C. a questão agrária em Roma foi revestida de mais um aspecto essencial da luta política: a concessão de terras aos veteranos de generais vitoriosos; neste caso Caio Mario.

O Senado, entretanto, temendo o crescente poder mariano, tentou embargar as seguintes leis saturninas: garantia de terras na Itália para os veteranos marianos, autorização

---

<sup>57</sup> SHOTTER, D. “Marius, the army and the Italian allies”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 33.

de concessão de cidadania romana a três pessoas em cada colônia (aumento de clientela)<sup>58</sup> e fornecimento de grãos com preços ainda mais baixos; melhorando, portanto, a condição dos veteranos e da plebe urbana e empobrecendo, em contrapartida, os itálicos e os camponeses.<sup>59</sup> A postura demagógica destes *populares* e a violência decorrente dos embates em torno dos programas de reformas, destacadamente no que concernem às lutas por terras, aproximaram gradualmente os equestres dos senadores. Deste modo, Caio Mario se viu em uma péssima condição política, pois parte de suas lealdades estavam divididas: equestres *versus* Saturnino.

Assim, após uma série de conflitos, Caio Mario decretou em 100 a.C. o estado de sítio, perdendo o apoio dos itálicos e dos equestres. Além disso, os cônsules de 95 a.C. promulgaram uma legislação especial que restringia a concessão de cidadania romana e latina em uma clara dinâmica de enfraquecimento dos marianos – dentre os quais já podemos destacar as atividades de Quinto Sertório.<sup>60</sup> Em resposta, os itálicos iniciaram uma série revoltas, culminando na Guerra Social. Sendo assim, Caio Mario após realizar uma considerável reforma no exército no decorrer de seus consulados entra em um breve momento de obscuridade política, voltando à esfera pública durante a referida guerra. Sua reforma, entretanto, intensificou os conflitos político-militares do século I a.C., na medida em que estruturou a profissionalização do exército. Assim, ela marcou o começo de uma nova fase do imperialismo romano e fortaleceu uma das mais importantes estratégias de dominação republicana, que será analisado no terceiro capítulo: o exército. Logo, tal reforma é concomitantemente produto e produtora das guerras civis da República tardia.

As principais medidas da citada reforma foram direcionadas, sobretudo, para a forma de recrutamento do exército. Nas palavras de Alföldy:

Se até aí [a reforma de Mário] o exército romano era recrutado entre os pequenos proprietários rurais, que eram obrigados a fornecer o seu próprio equipamento, Mario passou a chamar às fileiras os proprietários sem bens (*capite censi*), que eram equipados pelo Estado.<sup>61</sup>

Portanto, Caio Mário adotou como usual o sistema que era utilizado por Roma somente em situações de crise, que tinha como finalidade alargar o contingente militar. As conquistas e, por conseguinte, as exigências em âmbito militar haviam se tornado um ônus para a população, graças ao processo de concentração de poder já tão tratado. Assim, após os

<sup>58</sup> KONRAD, C. F. “From the Gracchi to the first civil war”. *A companion to the Roman Republic*. UK: Blackwell Publishing, 2006. p.176.

<sup>59</sup> SHOTTER, D. “Marius, the army and the Italian allies”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 34

<sup>60</sup> KONRAD, C. F. *Ibidem* 177.

<sup>61</sup> ALFÖLDY, G. “A crise da República e a sociedade romana”. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 93.

desdobramentos da II Guerra Púnica, tornou-se evidente a crescente necessidade de atrair para os exércitos homens destituídos das tradicionais qualificações de propriedade.<sup>62</sup> As reformas marianas, então, além de terem o intuito de fortalecer as legiões e seus respectivos coimandantes, estavam de acordo com a concepção de imperialismo romano.

Há de se ponderar, entretantes, que as reformas marianas não romperam totalmente com o recrutamento por via das classes censitárias dos proprietários. Ademais, de acordo com Brunt, a reforma efetuada por Caio Mário não deixou marcas tão profundas na sociedade romana como a historiografia costuma caracterizar, ainda que ela tenha sido essencial para a profissionalização do exército e um meio de grupos sociais menos favorecidos pelo expansionismo ascenderem na hierarquia social. Embora o nível de riqueza exigido para o exército tenha sido diminuído gradativamente, não houve uma grande modificação da estrutura anterior. O recrutamento não era atraente nem para a plebe urbana e nem para o pequeno camponês, posto que o alistamento poderia significar a ruína destes setores ao descuidarem de suas atividades e, por outro lado, o soldo, como já foi dito, era baixo e, por conseguinte, não incentivava o recrutamento.<sup>63</sup>

As guerras na África e na Hispânia, no entanto, estavam criando a necessidade de um exército permanente, que teria seu tempo de serviço estendido. A dominação das províncias era vista por Roma como uma questão político-ideológica e econômica. Daí a formação de um exército profissional, o qual estava em concordância com a política imperialista de Roma.<sup>64</sup> Logo, o resultado notório de tais medidas foi o fortalecimento do exército, o qual se configurou em um importante condicionante das guerras civis, já que o poder passava paulatinamente aos comandos dos *imperatores* e de suas legiões. Desse modo, as transformações porque passou a tradicional milícia romana fez com que comandantes como Caio Mário, Cornélio Sila, Pompeu Magno e Quinto Sertório adquirissem determinadas características de um exército privado.<sup>65</sup> Isto porque a partir de então os soldados (romanos e não-romanos) preferiam servir aos generais vitoriosos, que conseguiam espólios e a aprovação no Senado e nas Assembléias para a distribuição de terras aos seus veteranos (clientes) ao final do serviço militar.<sup>66</sup> Portanto, votações ameaçadas pela pressão de legiões

---

<sup>62</sup> FINLEY, M. “Questões e Conflitos Políticos”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 145.

<sup>63</sup> BRUNT, P. A. “The army and the land in the Roman Revolution”. *The fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

<sup>64</sup> NICOLET, C. “O cidadão e o político”. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 31

<sup>65</sup> FINLEY, M. “Política”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 76.

<sup>66</sup> SHOTTER, D. “Marius, the army and the Italian allies”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 31



e, inclusive, eventos como a Revolta de Sertório são desdobramentos decorrentes desta primeira onda de guerras civis romanas.

Durante a República Tardia, então, três fatores fundamentais acirraram as disputas de poder entre a oligarquia senatorial e os reformistas: o fortalecimento dos generais com a força e a lealdade de seu exército, o estabelecimento dos equestres como grupo político e as agitações dos itálicos desejosos da cidadania romana.<sup>67</sup> Note-se que dentre os três aspectos citados a Revolta de Sertório pode ser enquadrada em no mínimo dois: o poder de seu exército particular (composto por romanos e hispanos) e o seu expressivo crescimento como força política em Roma. Dessa maneira, tais questões culminaram em um processo de desagregação do sistema republicano. Segundo Norma Mendes, este quadro de crises, iniciado na época dos Graco, tinha como características os conflitos oriundos do individualismo *versus* coletivismo; a cisão no seio da elite romana cujas divergências se manifestavam na luta pelo exercício do poder, que apresentava constantes oscilações de posições políticas; (...); as práticas de ilegalidades inconstitucionais, etc.<sup>68</sup>

Com a Guerra Social Caio Mário voltou a se destacar na política. A sua experiência bélica foi reconhecida pelo Senado, que o colocou à frente do exército, porém, sem conceder-lhe plenos poderes. Ao lado dele, Cornélio Sila foi encarregado de liderar os exércitos romanos na porção meridional. Tal guerra concedeu a Sila a ascensão político-militar responsável pelo seu prestígio junto ao Senado. Isto porque Caio Mário estava reprimindo sua base de apoio ao combater os aliados itálicos, que buscavam a cidadania romana. Assim, enquanto este evitava o confronto direto, Cornélio Sila guerreou vigorosamente, uma vez que ele era um descendente de uma tradicional família conservadora e patrícia romana (PLUTARCO, Sila, I). O Senado, dessa maneira, ganhara um aliado político e um habilidoso comandante militar, que juntamente com Catulo se tornou um inimigo de Caio Mário, estando centrados em torno da importante família *Metelli*<sup>69</sup>. Sila, então, emergiu como protetor da facção aristocrática, herói militar e líder leal aos seus veteranos, sendo ele considerado capaz de restaurar a república.<sup>70</sup>

O êxito de suas campanhas militares na Guerra Social e a sua crescente ascensão política junto aos conservadores proporcionou a Sila o interesse pelo comando da guerra

<sup>67</sup> TAYLOR, L. R. "Personalities and Programs". *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 17

<sup>68</sup> MENDES, N. M. "O Sistema Político do Principado". *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005. p. 22.

<sup>69</sup> KONRAD, C. F. "From the Gracchi to the first civil war". *A companion to the Roman Republic*. UK: Blackwell Publishing, 2006. p.179.

<sup>70</sup> GRUEN, E. "The aftermath of Sulla". *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 7.

contra um dos inimigos mais importantes que assolava Roma: Mitrídates do Ponto (PLUTARCO, Sila, VI). A Guerra de Mitrídates surgia como uma fonte de riqueza (butim e pilhagem) e, acima de tudo, prestígio social e poder, posto que o exército se fortalecia e se consagrava cada vez mais como um imprescindível elemento político. A origem de tal guerra era de cunho imperialista, envolvendo pretensões expansionistas romanas e asiáticas. Roma e o reino do Ponto não haviam entrado em disputa direta até a década de 90 a.C., pois os reis orientais buscaram se expandir sobre possessões asiáticas não-romanas.<sup>71</sup> A tentativa de anexação da Bitínia (antiga aliada romana) por Mitrídates, então, foi o estopim deste conflito.

Ademais, Mitrídates invadiu certos reinos vizinhos independentes, a província Ásia e, ainda, a Grécia, onde os gregos se uniram ao invasor contra a dominação de Roma. De acordo com Alföldy, os ataques de Mitrídates às províncias romanas do Oriente contaram com certo apoio dos revoltosos provinciais, instigando ainda mais as guerras civis.<sup>72</sup> Deste modo, tal conflito foi duradouro e de suma importância para Roma. Sua proporção pode ser vislumbrada ao se observar os inúmeros reveses destes conflitos, que totalizaram três períodos de guerras. Por fim, é primordial enfatizar as possíveis tentativas de alianças propostas por Mitrídates a Quinto Sertório, as quais visavam que este general romano conduzisse os combates de retomada da Ásia para as forças mitridáticas em troca de auxílio para a revolta na Hispânia (PLUTARCO, Sertório, XXIII). Plutarco, portanto, ao narrar este episódio evidencia a magnitude tanto da Guerra de Mitrídates, quanto da Revolta de Sertório para o contexto da crise política e social de Roma.

É notório que Caio Mário e Cornélio Sila eram os dois generais mais indicados para combater Mitrídates, pois detinham uma ampla experiência em combates e conheciam a Ásia. Entretanto, suas conexões com facções políticas contrárias ocasionaram a nomeação deste pelo Senado, ou seja, pelos conservadores. Assim, Cornélio Sila foi eleito cônsul em 88 a.C, recebendo, como já foi dito, o comando da Guerra contra Mitrídates (PLUTARCO, Sila, VI).

---

<sup>71</sup> A configuração geográfica da região é complexa e está na raiz destes embates imperialistas no Oriente. O Ponto integrava um dos reinos que foram criados na Ásia após a morte de Alexandre, o Grande. De modo próximo ao Ponto estava a Bitínia, a Capadócia, a Galácia e a província romana da Ásia. (VER FIGURA 2) O Ponto, reino de origem persa, tornou-se independente em 301 a.C., lutando contra o mundo helenístico e os selêucidas. Assim, quando Antíoco III foi derrotado pelos romanos, o Ponto cresceu até as fronteiras com a Bitínia. Ademais, no momento em que Roma conquistou Pérgamo, formando a província da Ásia, Mitrídates V fez alianças com Roma e anexou a Galácia e a Capadócia. Mitrídates VI subiu ao poder em 121 a.C, quando teve início o seu programa de expansão, principalmente em direções opostas aos domínios romanos. Expansão esta que foi assegurada pelo envolvimento de Roma nas guerras contra Jugurta, cimbrios e teutões. Ver: ASIMOV, I. *La República Romana*. Alianza, Madrid, 1981. P. 85.

<sup>72</sup> ALFÖLDY, G. “A crise da República e a sociedade romana”. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 97.

Mário, por sua vez, aproximou-se de Sulpício Rufo, o tribuno da plebe no ano de 88 a.C. Segundo Shotter, não são conhecidas as intenções de Rufo com esta aproximação, porém é sabido que ele desejava atingir a distribuição silana dos novos cidadãos itálicos pelas 35 tribos<sup>73</sup>, a qual diminuía o peso de tal participação nas Assembléias romanas e fortalecia a autoridade do Senado.<sup>74</sup> Assim, Sulpício Rufo aprovou uma lei que fortaleceu o voto destes recém-cidadãos favoráveis ao grupo *popular*. Por conseguinte, transferiu-se para Caio Mário o comando das Guerras Mitridáticas e poderes extraordinários.<sup>75</sup> Sendo assim, é possível depreendermos que os ditos *populares* possuíam uma destacada força bélica, porém, segundo Lily Ross Taylor, eles preferiam expressar suas disputas de poder nos meios institucionais<sup>76</sup>, angariando assim, o apoio popular. Note-se que no decorrer do capítulo 2 e 3 procuraremos evidenciar como Quinto Sertório também organizava sua resistência nas Hispânicas sobre estes pilares, utilizando para tanto as suas táticas de dominação (romanização, coligações com as elites nativas e posição em relação ao exército romano, aos impostos, a religião, etc.).

Sila, em resposta as ações de Sulpício Rufo, marchou com o seu exército contra Roma em uma demonstração de poder sem precedentes na história romana, sob a justificativa de que seu comando na Ásia havia sido concedido por decreto senatorial, não cabendo ao tribunato tal interferência.<sup>77</sup> Caio Mário e Sulpício Rufo fugiram, pois não conseguiram organizar uma defesa imediata igualmente eficiente ao ataque silano. Assim, este era o início de um governo favorável à aristocracia senatorial, porém, não reacionário, pois Cornélio Sila governou com medidas favoráveis a plebe urbana, aos eqüestres, aos novos cidadãos e aos soldados.<sup>78</sup> Desse modo, concordamos com Taylor que em Roma vários grupos buscavam governar pelo uso do

---

<sup>73</sup> Tal medida silana é mais complexa do que pode parecer a primeira vista. Por um lado, ela demanda uma visão conservadora, na medida em que limita o peso da concessão de cidadania aos itálicos, mantendo as decisões nas mãos do Senado. Por outro lado, no entanto, ela também pode ser vista pelo prisma de uma preocupação dita *popular*, uma vez que se preocupa com o próprio campesinato romano. Dito de outra forma, segundo Lily Ross Taylor, os camponeses estavam sumindo e perdendo força política frente aos novos cidadãos, devido à questões que envolviam a distância a ser percorrida, a própria concessão de cidadania e a concorrência com os produtos provinciais. Assim, é perceptível uma vez mais as fluídas ligações entre dois grupos políticos, denotando que não existiam partidos e programas pré-estabelecidos, mas, sim, uma ânsia por poder, o qual norteou movimentos como os de Caio Mario, Cornélio Sila, Quinto Sertório e Pompeu Magno, por exemplo.

<sup>74</sup> SHOTTER, D. "Sulla and the senate". *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p.p. 38 - 40

<sup>75</sup> BRUNT, P. A. "The fall of Roman Republic". *The fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988. p. 33

<sup>76</sup> TAYLOR, L. R. "Personalities and Programs". *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 1

<sup>77</sup> BRUNT, P. A. *Ibidem* 34

<sup>78</sup> GRUEN, E. "The aftermath of Sulla". *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 8.

exército e pela proposição de programas marcados por interesses pessoais;<sup>79</sup> elementos estes que foram marcas da administração sertoriana nas Hispânicas.

Cornélio Sila, em 87 a.C., após ter tomado Roma, dirigiu-se para a Grécia e para a Ásia, derrotando os exércitos rebeldes. Durante as vitórias silanas no Oriente, o grupo *popular* se fortalecia gradualmente na *urbs*. Cornélio Cina foi eleito cônsul em 87 a.C. juntamente com Cneu Octavio, os quais disputavam as diretrizes políticas entre si. Dessa maneira, Cornélio Cina ao tentar ressuscitar as leis sobre os itálicos de Sulpício Rufo acabou sendo expulso de Roma, pois, segundo o Senado, ele não respeitou o conjunto de leis silanas. Em contrapartida, o magistrado expulso alegou que a ação senatorial não respeitou a soberania do povo que o havia elegido cônsul.<sup>80</sup> Assim, ele se aliou aos itálicos e a Caio Mário e marchou sobre Roma, tornando-se cônsul em 86 a.C. junto com Mário, restaurando, deste modo, o poder dos marianos por via da execução de muitos silanos (PLUTARCO, Sertório, V). Cornélio Sila, por sua vez, foi condenado ao exílio e Caio Mário nomeado o novo general responsável pelo comando das guerras contra Mitrídates. Logo, concluímos que a base política, seja dos conservadores ou dos reformistas, estava centrada nos veteranos e em seus laços de *amicitia* e de clientelismo,<sup>81</sup> pois tais elementos se traduziam em força bélica, apoio e proteção nas Assembléias.

A retomada do poder pelos marianos contou com o auxílio de três importantes generais, que já tinham sua habilidade reconhecida em Roma: Carbo; Mário, o jovem e Quinto Sertório. Cada um destes militares romanos possuía o seu exército e seguia as ordens do Senado, que estava sob o controle dos marianos. Segundo Plutarco, apenas Sertório “não sacrificou ninguém à sua cólera e não abusou da vitória” (PLUTARCO, Sertório, V), pois Cornélio Cina e, principalmente, Caio Mario entregaram-se a “toda espécie de excessos e crueldades” (PLUTARCO, Sertório, V), fazendo com que Roma ansiasse por um novo governo.

A fortuna dos *populares*, entretanto, sofreu um rápido revés. Caio Mario morreu pouco tempo depois de assumir o consulado pela sétima vez e receber o comando das guerras do Oriente. Cornélio Cina, por seu turno, morreu durante um motim militar (PLUTARCO, Pompeu, V). Os marianos, deste modo, quedaram-se enfraquecidos, agravando o quadro de crise da República. Ademais, Quinto Pompeu, Crasso, Metelo Pio e Lúculo, motivados por

<sup>79</sup> TAYLOR, L. R. “Personalities and Programs”. *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 1

<sup>80</sup> BRUNT, P. A. “The fall of the Roman Republic”. *The fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988. p. 35.

<sup>81</sup> TAYLOR, L. R. *Ibidem* 7

interesses distintos, aliaram-se a Cornélio Sila, dando prosseguimento à guerra civil e fortalecimento o grupo dos conservadores. De acordo com Shotter, tais batalhas encabeçadas pelos silanos tinham como premissa, além de eliminar oponentes, conseguir recursos materiais para o suborno político e terras para os veteranos de Sila.<sup>82</sup>

Quinto Sertório, por sua vez, tornou-se o último mariano ativo, estruturando a sua resistência nas Hispânicas, uma vez que “este havia sido eleito governador” (Apiano, Guerras Civis I, 108) da Hispânia Citerior, passando a atuar como pro-cônsul. Segundo Plutarco:

Depois que Mário morreu e que Cina, algum tempo depois, foi assassinado; depois que, malgrado Sertório, o jovem Mário obteve o consulado contrariamente às leis, e os Carbões, os Norbanos e os Cipiões foram batidos por Sila quando este regressou, a ruína dos negócios públicos estava selada tanto pela covardia e debilidade dos generais quanto pela ação dos traidores. (...) Por fim, quando Sila, acampado perto de Cipião, (...), corrompeu-lhe o exército, Sertório, que prevenira Cipião sem conseguir persuadi-lo, desesperou inteiramente da cidade e se foi para a Espanha. (PLUTARCO, Sertório, VI)

Com esses embates entre silanos e marianos, Roma se encontrava sem cônsules legais. Sendo assim, o Senado seguiu as tradições e nomeou um *interrex*, a fim de que ele presidisse a convocação de novas eleições para magistrados.<sup>83</sup> Assim, Valério Flaco foi nomeado para, juntamente com o povo, indicar um novo magistrado em um prazo de cinco dias. Nas palavras de Apiano, Sila escreveu para Flaco, alegando ser ele a melhor saída para as crises romanas, sendo necessário, dessa maneira, o regresso da instituição da ditadura (Guerras Civis I, 98). Ditadura esta que deveria ser concedida por um tempo indeterminado, pois Roma e Itália estavam “despedaçadas por facções e guerras” (APIANO, Guerras Civis I, 98). Por conseguinte, Sila foi eleito ditador em 82 a.C. por um tempo indeterminado.

A eleição de Sila para ditadura teve como um de seus objetivos a promulgação de leis que visassem à reestruturação da República Romana. O governo silano, entretanto, não transcorreu sem resistências, sendo a Revolta de Sertório um destacado exemplo da resistência dos marianos. Posto isso, a administração ditatorial se utilizou de uma lista de proscritos a partir de 81 a.C, que atingia majoritariamente senadores e equestres – isto é, os segmentos envolvidos de modo patente com as diretrizes políticas. De acordo com Konrad, os proscritos perdiam o direito de possuir a cidadania romana e de residir na *urbs*, podendo ser assassinados com impunidade por qualquer indivíduo, que ainda receberia uma recompensa

<sup>82</sup> SHOTTER, D. “Sulla and the senate”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 41

<sup>83</sup> SMITH, Willian. “Interrex”. *A Dictionary of Greek and Roman Antiquities*, John Murray, London, 1875. Ver: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/secondary/SMIGRA\\*/Interrex.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/secondary/SMIGRA*/Interrex.html)

de cerca de 12000 denários.<sup>84</sup> E, ainda, as propriedades dos proscritos eram confiscadas e seus descendentes proibidos de ocupar cargos públicos.<sup>85</sup>

É notória, portanto, a adoção de medidas de força para a afirmação de tal governo. As proscricções de Sila implicaram no exílio de inúmeros reformadores, que se viram obrigados a deixar Roma, perdendo suas terras e encerrando seu *cursus honorum*. O governo de Sila, todavia, não significou o arrefecimento dos marianos, sendo a Revolta de Sertório, como já foi dito, um destacado manifesto dos movimentos de resistência organizados nesta conjuntura contra o governo vigente na *urbs*. Assim, ao lado de Quinto Sertório figuravam grandes nomes das dinâmicas político-militares romanas na referida lista de proscritos como, por exemplo, Perpena, L. Fabio Hispanienses e Hirtuleio.

Destarte, Sila se dedicou a reestruturar a República, através de uma série de medidas, da revogação e da outorga de leis. Assim, ele criou uma legislação para remover ou neutralizar os grupos que estavam contra a supremacia do Senado. Logo, o Senado foi alargado com a admissão de 300 novos senadores (os *homines novi*), os quais eram oriundos da ordem eqüestre. A esse respeito, cabe destacar que Sila conseguiu a adesão de muitos eqüestres graças aos rumos de suas conquistas no Oriente, onde muitas cidades recém conquistadas foram sobrecarregadas de impostos (como também eram as Hispânias), os quais eram de responsabilidade desta ordem social e permitiam um destacado enriquecimento particular.<sup>86</sup> É fundamental ressaltar, inclusive, que os impostos configuravam uma relevante estratégia de dominação do Senado, sendo esta a base de uma das táticas de dominação de Sertório, que tem sua análise realizada no terceiro capítulo.

Ademais, a legislação passou a depender da sanção prévia do Senado,<sup>87</sup> esgotando os poderes dos tribunos da plebe, que tiveram seu *ius auxilii* (proteção contra a ação dos magistrados) revogado e o poder de veto restrito.<sup>88</sup> Em suma, tais medidas resultaram em uma conseqüência de suma importância: enfraquecimento da facção *popular*, na medida em que sua independência em relação ao Senado foi revogada e esta magistratura passou a determinar o fim do *cursus honorum* de qualquer político com ambições personalistas.<sup>89</sup>

<sup>84</sup> KONRAD, C. F. "Metellus and the Head of Sertorius". *Gerión*. Madri: Editorial da Universidade de Madri. n. 6, 1988. p. 3

<sup>85</sup> Op. Cit.

<sup>86</sup> SHOTTER, D. "Sulla and the senate". *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 41.

<sup>87</sup> BRUNT, P. A. "The fall of Roman Republic". *The fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988. p. 34

<sup>88</sup> GRUEN, E. "The aftermath of Sulla". *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 23.

<sup>89</sup> SHOTTER, D. *Ibidem* 44

Além disso, visando evitar o surgimento e o fortalecimento de *partes* (marianos, pompeianos, sertorianos, entre outros), Sila reforçou a velha *Lex Annalis*, a qual estabelecia a idade mínima para cada magistratura. E, ainda, acrescentou-se a obrigatoriedade de um intervalo de 10 anos para ocupação de uma mesma magistratura, a fim de se prevenir a consolidação de outro poder como o de Mario.<sup>90</sup> É evidente, entretanto, que tais medidas não foram respeitadas, sendo a carreira de Pompeu Magno e a Revolta de Sertório bons exemplos.

Os tribunais de jurados, por seu turno, voltaram a ser prerrogativas exclusivamente senatoriais, contrariando uma das reformas dos Graco, que concedia os tribunais aos eqüestres. Todavia, tais medidas não devem ser interpretadas pela ótica de uma profunda divergência entre a ordem senatorial e a eqüestre. Suas diferenças eram de natureza hierárquica. Logo, a conexão entre estas duas ordens inseria-se no jogo da política personalista da República Tardia, implicando ser errôneo pensar que estas duas ordens eram rivais. Ambos os grupos possuíam poder em Roma, havendo uma disputa sobre a *nobilitas* romana, fruto da crescente mobilidade social dos eqüestres.

Outra medida extremamente relevante tomada por Sila e que está diretamente ligada à Revolta de Sertório foi a sua regulamentação dos governos provinciais. As promagistraturas se restringiriam a ex-cônsules e ex-pretore, criando uma rotatividade de governos, a fim de, por um lado, garantir governos políticos e culturalmente romanos no que tange à lógica da dominação imperial e, por outro lado, impedir tanto o fortalecimento de uma área provincial subordinada à Roma, como o apontamento de um governante com poder de *imperium* e força bélica extrema. Ademais, tais prerrogativas foram complementadas com a *Lex Sempronia* de Caio Graco, que determinava que os governadores provinciais deveriam ser escolhidos por sorteio a partir de uma lista de magistrados indicados.<sup>91</sup> E, ainda, os promagistrados deveriam seguir um regulamento, o qual proibia o início de guerras sem a permissão do Senado e do Povo – meio de Sila impedir que os governadores utilizassem seu poder para fins exclusivamente pessoais ou que se opusessem de modo direto a Roma.

Com base nessas determinações é possível problematizarmos e compreendermos uma série de questões que pairam sobre a Revolta de Sertório. Em primeiro lugar, é plausível afirmar que Sila efetuou parte dessas medidas tendo em vista a própria Revolta de Sertório, que teve seu início em 82 a.C. e se configurou em um episódio marcado pela força de um governador de província, utilizando os recursos locais e um exército particular. Em segundo

---

<sup>90</sup> SHOTTER, D. "Sulla and the senate". *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 44

<sup>91</sup> Op. cit.

lugar, torna-se mais compreensível como Quinto Sertório pôde ser eleito “pro-cônsul” (APIANO, Guerras Civis I, 108) de uma província tão importante como a Hispânia Citerior em pleno governo silano. Em outras palavras, é provável que Sertório, ex-pretor da Gália Cisalpina, tenha sido sorteado em 83 a.C após uma indicação para a mencionada lista prévia. A ocupação desta magistratura, por sua vez, foi essencial para o desenrolar da sua resistência e do estabelecimento de suas táticas de dominação. E, em terceiro lugar, é evidente que Quinto Sertório não seguiu as premissas silanas reguladoras de declarações de guerras pelos governadores provinciais.

Sila renunciou à ditadura em 79 a.C., após realizar a reforma institucional acima referenciada e acirrar o quadro de divergências entre *populares* e *optimates* no que concernem às diferentes visões sobre as necessidades de reformas políticas e sociais. A saída definitiva de Sila da cena política em 78 a.C., quando da sua morte, representou o início da ruína da estrutura republicana, que foi aprofundada no momento em que houve distintas modificações na legislação silana,<sup>92</sup> analisadas no terceiro capítulo. A retomada do poder pelo Senado, então, acarretou uma série de disputas ainda latentes. Tal Conselho passou a enfrentar três dos seus maiores inimigos:<sup>93</sup> Quinto Sertório e o sua resistência nas Hispânicas, Pompeu Magno e o seu crescente poder e, futuramente, Júlio Cesar e o seu expansionismo.

Ademais, integrando em menor escala esta conjuntura conflituosa, tem-se Marco Emílio Lépido, que tentou reorganizar o grupo *popular* em 77 a.C com o auxílio de Bruto. Ressaltemos que a trajetória política de Lépido se configura em um bom exemplo das alianças transitórias e dos interesses personalistas inerentes à República tardia, pois uma política de casamentos o havia ligado a Saturnino e a Caio Mario. Porém, quando os marianos perderam força em 100 a.C. ele defendeu o *status quo*, ocorrendo o mesmo em 80 a.C. Desse modo, Lépido tornou-se cônsul em 78 a.C., enriquecendo com as proscricções de Sila. Em contrapartida, com a morte do ditador, ele vislumbrou uma oportunidade de ascensão política, iniciando uma revolta na Etrúria.<sup>94</sup> Assim sendo, “Lépido, para atrair os itálicos, disse que lhes devolveria a terra que haviam perdido durante o governo de Sila.” (APIANO, Guerras Civis I, 107). Deste modo, Lépido conseguiu certa adesão e se dirigiu para a Gália Cisalpina, a fim de organizar uma resistência contra os silanos. Destarte, o Senado, segundo Gruen, não cria no teor reformista de suas propostas (restabelecimento da distribuição de cereais e do

<sup>92</sup> GRUEN, E. “The aftermath of Sulla”. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 6.

<sup>93</sup> TAYLOR, L. R. “Personalities and Programs”. *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 18

<sup>94</sup> GRUEN, E. *Ibidem*. 12.



poder tribunício, restituição da cidadania dos itálicos, novas políticas agrárias<sup>95</sup> e fim das desapropriações dos proscritos<sup>96</sup>), identificando-as como parte de uma propaganda pessoal, que deveria ser contida.<sup>97</sup>

Pompeu Magno foi nomeado pro-pretor com especial poder de *imperium* para combater esta resistência na Gália, já que era um general consagrado, detentor de um triunfo e de um grande prestígio junto ao Senado desde suas campanhas ao lado de Sila. Paralelamente, Lépido “lançando-se na direção de Roma, instalava-se fora das muralhas e exigia um segundo consulado” (PLUTARCO, Pompeu, XVI). Bruto, entretanto, pôs fim aos confrontos na Gália, pois se entregou a Pompeu, que o assassinou. Assim, Lépido buscou refúgio na Sardenha, onde acabou morrendo (PLUTARCO, Pompeu, XVI; APIANO, Guerras Civis I, 107). Seu exército, no entanto, não foi totalmente desmobilizado, posto que “a maior parte do mesmo Perpena conduziu para Espanha para combater ao lado de Sertório” (APIANO, Guerras Civis I, 107).

As campanhas de Pompeu Magno ao lado de Cornélio Sila e as suas vitórias sobre Lépido e Bruto tornaram esse general um dos homens mais poderosos em Roma. Sua carreira, entretanto, estava crescendo na ilegalidade, sendo ela baseada na violência e na duplicidade característica deste período (ora tendendo a uma postura conservadora, ora inclinando-se a comportamentos ditos *populares*). Sendo assim, o Senado começava a temer o crescimento pompeiano. O pro-cônsul Catulo, então, ordenou a desmobilização das tropas de Pompeu Magno após os conflitos com Lépido. O general, em contrapartida, respondeu que deveria ser enviado à Hispânia Citerior uma vez mais com poder especial de *imperium*, porém na qualidade de pro-cônsul, com o intuito de lutar ao lado de Metelo Pio contra os marianos remanescentes sob o comando de Quinto Sertório. Isto porque tal vitória se traduziria em muita honra, prestígio e poder entre os romanos, pois, nas palavras de Apiano, “das empresas de Sila a que estava pendente era a guerra contra Sertório.” (APIANO, Guerras Civis I, 108). Os senadores, temendo a força de Pompeu Magno, concederam o referido poder, contrariando novamente a *Lex Annalis*, colocando tal general no mesmo patamar do ex-cônsul Metelo Pio, que havia sido designado pelo próprio Sila.<sup>98</sup> Logo, Pompeu Magno foi nomeado governador da Hispânia Citerior, ao passo que Quinto Metelo fora incumbido da Hispânia Ulterior.

<sup>95</sup> BRUNT, P. A. *Conflits sociaux en Republique romaine*. Paris: François Maspero, 1979. p. 78.

<sup>96</sup> KONRAD, C. F. “From the Gracchi to the first civil war”. *A companion to the Roman Republic*. UK: Blackwell Publishing, 2006. p.184

<sup>97</sup> GRUEN, E. “The aftermath of Sulla”. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994.

<sup>98</sup> SHOTTER, D. “Sulla and the senate”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p.p. 44 - 46

Assim, é indubitável que Roma não poderia aceitar o governo de Quinto Sertório nas Hispânicas, pois tal resistência, além de simbolizar uma afronta ao governo de Sila, tinha como objetivo controlar a *urbs* e a Península Ibérica – região essencial para o imperialismo romano.

A revolta foi sufocada, então, após inúmeros embates entre as forças senatoriais e os revoltosos. E, por conseguinte, o arrefecimento desta resistência concedeu a Pompeu Magno os louros da vitória. Assim sendo, tal general “permaneceu na Espanha o tempo necessário para sufocar as perturbações mais graves e minorar as dificuldades mais prementes” (PLUTARCO, Pompeu, XXI) Deste modo, ele tratou de reafirmar o domínio romano em uma das mais importantes províncias da República. Suas estratégias de dominação foram diversas, indo desde o combate armado a formação de uma das maiores clientelas na história de Roma.<sup>99</sup> Destarte, é notória a importância de Pompeu Magno para a dominação das Hispânicas, graças ao prestígio que ele angariou junto aos hispanos, desde a época das campanhas de seu pai, Pompeu Estrabão, que concedeu a cidadania romana por serviços prestados a muitos provinciais.

Ao retornar a Península Itálica em 71 a.C., Pompeu Magno se deparou com as ações finais do pretor Crasso na Revolta de Espártaco (74 – 71 a.C.), exterminando “cinco mil fugitivos que toparam com ele” (PLUTARCO, Pompeu, XXI). Tal episódio fortaleceu ainda mais a figura pompeiana, na medida em que a referida revolta de escravos fora muito violenta, causando um grande temor em Roma e a conseqüente designação deste general para combater ao lado de Crasso. Sendo assim, nas palavras de Shotter, “Pompeu pegou metade da glória, mesmo tendo tido uma pequena participação.”<sup>100</sup>

Destarte, a citada revolta se configurou em outro momento de tensão para a Roma do século I a.C. A década de 70 a.C., em especial, contou com uma série de conflitos de destacada periculosidade para Roma: Lépido, Quinto Sertório, Mitrídates, Espártaco, entre outros. Tais eventos poderiam a primeira vista denotar certa fragilidade do Estado Romano, porém, a leitura que prevalece nas fontes é a da força de Roma, na medida em que ela conseguiu superar suas crises internas e externas. A meu ver, os autores antigos transmitem uma visão contundente sobre o poder do Estado romano, embora seja patente que tais revoltas deixaram marcas profundas na sociedade, transformando-a paulatinamente e agravando o quadro de crise republicana. Os momentos finais da República, portanto, inauguraram uma nova ordem, que se baseava na força dos exércitos e na emergência dos poderes personalistas.

<sup>99</sup> VALVERD, Luis Amela. “Las concesiones de ciudadanía romana: Pompeyo Magno e Hispania”. *Memorias de Historia Antita*, Nº 22 – 23, 2005. p.p.: 91 – 103.

<sup>100</sup> SHOTTER, D. “Sulla and the senate”. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 47

Logo, as vitórias de Crasso sobre Espártaco e as de Pompeu sobre Sertório e Espártaco conferiram-lhe grande prestígio político e ocasionaram um quadro de rivalidade e busca por “fama” (APIANO, Guerras Civis I, 121) por parte destes generais. Segundo Shotter, o Senado, em meio a esta conjuntura, acreditava estar protegido contra o crescimento da figura de Pompeu Magno, pois se cria em uma iminente disputa de poder com Crasso. Plutarco, por sua vez, contradiz o relato de Apiano, enfatizando que Pompeu “buscava manter com Crasso relações amigáveis” (PLUTARCO, Pompeu, XXII). Portanto, com base em ambos os relatos, é possível inferir que Pompeu Magno e Crasso formaram uma união política provisória, partilhando suas riquezas, exércitos e clientes, a fim de obterem o poder máximo na República: o consulado. Assim, novamente segundo Shotter, a conturbada década de 70 a.C. termina com a intimidação do Senado e com essa formação consular ilegal, a qual, devido à fatores estudados no terceiro capítulo, desfez algumas das medidas tomadas por Sila.<sup>101</sup> Logo, eles foram eleitos pela temeridade de eclosão de uma nova guerra civil e por jogos políticos:

dessa forma se resolveu com tranqüilidade, o que parecia ser outra guerra civil. Este episódio das guerras civis [o consulado de Crasso e Pompeu] ocorria após sessenta anos do começo dos conflitos ao se contar desde o assassinato de Tibério Graco. (APIANO, Guerras Civis I, 121)

Como Gruen explica, a reputação política e militar de Pompeu Magno concedeu-lhe o segundo triunfo e o consulado, afastando em certa medida os seus possíveis inimigos políticos.<sup>102</sup> Assim, ele recebeu o apoio de conservadores, reformadores e *homines novi*, já que sufocou importantes ameaças à Roma. Crasso, por sua vez, também foi uma figura central para a República, na medida em que cooperou com Sila na década de 80 a.C., (enriquecendo com as proscricções silanas), teve uma relevante atuação política e sufocou a Revolta de Espártaco. Em suma, a riqueza e o prestígio de Pompeu e Crasso, bem como suas alianças com Sila, concederam-lhes o ápice das magistraturas romanas: o consulado de 70 a.C.<sup>103</sup>

A título de conclusão, Joly nos oferece uma síntese das motivações das guerras civis romanas: conquistas e pilhagens de territórios; importação de butim e escravos para a Itália; empobrecimento dos camponeses da Península Itálica e expulsão de suas propriedades; recrutamento desses camponeses para o exército e sua migração para Roma; incessantes exigências por redistribuição de terras. Assim, a partir do momento em que Roma começou a ampliar seu poder pelo Mediterrâneo, sobretudo depois da II Guerra Púnica, iniciou-se uma

<sup>101</sup> SHOTTER, D. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994.

<sup>102</sup> GRUEN, E. “The aftermath of Sulla”. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. P. 43.

<sup>103</sup> GRUEN, E. “The consuls and consular elections”. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 126.

seqüência de etapas inter-relacionadas que culminaram em um contexto de crise insolvente.<sup>104</sup> Logo, as estratégias de dominação senatorial, as práticas imperialistas e o quadro de guerras civis são fenômenos complexos e interligados, sendo o objetivo desta dissertação analisá-los conjuntamente através dos desdobramentos da Revolta de Sertório.

Ademais, vislumbramos que os momentos finais da República marcam uma mudança nos métodos empregadas na luta pelo poder político. As *partes*, segundo as definições de Cícero, a partir de então mobilizaram exércitos regulares para alcançar os seus objetivos, através do uso da força e de duros regimes, como o de Cornélio Sila. Ambas as facções se utilizaram das instituições políticas e sociais para consolidar e impor o seu jugo. Assim, as guerras civis como a que houve entre Caio Mário e Cornélio Sila e Quinto Sertório e Pompeu Magno inauguraram uma nova era da história de Roma, pois estes conflitos envolviam todo o Império Romano e, principalmente, confrontavam romanos *versus* romanos por via de batalhas diretas e regimes brutais.<sup>105</sup> Era o acirramento de um quadro de disputas de poder, o qual se desenvolvia em Roma e em suas áreas provinciais, evidenciando a complexidade crescente deste sistema de conquistas, que tinha como base as estratégias de dominação do Senado, a dinâmica da romanização e a lógica imperialista romana de fins da República. As províncias, portanto, assumiam um papel central na organização político-social e econômica da República Romana tardia.

## **1.2 O EXPANSIONISMO ROMANO E O PAPEL DAS HISPÂNIAS NO CONTEXTO DAS DISPUTAS DE PODER DO SÉCULO I a.C.**

As diferentes imbricações das disputas de poder do século I a.C., envolvendo as divergências em torno das inúmeras propostas reformistas e o crescente poder pessoal, conformavam-se na dominação de outras áreas ou de outros povos. Nas palavras de Finley, “a natureza e a configuração da política romana estiveram sempre intimamente vinculadas à guerra, conquista e a ocupação de terras, que as oscilações entre períodos de ‘agitação’ e de ‘quiescência’ foram causas e conseqüências de um comportamento político específico.”<sup>106</sup> Assim, as raízes dos conflitos da Roma republicana foram materializadas no expansionismo, ou melhor, no imperialismo desde o seu nascimento. Tal processo, entretanto, não deve ser

<sup>104</sup> JOLY, Fábio D. “Terra e Trabalho na Itália no Alto Império”. SILVA, Gilvan V.; MENDES, Norma M. (orgs). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005. p. 66.

<sup>105</sup> ALFÖLDY, G. “A crise da República e a sociedade romana”. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 101.

<sup>106</sup> FINLEY, M. “Conflitos e Questões Políticas”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 136.

visto de forma homogênea em toda a sua duração, mas, sim, como um fenômeno multifacetado e constituidor, em grande medida, do cerne dos embates romanos.

Várias são as correntes historiográficas que procuram dar conta deste processo expansionista, indo desde explicações balizadas em um “imperialismo defensivo” às correntes atuais, que são mais ponderadas. A concepção de imperialismo defensivo enunciada por Mommsen no século XIX é bastante criticada pela historiografia contemporânea, sendo ela considerada simplista e eurocêntrica, pois nasceu como uma forma de discurso de poder e glorificação das potências neo-imperialistas. Segundo Freeman, ela se caracteriza, em linhas gerais, pela relutância de Roma em anexar certos territórios quando oportunidades favoráveis aos romanos se colocavam.<sup>107</sup> Assim, a presente dissertação se insere nos debates da atualidade, procurando explicar o processo expansionista romano mediante outros parâmetros.

Norma Mendes, por exemplo, caracteriza o expansionismo romano como um complexo processo destinado, entre outros condicionantes, a obtenção de recursos humanos e materiais (terra, produtos primários, metais). Ademais, ele se constituiria em um fenômeno que visava à busca de “mercados” para a troca e obtenção de produtos, mediante o controle de localidades detentoras de comércio e de relações culturais inter-regionais.<sup>108</sup> Seguindo este raciocínio, a referida pesquisadora identifica a expansão romana como uma:

Integração, (...), formada por uma variedade de relações de exploração de recursos materiais e humanos, sendo a função da periferia servir ao centro geopolítico para assegurar seu funcionamento e manutenção, através de uma rede de ‘trocas’ e alianças políticas articulando os interesses da elite do centro e das elites locais.<sup>109</sup>

Já Moses Finley acredita não ser “fácil deslindar as motivações dessa fome incessante de guerra e conquista”<sup>110</sup>, devendo ser levados em consideração aspectos psicológicos e estratégicos, como “patriotismo, glória militar, interesse nacional, defesa nacional”<sup>111</sup> e butim pessoal. Do mesmo modo, Ana Teresa Gonçalves, entre outros autores<sup>112</sup>, defende a premissa de que o expansionismo romano possuiu dois momentos distintos, sendo motivado, inicialmente, por questões de necessidades vitais, tais como a “defesa nacional”, a obtenção

<sup>107</sup> FREEMAN, P. “Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19<sup>th</sup>-c Britain”. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997. P. 30.

<sup>108</sup> MENDES, N. “Centralização e Integração na Experiência Imperialista Romana: Uma Reflexão”. *PHOÊNIX*, Sete Letras, 2004. p. 259.

<sup>109</sup> *Ibidem* 260

<sup>110</sup> FINLEY, M. “Conflitos e Questões Políticas”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 137.

<sup>111</sup> Op. Cit.

<sup>112</sup> Cf: MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

de terras, a manutenção de pontos comerciais e estratégicos e, ainda, os interesses da aristocracia em desfrutar dos benefícios das conquistas.<sup>113</sup> Ademais, havia mecanismos ideológicos estruturadores desse processo, como o patriotismo e a glória militar, que eram fundamentais para o fortalecimento da dignidade e da autoridade dos magistrados romanos interessados em ascender em seu *cursus honorum*.<sup>114</sup>

Sendo assim, identificamos o expansionismo romano como um processo multifacetado, perpassando por motivações materiais e humanas, justificativas ideológicas correlacionadas com o contexto político-social da República Romana, estando imbuído de distintos conflitos e disputas de poder. Suas motivações podem ser sintetizadas em dois princípios fundamentais: a justificativa ideológica e a aquisição de bens e vantagens de ordem material. Logo, este ideal de expansão permeia também a concepção de *imperialismo* e, ainda, do discurso de poder romano. Segundo Jaine Webster:

O discurso grego do barbarismo, (...), foi também aproveitado por Roma. A República Romana Tardia, em particular, pegou o discurso grego de barbarismo e o transformou em algo específico do [discurso] imperial – um discurso que justificava a expansão territorial.<sup>115</sup>

Assim, de modo paralelo a esse discurso, não se pode deixar de ressaltar que “qualquer que fosse a motivação consciente da guerra, (...), ou a forma de representar/justificar o seu início, a vitória acarretava a obtenção de materiais (territórios, escravos e soldados), além de poderio político (glória para os chefes, alianças com aristocracias locais).”<sup>116</sup>

Por conseguinte, destacamos que a expansão territorial romana se apresentava de forma incontestável, devido às necessidades político-sociais e as dinâmicas da economia romana. Dessa maneira, analisaremos o sistema mundial estabelecido entre Roma e suas áreas anexadas pelo prisma dos conceitos interligados de imperialismo e de romanização, que são os temas centrais dos dois capítulos seguintes desta dissertação. Segundo Finley, “um Estado pode ser denominado imperialista se, em qualquer momento, exerceu autoridade sobre outros Estados (ou comunidades ou povos), visando a seus próprios fins e vantagens.”<sup>117</sup> Ao passo

<sup>113</sup> GONÇALVES, A. T. M. “Diversidade étnica no Império Romano: o caso dos bretões”. *PHOÏNIX*, Sete Letras, 2002. p. 15.

<sup>114</sup> Op. Cit.

<sup>115</sup> WEBSTER, J. “Ethnographic barbarity: colonial discourses and Celtic warrior societies”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. pp. 111 - 123

<sup>116</sup> GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-Romano*. SP: Editora Ática. Série Princípios, 1987. p. 40-43.

<sup>117</sup> FINLEY, M. “Empire in the Greco-Roman World”. *Greece & Rome*. Vol. 25, Nº. 1, Abril, 1978. P. 56.

que Whittaker define romanização como a própria cultura do imperialismo romano.<sup>118</sup> Portanto, as justificativas ideológicas e simbólicas, juntamente com os mecanismos de coerção e exploração material gerenciados pela aristocracia romana formam a lógica imperialista de Roma, que nasce em um contexto específico do expansionismo romano.

Destarte, seguimos a corrente de alguns autores, como Norberto Guarinello, que atesta a divisão do expansionismo em dois momentos distintos.<sup>119</sup> A princípio, ele teria ocorrido baseado em um impulso de defesa da cidade de Roma, que se encontrava *supostamente* ameaçada por territórios limítrofes no que tange às questões de hegemonia na região do Lácio. Posteriormente, no entanto, este impulso ganhou novos ares, assumindo a forma de uma expansão calcada, por um lado, no referido ideal religioso e civilizatório e, por outro, na constante busca por recursos materiais e humanos, os quais eram fundamentais para as demandas crescentes do Estado Romano. Destarte, a expansão pode ser periodizada em duas fases distintas ao se analisar a organização das conquistas, as motivações, o tipo de vantagens advindas da ação exploratória do centro dominante<sup>120</sup> e, ainda, os seus reflexos em Roma.

Não caberia ao presente estudo, entretanto, analisar os elementos condicionantes da primeira fase do expansionismo romano, posto que se tratou de um período complexo e merecedor de grande atenção, a qual nos desviaria de nosso tema, ou seja, as disputas de poder do século I a. C. – contexto propiciador da Revolta de Sertório. As guerras entre silanos e mariano estiveram especificamente ligadas aos desdobramentos da segunda fase expansionista de Roma e, portanto, este é o período em que iremos nos focar.

A segunda fase do expansionismo romano tem início com as disputas hegemônicas entre Roma e Cartago pelo Mediterrâneo, que culminaram na II Guerra Púnica, ocorrida destacadamente na Península Ibérica. Como já foi dito, tal guerra compõe o episódio que transformou as bases da sociedade romana no século III a.C., pois a tornou a senhora do Mundo Mediterrânico sob a direção do Senado. A partir de então identificamos o auge da concentração de poder em Roma, graças às alterações na forma de organização e exploração das áreas conquistadas. A vitória sobre Cartago tornou Roma uma grande potência expansionista e, principalmente, inaugurou a faceta imperialista desta sociedade.

Gramsci, por sua vez, atesta que a constituição de uma “grande potência” está intimamente ligada a sua atuação e aquisição de benefícios em um contexto de guerra. Sendo

---

<sup>118</sup> WHITTAKER, C. R. “Imperialism and culture: the Roman initiative” in: MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

<sup>119</sup> GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-Romano*. SP: Editora Ática. Série Princípios, 1987. p. 40

<sup>120</sup> Op. Cit.

assim, um Estado torna-se uma grande potência ao conservar, em momentos de paz, uma relação de forças com seus aliados capaz de manter pactos e promessas feitas no início da campanha.<sup>121</sup> Desse modo, a concepção de potência conquistadora de Gramsci dialoga com o já citado ideal de imperialismo de Finley, na medida em que se almejava o exercício de um poder autoritário sobre outros territórios, visando a seus próprios fins e vantagens. Portanto, a segunda fase do expansionismo romano, iniciada com a conquista da Península Ibérica, inaugura uma nova forma de exploração de inúmeros territórios conquistados, propiciando o surgimento da lógica imperialista romana, a qual direcionava e era direcionada dialeticamente pelos rumos dos conflitos políticos e sociais vivenciados na *urbs* e nas províncias.

Dessa maneira, a anexação da Península Ibérica, ou seja, das Hispânicas, significou um aumento bastante considerável do *ager publicus* romano, que não seguiu um sistema de distribuição coerente, favorecendo a aristocracia. O enriquecimento e a corrupção, então, passaram a fazer parte do cotidiano de senadores e eqüestres, graças à exploração das províncias – dentre as quais enfatizamos o papel das Hispânicas; ao passo que o povo empobrecia e era gradualmente mais explorado.<sup>122</sup> Logo, as motivações e os desdobramentos da segunda fase do expansionismo romano configuram elementos-chave para a compreensão da crise política e social da República Romana tardia.

Desde a primeira fase da expansão, Roma teve como principal condicionante a busca por terras e, por conseguinte, o resultado efetivo foi o alargamento das propriedades do Estado. Sendo assim, é capital ressaltar que desde este primeiro momento Roma não possuía um programa de distribuição de lotes, dando início às querelas em torno da questão agrária. Ademais, a anexação destes territórios incorria em uma diferenciada integração da população subjugada no sistema político de Roma. Mais uma vez de acordo com Guarinello:

Isso ocorria no quadro de uma complexa escala de relações, indo da preservação da autonomia municipal, (...), até formas intermediárias: cidades aliadas, cidades que recebiam apenas o direito privado, colônias, (...), e áreas que perdiam a capacidade de autogoverno, sendo administradas por magistrados romanos.<sup>123</sup>

Posto isso, Roma estabeleceu uma complexa rede de alianças com as elites locais, principalmente, da Península Itálica, integrando-a a sua estrutura político-administrativa mediante, por exemplo, a concessão de cidadania e do direito romano. Os acordos com as

<sup>121</sup> GRAMSCI, A. “Relações de Força”. *Cadernos do Cárcere*. SP: Civilização Brasileira. Vol. 3, 2000. p. 75.

<sup>122</sup> TAYLOR, L. R. “Personalities and Programs”. *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 4

<sup>123</sup> GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-Romano*. SP: Editora Ática. Série Princípios, 1987. p. 50.



elites nativas, centrados nas virtudes romanas *fides*<sup>124</sup> e *amicitia*<sup>125</sup>, permitiam a manutenção do regime oligárquico e, conseqüentemente, a contenção das pressões populares nestes territórios, sobre os quais recaiam distintos impostos – incluindo-se o fornecimento obrigatório de soldados para o exército romano. Tal movimento expansionista, então, deu origem aos *socii* itálicos tratados anteriormente, os quais ansiavam pelo alargamento da concessão de cidadania romana, visando a participar das decisões político-sociais em Roma. Assim, a Península Itálica gradualmente se convertia em um conglomerado de cidades aliadas e de colônias romanas. Todavia, Nicolet pondera ser “evidente que, se considerarmos a população global da Itália romana, os cidadãos, na época médio-republicana, não passavam de uma minoria: tal situação permanecerá imutável até a ‘guerra social’.”<sup>126</sup>

Destarte, houve uma pressão popular em relação às diretrizes norteadoras da expansão, porém a resolução dos conflitos sociais existentes em Roma não se constituiu em uma das motivações do expansionismo. Assim, as conquistas e seus subseqüentes benefícios levaram a agudização das disputas de ordem social, envolvendo senadores e camadas mais humildes. As leis agrárias e os embates de cunho reformista entre *populares* e *optimates* configuram vestígios específicos de tais altercações a partir do século II a.C. Deste modo, é notório como o expansionismo romano está diretamente relacionada à estruturação dos conflitos políticos e das disputas de poder inerentes as guerras civis romanas.

Assim, a segunda fase iniciada com a conquista da Península Ibérica teve uma organização bastante específica no que tange o seu caráter exploratório. As anexações territoriais ocorriam sob a forma de províncias, as quais se constituíam, *grosso modo*, em fontes regulares e fixas de recursos materiais e humanos. Dito de outra forma, as províncias ao fim da época republicana representavam um território subjugado fora da Itália, sendo ele governado por um magistrado romano residente. Em suma, nasciam as estratégias de dominação provincial do Senado.

O Estado Romano, por conseguinte, impunha tributos anuais, o pagamento de indenizações de guerra, além de explorar os recursos naturais das regiões conquistadas. Roma, entretanto, não administrava diretamente suas possessões, entregando a exploração das

<sup>124</sup> A *fides* era uma das mais importantes virtudes do *mos maiorium* romano. Ela possuía uma concepção extensa, assumindo o sentido de “confiança”, “fidelidade”, “boa-fé”. Assim, ela se ligava a valores como *Concordia*, *Virtus*, *Pietas* e *Iustitia*. REFERENCIAS

<sup>125</sup> A *amicitia* pressupunha relações de amizade, lealdade e cooperação entre notáveis (senadores e eqüestres). Tratava-se de uma relação política entre iguais.

<sup>126</sup> NICOLET, C. “O cidadão e o político”. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 23

províncias aos publicanos, durante um período específico.<sup>127</sup> Assim, o expansionismo engendrou uma lógica de exploração provincial de orientação centrípeta, na medida em que “no plano econômico, a dominação imperial traduz-se na organização de uma transferência de bens em direção do ou dos centros de poder político.”<sup>128</sup> Portanto, os ricos e férteis territórios das Hispânicas foram convertidos gradualmente em pólos fornecedores de distintas riquezas necessárias ao desenvolvimento da *urbs* e de outras áreas anexadas à República.

O complexo sistema de exploração romano, por sua vez, possibilitava uma grande acumulação privada de riquezas, pois os governadores de províncias comungavam de interesses similares aos dos publicanos. Em outras palavras, havia uma concepção de enriquecimento particular, utilizando-se, por exemplo, da exploração ilícita dos provinciais ou voltando-se para o butim dos vencidos – um dos principais atrativos para os generais romanos<sup>129</sup>. Assim, as promagistraturas eram cargos bastante cobiçados por aqueles que desejavam uma rápida ascensão em seu *cursus honorum*. Em contrapartida, a conquista engendrou inúmeras disputas ao confrontar implicações de interesse coletivo com práticas de cunho individual,<sup>130</sup> sendo o enriquecimento ilícito e o fortalecimento político de promagistrados um exemplo singular desses desdobramentos nas Hispânicas. Observando tais dinâmicas é perceptível uma vez mais o estabelecimento de uma relação direta entre política e poder militar e, ainda, a crescente faceta do poder personalista em Roma. É evidente que tal postura romana levou ao surgimento de uma série de resistências ao poder central. Quinto Sertório soube utilizar este aspecto de insatisfação ocorrido nas Hispânicas como uma vantagem para a sua revolta, na medida em que angariou adeptos e fortaleceu seu movimento sobre a inconsistência romana na região, dando origem as suas táticas de dominação.

Por outro lado, a intensificação do caráter explorador romano significou o acirramento dos já latentes conflitos sociais na *urbs*, devido às querelas entre o povo e os aristocratas em torno das questões de controle e de distribuição de benefícios. Isto porque as conquistas, como já foi dito, favoreciam principalmente os aristocratas e os eqüestres, na medida em que eles angariavam grandes propriedades oriundas do *ager publicus*, montantes constantes de escravos e controlavam o crescente comércio movido pela anexação das províncias. Já o povo era mantido em uma situação precária sem a redistribuição efetiva dos lotes conquistados. Destarte, a fundação de colônias neste momento ganha novas perspectivas, passando a ter

<sup>127</sup> MARTÍNEZ, J. M. B. “El impacto de la conquista de Hispania en Roma (218 – 154 a. C)”. *Estudios Clásicos* 7, 1962. p.p.: 1 – 29.

<sup>128</sup> CARTIER, M. “Imperialismo”. Enciclopédia Einaudi. Estado-Guerra. Vol. 14. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. pp.: 324.

<sup>129</sup> MARTÍNEZ, J. M. B. Op. Cit.

<sup>130</sup> FINLEY, M. “Conflitos e Questões Políticas”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 123.

como objetivo principal aliviar as pressões em Roma em momentos críticos e, ainda, reaproveitar áreas abandonadas<sup>131</sup> e garantir as conquistas de territórios afastados.

Assim, as riquezas advindas do expansionismo se tornaram gradativamente tema para os embates entre os senadores *populares* e os *optimates*. Os programas reformistas inaugurados pelos irmãos Graco tinham como base uma certa distribuição de terras, a concessão de cidadania romana, a distribuição de trigo, etc. Seu objetivo capital era conter as conturbações na *urbs*, as resistências nas províncias e regular o recrutamento para o exército. Tratava-se, portanto, de um ideal de controle social, sendo ele correlacionado intrinsecamente à dinâmica expansionista. Deste modo, segundo Guarinello, três são os fatores capitais para o quadro das tensões sociais romanas no último século da República: a ruína dos pequenos camponeses geradas com as contínuas guerras; a concentração de riquezas e poder nas mãos dos aristocratas e os poucos benefícios angariados pelo povo ao longo das conquistas.<sup>132</sup>

No bojo do processo expansionista romano, as Hispânicas se constituem em províncias de suma relevância, pois a conquista da Península Ibérica, como já foi citado, marca justamente o surgimento da segunda fase do expansionismo de Roma, sendo ela um dos fatores responsáveis pelo acirramento do quadro de crise política e social da República tardia. Ademais, a lenta dominação das Hispânicas, que levou dois séculos para ser efetuada por completo, configurou os primeiros passos na estruturação e consolidação do imperialismo romano, que foi responsável pela formação de um vastíssimo império, atingindo a sua extensão máxima durante o Principado. Assim, a análise das motivações romanas da conquista, bem como das práticas imperialistas romanas nas Hispânicas, permite observar: as diferentes formas de interações políticas e socioeconômicas entre Roma e a citada província, as estratégias de dominação romana, as resistências e as negociações efetuadas entre o centro e uma destacada área periférica. Tais aspectos serão tratados cuidadosamente ao longo de toda a dissertação, cabendo enfatizar, neste segmento, quais os elementos motivadores da conquista da península, que estão correlacionados com o contexto de crescentes disputas de poder no século I a.C.

Assim sendo, é fundamental compreender o porquê de Roma ter se dedicado proficuamente à conquista desta região, pois a elucidação dos fatores que traduzem a importância político-econômica da Península Ibérica para o Império Romano esclarece os motivos para a sua escolha por Quinto Sertório como o lócus de seu movimento de resistência

---

<sup>131</sup> HARVEY, P. "Colonização Romana". *Dicionário Oxford de Literatura Clássica: Grega e Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p.: 130

<sup>132</sup> GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-Romano*. SP: Editora Ática. Série Princípios, 1987. p.: 74-75.

aos silanos. Destarte, de acordo com muitos autores antigos, a conquista romana desse território esteve atrelada as suas ricas minas de ouro e prata. Segundo José Martinez, a situação financeira romana antes da anexação das Hispânias era periclitante, uma vez que Roma havia se empenhado em duas guerras subseqüentes contra Cartago.<sup>133</sup> Sob esta égide, Tito-Lívio relata: “o tesouro do povo romano estava esgotado” (TITO-LÍVIO, História de Roma III, 32) em virtude das guerras púnicas. Logo, a constatação de que a região era amplamente rica em recursos minerais e agrícolas, quando do desenrolar da II Guerra Púnica, constituiu-se em um dos fatores determinantes da dominação da região, iniciando a segunda fase do expansionismo romano. Dessa maneira, Estrabão ao tratar da geografia do território nos fornece dados que corroboram o conhecimento dessas reservas naturais e, por conseguinte, permitem-nos inferir o interesse imperialista de Roma sobre as mesmas.

Exporta-se da Turdetania muito trigo, vinho e azeite, não apenas em quantidade, mas também é muito bom. Também se exporta cera de abelha, mel, peixes, (...), que não são inferiores a “Terra de Sinope”. Os barcos são fabricados com a madeira nativa. Ademais, há em Turdetania sal fóssil e não poucos rios salgados (ESTRABÃO, Geografia, III, 2,6).

(...)

Estando prevista a dita região, (...), com tantos produtos, deve-se elogiar e admirar ainda mais a abundância de seus metais. Porque todo o país dos iberos está cheio deles, (...). Em nenhuma parte do Mundo encontrou-se até hoje nem ouro, nem prata, nem cobre, nem ferro em tanta quantidade e qualidade (ESTRABÃO, Geografia, III, 2, 8).

As Hispânias, então, foram tributadas desde o primeiro momento da conquista, seguindo a tendência desse segundo momento expansionista, que pressupunha, como já foi mencionado, a tributação anual, a indenização de guerras e a exploração dos recursos naturais. O principal tributo era o *stipendium*, uma forma de contribuição que passou por várias alterações ao longo do tempo. Inicialmente tal tributo tinha a finalidade de pagar o soldo dos legionários durante a conquista, passando a ser uma forma de arrecadação fixa apenas em 179 – 178 a. C., quando do período de quase vinte e cinco anos de pacificação das Hispânias. O referido período de paz interna na Península Ibérica ocorreu sob o governo dos procônsules Tibério Semprônio Graco na Hispânia Citerior e Postumio Albino na Ulterior, pois ambos realizaram reformas administrativas e fiscais. Nas palavras de Apiano, Graco:

dividiu as terras entre os pobres e os estabeleceu nelas; fixou leis minuciosas para os povos que viviam naquela região [Celtibéria], estando entre elas a observação de que seriam amigos dos romanos; deu e recebeu juramentos para guerras posteriores, os quais por muitas vezes foram desejados. Por todas essas coisas, Graco se fez famoso

---

<sup>133</sup> MARTÍNEZ, J. M. B. “El impacto de la conquista de Hispania en Roma (218 – 154 a. C)”. *Estudios Clásicos* 7, 1962. p.p.: 1 – 29.

em Hispânia e em Roma, sendo recebido com um triunfo esplendoroso (APIANO, Ibéria, 43).

Enfatizamos, primeiramente, a atuação do pai de Tibério Graco como questor da província (180 – 178 a.C.), promotor de reformas e apaziguador de resistências nas Hispânias anos antes da atuação de seu filho na *urbs*. De acordo com Konrad, a atuação de Tibério Semprônio Graco, pai, conseguiu a confiança da população insatisfeita com a exploração romana, a qual deu suporte para as posteriores medidas de Tibério Graco como governador da Hispânia em 137 a.C.<sup>134</sup> Suas reformas na região estabeleceram tratados, que preconizavam o tributo anual provincial e a prestação de serviço militar no exército romano. Ademais, tais posturas reformistas evidenciam que a temática da exploração romana nas Hispânias há tempos era motivo de profunda insatisfação e fonte de formas de aproximação entre determinados governadores/generais e a população insatisfeita; sendo esta uma de nossas percepções sobre os desdobramentos da Revolta de Sertório e uma das bases de consolidação de suas táticas de dominação local.

Logo, vemos, por um lado, o quanto as Hispânias eram relevantes para Roma sob a temática da complementaridade econômica – inerente a um dos pressupostos da exploração imperialista –, pois a Península Ibérica se converteu em um dos maiores celeiros e fontes de minérios do Estado Republicano. Por outro lado, as Hispânias foram integradas à questão da perpetuação do movimento imperialista romano, o qual necessitava de recursos materiais e humanos permanentemente. Deste modo, tais províncias atuaram também como fonte de soldados auxiliares/mercenários para o exército romano no momento em que o recrutamento em Roma passava por dificuldades, devido à situação de empobrecimento dos camponeses, oriunda da crescente concentração de poder na *urbs*. Sendo assim, segundo Tito-Lívio, “os celtíberos foram os primeiros soldados mercenários que os romanos admitiram em seu exército” (TITO- LÍVIO, XXIV, 49,7). Destarte, conter a Revolta de Sertório na região não significava apenas uma questão política ou simbólica do poder de Roma, mas, sim, a manutenção de uma das mais importantes áreas provinciais do Império em formação.

A dominação das Hispânias, então, esteve imbricada com o movimento de concentração de poder no século I a.C., devido, em especial, a dois fatores. Em primeiro lugar, a questão da tributação e as diferentes formas de exploração das riquezas das Hispânias esbarravam em um ponto latente e já mencionado da República Romana tardia: a suspensão do *tributum* dos cidadãos da *urbs* em 167 a. C e a reforma do exército. Ressaltamos, todavia,

---

<sup>134</sup> KONRAD, C. F. “From the Gracchi to the first civil war”. *A companion to the Roman Republic*. UK: Blackwell Publishing, 2006. p.167

que não estamos aludindo tal supressão tributária apenas ao grande afluxo de riqueza aferido pelas Hispânias, posto que Roma recebia recursos de inúmeras províncias. Tais recursos, no entanto, foram responsáveis por isentar os cidadãos da Península Itálica das despesas com o expansionismo. Porém, segundo Nicolet, a riqueza das conquistas, embora tenha trazido tal benefício aos romanos, gerou uma dinâmica em que os mais favorecidos foram os aristocratas, pois deixaram de ter o ônus dos impostos e enriqueciam com as conquistas; ao passo que a população se via cada vez mais solicitada ao recrutamento, devido ao expansionismo romano. Assim, os já tratados problemas referentes ao recrutamento levaram a reforma do exército realizada por Caio Mário, a qual teve como uma de suas justificativas a carência de soldados para combater as constantes revoltas nas províncias, dentre as quais destacamos as Hispânias em momentos como a Revolta de Viriato (147 – 139 a.C.)<sup>135</sup> e a Guerra na Numância (133 a.C.)<sup>136</sup>. Portanto, segundo Martínez, a conquista das Hispânias foi um dos fatores condicionantes para a criação de um exército profissional e permanente,<sup>137</sup> como estabeleceram as reformas marianas. A esse respeito, enfatizamos que os abusos cometidos pelas tropas estacionadas nas Hispânias constituíram-se em outra fonte de insatisfação local, a qual também foi utilizada por Quinto Sertório ao longo de sua revolta, compondo sua tática de dominação de cunho político-militar – analisada no terceiro capítulo.

Em segundo lugar, a anexação deste vasto território incorre na já tão citada dinâmica de concentração fundiária nas mãos da aristocracia e, por conseguinte, de centralização de poder em torno de alguns agrupamentos ou magistrados específicos. Isto porque a província foi integrada à esfera político-econômica romana mediante, principalmente, a cooptação das elites locais e a inserção de determinados núcleos provinciais em um grande comércio – dinâmicas tratadas posteriormente ao longo do segundo e terceiro capítulo. O sistema de fundação de colônias nas Hispânias, por sua vez, parece estar bastante atrelado à própria dominação do território, pois muitas colônias nasceram ou com a função inicial de um *praesidium*<sup>138</sup> ou como colônias de veteranos de guerra. Note-se que a primeira colônia

<sup>135</sup> Viriato, líder dos lusitanos, iniciou uma revolta, em aproximadamente 147 a.C., contra a dominação romana, principalmente da Hispânia Ulterior.

<sup>136</sup> Numância era uma região localizada especificamente na porção conhecida como Celtiberia, que também resistiu ao domínio romano. A importância deste conflito, ocorrido na década de 130 a.C., centra-se no fato de que a vitória sobre estes revoltosos reafirmou a dominação dos lusitanos., a qual se tornou fundamental após a Revolta de Viriato.

<sup>137</sup> MARTÍNEZ, J. M. B. “El impacto de la conquista de Hispania en Roma (218 – 154 a. C)”. *Estudios Clásicos* 7, 1962. p.p.: 1 – 29.

<sup>138</sup> Destacamento de soldados encarregados da guarda de uma localidade

romana fundada fora da Península Itálica foi justamente na Hispânia em 178 a.C. por Tibério Semprônio Graco, graças às questões agrárias ligadas aos veteranos combatentes na região.<sup>139</sup>

Retomando as prerrogativas de uma colônia de orientação militar, ou seja, a manutenção da conquista e a simbolização da dominação romana, é perceptível o quanto estas dinâmicas se enquadram neste tão vasto território subjugado. Ademais, as colônias preservavam o *ager publicus* romano sem a sua distribuição ao povo, posto que tal repartimento foi destinado destacadamente as legiões, pois elas configuravam a base do poder dos generais ou *imperatores*. Nas palavras de Finley, “os contendores pelo poder viram-se compelidos a encontrar terras para os seus veteranos quase a qualquer preço, como condição para manterem seu poder militar pessoal na situação de guerra civil que substituía a política tradicional.”<sup>140</sup> Assim, muitas cidades iberas receberam o *status* de colônias a partir do século I a.C., já que tal *status* significava a concessão de inúmeros direitos romanos aos seus habitantes. Desse modo, diversos generais, seguindo a crescente lógica do poder personalista, concederam este título a alguns *oppidum*. Sendo assim, no que concerne à Revolta de Sertório, destacamos a fundação de duas colônias: Metellinenses (fundada pelo governador Metelo Pio, durante a revolta)<sup>141</sup> e Valencia (colônia de veteranos da Revolta de Sertório)<sup>142</sup>.

Ademais, as formas de integração e de negociação entre o centro romano e as Hispânias são decorrentes do princípio de que a Península Ibérica foi uma das regiões mais romanizadas a Ocidente do Estado Romano; ainda que as resistências tenham sido patentes, sendo a Revolta de Sertório um grande exemplo destes processos. As interações entre Roma e estas províncias foram direcionadas pelo contato prévio que a região teve com os povos do Mediterrâneo (fenícios e gregos), desde momentos anteriores à dominação romana. De acordo com Jaime Vidal:

em territórios litorais e fluviais, herdeiros da tradição púnica e helenística, a absorção de elementos mediterrânicos ocorreu de forma mais natural e de modo rápido, quando comparado a regiões do interior. Posto isso, a forte expansão de Roma, não apenas em termos territoriais, mas, também, socioeconômicos, entendemos melhor a rápida inserção das regiões hispanas nos circuitos comerciais mediterrânicos.<sup>143</sup>

<sup>139</sup> MARTÍNEZ, J. M. B. “El impacto de la conquista de Hispania en Roma (218 – 154 a. C)”. *Estudios Clásicos* 7, 1962. p.p.: 1 – 29.

<sup>140</sup> FINLEY, M. “Conflitos e Questões Políticas”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 138.

<sup>141</sup> GARCÍA y BELLIDO, A. “Las colonias romanas de la provincia Lusitania”. *Arqueologia e Historia*. Lisboa, 8, 1958. p.p.: 13 – 23.

<sup>142</sup> GARCÍA y BELLIDO, A. “Las colonias romanas de Valentia, Carthago Nova, Libisosa e Ilici. Aportaciones AL estudio Del proceso de romanización Del S.E. de la península”. *Homenaje AL Profesor Caetano de Mergelina*. Murcia, 1962. p.p.: 367 – 372.

<sup>143</sup> VIDAL, J. M. “La irrupción de Hispania em los movimientos socioecómicos Del Mediterráneo Occidental durante las Guerras Civiles”. *Gerión*. Vol. 20. Núm. 1 (2002): 282.

Portanto, é perceptível a crescente importância das Hispânicas para o Estado Romano no século I a.C., destacadamente no que concerne a ação imperialista – tratada detalhadamente no capítulo III desta dissertação. Assim, o caráter de complementaridade econômica e suas estreitas relações político-sociais e administrativas com o centro dominante (balizadas por distintos processos de romanização), concedem à Península Ibérica uma destacada relevância, sendo possível identificar estes fatores como outros condicionantes da escolha desta região como o *locus* da Revolta de Sertório. Ressaltamos, entretanto, que tais características provinciais devem ser vislumbradas de modo conjunto aos demais fatores já destacados, a fim de se compor uma teia de relações entre o quadro de disputas de poder existentes em Roma, a importância das Hispânicas para a República e a Revolta de Sertório.

Ao lado dessas características, as Hispânicas possuíam outro valor para Roma: posição estratégica de defesa da *urbs*, dada a proximidade da Península Ibérica com a Península Itálica, o que permitia fácil acesso ao coração do Império tanto por mar, quanto por rotas terrestres. **(VER FIGURA 1)** Observando a configuração geográfica da Bacia do Mediterrâneo é perceptível o papel de defesa desempenhado, especialmente, pela Hispânia Citerior. A contigüidade dos territórios foi utilizada, inclusive, por Aníbal no decorrer da II Guerra Púnica, quando do ataque deste general a Península Itálica no século III a.C. Além disso, tal faceta estratégica já havia sido notada por Roma desde antes da referida guerra, posto que o Tratado do Ebro estabelecido entre Roma e Cartago nos dá conta desta preocupação romana em 226 a.C.: “Se convencionou entre as partes que o limite do Império Cartaginês na Iberia era o rio Ebro. Logo, neste limite, nem os romanos atacariam os povos sujeitos aos cartagineses e nem os cartagineses poderiam levar a guerra” (APIANO, Ibéria, 43).

Assim, a conquista da península se colocava como algo premente para Roma, após os desdobramentos da II Guerra Púnica, indo além de questões meramente político-econômicas, posto que sua anexação resguardava um caráter estratégico e simbólico.<sup>144</sup> Sua dominação, então, ocorreu mediante uma certa justificativa do poder romano na região, pois, segundo Estrabão, a conquista foi uma consequência da própria organização interna da Ibéria, a qual era composta por “divisões mesquinhas”, movidas pela força de sua “auto-suficiência”, sendo, portanto, “impotentes contra os dominadores estrangeiros” (ESTRABÃO, Geografia, III, IV – 5). Dessa maneira, Roma se aproveitou de tal suposta fragilidade, procedendo a uma guerra

---

<sup>144</sup> MARTÍNEZ, J. M. B. “El impacto de la conquista de Hispania en Roma (218 – 154 a. C)”. *Estudios Clásicos* 7, 1962. p.p.: 1 – 29.



contra “os iberos fragmentados”, “atacando cada território separadamente” e “submetendo um primeiro grupo e, depois e outro”.<sup>145</sup>

Para exemplificar a importância das Hispânicas para os romanos, bem como da “guerra justa” contra os iberos, analisamos pelo método da leitura isotópica a visão de Estrabão sobre a conquista romana das Hispânicas.

<b>Rede Temática: Expansionismo nas Hispânicas e Organização interna da Ibéria</b>		
Estrabão, Geografia, Livro III (IV – 5)		
<b>ELEMENTOS TEMÁTICOS</b>	<b>ELEMENTOS FIGURATIVOS</b>	<b>AXIOLOGIA</b>
EXPANSIONISMO ROMANO NAS HISPÂNICAS X ORGANIZAÇÃO INTERNA DA IBÉRIA	ESTRATÉGIAS DO SENADO ROMANO = “os romanos procederam a uma guerra contra os iberos fragmentados”; “atacando cada território separadamente”; “submetendo um primeiro grupo e, depois o outro” X ORGANIZAÇÃO INTERNA DA IBÉRIA = “repartidos em divisões mesquinhas e soberanias”; “força da auto-suficiência”; “não tinham qualquer relação uns com os outros”; “eles eram impotentes contra os invasores estrangeiros”; “espírito de auto-suficiência”; “trapaceiro”; “insincero”; “propensos a atacar e a roubar”; “não iriam criar grandes forças e confederações”; “[não foram] protetores uns com os outros”	Estrabão exalta a fragilidade da organização interna dos iberos, sendo esta a causa e a justificativa de sua dominação ao longo do tempo por diferentes povos e, principalmente, pelos romanos. X Disforização das características dos iberos

Estrabão, no terceiro livro de sua obra “Geografia”, trata especificamente da Península Ibérica, ressaltando as riquezas naturais e a variedade de povos e culturas da região. Segundo o autor, as Hispânicas possuíam sérios problemas de articulação interna, embora fossem regiões muito importantes para o Império Romano no que tange à defesa de Roma e o fornecimento de recursos materiais. A existência de muitos povos com traços étnicos distintos impedia a união política e, por conseguinte, dificultava a proteção da citada península. Sendo assim, de acordo com Estrabão, a fragilidade da organização interna dos iberos, manifestada na falta de unidade política, administrativa e cultural, foi a principal causa da dominação do território ao longo dos anos. Fenícios, gregos, púnicos e romanos se sucederam, então, na conquista e dominação da porção mais Ocidental do Mediterrâneo. Portanto, tal característica

<sup>145</sup> MARTÍNEZ, J. M. B. “El impacto de la conquista de Hispania en Roma (218 – 154 a. C)”. *Estudios Clásicos* 7, 1962. p.p.: 1 – 29.

das Hispânias compunha uma justificativa que legitimava a dominação romana dos iberos, através da noção de “guerra justa” romana.

Destarte, após o primeiro momento de conquista, as Hispânias foram integradas à lógica romana expansionista e imperialista do século I a.C. Dito de outra forma, durante as guerras civis romanas a Península Ibérica foi convertida em fontes de recursos materiais (minérios, cereais, cavalos, entre outros) e humanos (escravos e soldados, por exemplo) e, principalmente, atuou como base de poder político de inúmeros magistrados, mediante as prerrogativas norteadoras do clientelismo provincial. Caio Mário, Quinto Sertório, Pompeu Magno e Júlio Cesar, portanto, traduzem-se em notáveis personificações de tais dinâmicas no último século da República.

Desse modo, de acordo com Claudia Beltrão, “na República tardia, províncias inteiras se tornavam clientes do general que as submeteram, que se tornava seu *patronus*.”<sup>146</sup> Logo, é possível inferir que o clientelismo esteve ligado às disputas de poder em Roma, as conquistas militares e a formação de colônias, sendo a Península Ibérica uma das maiores plataformas de apoio político clientelar do Estado Romano neste momento. Em suma, as Hispânias surgiram como uma verdadeira fonte de clientes para generais vitoriosos, como foi o caso de Pompeu Magno, que foi identificado por Roma como o herói da Revolta de Sertório, sendo este caso analisado proficuamente no terceiro capítulo

Ademais, é notório que a base do clientelismo é a concessão de cidadania romana. Sendo assim, voltamo-nos novamente para os conflitos entre os reformadores e os conservadores no que diz respeito à tal concessão a provinciais. Por conseguinte, esses embates fizeram com que a distribuição ocorresse de forma rara, restrita e sem um programa oficial coerente, sendo destinadas de modo específico às elites locais e, concedidas pelos comandantes de províncias. Tratava-se de um privilégio, ou melhor, de uma recompensa por serviços prestados a Roma, significando uma certa promoção social e jurídica.<sup>147</sup>

Sob esta égide, outra vez destacamos a relevância das Hispânias para o contexto das disputas de poder do século I a.C. ao retratar que o primeiro documento legal de concessão de cidadania romana a grupos provinciais, a *Turma Salluitana*, foi direcionada primeiramente aos hispanos. Segundo Valverde, a concessão de cidadania a provinciais durante a República tardia foi caracterizada pela ação política de personagens determinados, sob o amparo de uma legislação ordinária, pois eles possuíam poderes extraordinários conferidos por missões

<sup>146</sup> BELTRÃO, Claudia. *Relações Políticas na República Romana Tardia: um estudo de vocabulário*. Niterói: Cadernos do ICHF - UFF, 2003. p. 13

<sup>147</sup> VALVERDE, L. A.. “Las concesiones de ciudadanía romana: Pompeyo Magno e Hispania”. *Memorias de Historia Antita*, Nº 22 – 23, 2005. p.p.: 91 – 103.

militares.<sup>148</sup> Vislumbramos, portanto, a ascensão de poderes personalistas e, novamente, os embates acerca da concessão de cidadania entre reformadores e conservadores, que tinha como cerne a maior integração das elites provinciais no sistema político romano com uma iminente possibilidade de discussão de interesses locais.

A concessão de cidadania, então, passa a ser vista durante as guerras civis como uma forma de benefício e de recompensa, possibilitando a criação de vínculos de poder pessoal entre o outorgante e o beneficiado. A existência de vínculos desta natureza se traduzia em fortes estratégias políticas neste contexto de disputas de poder inerente ao fim do período republicano, quando as guerras eram feitas em torno de agrupamentos identificados pela ascensão de determinados cidadãos. Quinto Sertório, inclusive, soube fazer uso destes artifícios, uma vez que criou laços pessoais com a elite hispana, obtendo uma vasta clientela.<sup>149</sup> Ademais, ele era um mariano, sendo a favor da doação da cidadania a determinados grupos. Desse modo, Sertório se utilizou de tal ferramenta como uma tática de dominação para cooptar integrantes à sua revolta – tema analisado no segundo capítulo. Algo percebido, segundo Franco, pelo fato de a dispersão do gentílico *sertorii* coincidir com a área de controle sertoriano e com os principais cenários de operações militares.<sup>150</sup> Em suma, a difusão do seu gentílico acompanha o cenário de atuação de Sertório.

Portanto, a concessão de cidadania romana e o clientelismo em Roma ganham força efetiva ao longo do século I a.C., justamente devido aos desdobramentos das guerras civis, que possibilitou o surgimento de poderes personalistas de bases político-militares. As Hispânicas foram palcos deste tipo de ascensão de poder, sendo Quinto Sertório e Pompeu Magno dois exemplos primordiais de tais dinâmicas, que identificaram na região diferentes fatores de importância para Roma: riquezas materiais e humanas, caráter estratégico de defesa, poder simbólico e fonte de possibilidades de crescimento político. Logo, a utilização das Hispânicas como base de operações sertorianas e, conseqüentemente, sua retomada por Roma traduziam os próprios desdobramentos das diversas disputas do século I a.C., ultrapassando, assim, o simples fato do sufocamento de uma revolta contra o governo romano.

Assim, há de se buscar compreender o desenrolar da Revolta de Sertório e as formas de consolidação do poder deste general romano nas Hispânicas.

---

<sup>148</sup> VALVERDE, L. A.. “Las concesiones de ciudadanía romana: Pompeyo Magno e Hispania”. *Memorias de Historia Antita*, Nº 22 – 23, 2005. p.p.: 91 – 103.

<sup>149</sup> FRANCO, H. G. “Los *sertorii*: una gens de origen republicano en Hispania Romana”. *Ibéria*, 3, 2000. p.p.: 243 – 252.

<sup>150</sup> Op. Cit.

## II. ROMANIZAÇÃO COMO TÁTICA DE DOMINAÇÃO: O EXEMPLO DAS HISPÂNIAS

*Dir-se-ia que todos os males das guerras civis se concentraram naquele homem, [Sertório] (PLUTARCO, Pompeu, XVII)*

*A Romanização é um processo de mudança relacionado com as idéias de controle social e identidade.<sup>151</sup>*

Pompeu Magno, segundo Plutarco, ao dizer que todos os males das guerras civis romanas se concentraram em Quinto Sertório, está fazendo alusão à importância deste general para os desdobramentos políticos do último século da República, tanto no que concerne ao centro do Império em formação quanto a uma de suas áreas periféricas, a Península Ibérica. Como já foi discutimos, Quinto Sertório foi um ativo personagem das guerras civis decorrentes dos embates entre Caio Mário e Cornélio Sila. Além disso, ele tem sido identificado pela historiografia como o último mariano ativo, uma vez que articulou uma resistência contra o governo instaurado por Sila. Sendo assim, destacamos uma vez mais a notoriedade de Sertório como um cidadão e general romano, não se colocando, portanto, contra Roma, mas, sim, contra os silanos. Trata-se de um episódio da história romana que só possui sentido quando observadas as organizações políticas da Roma republicana.

A Revolta de Sertório, então, lança luz sobre as articulações desse Estado de conquista, permitindo compreender determinadas facetas da dominação romana dos hispanos, mediante os prismas de romanização e de imperialismo. A escolha do *locus* da revolta é produto de uma série de fatores, tratados de forma paulatina ao longo do primeiro capítulo. Sintetizando tais fatores, temos, por um lado: o governo de Caio Mário na Hispânia Ulterior em aproximadamente 115 a.C., que recebeu grande adesão da população local, o que implicaria em um certo apoio a Quinto Sertório, posto que este era seu seguidor (PLUTARCO, Mario, VI); a atuação de Sertório ao lado de Mário ao longo das guerras contra os cimbrios e os teutões na Hispânia e na Gália, quando Quinto Sertório obteve destaque na Península Ibérica e a confiança de Caio Mário; o revanchismo nutrido por Sertório em relação a Sila desde o momento em que este venceu uma disputa do tribunate da plebe sobre aquele (PLUTARCO, Sertório, V); e a designação de Sertório para governador da Hispânia Citerior (APIANO, Guerras Civis I, 108), que nos leva a inferir que o citado general conhecesse o local e algumas reivindicações dos hispanos. Por outro lado, a Península Ibérica configurava

---

<sup>151</sup> MENDES, N. M; BUSTAMANTE, R. M. C; DAVIDSON, J. “A experiência imperialista romana: teorias e práticas”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18. p. 30.

um eixo estratégico de ataque e defesa de Roma (**VER FIGURA 1**); as Hispânias eram fontes constantes de riquezas, soldados, escravos e cidadãos-clientes; e, por fim, a região é considerada a área mais romanizada a Ocidente, permitindo um maior diálogo e negociação entre a *urbs* e a província. Portanto, a seleção das Hispânias evidencia, essencialmente, a função estratégica do território para o centro dominante de acordo com a lógica imperialista romana, que expressa seu caráter exploratório.

A conjugação desses fatores culminou a princípio na seleção das Hispânias como o palco aonde se desenrolou a revolta. Além disso, tais fatores permitiram a consolidação das táticas de dominação dos hispanos por Sertório. Táticas essas que foram bastante variadas, indo desde práticas de negociação com as elites locais a dominação em nível simbólico, ideológico e, também, coercitivo quando necessário. Dessa maneira, sua base de ação é aqui compreendida e analisada segundo os pressupostos estabelecidos por Michel de Certeau acerca das fluídas relações entre “estratégias” e “táticas”. De acordo com o referido autor, as estratégias criam normas e comportamentos a serem seguidos em um determinado lugar, ao passo que as táticas são elementos desviantes de tal norma estabelecida. A primeira é autônoma, compondo um primeiro nível de *ação*; enquanto as táticas não podem existir de modo independente das estratégias, pois elas criam um segundo nível de *usos*, estando ele diretamente imbricado ao primeiro.<sup>152</sup>

No que tange à nossa problemática temos que o lugar estudado, segundo os pressupostos da supracitada teoria de Certeau, é o território das Hispânias. Por outro lado, a norma estabelecida é a dominação romana (estratégia), assim como os comportamentos ditos desviantes podem ser identificados como os usos hispanos feitos da norma romana, bem como os fenômenos de resistência ao domínio romano, tal qual a Revolta de Sertório (táticas). Assim, o fortalecimento da figura deste mariano ocorreu justamente devido à insatisfação hispana com a dominação senatorial, que levou a uma situação de revolta contra a atuação romana na região. Sertório, portanto, utilizou-se de mecanismos e sistemas de governo romanos e nativos para se inserir na esfera política local, propiciando um certo diálogo político-cultural entre estes grupos de acordo com os pressupostos da romanização.

Por conseguinte, as estratégias produzem redes institucionais, mapeiam comportamentos e impõem um poder. As táticas, por sua vez, manipulam, alteram, reempregam e se apropriam desse poder. As estratégias estão ligadas às ações de controle social de um determinado grupo em um lugar específico. Já as táticas utilizam as falhas, as

---

<sup>152</sup> CERTEAU, M. “Fazer com: usos e táticas”. *A Invenção do Cotidiano – Parte I*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

conjunturas particulares que as estratégias vão abrindo na vigilância do poder; sendo esta a postura que Quinto Sertório adotou em seu governo. Trata-se do campo da astúcia, que utiliza de modo racional a norma que lhe é imposta. Portanto, é perceptível que as estratégias trazem em si o germe dos diferentes processos de resistência e as táticas utilizam tal insatisfação.<sup>153</sup>

Assim, é no bojo dessas interrelações que as análises da presente dissertação se estruturam. Destarte, entendemos a dominação realizada pela *urbs*, com suas diferentes formas de consolidação (discurso de poder, exército, impostos, estrutura político-administrativa, entre outros), como estratégias de poder, ao passo que identificamos as distintas práticas de Sertório nas Hispânicas (escola de romanidade, sua posição frente ao exército romano, aos impostos, a religião, ao governo das províncias, etc.) como táticas, que utilizaram as falhas e excessos do poder romano vigentes na Península Ibérica – corrupção, coerção desmedida, exploração não justificada, etc. Dessa maneira, através desta análise bidirecional pretendemos observar as formas de consolidação do poder romano nas Hispânicas e, em contrapartida, vislumbrar os fenômenos provinciais de resistências, de negociação e de sincretismo, mediante as definições de romanização e de imperialismo. É relevante destacar que esta análise é possível porque Sertório foi um cidadão romano, compartilhando seus códigos culturais e concepções de poder, os quais foram empregados em sua revolta e refletidos em suas táticas, conhecidas destacadamente via Plutarco. Sendo assim, as concepções de Certeau se constituem na teoria, isto é, no fio-condutor das análises aqui efetuadas sobre as complexas interações existentes entre Roma e a Península Ibérica no século I a.C.

Sertório adotou diferentes táticas de dominação de acordo com o segmento social a quem se direcionava: escola de romanidade e sua posição frente ao exército romano, aos impostos, à religião, ao governo das províncias. Segundo Plutarco, ele “conseguiu alcançar as boas graças dos dignitários pela afabilidade e o povo pela dilatação dos prazos dos tributos, mas fez-se amar sobretudo por liberá-los da obrigação de alojarem tropas” (PLUTARCO, Sertório, VI). Dessa maneira, identificamos, no mínimo, duas distintas posições assumidas por Quinto Sertório nas Hispânicas, que são tratadas ao longo deste estudo. Destarte, concentrar-nos-emos neste capítulo nas interações entre Sertório e os “dignitários”, ou seja, as elites locais e, no capítulo seguinte, focar-nos-emos nas interações entre Sertório e a população hispana.

---

<sup>153</sup> CERTEAU, M. “Fazer com: usos e táticas”. *A Invenção do Cotidiano – Parte I*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

Objetivamos abordar as diferentes táticas de dominação de Sertório em relação aos grupos provinciais mais poderosos e inseridos na órbita imperial, observando certos mecanismos romanos de controle social, como os processos de romanização e os discursos de poder romano. Segundo Barrett, os diferentes discursos de poder constituem formas de realidade social, pois expressam através de determinados símbolos e linguagens uma política dominante, por via da manifestação de traços culturais.<sup>154</sup> Tal prática política estabelece seu governo através de fortes formações simbólicas e ideológicas, as quais são hegemônicas, pois Gramsci atesta o nascimento de uma hegemonia ao haver uma certa predominância cultural<sup>155</sup>. É nesta dinâmica entre poder, discurso e cultura que operam os processos de romanização por ora interpretados como uma tática de dominação de Sertório.

Visando a alcançar tal objetivo, dividiremos o presente capítulo em duas frentes: *A Revolta de Sertório e Romanização: uma dinâmica dual*. O primeiro item narra os principais desdobramentos da revolta, a fim de servir de base para a compreensão das táticas de dominação sertorianas, das estratégias do poder do Senado e dos desdobramentos políticos da revolta para a *urbs*. Em outras palavras, busca-se conhecer o desenvolvimento da Revolta de Sertório nas Hispânicas, elucidando a imagem de Quinto Sertório perante aos romanos, sua base de apoio provincial e os conflitos bélicos entre Sertório e os generais senatoriais.

Já o segundo segmento traz, primeiramente, um debate historiográfico sobre o conceito de romanização e, em seguida, uma análise das táticas de dominação empregadas por Sertório durante a revolta em relação às elites locais, identificando-o como um difusor dos processos de romanização na Península Ibérica. Desse modo, duas temáticas distintas, porém complementares, são levantadas: a escola de romanidade e a *devotio* iberica. Portanto, o enfoque central suscitado é a análise dos processos de cooptação e de resistência das elites nativas por via do que Jaine Webster chamou de “sincretismo negociado”.<sup>156</sup>

<sup>154</sup> BARRETT, J. C. “Romanization: a critical comment”. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

<sup>155</sup> Apud MENDES. “Reflexões sobre a Romanização de Balsa”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2002: 307-327.

<sup>156</sup> Webster. J. “A negotiated syncretism: readings on the development of Romano-Celtic religion”. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997. P. 165.

## 2.1 A REVOLTA DE SERTÓRIO

A Revolta de Sertório, transcorrida durante os conflitos entre marianos e silanos, teve seu estopim em 82 a. C, momento no qual Sertório se dirigiu para as Hispânicas, estendendo-se até 72 a. C, quando da morte do mesmo. Nas palavras de Plutarco, o início da revolta ocorreu “quando Sila, acampado perto de Cipião, a quem prodigalizava atenções e prometia uma paz próxima, corrompeu-lhe o exército, Sertório, (...), desesperou inteiramente da Cidade [Roma] e se foi para Espanha” (PLUTARCO, Sertório, VI). Em suma, quando a cidade de Roma foi dada como perdida pela facção *popular* em meio às guerras civis da década de 80-70 a.C., o mariano Quinto Sertório iniciou um momento de resistência ao governo senatorial e, por conseguinte, conservador.

A Península Ibérica, então, fora a região escolhida pelos marianos, devido à todos os fatores acima enunciados. O fato das Hispânicas terem sido governadas por Caio Mario, entretanto, é uma questão que se sobressai em relação às demais, na medida em que elas foram convertidas em locais de considerável apoio aos *populares*. Fato corroborado por um importantíssimo fragmento de Plutarco, o qual nos dá conta de como Quinto Sertório assumiu o poder nas Hispânicas: “os amigos da Espanha convidaram-no a assumir o comando” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Sendo assim, Sertório assumiu o governo nas Hispânicas, pois, por um lado, fora convidado por seus “amigos”, leia-se aliados políticos (*populares*/marianos) e, por outro, havia sido designado pro-cônsul (APIANO, Guerras Civis I, 108) em 83 a.C., ou seja, um ano antes do eclodir da revolta.

Assim, Quinto Sertório ocupou a Península Ibérica “com poder de mando e autoridade” (PLUTARCO, Sertório, VI), a fim de “preparar ali um refúgio para os seus amigos desgraçados” (PLUTARCO, Sertório, VI) nas guerras civis. Desde modo, é salutar o deslocamento de alguns *populares* para as Hispânicas, posto que desde 83 a.C. Quinto Sertório consolidou a região em pólos de atração das forças avessas a Sila. Destarte, ao se instalar nas referidas províncias, Sertório buscou a cooperação e a adesão dos hispanos a sua revolta, criando mecanismos de cooptação tanto para os nativos, quanto para os romanos, estruturando, assim, a sua base de apoio. Em outras palavras, Sertório adotou, além de suas táticas de dominação, práticas de negociação e, em certa medida, de coerção desde os primeiros momentos de sua revolta, a fim de conquistar importantes aliados

Tal governador, apesar de ter se colocado contra o governo da *urbs*, trazia consigo as premissas do poder de Roma, instituindo mecanismos de controle calcados nas tradicionais formas de dominação imperialista romana. Segundo Plutarco, ele “regulou todos os negócios



do gênero conformemente às leis da pátria”, pois “seu objetivo era reconquistar a liberdade para os romanos e não fomentar contra Roma a força daqueles estrangeiros” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Portanto, seu intuito com tal resistência era: conter o avanço dos conservadores em Roma ao longo da década de 70 a.C. e enfraquecer o governo silano, considerado ilegítimo por este movimento. Em suma, desejava-se “reconquistar a liberdade para os romanos” (PLUTARCO, Sertório, XXII), sendo tal liberdade entendida por nós como supressão da supremacia dos conservadores.

Dessa maneira, Quinto Sertório “esperou para logo a chegada de um general [designado pelo Senado] encarregado de combatê-lo. Por isso, ordenou que Lívio Salinátor fechasse o acesso aos Pirineus com um exército” (PLUTARCO, Sertório, VII). Destarte, a reação de Cornélio Sila foi rápida, pois ele enviou Caio Ânio para as Hispânicas, com ordens de sufocar a revolta, no mesmo ano em que se iniciou a manifestação de Sertório. É sabido que Ânio fora o primeiro general dos três comandantes designados pelo Senado para conter a referida revolta, o que evidencia a importância desta resistência para a legitimidade do governo senatorial, posto que “das empresas de Sila a que estava pendente era a guerra contra Sertório” (APIANO, Guerras Civis I, 108).

Caio Ânio, no entanto, foi detido inicialmente por Lívio Salinátor nos Pirineus. Assim, o avanço das forças senatoriais ocorreu quando Salinátor foi assassinado por Calpúrnio, uma vez que seus soldados abandonaram a defesa do bastião. Sertório, então, deslocou-se para a Líbia, pois ainda não havia consolidado nem o seu exército, nem o seu governo na região. Todavia, a aparente vitória da *urbs* foi momentânea. Isto porque Sertório, apesar de ter sido expulso das Hispânicas e repellido pelos mauritanos, recebeu reforço dos piratas cilícios, que foi fundamental para travar posteriores combates navais com Ânio. Desse modo, Sertório interferiu na política interna da Líbia, a fim de conciliar seus interesses com os de seus recém aliados, na medida em que buscou oferecer distintas oportunidades aos piratas na região. Cornélio Sila, em resposta as ações sertorianas, enviou Paciano com um exército de socorro a Líbia (PLUTARCO, Sertório, IX), expressando a relevância da Revolta de Sertório, a qual ultrapassou as fronteiras geográficas e políticas da Península Ibérica.

As referidas ações sertorianas despertaram, em contrapartida, o interesse dos lusitanos, que lhe propuseram a posição de “chefe” (PLUTARCO, Sertório, X ) de seu povo, pois estavam descontentes com os abusos cometidos pelos romanos no território em questão. Tal evento transcorreu em aproximadamente 80 a.C., marcando o início efetivo da Revolta de Sertório nas Hispânicas, segundo a cronologia de Apiano, na medida em que os oito anos

seguintes foram marcados por episódios ocorridos somente na Península Ibérica, bem como estruturaram as diretrizes do governo “rebelde” (APIANO, *Guerras Civis I*, 108).

Ademais, é sabido que Quinto Sertório teve dois grandes grupos étnicos aliados: lusitanos e celtiberos. Por um lado, tornou-se “general munido de plenos poderes” (PLUTARCO, *Sertório*, XI) dos lusitanos e, por outro, “reuniu [tropas] entre os celtiberos” (APIANO, *Guerras Civis I*, 108), organizou e “submeteu a parte contígua” a Roma – Hispânia Citerior, território densamente povoado pelos celtiberos. Sendo assim, segundo Urbano Espinosa, em 79 a.C. Cornélio Sila, ao perceber que a revolta estava se fortalecendo com a gradativa aliança entre Sertório e os grupos sublevados da região, enviou dois generais como governadores provinciais com o objetivo de conter a resistência: Metelo Pio (H. Ulterior)<sup>157</sup> Domício Calvino (H. Citerior).

No entanto, de acordo com Gruen, Metelo Pio não foi suficiente para vencer Sertório.<sup>158</sup> Segundo Sekunda, os tradicionais generais republicanos, apesar de possuírem uma vasta experiência bélica, geralmente tinham dificuldade para derrotar inimigos ferozes, que utilizavam táticas de guerrilha e conheciam bastante o território em que transcorriam os confrontos.<sup>159</sup> O exército hispano liderado por Quinto Sertório possuía, em grande medida, tais características, pois era composto tanto por romanos treinados como soldados profissionais, quanto por iberos que utilizavam suas táticas de guerrilha locais. De acordo com Plutarco, inclusive, Sertório era um profundo conhecedor do território ibero, uma vez que ele “possuía de antemão um conhecimento das posições acessíveis ou inacessíveis, muito útil em caso de retirada ou de envolvimento durante a perseguição” (PLUTARCO, *Sertório*, XIII). Sendo assim, a estrutura da infantaria romana, utilizada por Metelo Pio, não se adaptava muito bem as condições encontradas nas Hispânicas, já que seus procedimentos eram uniformes, pouco flexíveis, sendo os mesmos em qualquer terreno ou sob o comando de qualquer general.<sup>160</sup>

Em contrapartida, enquanto Metelo Pio utilizava a formação de infantaria pesada, Quinto Sertório fazia uso de um exército misto e de cohorts, unidades operacionais romanas, que gradativamente substituíram as legiões durante as guerras civis. Nas palavras de Plutarco, Metelo Pio “não sabia como fazer para lutar contra um inimigo audacioso, sempre arredio a

<sup>157</sup> ESPINOSA, Urbano. “Calagurris e Sertório”. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*, Madrid 1984, pp. 189-199.

<sup>158</sup> GRUEN, E. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 18.

<sup>159</sup> CAGNIART, P. “The Late Republican Army (146 – 30 B.C.)”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 81

<sup>160</sup> SEKUNDA, N. “Military forces”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 349.

batalhas cerradas e a mudar constantemente de tática graças à flexibilidade e ligeireza do exército ibero, ao passo que ele próprio, exercitado em combates de infantaria travados conforme as regras, comandava uma falange pesada e pouco móvel” (PLUTARCO, Sertório, XIII). Portanto, o exército sertoriano era mais rápido e eficiente do que o de Metelo Pio no território das Hispânicas, dada a dificuldade de movimentação e de suprimento do exército;<sup>161</sup> o que nos explica a citada incapacidade deste general vencer Quinto Sertório.

Dessa maneira, em 77 a.C. Metelo Pio perdeu grande parte de seu controle militar na Hispânia Ulterior, libertando os lusitanos e permitindo, em contrapartida, que Quinto Sertório dominasse grande parte da Hispânia Citerior.<sup>162</sup> Por outro lado, durante as derrotas de Metelo na Península Ibérica, o então cônsul Lépido iniciou a sua revolta na Etrúria, a qual, como já foi dito, fora sufocada por Pompeu Magno, embora o exército lepidano tenha sido levado para junto de Sertório por Perpena.<sup>163</sup> Ademais, no mesmo ano, houve uma ação conjunta do exército sertoriano, pois Hirtuleio – lugar-tenente de Sertório – se dirigiu para a Lusitânia e Sertório se instalou no Vale do Ebro, estabelecendo na região suas 3 cidades centrais: Ilerda, Osca (capital da resistência e local onde foi construída a “escola de romanidade”) e Calagurris. Note-se que tais cidades configuravam o eixo estratégico de ataque e defesa da revolta, pois davam o suporte material necessário e, ainda, comunicavam a região do Ebro (litoral hispano) a da Meseta (interior da península)<sup>164</sup>. Em suma, Sertório se fortalecia, o que punha em xeque a legitimidade do governo do Senado em Roma.

Dessa maneira, as vitórias sertorianas, a necessidade de auxílio de Metelo Pio nas Hispânicas e os conflitos decorrentes da guerra civil travada na *urbs* geraram uma confluência de fatores que culminaram na polêmica e já discutida nomeação de Pompeu Magno para o cargo de governador da Hispânia Citerior em 77 a.C., ou seja, após a morte de Sila. De acordo com Blázquez, Roma não mandou exércitos para sufocar a revolta, mas, sim, os seus melhores e mais renomados generais.<sup>165</sup> Espinosa explica, por sua vez, que a estratégia desenvolvida pelo Senado era fechar Sertório em duas frentes de batalha: Metelo Pio na

<sup>161</sup> SEKUNDA, N. “Military forces”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 356

<sup>162</sup> ESPINOSA, Urbano. “Calagurris e Sertório”. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*, Madrid 1984, pp. 189-199.

<sup>163</sup> FRÍAS, J.; MARTINÉZ, J.; SÁBADA, J. “Nuevo Testimonio de las guerras sertorianas em Calahorra: um depósito de proyectiles de catapultas”. *Kalakoritos*, 8. 2003.

<sup>164</sup> Op. Cit.

<sup>165</sup> BLÁZQUEZ, J. “Las guerras en Hispania ya su importancia pra la Carrera militar de Aníbal, de Escipión Africano, de Mario, de Cn. Pompeyo, de Sertorio, de Afranio, de Terenio Varrón, de Julio César y de Augusto”. *El Mediterraneo y España em la antigüedad. Historia, religión y arte*. Madri: Cátedra, 2003.

Hispânia Ulterior e Pompeu Magno na Hispânia Citerior<sup>166</sup>, visando a retomar o domínio da região e pôr fim a esta contestação da autoridade do governo da *urbs*.

Em solo hispano, Pompeu Magno pôs-se, primeiramente, a atacar Perpena, avançando e retrocedendo na Península ibérica. Segundo Plutarco, “quando Pompeu chegou à Espanha, a fama do jovem comandante produziu seu efeito habitual: reergueu os ânimos insuflando-lhes novas esperanças e abalou a lealdade dos povos que ainda não estavam suficientemente ligados a Sertório.” (PLUTARCO, Pompeu, XVIII). Assim, o primeiro enfrentamento direto entre Quinto Sertório e Pompeu Magno ocorreu na cidade Lauro<sup>167</sup>, onde “Sertório aniquilou uma legião completa” (APIANO, Guerras Civis I, 109) de Pompeu, o que fez com que muitas cidades tentadas a se aliar a Pompeu Magno renunciassem a esse projeto. Lauro configura a primeira derrota de Pompeu durante a revolta, sendo ela bastante expressiva, pois houve grande adesão hispana, utilização de táticas iberas de guerrilha e, ainda, Pompeu Magno foi imobilizado por Sertório na região (PLUTARCO, Pompeu, XVIII). Nas palavras de Frontino:

Quando Sertório estava acampado ao lado de Pompeu, próximo à cidade de Lauro, (...), havia apenas dois intervalos de forragem que poderia ser recolhida, uma por perto e a outra mais distante. Sertório deu ordens para que o intervalo próximo fosse continuamente invadido pelas tropas, (...), [convencendo] seus adversários que o intervalo mais distante era mais seguro. Quando, (...), as tropas de Pompeu tinham ido a essa região, Sertório ordenou Octavius Graecinus, com dez coortes armadas à moda romana, e dez coortes, (...), espanhóis, juntamente com Tarquínio Prisco e dois mil de cavalaria para realizar uma emboscada contra os forrageiros. (...). Colocou-se o destacamento espanhol na frente, (...) melhor adaptado à guerra camuflado; o escudo de rolamento de soldados um pouco mais para trás; e a cavalaria na retaguarda, a fim de que o plano não pudesse ser traído pelo relinchar dos cavalos. (...) Quando Pompeu levou para fora todo o seu exército para ajudar a legião, Sertório exibiu suas forças organizadas na encosta e, assim, interrompia os planos de Pompeu. Assim, (...), Sertório forçou Pompeu a ser testemunha impotente da destruição de suas próprias tropas (FRONTINO, *Strategemata* II, I – 31)

Posto isso, as tropas de Pompeu capturadas em Lauro foram tratadas de forma diferenciada. Uns foram liberados após o incêndio da cidade, outros foram mortos e alguns foram levados para Lusitânia e transformados em escravos<sup>168</sup>. Nas palavras de Plutarco, Sertório queria que se espalhasse entre os “bárbaros o rumor de que [Pompeu] não salvara seus aliados” (PLUTARCO, Sertório, XVIII). Portanto, o sítio desta cidade se constituiu em uma punição exemplar articulada por Sertório, sendo ela direcionada as cidades tentadas a se aliar a Pompeu Magno. Dessa maneira, é notório que uma das táticas de combate adotadas por

<sup>166</sup> ESPINOSA, Urbano. “Calagurris e Sertório”. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*, Madrid 1984, pp. 189-199.

<sup>167</sup> FRÍAS, J.; MARTINÉZ, J.; SÁBADA, J. “Nuevo Testimonio de las guerras sertorianas em Calahorra: um depósito de proyectiles de catapultas”. *Kalakoritos*, 8. 2003.

<sup>168</sup> BLÁZQUEZ, J. “Las guerras en Hispania ya su importancia pra la Carrera militar de Aníbal, de Escipión Africano, de Mario, de Cn. Pompeyo, de Sertorio, de Afranio, de Terenio Varrón, de Julio César y de Augusto”. *El Mediterraneo y España em la antigüedad. Historia, religión y arte*. Madri: Cátedra, 2003.

ambos os lados era justamente invadir as cidades envolvidas de alguma maneira com a revolta, destruindo colheitas e arrasando territórios.

Após o incidente em Lauro, Pompeu buscou se infiltrar na região da Celtiberia, isto é, no coração das operações sertorianas, sendo esta uma das áreas mais bem resguardadas pelos sublevados, já que era fonte de víveres e soldados e, ainda, oferecia boa comunicação com diversas áreas da região. Assim, os anos de 77/76 a.C. foram marcados por inúmeras incursões e batalhas sangrentas no Vale do Ebro. A tomada de Contrebia Leukade por Quinto Sertório configurou uma das ações fundamentais deste contexto, pois ela passou a atuar como posto avançado, guardando víveres e soldados, já que se tratava de uma área central da península. Portanto, ela se tornou uma das cidades mais visadas por Pompeu Magno.

O ano de 76 a.C., por seu turno, foi repleto de escaramuças. Segundo Faile, Sertório preocupou-se em proteger a costa litorânea que ainda não havia sido dominada por Pompeu Magno.<sup>169</sup> Assim, ele enviou Perpena para a região, delimitando que as cidades pompeianas deveriam ser atacadas ao longo do percurso. Por outro lado, ordenou que as suas cidades aliadas fossem protegidas por Hirtuleio, a fim de evitar represálias e impedir o avanço de Metelo Pio para o norte, evitando o encontro dos dois generais senatoriais. Tática esta que seria complementada por Perpena, pois ele conteria Pompeu no Vale do Ebro. Já Marco Mario e Gaio Insteio foram enviados a diferentes partes das Hispânicas com o objetivo de recrutar soldados, cavaleiros e conseguir mantimentos, sendo todos os itens dirigidos a Contrebia Leukade<sup>170</sup>. Sertório, por sua vez, acudiria seus generais, bem como marcharia contra Pompeu, fortalecendo-se antes em Calagurris – a cidade que mais demonstrou sua *fides* a Sertório (**VER FIGURA 2**). Era, então, o momento em que o governante exilado e proscrito obtinha mais vitórias.

Em 75 a.C., entretanto, a fortuna de Sertório começava a dar sinais de mudança, pois ele passou a sofrer algumas derrotas. As primeiras perdas ocorreram entre os seus principais lugar-tenentes: Perpena e Hirtuleio. Aquele não conseguiu deter Pompeu Magno no Vale do Ebro, permitindo que este chegasse até a zona do Levante. Hirtuleio, por sua vez, atacou Metelo Pio e perdeu a batalha e a cidade de Segobriga, permitindo a união de Pompeu Magno e de Metelo Pio. Os generais senatoriais, então, iniciaram uma onda de ataques conjuntos a Quinto Sertório (FRONTINO, *Strategemata* II, I – 2), que se refugiou na cidade de Sagunto à

---

<sup>169</sup> FAILE, J. M. G. “Sobre la adscripción étnica de Calagurris y su entorno em lãs fuentes clásicas”. *Kalakorikos*, 6, 2001. p. 30

<sup>170</sup> *Ibidem* 31 – 32.

espera de reforços<sup>171</sup>. Assim, surgiu o segundo grande conflito da Revolta de Sertório: o sítio a Sagunto. Nas palavras de Plutarco:

Novamente fortalecido [após a sua estada em Sagunto], reiniciou a campanha e cortou o abastecimento do inimigo por meio de emboscadas, manobras (...) e incursões fulminantes em todos os lugares; do lado do mar, embarcações de piratas patrulhavam o litoral a seu mando. Isso forçou os generais inimigos a se separarem, (...); Metelo rumou para a Gália e Pompeu para o país dos vasceus [Pirineus] (PLUTARCO, Sertório, XXI).

Dessa maneira, após os comandantes senatoriais terem invernado nos citados territórios fronteiriços da Península Ibérica, Pompeu Magno retornou a Celtiberia, iniciando novos combates, que tiveram de ser interrompidos devido à sua falta de recursos financeiros. Pompeu, então, escreveu “ao Senado, ameaçando voltar caso não lhe fossem enviados subsídios, pois já gastara toda a sua fortuna pessoal na defesa da Itália” (PLUTARCO, Sertório, XXI). Gasto este que adveio de dinâmicas pertinentes a estrutura político-social romana. Pompeu Magno estava guerreando em um território consideravelmente hostil à *urbs*, graças às ações sertorianas e à exploração desmedida dos romanos nestas províncias. Assim, as forças senatoriais não encontravam muitas cidades aliadas na década de 70 a.C., que fossem capazes de lhe oferecer suprimentos e alojamento para os exércitos. O Senado, por sua vez, seguiu as práticas comuns ao se tratar de Península ibérica: não enviou muitos recursos de ordem material e financeira – o estipêndio –, pois era habitual os generais os conseguirem por meio do butim, pilhagens e impostos irregulares. Tal conjuntura, portanto, fez com que o general Pompeu Magno gastasse suas riquezas privadas em nome da República. Segundo Millett, no Mundo Romano era comum se encontrar contribuintes voluntários, os quais realizavam atos públicos, visando a obter *status* e prestígio político.<sup>172</sup> Elementos que seriam incontestavelmente concedidos em caso de vitória sobre a revolta de Sertório. Assim sendo, tendo em vista estas dinâmicas, Pompeu Magno conclamou:

Pelos deuses imortais! Crês por ventura que vou assumir as funções do erário ou que podeis ter um exército sem pagamento e sem trigo?... A mesma é a condição do meu exército e o do inimigo e, já que a nenhum se dá o estipêndio, qualquer um pode se apresentar na Itália como vencedor (SALÚSTIO, Histórias, II, 98).

Assim, em meio à conjuntura das guerras civis e mediante a ameaça pompeiana de regresso a *urbs*, o cônsul Lúculo, “que era hostil a Pompeu”, pois “disputava [com este] o comando das guerras contra Mitridates” (PLUTARCO, Pompeu, XX), apressou-se em

<sup>171</sup> ESPINOSA, Urbano. “Calagurris e Sertório”. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*, Madrid 1984, pp. 189-199.

<sup>172</sup> MILLETT, P. “Finance and resources: public, private and personal”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 481.

conseguir-lhe a soma exigida, evitando destarte fornecer-lhe o pretexto pelo qual ansiava deixar Sertório. Com o envio de reforços, Pompeu Magno, em 74 a.C., dominou uma série de áreas sertorianas, uma vez que atacava as cidades aliadas de Sertório, diminuindo sua influência, em especial, na Hispânia Ulterior.<sup>173</sup> Sertório, por sua vez, evitava os confrontos diretos, devastando os territórios aliados a Roma.<sup>174</sup>

Dessa maneira, originou-se a terceira e última grande batalha da Revolta de Sertório: Sucro. De acordo com Apiano, “o choque [entre Metelo/Pompeu e Sertório/Perpena] ocorreu, (...), com homens espertos na guerra infligiram-se mutuas perdas, até que Metelo pôs em fuga Perpena e saqueou seu acampamento e Sertório venceu Pompeu, que saiu perigosamente ferido por uma lança” (APIANO, Guerras Civis I, 110). Plutarco, por sua vez, afirma que Sertório devastou o território, cortou os víveres e expulsou Metelo e Pompeu da região (PLUTARCO, Pompeu, XIX). Quinto Sertório, portanto, venceu as três grandes batalhas travadas com o exército senatorial (Lauro, Sagunto e Sucro), evidenciando a força de sua resistência e do apoio hispano.

Pompeu Magno, entretanto, deu continuidade a sua tática de assediar as cidades sertorianas (APIANO, Guerras Civis I, 113), visando a travar combates precisos com Sertório. Ademais, tendo em vista as derrotas da *urbs* nas Hispânicas, o Senado em 73 a.C. articulou um golpe magistral para enfraquecer a revolta: *Lex Plautia de Redditi Lepidanorum* - anistia para os desertores de Lépido e parte dos de Perpena.<sup>175</sup> Por conseguinte, houve um certo amortecimento do braço armado sertoriano, pois grande parte dos homens de Sertório tinham servido primeiramente à mando de Lépido e de Perpena, os quais também haviam se revoltado contra a *urbs* após a morte de Sila. Tal anistia, portanto, desobrigou-lhes a permanecer em estado de proscricção e exílio na Península Ibérica.

O demasiado enfraquecimento das tropas de Sertório em 72 a.C. gerou o nascimento de uma conspiração interna encabeçada por alguns romanos dissidentes, que assassinaram Sertório, pondo fim a revolta. Assim, ao findar da revolta, a dominação senatorial da Península Ibérica transcorreu sob as determinações de Pompeu Magno, que teve uma postura calcada em duas vertentes: a) submeter e castigar os rebeldes b) estender sua influência

<sup>173</sup> ESPINOSA, Urbano. “Calagurris e Sertório”. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*, Madrid 1984, pp. 189-199.

<sup>174</sup> BLÁZQUEZ, J. “Las guerras en Hispania ya su importancia pra la Carrera militar de Aníbal, de Escipión Africano, de Mario, de Cn. Pompeyo, de Sertorio, de Afranio, de Terenio Varrón, de Julio César y de Augusto”. *El Mediterraneo y España em la antegüedad. Historia, religión y arte*. Madri: Cátedra, 2003.

<sup>175</sup> FRÍAS, J.; MARTINÉZ, J.; SÁBADA, J. “Nuevo Testemonio de lãs guerras sertorianas em Calahorra: um depósito de proyectiles de catapultas”. *Kalakoritos*, 8. 2003. p. 16.

pessoal na região<sup>176</sup>. Com a morte de Quinto Sertório, então, iniciou-se um processo de submissão das cidades rebeldes por este general. Uxama, Clunia, Termes e Calagurris, por exemplo, sofreram inúmeros assédios e foram as últimas cidades a serem conquistadas em 72 a.C. Calagurris, no entanto, tornou-se um caso atípico de resistência, posto que não se rendeu, havendo manifestações, inclusive, de canibalismo entre seus habitantes, que preferiram incendiar a cidade e se suicidar a se entregar a Pompeu.<sup>177</sup> Sendo assim, é notório que a trajetória de apoio político-militar de Calagurris a Sertório deixou resquícios ao longo do século I a.C., pois ela se tornou uma das cidades aliadas a Júlio César durante as guerras civis entre pompeianos e cesarianos, colocando-se, por conseguinte, novamente contra o Pompeu Magno. Logo, tal cidade atesta a inserção das Hispânias tanto no contexto das guerras civis, quanto no imperialismo republicano.

Tendo em vista os desdobramentos da conspiração contra Sertório, é patente que a revolta se manteve enquanto seu líder a estruturou. Assim, é fundamental analisar quem foi o general romano que se levantou contra o governo senatorial, a fim de vislumbrar a importância que ele teve para a República Tardia e o porquê da adesão diversificada à sua resistência. Sendo assim, ao aplicarmos o método semiótico depreendemos que a figura de Quinto Sertório foi estabelecida de modo dúbio, já que se possuía uma dada percepção sobre ele entre os romanos conservadores e outra entre os populares e os hispanos, posto que Sertório era concomitantemente considerado um “desterrado de sua pátria”, um “amante da pátria” (PLUTARCO, Sertório, XXII) e um “chefe de bárbaros” (PLUTARCO, Sertório, I). E, ainda, o governo deste general oscilou entre posturas ditas conservadoras e reformistas, uma vez que, por um lado, resguardava a “liberdade [apenas] para os romanos” (PLUTARCO, Sertório, XXII) e por outro, concedeu aos hispanos o “alívio dos tributos” e “libertou-os das moléstias dos alojamentos” (PLUTARCO, Sertório, VI). Sua imagem, então, era produto do contexto das guerras civis romanas, sendo ela o resultado concomitante do enaltecimento de suas virtudes coletivas romanas (características dos políticos e generais do período republicano) e da apresentação disforizada de seus “defeitos” individuais (antítese das referidas virtudes, colocando-o em dissonância com o modelo político-militar valorizado pela *urbs*), de acordo com a lógica republicana romana

---

<sup>176</sup> VALVERDE, L. “Calagurris y su fijación de nuevos limites territoriales em la antigüedad”. *Kalakoritos*, 7. 2002. p. 32.

<sup>177</sup> ESPINOSA, Urbano. “Calagurris e Sertório”. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*, Madrid 1984, pp. 189-199.

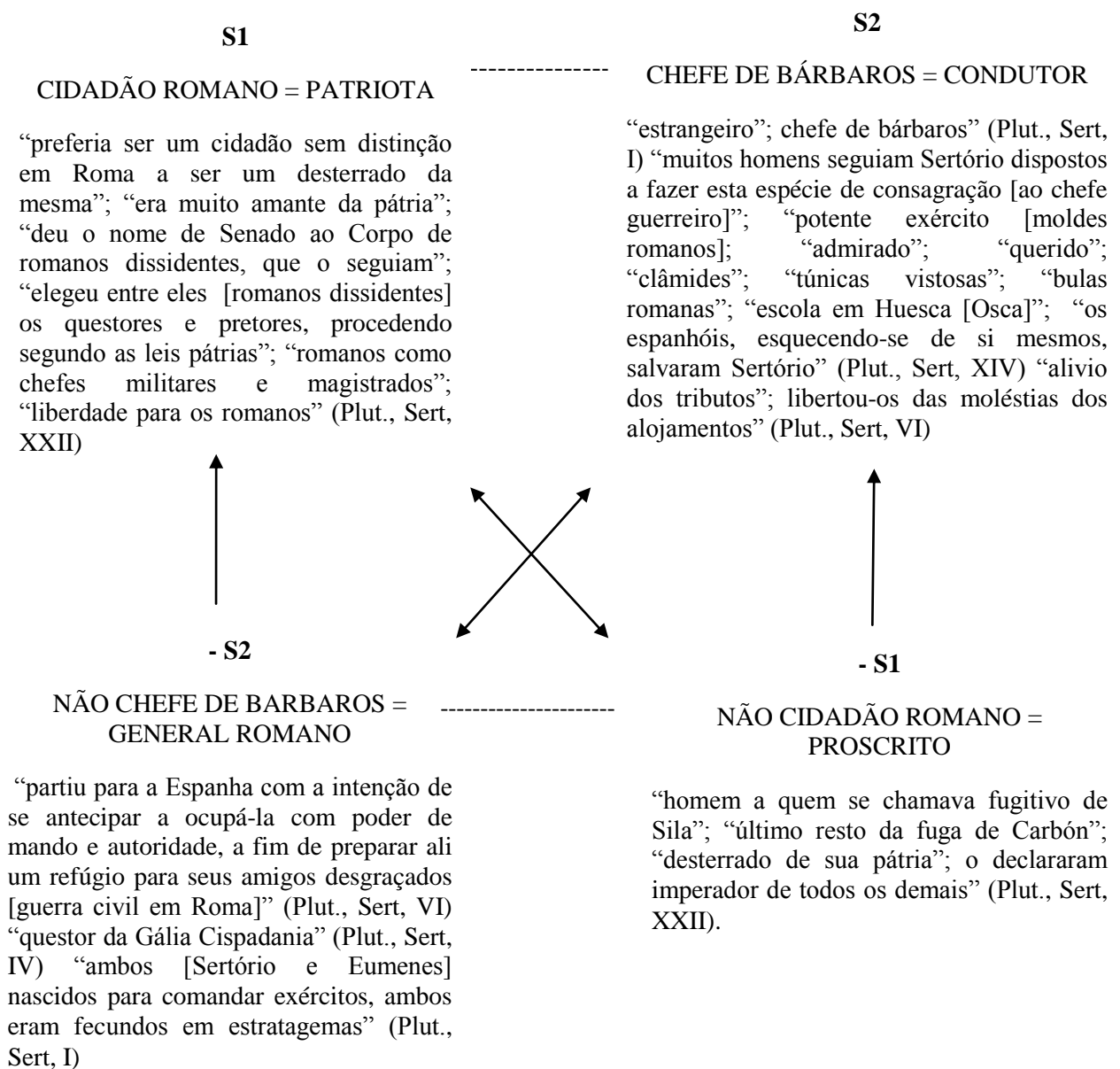


<b>Rede Temática: Virtudes e Defeitos de Quinto Sertório</b>		
Plutarco, Sertório, I, II, IV, X		
<b>ELEMENTOS TEMÁTICOS</b>	<b>ELEMENTOS FIGURATIVOS</b>	<b>AXIOLOGIA</b>
VIRTUDES DE SERTÓRIO  X  DEFEITOS DE SERTÓRIO	VIRTUDES = “astúcia”; “sagacidade”; “excelente mérito”; “diligência”; “prudência”; “prontidão”; “sagazes”; “astutos”; “generosidade”; “clemência”; “magnificência”; “homem ativo e eficaz”; “duro militar”; “executou façanhas brilhantes”; “mais fiel que Antígono com seus amigos”; “mais humano que Aníbal no trato com seus opositores”; “digno competidor da perícia de Metelo, da fortuna de Sila e de todo o poder dos romanos”; “ambos nascidos [Sertório e Eumenes] para comandar exércitos, ambos eram fecundos em estratégias”; “comandou exércitos com bastantes aplausos”; “excelente mérito”.  X DEFEITOS = “esta [fortuna] foi sempre mais adversa a ele [Sertório] do que seus mais poderosos inimigos”; “desterrado”; “estrangeiro”; “ambição”; “natureza intolerável em momentos de perigo”; “seu caráter não era o da mansidão”; “foi cruel contra os que o ofendiam”.	Enaltecimento das virtudes (coletivas) romanas, especialmente as militares  X Disforização dos defeitos individuais de Quinto Sertório

As virtudes de Sertório enaltecidas, em especial, por Plutarco estão inseridas no código de valores das tradições romanas, além de serem diretamente ligadas às perícias bélicas. Tais virtudes, por sua vez, estão em pleno acordo com as dinâmicas expansionistas romanas, que se caracterizavam por um constante estado de guerra e, principalmente, relacionam-se com o contexto das disputas civis no interior de Roma. Dessa maneira, Sertório é apresentado antes de tudo como um ótimo comandante militar, sendo ele “astuto” (PLUTARCO, Sertório, X), “fecundo em estratégias” (PLUTARCO, Sertório, I), “clemente” (PLUTARCO, Sertório, X), além de ser um “homem ativo e eficaz”, executando “brilhantes façanhas” (PLUTARCO, Sertório, IV) militares. Portanto, segundo Plutarco, Sertório era “digno competidor da perícia de Metelo, da fortuna de Sila e de todo o poder dos romanos” (PLUTARCO, Sertório, I). Por outro lado, Sertório também é apresentado como uma personagem histórica dotada de “defeitos” (quando comparados e contrapostos as virtudes valorizadas em Roma), visto que ele se levantou contra o Senado com a ajuda dos hispanos. Desse modo, ele foi descrito como um indivíduo “desterrado” (PLUTARCO, Sertório, I, XXII); “estrangeiro” (PLUTARCO, Sertório, I), cruel e ambicioso, ainda que tivesse sido um destacado cidadão romano equestre antes de Sila o declarar proscrito.

Dessa maneira, tendo-se em vista a construção dúbia da imagem de Sertório principalmente no nível do discurso de Plutarco, é possível tecer algumas considerações capitais sobre ele com base no método do quadrado semiótico. Destarte, temos dois vieses de interpretação no quadrado semiótico elaborado, ainda que ambos os sentidos sejam complementares e, portanto, não excludentes. Por um lado, há o percurso  $S1 \rightarrow -S1 \rightarrow S2$ , o qual euforiza a condição de cidadão romano de Sertório. Por outro lado, há o percurso  $S2 \rightarrow -S2 \rightarrow S1$ , que por sua vez euforiza a condição de chefe militar do mesmo. Destacamos, todavia, que o percurso valorizado na grande maioria dos vestígios textuais analisados é o primeiro, enfatizando-se a condição de cidadão romano de Sertório, que lutava em nome dos ideais e formas de governo e dominação imperialista tipicamente romano.

*GRÁFICO 1: Quadrado Semiótico: A Construção da Imagem de Sertório em Vidas Paralelas de Plutarco*



Ao analisarmos o primeiro percurso, vemos que há a euforização da condição de cidadão romano de Quinto Sertório. Logo, Sertório nos é apresentado como um digno patriota, já que ele “preferia ser um cidadão sem distinção em Roma a ser um desterrado da mesma”, sendo “muito amante da pátria”, primando pela “liberdade para os romanos” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Entretanto, de acordo com Plutarco, quando Sertório se revolta contra o governo de Sila e do Senado, ele perde a sua cidadania e a capacidade de residir em Roma, passando a ser visto como um proscrito, isto é, um não cidadão romano, mas, sim, um “desterrado de sua pátria” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Por conseguinte, há uma relação de implicação, pois Sertório ao ser declarado um proscrito, coloca-se como um chefe de bárbaros. Quinto Sertório, então, é caracterizado como um “estrangeiro” (PLUTARCO, Sertório, I) em relação a Roma, porém, “querido” e “admirado” (PLUTARCO, Sertório, XIV) pelos hispanos, embora seja patente que Sertório não era ibérico e não se colocou em uma condição anti-romana.

Já no segundo percurso, identificamos o enaltecimento de sua condição de chefe militar, sendo ele um chefe de bárbaros (PLUTARCO, Sertório, XIV). Assim, este indivíduo, de acordo com Plutarco, executou medidas importantes para a sua manutenção no poder na Hispânia, como, por exemplo, o alívio dos altos encargos tributários impostos pelo governo de Roma (PLUTARCO, Sertório, VI). Desse modo, seguindo o segundo percurso semiótico, também podemos identificar Sertório como um general romano, já que ele “partiu para a Espanha com a intenção de se antecipar a ocupá-la com poder de mando e autoridade, a fim de preparar ali um refúgio para seus amigos desgraçados” (PLUTARCO, Sertório, VI) em meio ao contexto das guerras civis romanas. Assim sendo, mais uma vez há uma relação de implicação, pois por Sertório ser um general romano, envolvido nas guerras civis, ele supostamente seria um cidadão romano patriota, defendendo a prerrogativa de “liberdade para os romanos” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Portanto, inferimos através do segundo percurso que Sertório foi, em última instância, um cidadão e um general romano, que se utilizou de diferentes táticas para conseguir dominar as Hispânicas e utilizar suas riquezas.

Vemos, portanto, que Sertório ora é descrito por Plutarco como um legítimo cidadão romano, ora é considerado um chefe de bárbaros. Contudo, a condição de Sertório reiterada é a de habilidoso general, de militar. Assim, a adesão romana e hispana ao seu governo podem ser identificadas como um certo reflexo de suas práticas de negociação e de cooptação, bem como de suas virtudes, carisma, competência bélica, entre outras características. Logo, retoricamente, há a afirmação nítida do enaltecimento da figura de Sertório, a qual segue as premissas da tradição romana de engrandecimento do inimigo, a fim de valorizar a sua própria

vitória. Sendo que tal vitória é atribuída à perícia de Pompeu Magno, à força de Roma e dos romanos e à própria fortuna de Sertório.

A longa duração da revolta e as vitórias alcançadas, no entanto, foram produtos do governo estruturado por Quinto Sertório e, principalmente, de suas distintas táticas de dominação provincial. Assim sendo, voltamo-nos a seguir para a análise de sua tática direcionada, em especial, às elites provinciais: a romanização.

## **2.2 ROMANIZAÇÃO: UMA DINÂMICA DUAL**

Os diferentes processos de romanização ocorridos na Península Ibérica – devido à atuação de Sertório como um governo romano paralelo ao da *urbs* – podem ser interpretados como formas de estruturar algumas marcas do imperialismo romano na região: diferencial de poder; certa dominação política, que possuía uma estrutura similar à romana (Senado, magistrados e comandantes) e alicerçamento de seu exército no decorrer da revolta.<sup>178</sup> Logo, as bases da administração sertoriana foram construídas de modo tão complexo quanto à imposição das estratégias de dominação de Roma nas Hispânicas. Isso porque o episódio em questão elaborou uma resistência utilizando-se da insatisfação de determinados povos e cidades frente à ação do Senado romano, negociando com as elites locais e aliviando alguns encargos provinciais. Destarte, antes de iniciarmos a análise da difusão dos processos de romanização ao longo da Revolta de Sertório, encarnados essencialmente na figura de sua “escola de romanidade”, é fundamental efetuar-se um panorama historiográfico dos pressupostos e possíveis desdobramentos da atual idéia de romanização.

### **2.2.1 As distintas vertentes de Romanização: o conceito**

O conceito de Romanização, cunhado no século XIX como um reflexo da atuação das potências neo-imperialistas, suscitou uma série de debates ao longo do século XX, que estão alicerçados em tendências nativistas ou neo-imperialistas, sendo a *teoria pós-colonial* a abordagem mais utilizada na recente renovação dos estudos romanos. Assim, as atuais pesquisas têm levantado determinados questionamentos quanto ao uso e a essência deste conceito. Dados autores, cujo principal expoente é Richard Hingley<sup>179</sup>, julgam ser

<sup>178</sup> GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1987.

<sup>179</sup> HINGLEY, Richard. “Recreating coherence without reinventing Romanization”. University of Durham. Disponível em: <www.digressus.org>. Data da consulta: 11/2006.

etnocêntrico o emprego do termo “romanização” para dar conta de uma gama de experiências históricas variadas, ainda que sua definição conceitual tenha passado por diversas revisões. Segundo o referido autor, a “teoria da Romanização é demasiadamente simplista, focando sua atenção na elite do império e concebendo tanto identidade, quanto mudança social em termos brutos e muito concretos.”<sup>180</sup> Deste modo, ele propõe a utilização do termo globalização, em detrimento de romanização, através da perspectiva de que o Império Romano deve ser visto, concomitantemente, de forma global e entremeado de diversidades étnico-culturais regionais.<sup>181</sup>

Desse modo, novos caminhos de interpretação são apontados, direcionando-se para conceitos como a *crioulização* de Jaine Webster, delimitando-se mais especificamente as singularidades dos contatos locais, enfatizando, assim, as questões de ajustamento multicultural e interação sociopolítica.<sup>182</sup> Isto porque, como Barrett destacou, é muito problemático traçar, com um mínimo de exatidão, o que era um símbolo da cultura romana ou o que havia sido adotado pelos provinciais e sofrido transformações e, ainda, o que era propriamente nativo.<sup>183</sup> Porém, a meu ver o conceito de romanização pode continuar sendo utilizado, desde que seus significados sejam precisamente traçados de acordo com as perspectivas historiográficas da contemporaneidade.

O recente enfoque sobre o Império Romano está embasado nos desdobramentos da *teoria pós-colonial*, pressupondo que não havia uma rígida unidade político-econômica e cultural, como o vislumbrava a historiografia do século XIX. Busca-se, em contrapartida, compreender a emergência das inúmeras mudanças ocorridas ao longo da colonização. Nesse sentido, Norma Mendes atesta que os estudos romanos são orientados na atualidade por três fundamentos principais. Em primeiro lugar, ela pressupõe a não passividade dos povos dominados, enfatizando sua capacidade de gerar formas abertas e ocultas de resistência. Em segundo lugar, há de se desconstruir a definição dos modelos binários pelos quais o Ocidente categorizou *os outros*. E, por fim, é capital observar a relação existente entre poder e discurso na produção das justificativas de dominação.<sup>184</sup> Destarte, segundo Hingley, trata-se de se

<sup>180</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 14

<sup>181</sup> *Ibidem* 2

<sup>182</sup> MENDES, N. “Romanização: a historicidade de um conceito” in: CAMPOS, A. (org). *Os impérios e suas matizes políticas e culturais*. Vitória: Flor & Cultura: Université de Paris – Est, 2008. p. 43.

<sup>183</sup> BARRETT, J. “Romanization: a critical comment”. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997. p. 51

<sup>184</sup> MENDES, N. “Romanização: cultura imperial”. *PHOENIX*, Sete Letras, 1999. p. 309.

descentralizar os estudos romanos, observando as trocas culturais ocorridas, as negociações efetuadas e as resistências manifestadas.<sup>185</sup>

De acordo com Webster, apesar de coexistirem estudos focados ou em moldes tradicionalmente imperialistas ou em noções nativistas, almeja-se a emergência daquilo que Edward Said chamou de *experiências divergentes*<sup>186</sup>. Em outras palavras, trata-se de admitir a noção de que existia um núcleo subjetivo irreduzível na experiência humana, que é histórica e secular, sendo acessível à análise e a interpretação, não se esgotando em teorias totalizantes e binárias. Sendo assim, as experiências históricas são reconhecidas como complexas e entrelaçadas, não havendo razão para separá-las, embora se preserve o que há de único em cada uma.<sup>187</sup> Assim, no contexto do Império Romano as *experiências divergentes* devem ser refletidas em conjunto, resguardando-se, em contrapartida, as peculiaridades locais, as quais dão contorno às suas formações e coerência interna e externa, permitindo a coexistência e interação entre o centro romano e suas inúmeras províncias e cidades.

Destarte, tendo as implicações da *teoria pós-colonial* como fundamento, tem-se construído uma nova imagem do Império Romano sob os pilares de *imperialismo* e de *romanização*, abrangendo as concepções de: hibridismo,<sup>188</sup> negociação,<sup>189</sup> sistema mundial,<sup>190</sup> dentre outros. No que tange, especificamente, ao conceito de romanização e seus desdobramentos, é notório que suas definições a partir de 1960 assumiram um caráter processual e multifacetado. Quando do momento da fundação dos estudos de imperialismo romano por Haverfield no século XIX, o conceito de romanização era imbuído de noções de progresso, avanço moral e assimilação/desnacionalização, sendo caracterizado por uma transferência unilateral de cultura, valores e traços governativos. Segundo Hingley:

Haverfield visualizou romanização como um processo direcional e progressivo, através do qual o grupo social nativo, (...), se transformava gradualmente em “romanos”. (...) O pressuposto de que os nativos desejavam se tornar romanos, ou mais romanos, é tido como a motivação por trás da gradual transformação da cultura material nas províncias.<sup>191</sup>

<sup>185</sup> HINGLEY, R. “The ‘legacy of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization’”. WEBSTER, J.; COOPER, N. (cood). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996 p.40.

<sup>186</sup> WEBSTER, J. “Roman Imperialism and the ‘post imperial age’”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 11

<sup>187</sup> SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. SP: Cia. das Letras, 1995. P.p.: 64 – 65.

<sup>188</sup> Cf: BURKE, P. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006.

<sup>189</sup> Cf: Apud HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005

<sup>190</sup> Cf: MENDES, Norma. “Romanização e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2006: 231- 256.

<sup>191</sup> HINGLEY, R. “The ‘legacy of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization’”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 39.

É notório que tal definição foi produto de seu tempo, na medida em que o apogeu das potências neo-imperialistas construiu um discurso justificador de seu poder, através do resgate de sua suposta herança clássica, identificando “romanização” como uma conseqüência primária da conquista.<sup>192</sup> Tal noção, entretanto, tem sido revisada. Em recentes estudos sobre imperialismo e romanização, é aceito que a sociedade nativa adotava novas idéias e fazia uso delas de acordo com as suas circunstâncias. Assim, os provinciais têm sido identificados como freios ou modificadores da cultura material romana. Deste modo, os nativos participaram do processo de mudança dentro do Império Romano. Logo, acredita-se que os diferentes grupos sociais negociavam e resistiam a certas representações ou discursos de superioridade/inferioridade.<sup>193</sup>

Segundo Millett, elites das províncias do oeste do Império Romano (figurando entre elas as Hispânicas) adotavam símbolos materiais romanos para reforçar sua posição social, identificando-se com Roma.<sup>194</sup> A elite nativa tinha uma relação direta de interesse em adotar a cultura cêntrica e se aproximar de Roma. Contrária-se, portanto, a concepção de Haverfield de “transmissão cultural”, pois a adoção de determinados signos romanos é concebida mediante os interesses locais, concedendo papel ativo aos provinciais, já que principalmente as elites buscavam se manter no poder. Sendo assim, as concepções de Millett seguem as tendências atuais dos estudos romanos ao descentralizar a análise das múltiplas e complexas relações existentes entre Roma e suas áreas provinciais. A obra de Millett, no entanto, também é passível de certa crítica atualmente, uma vez que ela transmite a idéia de aculturação e de unicidade da cultura romana.<sup>195</sup> Portanto, ressaltamos que a utilização de tal concepção será realizada com cautela, subtraindo tais noções em nossas análises.

Já Gilvan Ventura conceitua que a “romanização se converte em um processo sincrético no decorrer do qual não se forja uma identidade romana única, mas identidades múltiplas dentro de um movimento amplo e progressivo de interação étnica entre romanos e

---

<sup>192</sup> FREEMAN, P. “Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19<sup>th</sup>-c. Britain”. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

<sup>193</sup> HINGLEY, R. “The ‘legacy of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. pp. 35 - 48.

<sup>194</sup> Apud Hingley *Ibidem* 39 – 40.

<sup>195</sup> MENDES, N. “Romanização: a historicidade de um conceito”. CAMPOS, A. (org). *Os impérios e suas matizes políticas e culturais*. Vitória: Flor & Cultura: Université de Paris – Est, 2008. p. 41.

provinciais.”<sup>196</sup> Por conseguinte, a romanização é interpretada como um processo de mudança, que envolve a premissa do controle social e de diferentes interações culturais e identitárias em âmbito local (províncias) e central (Roma).

As definições de Norma Mendes sobre romanização dialogam com as de Gilvan Ventura, sintetizando o atual estado da questão ao caracterizar tal fenômeno como “um processo de mudança socioeconômico multifacetado em termos de seus significados e mecanismos, implicando diferentes processos de trocas culturais.”<sup>197</sup> Segundo a autora, os estudos baseados na idéia de romanização devem considerar que:

- 1) A população nativa não foi passiva frente à ação de Roma.
- 2) [a romanização] Foi um processo dialético de mudanças, no qual a comunidade dominada adotou novas idéias e as utilizou de diferentes formas, (...).
- 3) A idéia de adoção homogênea da cultura cêntrica pela população indígena, (...), deve ser desconsiderada.
- 4) O discurso imperial deve ser investigado através da crítica ao processo pelo qual o conhecimento do *outro* foi produzido. (...)
- 5) Deve-se buscar as diversidades através do estudo do discurso do *outro* expressado pela cultura material das províncias, (...) <sup>198</sup>

Assim, observando as definições acima mencionadas, é perceptível que o conceito de romanização possui algumas particularidades essenciais, que são compartilhadas pela maioria dos autores, apesar de deter algumas características causadoras de debates calorosos na academia. A questão de defini-la enquanto um processo é patente em todas as correntes historiográficas nascidas da *teoria pós-colonial*. Caracteriza-se, portanto, como um processo multifacetado, complexo, o qual é estruturado em interações pontuais entre dois códigos culturais distintos.

Desse modo, defino romanização como um longo e heterogêneo processo de mudança, englobando as idéias de controle social e identidade, além de transformações sócio-econômicas e processos de trocas culturais. Assim, a mesma trazia consigo tanto o pilar da ética civilizatória, quanto o ideal de “ser romano”. O resultado destas mensagens foi uma dominação consentida, embora as forças coercitivas se fizessem amplamente presentes. Isto significava a invenção de tradições e novas imagens por parte da política imperialista, gerando um *sentimento de comunidade*, embora as divisões sociais fossem marcantes e compusessem a própria lógica deste sistema. Trata-se, em suma, de uma tática de dominação do centro de poder, que é utilizada de diferentes formas pelos distintos grupos sociais locais.

<sup>196</sup> SILVA, G. V. “Romanização, identidade e resistência: a revolta dos isaurianos em 354”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2002. p. 171.

<sup>197</sup> MENDES, N. “Romanização, navegação e comércio no litoral do Algarve”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2001: 313 – 314.

<sup>198</sup> Op. Cit.



Sendo assim, é imprescindível vislumbrarmos os principais aspectos deste conceito, a fim de compreendermos sua profundidade enquanto expressão analítica. Portanto, há de se trabalhar, em linhas gerais, as idéias de cultura romana, identidade, imperialismo, controle social, hegemonia, elite negociada, hibridismo e resistência.

Cultura, sob o ponto de vista antropológico oferecido por Roque Laraia, configura o conjunto de formas de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos por membros de uma sociedade.<sup>199</sup> Desse modo, apreendemos “cultura romana” como um conjunto dinâmico de várias práticas imbuídas de uma série de distintos discursos de poder, que eram carregados ao longo da conquista, levando aos fenômenos de romanização. Assim, tal cultura deve ser compreendida em termos de interseções, como um processo aberto a modificações e possíveis redefinições, ocasionando a produção de novos traços culturais sincréticos.<sup>200</sup>

Sob esta égide, os códigos culturais produzidos pelas elites do Estado romano são essenciais para a manutenção da ordem, da estabilidade e da unidade político-administrativa do Império, embora a adoção e a reinvenção de certos traços culturais ocorressem através de experiências singulares em nível local. A formação das elites romanas passava pelo ensino de grego, latim e literatura, a fim de se formar um dito “sentimento de comunidade” por via do compartilhamento de alguns ideais de “ser romano”, necessários para a perpetuação da lógica imperialista. Portanto, a inserção das elites locais em algumas facetas da identidade romana conferia prestígio social e possibilidade de se perpetuar no poder ou ascender na hierarquia imperial.

Os processos de trocas culturais, cujos caracterizam um dos aspectos da romanização, traduzem-se no que Peter Burke chamou de hibridismo e de circularidade cultural.<sup>201</sup> Dito de outra forma, a cultura romana é “imitada” pelos habitantes das províncias de acordo com as suas vivências e códigos de identificação, perfazendo um trajeto circular que, no entanto, não termina no mesmo lugar em que começou, pois cada imitação das elites locais incorria em inúmeros processos de adaptação.<sup>202</sup>

O reflexo de tais práticas é o nascimento de novas identidades. De acordo com Stuart Hall, o conceito de *identidade* congrega uma série de significados transmitidos através da cultura, permitindo que os indivíduos se situem no mundo e se identifiquem como membros

<sup>199</sup> LARAIA, R. *Cultura: um conceito antropológico*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2003. P. 25

<sup>200</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 53.

<sup>201</sup> BURKE, P. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006. p. 32

<sup>202</sup> Op. Cit.

de uma comunidade<sup>203</sup>. Dessa maneira, quando Roma rompe com a antiga lógica local, reapropriando-a e elaborando uma nova, há uma série de transformações abrangentes, culminando no surgimento de diferentes e novas identidades, que mesclavam os elementos nativos aos oriundos da ação imperialista.

Os fenômenos de romanização utilizavam inúmeros veículos de propaganda da superioridade da *civitas* romana e, por conseguinte, de difusão de seu ideal, que eram responsáveis pelas representações coletivas e, de certa forma, pelas relações inter-étnicas. O sentimento de comunidade pretendido possuía mecanismos que o expressassem, como as alianças políticas, a vida religiosa, a estrutura administrativa, a organização dos espaços físicos, entre outros. Ressalta-se que grande parte destes veículos de propaganda convergia para o espaço urbano, numa tentativa de direcionar a vida pública e privada sob os moldes do “ser romano”.

O processo de adoção e, por conseguinte, de adaptação da identidade romana às realidades provinciais configurou um processo extremamente complexo e bidirecional, onde as relações de força e poder entre o centro e as periferias se impunham. Alston atesta, por exemplo, que a cultura nativa é permitida durante a dominação desde que não interfira ou entre em conflito com a cultura imperial.<sup>204</sup> Tal dinâmica evidencia que Roma para conquistar tinha que ceder, pois caso contrário não conseguiria subjugar exclusivamente pela força populações tão vastas e tão distantes do centro dominante. Em suma, a negociação e o sincretismo<sup>205</sup> eram necessários para o estabelecimento da lógica imperialista de exploração.

Romanização e imperialismo, portanto, caminham lado a lado no que tangem a estruturação e os mecanismos de conquista. Nas palavras de Whittaker, a romanização se constitui, *grosso modo*, na cultura do imperialismo.<sup>206</sup> Assim, a romanização, destacadamente durante a República Romana tardia, estava ligada à ideologia imperial romana, estando o modo de “ser romano” presente nos textos clássicos, na arte e na retórica antiga, construindo a imagem imperial sob a premissa de que Roma era um império agraciado pelos deuses no que concerne à conquista, pois possuía a missão de civilizar os bárbaros<sup>207</sup> – em linhas gerais,

<sup>203</sup> HALL, Stuart. “A identidade em questão”. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

<sup>204</sup> ALSTON, R. “Conquest by text: Juvenal and Plutarch on Egypt”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 107.

<sup>205</sup> Amálgama de concepções heterogêneas. Cf: Dicionário Brasileiro Globo – Francisco Fernandes, Celso. Pedro Luft, F. Marques Magalhães. 30º ed. São Paulo: Globo. \_\_\_\_.

<sup>206</sup> WHITTAKER, C. R. “Imperialism and culture: the Roman initiative”. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23. p. 149.

<sup>207</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 15.

povos sem uma cultura urbana (*civitas*). Logo, este ideal de expansão permeia a noção de *imperialismo* e de barbarismo e o discurso de poder romano, o qual era atestado por via dos mecanismos de romanização.

O discurso imperial, portanto, pode ser compreendido como um sistema de idéias e valores que mudaram ao longo do tempo, mas constituíam a ideologia da conquista, da qual as elites romanas e locais comungavam interesses e estavam inseridas, em maior ou menor medida. Logo, a idéia de *humanitas* romana era utilizada no processo de dominação, definindo os comportamentos a serem seguidos pelas elites, já que visava a criar um sentimento de pertencimento hierarquizado à República ou ao Império Romano. Daí analisarmos retoricamente certos discursos de dominação romana, uma vez que tais discursos são baseados em diferenciais de poder que justificavam as ações imperialistas, criando e reinventando a imagem do sistema de dominação imperial.

Logo, concordamos com Gilvan Ventura que apesar das estratégias desenvolvidas pelos romanos para integrar as populações submetidas – concessão de cidadania, fundação de novas cidades, exército, cooptação das elites, sincretismo religioso, etc – , a imagem de Roma foi construída sob princípios ideológicos, não se coadunando com a heterogeneidade cultural nem com a existência de territórios independentes no interior do *orbis romanorum*.<sup>208</sup> Dessa maneira, o império romano condicionava o surgimento de manifestações de resistência a presença romana, as quais são as bases das táticas de dominação local, utilizadas por Quinto Sertório, durante a sua revolta, ainda que este governador romano não contestasse o poder de Roma na regi.

Portanto, a romanização pressupunha o contato, a interação, a mudança socioeconômica e a complexidade político-administrativa e étnico-cultural. A heterogênea população integrante do Estado romano se articulava de formas distintas frente à conquista. Ou seja, determinados grupos sociais buscaram se inserir na lógica dominante, outros resistiram e outros parecem ter se mostrado alheios a ação do centro de poder. Sendo assim, devido a critérios pragmáticos iremos nos ater, neste capítulo, nas elites, ou seja, nos grupos que almejavam a integração, a negociação, efetuando uma série de traduções culturais e sincretismos, os quais serão analisados também ao longo do terceiro capítulo da presente dissertação. Deste modo, enquanto o presente capítulo se atém as relações existentes entre Roma e as elites, o próximo se focará nas interações entre Roma e o povo da Península Ibérica.

---

<sup>208</sup> SILVA, G. V. “Romanização, identidade e resistência: a revolta dos isaurianos em 354”. *PHOENIX*, Sette Letras, 2002. p. 170.

As distintas elites locais, como as hispanas, após serem inseridas no sistema imperial, representavam uma dada extensão do centro dominante, efetuando o controle social em nível local, que era estruturado conjuntamente com seus interesses, utilizando-se as já referidas táticas de dominação. Fenômeno estes que, no caso das Hispânicas, apresentavam-se de forma muito expressiva, posto que a Península Ibérica é considerada pela historiografia contemporânea como a área mais romanizada na porção ocidental do Império Romano. Isto porque tal região possuiu uma série de fatores, que a tornaram uma área, concomitantemente, unida – unidade administrativa e política – e diversificada – do ponto de vista étnico-cultural: questões de ordem geográfica, que incitavam ou a interação ou ao isolamento; relações diversas entre a população local e os colonizadores ditos “pré-romanos” (fenícios, gregos e púnicos); ação imperialista romana, etc. Sendo assim, a tradução ou adoção de determinados símbolos pelos hispanos deve ser vista como algo muito mais complexo do que uma mera pretensão de promoção social. As interações entre romanos e provinciais devem ser observadas pelo prisma do intercâmbio cultural e das relações de poder, o que nos faz pensar, por exemplo, que uma dita elite nativa pudesse participar da lógica imperialista com o intuito de resistir à dominação interna que já sofria anteriormente a chegada de Roma.

Tais relações entre o centro e as elites provinciais ocorriam segundo o que Gramsci chamou de afirmação de uma hegemonia. Em outras palavras, o referido autor identifica o estabelecimento de negociações assimétricas, levando ao que se convencionou chamar de “dominação consentida”, pois tal negociação entre ambas as partes define o *status* e, por conseguinte, a hierarquia social no interior do império, ainda que Roma necessitasse da periferia para governar.<sup>209</sup> Segundo Norma Mendes, a hegemonia cultural opera nos marcos da sociedade civil, na qual idéias, instituições e controle social atuam por via da manifestação do consenso.<sup>210</sup> Portanto, inferimos uma profunda correlação entre cultura, poder e discurso no mundo romano.

A dominação pressupunha a reinvenção do conceito de “cultura romana”. A negociação, bem como a resistência, dentro de um quadro de idéias e experiências, tratava de definir os seus próprios conceitos de “superioridade/inferioridade” a partir de suas funções, relações, importância e atuação dentro do sistema mundial.<sup>211</sup> Trata-se do que Terrenato definiu como “elite negociada”, pois as elites nativas efetivamente negociavam suas relações

<sup>209</sup> GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. SP: Civilização Brasileira. Vol. 3, 2000.

<sup>210</sup> MENDES, N. “Romanização: cultura imperial”. *PHOENIX*, Sete Letras, 1999. p. 309.

<sup>211</sup> HINGLEY, R. “The ‘legacy of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization’”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 42.

com Roma e adotavam certas formas da identidade imperial como parte ou resposta a essa ação. Assim, novos códigos culturais nasciam desse processo, que apresentavam certos signos da identidade romana adaptada às realidades locais (socioeconômicas, materiais e espaciais), a fim de evidenciar, por um lado, o consenso da dominação e, por outro, a inserção da província e de determinados grupos nas redes relacionais imperiais. Tal processo de integração negociada, entretanto, era demasiadamente complexo, já que levava em conta as singularidades locais de modo consoante as relações de força, riqueza e poder dos segmentos sociais envolvidos.<sup>212</sup> Em suma, Roma e, em especial, Sertório necessitavam, além da potência de seus exércitos, do consenso e da cooptação para governar.

Ademais, tais premissas concordam com a concepção de “sincretismo negociado” de Jaine Webster, que afirma que a negociação entre as elites pode levar de modo simultâneo ao surgimento de manifestações de resistência e de conformidade em diversos aspectos do universo provincial.<sup>213</sup> A esse respeito, Burke acrescenta que os contatos culturais entre sociedades distintas tendem a resultar em fenômenos de hibridização, acomodação ou diálogo. Todos os termos referidos expressam a tendência de os povos subjugados identificarem a identidade alheia como elementos alternativos, colocando-os em uma esfera complementar ao código existente, seja por via do acréscimo, da conformidade ou da resistência, através de uma apropriação seletiva.<sup>214</sup>

Portanto, concordamos com Alston que as elites nativas eram muito mais inclinadas a certos aspectos de integração ao sistema mundial do que a maior parte da população.<sup>215</sup> Isto porque as elites recebiam uma série de benefícios de ordem material e prestígio social, que encorajavam o surgimento de processos de reinterpretação da cultura imperial romana. Assim, trataremos a seguir da romanização como uma tática de dominação das elites hispanas, que se traduzia em processos de controle social e mudança socioeconômica, que eram encarnados nos símbolos do projeto imperial romano.

---

<sup>212</sup> APUD HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 48.

<sup>213</sup> WEBSTER, J. “A negotiated syncretism: readings on the development of Romano-Celtic religion”. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. *Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23*. p. 177.

<sup>214</sup> BURKE, P. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006.

<sup>215</sup> ALSTON, R. “Conquest by text: Juvenal and Plutarch on Egypt”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 107.

### **2.2.2 Escola de Romanidade e Instituições Políticas Hispanas: uma experiência sertoriana do sincretismo negociado**

Quinto Sertório, segundo Plutarco, organizou uma escola na Hispânia Citerior, especificamente em Osca (capital de sua revolta), que possuía professores instruídos nas “letras gregas e romanas” (PLUTARCO, Sertório, XIV), constituindo a instituição por nós chamada de “escola de romanidade”.<sup>216</sup> Identificamos tal escola como uma tática de dominação de Sertório, direcionada, em especial, às elites nativas, posto que disponibilizava a educação greco-romana somente para os “filhos das famílias mais nobres” (PLUTARCO, Sertório, XIV) com a justificativa ou discurso de que eles participariam futuramente “da administração e do governo” (PLUTARCO, Sertório, XIV). Sendo assim, é possível inferir que Quinto Sertório pretendia cooptar, sobretudo, as famílias mais importantes das Hispânias e manter relações diretas, principalmente, com os descendentes dos já citados povos aliados da revolta. Ademais, é sabido que tais crianças eram reféns de Sertório, pois ele “mandou matar uns e vendeu outros” (PLUTARCO, Sertório, XXV) quando foi envolvido na conspiração articulada pelos romanos, a qual gradativamente minou as relações entre Sertório e seus seguidores hispanos, fazendo com que ele, estimulado pelos romanos, realizasse esta medida de força, evidenciando traços coercitivos do governo sertoriano. Em suma, a escola de romanidade, além de configurar um importante veículo de romanização na Península Ibérica, constituiu-se em uma tática de dominação deste general romano, que se aproveitou da insatisfação local frente às estratégias de poder do Senado. Ambos os aspectos, então, fundiam-se sob a ótica da exploração romana.

Tal dominação efetuada por Sertório pode ser analisada a partir de vários enfoques, sendo os desdobramentos político-sociais e a própria idéia de educação alguns deles. Educar no Mundo Romano pressupunha a concepção de formar cidadãos. A palavra educação derivava de *educare* (igual a conduzir), o que denotava em última instância direcionar os jovens para o desenvolvimento das virtudes e capacidades valorizadas na vida cotidiana, as quais seguiriam os pressupostos estabelecidos pelo *mos maiorum*.<sup>217</sup> Logo, a educação romana estava atrelada a noção de *auctoritas*, ou seja, respeito a *humanitas* e a figura do professor. Segundo Claudia Beltrão, “tal processo de aprendizado para a vida adulta

<sup>216</sup> Enfatizamos que as “escolas de romanidade” sertorianas são interpretadas por nós como discursos ou táticas de dominação de Quinto Sertório direcionadas às elites hispanas. Em outras palavras, não estamos fazendo alusão a instituições escolares construídas com base em modelos similares aos contemporâneos.

<sup>217</sup> VAN DEN BERGH, R. “The Role Education in the Social and Legal Position of Women in Roman Society”. *Revue Internationale des droits de l’Antiquité*, XLVII, 2000. p. 351.

masculina, mesmo que nos escapem os detalhes, envolvia nitidamente fortes laços hierárquicos entre *seniores* e *iuniuores*.<sup>218</sup> Sertório, portanto, utilizou-se deste mecanismo para legitimar e euforizar a cultura greco-romana e, em contrapartida, afirmar-se enquanto “chefe” (PLUTARCO, Sertório, X) e “querido” (PLUTARCO, Sertório, XV) pelos hispanos.

A educação romana, entretanto, passou por duas fases distintas: a doméstica, baseada no *mos maiorum* (centrada na figura do *pater familia*) e a helênica (centrada na escola). Desse modo, a escola surge em Roma no século II a.C, quando da conquista da Grécia. A similitude presente em ambas as fases é a concepção de que todo o cidadão deveria aprender as virtudes romanas. Segundo Melo, até a República tardia a educação era de responsabilidade familiar, priorizando um conhecimento prático e utilitário, o qual preparasse para a vida coletiva.<sup>219</sup> A educação, por conseguinte, passava pela formação do soldado-cidadão, sendo ele essencial para o expansionismo, estando ligada à mentalidade cosmopolita romana e à sua missão civilizadora.<sup>220</sup>

A educação helenística herdou muitas características da doméstica, na medida em que passou a ser concebida em duas etapas: o lar e a escola. A figura paterna era fundamental para os meninos até os 17 anos, pois, de acordo com Quintiliano, “com os pais, (...), deveria se aprender o máximo possível” (QUINTILIANO, A Educação Romana Ideal, Livro I, Instituto 6), embora “não se devesse deixar que aqueles pais, que não tiveram a sorte de obter aprendizagem, não tenham cuidado com a educação de seus filhos” (QUINTILIANO, Instituto 7). Assim, ao fim da educação doméstica o adolescente largava a toga bordada ou pretexta e outras insígnias infantis e passava a vestir a toga viril e a se preparar para a vida pública, apresentando-se ao fórum e inserindo-se na vida militar.<sup>221</sup> Tácito, por sua vez, relata-nos esse processo educativo:

No tempo de nossos ancestrais, o jovem era preparado para o fórum e para a oratória, após ter sido educado em sua casa e instruído nas artes liberais, e era levado por seu pai, ou por parentes, ao seu orador em Roma. Seguindo-o e freqüentando-o, ele tinha a oportunidade de ouvir todos os seus discursos nos tribunais ou nos comícios. (TÁCITO, Dial., 34, I-2).

A função da educação, então, era preparar o indivíduo para a vida no Estado, ensinando para as elites a leitura, a escrita, o cálculo, o direito, a manejar armas e as virtudes

<sup>218</sup> BELTRÃO, C. “Tirocinium Fori: o orador e a criação de “homens” no *fórum romano*. Phoínix. Rio de Janeiro: Sette Letras, n. 13, 2007.p. 56

<sup>219</sup> MELO, J. “O Estado Romano e a Formação do Cidadão”. *Revista Teoria e Prática da Educação*. Vol. 8. Nº 3, 2005. p. 373.

<sup>220</sup> *Ibidem* 375

<sup>221</sup> *Ibidem* 377

morais e cívicas.<sup>222</sup> O fórum romano, por conseguinte, era o lugar por excelência dos cidadãos, onde a vida pública de Roma ocorria, sendo o orador romano rigorosamente treinado para ser um bom cidadão.<sup>223</sup> Paralelamente, “com a intensificação dos contatos culturais com o Mediterrâneo helenístico, *pari passu* da expansão imperial romana, um conhecimento sistematizado em escolas de pensamento e em manuais foi transformado em objeto de instrução pelos romanos.”<sup>224</sup> Assim, com a gradual difusão da *paidéia* grega no mundo romano surgiram três distintas etapas escolares: elementar, secundária e superior. Portanto, as escolas tiveram um papel político importantíssimo, haja vista que preparavam a elite para o governo.

Sob esta égide, centramo-nos em análises mais detalhadas acerca da escola sertoriana. Em primeiro lugar, é imprescindível destacar que Quinto Sertório, de acordo com os relatos de Plutarco, reproduziu o sistema educacional romano na Hispânia Citerior no que concerne a seus objetivos, etapas escolares, conhecimentos difundidos, simbolismos romanos e difusão da *humanitas*. Conforme já foi referenciado, o objetivo da educação era preparar para a vida no Estado e, principalmente, propiciar o governo às elites. O discurso de Sertório era justamente preparar os filhos da elite nativa para participarem do governo, embora tal proposta não tenha sido colocada efetivamente em prática, evidenciando-nos que este discurso almejava, essencialmente, a cooptação das elites à Revolta de Sertório. Ademais, inferimos que ele reproduziu o sistema escolar romano na província, pois construiu uma escola dotada de professores versados em grego e latim. Em outras palavras, tratava-se da escola secundária romana, que ensinava gramática e oratória as crianças, ou seja, as bases da vida pública republicana. Tal premissa concorda com as concepções de educação presentes em “Vidas Paralelas”, segundo Duff, que destaca o enaltecimento de elementos concernentes a vida pública romana, como, o ensino de retórica, política e aspectos militares.<sup>225</sup>

Além disso, identificamos nos estudantes de Osca os mesmos símbolos infantis dos cidadãos da *urbs*: “insígnias romanas”, “clâmide”, “túnica bordada”, “túnica pretexta” e “bullae” (PLUTARCO, Sertório, XIV). Tais signos permitem-nos entrever que Sertório difundiu a cidadania romana entre as elites nativas aliadas, seguindo uma dinâmica similar à ocorrida em Roma: o patronato. Dito de outra forma, alguns cidadãos romanos traziam professores especializados e financiavam os estudos de um determinado grupo, visando a

<sup>222</sup> MELO, J. “O Estado Romano e a Formação do Cidadão”. *Revista Teoria e Prática da Educação*. Vol. 8. Nº 3, 2005. p. 377.

<sup>223</sup> BELTRÃO, C. “*Tirocinium Fori*: o orador e a criação de “homens” no *fórum romano*”. *Phoénix*. Rio de Janeiro: Sette Letras, n. 13, 2007.p. 53.

<sup>224</sup> *Ibidem* 58

<sup>225</sup> DUFF, T. “Models of Education in Plutarch”. *Journal of Hellenic Studies*. Vol. 128, 2008. p. 5.



obter certos benefícios.<sup>226</sup> Destarte, nas palavras de Plutarco: Quinto Sertório “deu-lhes professores que os instruíam nas letras gregas e romanas, (...), pagava a instrução deles, submetia-os a exames periódicos e recompensava os mais aplicados” (PLUTARCO, Sertório, XIV). Assim, ele se tornou patrono das elites locais, que possivelmente eram clientes do general em questão, apoiando-o em seu governo na província em troca de distintas vantagens.

Ademais, o relato de Plutarco sobre a escola de romanidade sertoriana nos oferece uma gama de outras informações (PLUTARCO, Sertório, XIV). Em seus fragmentos, percebemos que Quinto Sertório seguia provavelmente as concepções educacionais correntes em fins da República, bem como conhecia suas implicações em âmbito político, as quais serviram de justificativa para a dominação das elites hispanas. Isto porque para a formação de um bom orador e, por conseguinte, de um bom político e administrador no Mundo Romano havia a necessidade de estudo e de professores excelentes. Plutarco, especificamente, costumava associar uma “boa educação” ao surgimento de virtudes e bom comportamento na vida adulta e pública dos cidadãos, ao passo que uma “educação ruim” traria falhas de ordem moral para o indivíduo.<sup>227</sup> A vida política nas Hispânicas requeria as características presentes na escola de romanidade, levando-nos a reafirmar a sua condição de uma importante tática de dominação de Sertório, posto que utilizava o sistema educacional romano para exaltar o “ser romano” e, em prol de seus próprios interesses: o pretendido triunfo sobre os silanos e a adesão das elites a sua revolta, dado o caráter de diferenciação social presente nesta instituição, pois, supostamente, com a obtenção dos conhecimentos inerentes ao “ser romano”, as elites nativas obteriam posições de mando localmente.

Desse modo, Plutarco ao retratar os desdobramentos da Revolta de Sertório e, particularmente, da escola de romanidade, euforiza a cultura greco-romana; disforizando, em contrapartida a cultura nativa, caracterizando os hispanos como: “bárbaros”, “salteadores”, “intempestivos” (PLUTARCO, Sertório, XIV), entre outros adjetivos.

---

<sup>226</sup> MELO, J. “O Estado Romano e a Formação do Cidadão”. *Revista Teoria e Prática da Educação*. Vol. 8. Nº 3, 2005. p. 379.

<sup>227</sup> DUFF, T. “Models of Education in Plutarch”. *Journal of Hellenic Studies*. Vol. 128, 2008. p. 1

<b>Rede Temática: Cultura Roma X Cultura Nativa</b>		
PLUTARCO, Sertório, XII, XIV, XVI, XXII		
<b>ELEMENTOS TEMÁTICOS</b>	<b>ELEMENTOS FIGURATIVOS</b>	<b>AXIOLOGIA</b>
CULTURA/ IDENTIDADE ROMANA (HUMANITAS)  X  CULTURA/ IDENTIDADE NATIVA (“BARBARIE”)	CULTURA/IDENTIDADE ROMANA: Cap. XIV: “armamentos, formações e insígnias romanas”; “verdadeiro exército”; “clâmide”; “túnica bordada”; “letras gregas e romanas”; “túnica pretexta”; “escola”; “ <i>bullae</i> ”; “elmos”; “escudos”. Cap. XXII: “ <i>imperator</i> ”; “sacrifícios”; “festins suntuosos”; “estátuas da Vitória”; “troféus de ouro e coroas”; “Senado”; “questores”; “prettores”;  X  CULTURA/IDENTIDADE NATIVA: Cap. XII: “flexibilidade e ligeireza do exército ibero”. Cap. XIV: “bárbaros”; “louca selvageria”; “salteadores”; “sacrifício supremo [devotio]”; Cap. XVI: “indisciplina”; “temeridade”; “bárbaros”; “impacientes”; “ações intempestivas”;	Euforização da cultura greco-romana e disforização da cultura nativa. Enaltecimento da <i>humanitas</i> romana e das virtudes e práticas da República Romana.

Plutarco traça uma linha tênue, porém distintiva entre o universo cultural romano e o ibero. Há uma notória associação entre os códigos identitários romanos com a *humanitas*<sup>228</sup> e dos códigos identitários nativos com a “barbárie”, já que os traços culturais do “ser romano” remetem à noção de humanidade e civilização romana e os traços iberos à idéia de indisciplina e temeridade. Assim, por via da leitura isotópica inferimos que a escola de Sertório propagava virtudes e práticas da República Romana e da *humanitas*, que equivalia a *paidéia* grega: sistema educacional clássico.<sup>229</sup> Retomamos, então, o conceito de cultura romana como um conjunto dinâmico de várias práticas imbuídas de distintos discursos de poder, que eram carregados ao longo da conquista, legitimando a ordem vigente e levando aos fenômenos de romanização. No bojo deste processo, o hibridismo era patente, pois mesclava-se elementos da cultura imperial com traços da identidade local, dando origem a novas identidades. Portanto, a escola sertoriana, enquanto tática de dominação, utilizava a cultura imperial (responsável por conceder certa unidade ao Estado romano) como uma forma de

<sup>228</sup> Paul Veyne define *humanitas* como cultura literária, virtude da humanidade e estado de civilização. Cf.: VEYNE, Paul. “HUMANITAS: Romanos e Não Romanos”. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. p. 283

<sup>229</sup> MELO, J. “O Estado Romano e a Formação do Cidadão”. *Revista Teoria e Prática da Educação*. Vol. 8. Nº 3, 2005. p. 376.

legitimar a administração de Sertório nas Hispânias, mediante à cooptação da elite local insatisfeita com as diretrizes da dominação senatorial.

A escola de romanidade sertoriana trazia em si vários mecanismos de romanização: produção intelectual, educação greco-romana, alianças políticas entre romanos e as elites nativas, surgimento de novas identidades e de novos grupos sociais envolvidos com o imperialismo romano e auto-propaganda política de Sertório.<sup>230</sup> Logo, os pressupostos e os desdobramentos de tal escola concordam com a caracterização do fenômeno de romanização efetuada por Norma Mendes, já que é possível identificar um processo de mudança socioeconômico multifacetado em termos de seus significados e mecanismos.<sup>231</sup> A referida experiência sertoriana, portanto, pressupõe, além de inúmeras trocas culturais, variados processos de controle social, de negociação e de resistência efetuados entre as elites locais, Sertório e os romanos dissidentes. Sendo assim, esta instituição se enquadra na premissa romana de exercer mais controle pela obediência civil do que pela coerção, ligando diretamente à capacidade de direção política as dinâmicas da romanização.<sup>232</sup> Todavia, não podemos negligenciar o fato de que Quinto Sertório também utilizou de medidas de força e coerção durante o seu governo, como foi o caso, por exemplo, do assassinato de seus reféns.

Destarte, cabe problematizar por que era tão interessante para as elites locais se inserirem no sistema educacional, cultural e, em certa medida, identitário romano, ressaltando-se, entretanto, a continuidade de manifestações locais que denotavam o diálogo entre os códigos culturais, sociais, políticos e religiosos nativos e romanos. Quais seriam, então, os benefícios angariados nesses processos interativos e de complexa negociação?

A compreensão dessas indagações está centrada nas dinâmicas da negociação. Por um lado, era imprescindível a adesão das elites locais à revolta para que Sertório estruturasse seu governo de oposição a Cornélio Sila. Por outro lado, o citado governo deve ter sido identificado pelas elites nativas como uma possibilidade de participação na administração, inserindo-se na ordem dominante: Império Romano. As elites, segundo Hingley, sabiam da sua importância em nível provincial, pois, uma vez introduzidas no sistema mundial, elas representavam uma dada extensão do poder dominante, efetuando o controle social localmente.<sup>233</sup> Traduziam-se, portanto, em elementos essenciais para o sucesso do governo

<sup>230</sup> LIMA, V.V. “Escolas de Romanidade: a experiência sertoriana”. CANDIDO, M. R. (org). *Roma e as Sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. RJ: NEA/UERJ, 2008.

<sup>231</sup> MENDES, N. “Romanização, navegação e comércio no litoral do Algarve”. *PHOÊNIX*, Sete Letras, 2001: 313 – 314.

<sup>232</sup> MENDES, N. “Romanização: a historicidade de um conceito”. CAMPOS, A. (org). *Os impérios e suas matizes políticas e culturais*. Vitória: Flor & Cultura: Université de Paris – Est, 2008. p. 46.

<sup>233</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005

sertoriano. Assim, a educação clássica oferecida por Sertório foi percebida por estes grupos como um meio de integração à política e à administração das Hispânicas, que pertenciam à rede imperial.

Dessa maneira, retomamos o conceito de Nicola Terrenato de “elite negociada”, o qual traduz estas dinâmicas, uma vez que a adoção e a adaptação de certos códigos culturais do Império Romano representavam uma dada negociação entre o centro e as províncias, gerando o consenso da dominação e a inserção imperial.<sup>234</sup> Sendo assim, segundo Plutarco, “o que mais cativou [as elites] foi sua conduta para com as crianças [alunos de Osca]. (...) Os pais experimentavam intenso prazer vendo seus filhos, de túnica pretexta, freqüentar muito garbosos a escola” (PLUTARCO, Sertório, XIV). Assim, inferimos que a elite local buscou inserir seus filhos na ordem dominante por via da escola sertoriana. Em contrapartida, Sertório foi cercado por milhares de escudeiros dispostos a morrer por ele (PLUTARCO, Sertório, XIV; APIANO, Guerras Civis I). Portanto, a escola de romanidade denotava um mecanismo de inserção e, acima de tudo, de negociação entre este general exilado e as elites nativas.

Assim, esses desdobramentos político-sociais da escola sertoriana corroboram a nossa hipótese de interpretar os atos de Sertório como evidências das ações imperialistas romanas em território provincial, posto que Roma incentivava as elites locais a adotarem a educação clássica.<sup>235</sup> O governo de Quinto Sertório nas Hispânicas necessitava da educação greco-romana transmitida pela escola de romanidade, pois o latim e o grego, por exemplo, eram as línguas da administração e da aristocracia. Como já foi dito, certos traços identitários comuns são essenciais para a manutenção da ordem, da estabilidade e da unidade político-administrativa do Império. Logo, a formação da elite, seja ela centrada na *urbs* ou nas periferias, perpassava pelo ensino do “ser romano”.<sup>236</sup> Trata-se do que Norma Mendes, Regina Bustamante e Jorge Davidson categorizaram como “construção de um ‘projeto imperial’ que impõe certa unidade através do império”,<sup>237</sup> já que a manutenção destes governos estava intrinsecamente ligada à criação de valores compartilhados, formando padrões culturais, que possam sobrepujar e dialogar com a diversidade local.

<sup>234</sup> APUD HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 48.

<sup>235</sup> HINGLEY, R. “The ‘legacy of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization’”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 41

<sup>236</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 60

<sup>237</sup> MENDES, N. M.; BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J. “A experiência imperialista romana: teorias e práticas”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, p. 21

Ademais, a educação romana oferecida por Sertório e traduzida pela elite hispana deveria ser visual, sendo ela perceptível à maioria da população provincial, na medida em que tais signos conotavam certo prestígio social. A utilização de determinadas vestimentas, monumentos, instituições, arquitetura, entre outros, encarnavam a referida unidade e ordem almejadas pela República. Assim, os signos romanos que os estudantes de Osca carregavam eram dotados de mensagens simbólicas, que eram lidas de diferentes formas por vários grupos sociais. Por conseguinte, Plutarco ao relatar que os filhos das elites utilizavam “túnica bordada”, “toga pretexta” e “*bullae*” (PLUTARCO, Sertório, XIV) oferece uma gama de informações preciosas acerca das interações político-sociais entre Sertório e os hispanos.

A toga, no mundo romano, representava o cidadão por excelência. Além disso, a alusão a diferentes tipos de toga permite-nos entrever a existência de um grupo de elite masculina formado por membros de diferentes idades e *status* social.<sup>238</sup> A referência a *bullae* concorda com esta concepção, pois tal amuleto de proteção era de uso exclusivo de meninos romanos.<sup>239</sup> Sendo assim, através destes elementos de cultura material reafirmamos que Sertório concedeu a cidadania romana para alguns hispanos, aumentando, provavelmente, seu contingente de seguidores. Portanto, como a inclusão a esfera política imperial perpassava pelo aspecto visual, a indumentária e os adornos utilizados eram formas de conceder informações políticas; sendo a toga, em particular, um instrumento ideológico de Roma.

A cultura material romana, no entanto, era adotada de modo flexível, simbolizando motivações variadas ou adaptando-se a realidades distintas. Segundo Coelho, a elite hispana tinha o costume de demonstrar seu poder político e econômico de forma ostentosa desde momentos anteriores a conquista e a dominação de Roma.<sup>240</sup> Por conseguinte, a adoção dos citados signos romanos ia ao encontro destes costumes ou prerrogativas de poder na Península Ibérica, concordando com as concepções de “elite negociada”. Ademais, a adoção de certos aspectos ditos romanos, como é o caso, por exemplo, da vestimenta dos estudantes de Osca, incorre na já tratada definição de romanização de Millett, que considera que as províncias do oeste adotavam os símbolos romanos para reforçar a sua própria posição social local, através de uma tênue identificação com Roma.<sup>241</sup>

No bojo desses processos, Sanchez-Moreno destaca a importância da política de trocas de presentes, sendo ela uma prática corrente entre as elites “pré-romanas” hispanas,

<sup>238</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 56

<sup>239</sup> LIMA, V.V. “Escolas de Romanidade: a experiência sertoriana. CANDIDO, M. R. (org). *Roma e as Sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. RJ: NEA/UERJ, 2008. p. 105

<sup>240</sup> COELHO, J. “Instituições políticas celtas e ibéricas. Un análisis de las fuentes literarias. *Habis*, 25, 1994.

<sup>241</sup> Apud HINGLEY, R. *Ibidem* 39 - 40

caracterizando formas de cooptar elites e clientes, de conseguir aliados fundamentais e fidelidades essenciais em um contexto de revolta, tal qual era o governo de Sertório nas Hispânicas.<sup>242</sup> De acordo com Coelho, certos objetos serviam para consolidar e perpetuar o prestígio social alcançado por seus usuários ou compensar pactos rompidos. Assim, voltamos para os objetos distribuídos por Sertório em sua escola de romanidade com o intuito de demonstrar poder, prestígio e competência das elites aliadas. E, ainda, enfatizamos o seguinte trecho de Plutarco: “como recebesse de bom grado qualquer tipo de presente, caça ou produto da terra, e recompensasse generosamente quem lhe prodigalizava semelhantes atenções, o homem apressou-se em oferecer-lhe o animalzinho [corça].” (PLUTARCO, Sertório, XI). Destarte, é possível concluir que Sertório estabeleceu relações complexas para dominar as Hispânicas, utilizando-se, inclusive, de dinâmicas políticas locais, como as trocas de presente.

Além disso, a escola em Osca pode ser interpretada com um foco preciso dessas práticas políticas, na medida em que Sertório presenteou a elite, pois “não poupava nem prata nem ouro para ornar-lhes os elmos e escudos; ensinava-lhes a envergar a clâmide e a túnica bordada, encarregando-se de suas despesas.” (PLUTARCO, Sertório, XIV), difundindo, assim, a cultura romana e a cidadania. Ademais, o armamento e alguns objetos de elite eram importantes para a sua diferenciação enquanto grupo dominante.<sup>243</sup> Sendo assim, enfatizamos o destaque aos termos “elmos”, “escudos”, “clâmide” (PLUTARCO, Sertório, XIV), que conotavam objetos dignos da aristocracia. Uma vez mais, então, as premissas da “elite negociada” de Terrenato e da romanização de Millett são expressas no governo de Sertório nas Hispânicas. Logo, ele fez uso de distintas táticas de dominação, que se baseavam tanto nas insatisfações locais com a ação senatorial, quanto em costumes hispanos, evidenciando-nos um quadro multifacetado de romanização.

Dessa maneira, a escola de romanidade desempenhou um papel central na estrutura de governo desenvolvida por Sertório. Seus mecanismos possibilitaram a organização do poder de acordo com as normas estabelecidas pela *urbs* e, por conseguinte, com o imperialismo romano, não concedendo, portanto, a liberdade aos provinciais.

---

<sup>242</sup>SÁNCHEZ-MORENO, E. “Caballo y Sociedad em la Hispania Céltica: del poder aristocrático a la comunidad política”. *Gladius*, XXV, 2005. p. 239.

<sup>243</sup> Op. Cit.

<b>Rede Temática: Romanização Difundida por Quinto Sertório nas Hispânicas</b>		
PLUTARCO, Sertório, XIV, XXII		
<b>ELEMENTOS TEMÁTICOS</b>	<b>ELEMENTOS FIGURATIVOS</b>	<b>AXIOLOGIA</b>
ROMANIZAÇÃO DIFUNDIDA POR SERTÓRIO NAS HISPÂNICAS	<p>Cap. XIV: “não poupava nem prata para ornar-lhes os elmos e os escudos”; “ensinava-os a envergar a clâmide e a túnica bordada”; “tornava-se popular partilhando com eles seu amor pela beleza”; “escolheu entre os diversos povos os filhos das famílias mais nobres, reuniu-os na importante cidade de Osca e deu-lhes professores que os instruíam nas letras gregas e romanas.”; “eram reféns”; “Sertório, aparentemente, educava-os para participarem, quando se tornassem homens feitos, da administração e do governo”; “túnica pretexta”; “escola”; “Sertório pagava a instrução deles, submetia-os a exames Periódicos e recompensava os mais aplicados com aqueles ornamentos de ouro que os romanos chamam <i>bullae</i>”; “sacrifício supremo [devotio iber]”; “chefe”; “Sertório se cercava de milhares [de escudeiros]”; “os espanhóis, aossados de perto, esqueceram a própria salvação para garantir a de Sertório.”</p> <p>Cap. XXII: “nome de Senado à assembléia de pais conscritos banidos de Roma”; “questores”; “pretos”; “leis da pátria”; “utilizando embora as armas, o dinheiro e as cidades dos espanhóis, nunca lhes cedeu, nem em palavras, a autoridade suprema”; “impunha-lhes magistrados e generais romanos”; “seu objetivo era reconquistar a liberdade para os romanos e não fomentar contra Roma a força daqueles bandoleiros”.</p>	Romanização como mecanismo de interação social Sertório e as Hispânicas.

Com base na aplicação da leitura isotópica, inferimos que a romanização atuava como um mecanismo de relações sociais bidirecionais fundamentais para a perpetuação da Revolta de Sertório. Plutarco, implicitamente, deixa transparecer que Quinto Sertório possuía intenções específicas com suas interações com os hispanos e com o seu posicionamento menos abusivo frente aos mesmos hispanos. Assim, o referido mariano divulgava a cultura romana como um pré-requisito para a inserção das elites hispanas na administração imperial em nível local, mas também cedia às tradições iberas, a fim de buscar se inserir no universo político-social hispano. Portanto, o apoio humano e material concedido ao governo sertoriano pelos hispanos, graças aos citados processos de negociação (ocorridos especialmente com as

elites hispanas), permite-nos concluir que os fenômenos de romanização dirigidos por Sertório podem ser caracterizados como táticas de dominação.

Além disso, tal caracterização dos processos de romanização como táticas de dominação pode ser atestada ao observarmos a estrutura governativa de Quinto Sertório na região:

Prova da magnanimidade de Sertório foi ter ele dado o nome de senado á assembléa dos pais conscritos banidos de Roma que o cercavam, entre os quais escolhia seus questores e pretores, regulando todos os negócios do gênero conformemente ás leis da pátria. (...) nunca lhes cedeu, nem em palavras, a autoridade suprema. (PLUTARCO, Sertório, XII)

Apiano, por sua vez, corrobora a mencionada estrutura governativa e reitera que Sertório “elegueu 300 dos amigos que o acompanhavam como seu Conselho e disse que este era o Conselho romano, chamando-se de Senado para o ultraje daquele outro de Roma.” (APIANO, Guerras Civis I, 108). Assim, é notório que Sertório era um romano, que estava exilado em províncias importantíssimas, estabelecendo nessas possessões o seu domínio de diferentes formas. As bases de sua administração nos permitem observar as formas de governo senatorial, uma vez que ele o estabeleceu segundo as normas romanas. Fenômeno este que explica o citado “ultraje” de Apiano e a incessante busca de Roma em sufocar a revolta em voga, posto que ela colocava em xeque a hegemonia da *urbs* (APIANO, Guerras Civis I, 108). Assim, Sertório consolidou o seu governo com o apoio hispano sem, entretanto, trazer um discurso de liberdade aos provinciais.

Segundo Espinosa, Sertório potencializou os elementos político-econômicos e culturais iberos que eram compatíveis com o seu domínio,<sup>244</sup> estabelecendo, deste modo, um governo conjunto, embora o controle romano seja incontestável. De acordo com Llorio, Sertório buscou se afirmar nas Hispânias como um magistrado romano e não como um *hostis publicus* de Sila.<sup>245</sup> Daí a sua estruturação governamental conforme a normativa de Roma, o que evidenciaria a busca de legitimidade romana de sua administração, posto que ele “havia sido eleito governador da Espanha” (APIANIO, Guerras Civis I, 108). Por conseguinte, o período sertoriano foi decisivo no curso da romanização ocorrida na Península Ibérica, consolidando seu processo de vinculação a Roma, tornando as Hispânias absolutamente atreladas às dinâmicas do imperialismo romano.

---

<sup>244</sup> ESPINOSA, Urbano. “Calagurris e Sertório”. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*, Madrid 1984, pp. 189-199.

<sup>245</sup> LLORIS, F. B. “La pietas de Sertório”. *Gérion*. Madri: Editorial de la Universidad Complutense de Madri. Nº.8, 1990. p. 216.



Assim, de acordo com as prerrogativas de romanização anteriormente citadas, a escola sertoriana ocasionou fortes transformações, em especial, nas aristocracias locais e em suas respectivas instituições políticas. Segundo Coelho, o nível de riqueza de um nobre hispano determinava seu lugar na comunidade política local, ou seja, fora do âmbito romano.<sup>246</sup> O controle e a manipulação das instituições ocorriam de modo consoante com os interesses da aristocracia hispana, a qual tinha como distinção fundamental seu caráter cavaleiresco – símbolo do sustento e da defesa da comunidade. A presença romana, entretantes, concedeu a política nativa uma faceta ainda mais oligárquica, estando o poder repartido entre as cidades e instituições políticas e militares: Senado, Assembléias, e magistraturas.<sup>247</sup> Os assuntos civis e militares na Península Ibérica, por sua vez, requeriam eleições distintas, cabendo a esfera civil comunicar aos Conselhos Militares<sup>248</sup> a necessidade de se escolher um chefe guerreiro, que era aclamado pela comunidade em armas.<sup>249</sup> Por conseguinte, inferimos que Quinto Sertório foi aclamado chefe guerreiro dos lusitanos, pois:

Sertório, (...), recebeu dos lusitanos uma embaixada propondo-lhe que se tornasse seu chefe, porquanto receosos dos romanos, tinham a necessidade de um general experiente e prestigiado; (...). Logo, (...), em sua qualidade de general munido de plenos poderes, organizou-os e submeteu a parte da Espanha contígua ao seu país [Hispania Citerior]. (PLUTARCO, Sertório, X, XI).

Sertório, então, assumiu prerrogativas militares locais, as quais, em maior ou menor medida, confundiam-se com os poderes civis e de mando político. Note-se que sua aclamação se deu justamente, devido à insatisfação lusitana, que levou a uma situação de revolta contra a atuação romana na região, corroborando, portanto, nossa hipótese de táticas de dominação sertoriana. Assim, percebemos que Sertório se utilizou de mecanismos e sistemas de governo nativos para se inserir na esfera política hispana, sendo a já tratada prática de trocas de presentes um bom exemplo de tais dinâmicas.

Ademais, segundo Coelho, as alianças estabelecidas entre as aristocracias hispanas eram comumente rompidas. Daí o costume de se usar reféns para dar credibilidade a acordos políticos, coletivos ou pessoais.<sup>250</sup> Assim sendo, é plausível concluir que Sertório tenha feito uso também deste mecanismo hispano em sua escola de romanidade, a fim de garantir a

<sup>246</sup> COELHO, J. “Instituições políticas celtas e ibéricas. Un análisis de las fuentes literarias”. *Habis*, 25, 1994. p. 96.

<sup>247</sup> SÁNCHEZ-MORENO, E. “Caballo y Sociedad em la Hispania Céltica: del poder aristocrático a la comunidad política” *Gladius*, XXV, 2005. p. 246.

<sup>248</sup> Órgão composto fundamentalmente pela elite aristocrática, sendo ele uma instituição expressiva do poder de seus membros, cujos possuíam influência política e prestígio social.

<sup>249</sup> COELHO, J. Op. Cit.

<sup>250</sup> *Ibidem* 97.

cooptação política e a adesão das elites. Plutarco reitera a condição de reféns dos estudantes de Osca nas seguintes passagens: a) “escolheu entre os diversos povos os filhos das famílias mais nobres, (...), deu-lhes professores, (...), [mas] na realidade eram reféns” (PLUTARCO, Sertório, XIV) b) “dos meninos espanhóis educados em Osca, mandou matar uns e vendeu outros” (PLUTARCO, Sertório, XXV). Portanto, as instituições políticas hispanas estiveram atreladas a esfera governativa sertoriana, demonstrando uma dada resistência à dominação e a opressão senatorial. Isto porque os hispanos identificavam Quinto Sertório como um aliado, supondo que ele lutava contra um inimigo em comum – Roma – e, assim, os nativos permitiram a utilização de certos mecanismos de poder local na administração sertoriana: prática de trocas de presentes; posse de reféns; participação nas Assembléias locais, uma vez que ele foi escolhido chefe dos lusitanos, etc.

Sertório, portanto, para concretizar a adesão local a sua revolta e utilizar a escola de romanidade como uma tática de dominação também teve que ceder às tradições locais. Tratou-se do estabelecimento de relações bilaterais entre romanos e hispanos, posto que Sertório defendia e enfatizava o “ser romano”, porém mantinha e se utilizava dos costumes iberos, fomentando, assim, um certo diálogo político-cultural de acordo com os pressupostos da romanização.<sup>251</sup> A complexidade destas interações acabou por favorecer a revolta, pois Sertório foi inserido em uma instituição política de suma relevância: a *devotio*.

A *devotio*, segundo Martinez, era um ritual religioso de caráter guerreiro, estando bastante presente nas relações políticas.<sup>252</sup> A consagração a determinados chefes militares (baseada na crença de deuses infernais) era um fenômeno típico dos celtiberos, porém não exclusiva deste povo. Ela também é conhecida em Roma, na Gália e na Germânia, sendo comparável a *devotio* romana, a *soldurios* dos gauleses e a *comitatus* dos germanos.<sup>253</sup> Segundo Plutarco,

Era uso na Espanha, para os integrantes da guarda de um general, morrer também caso sucumbisse, coisa que os bárbaros deste país consideravam o “sacrifício supremo”. Enquanto outros chefes só dispunham de pequeno número de escudeiros e acompanhantes que haviam feito voto de morrer por eles, Sertório se cercava de milhares. (...) Os espanhóis, acossados de perto, esqueceram a própria salvação para garantir a de Sertório (PLUTARCO, Sertório, XIV).

Enfatizamos, entretanto, que embora o caso da *devotio* sertoriana seja uma das mais conhecidas atualmente, tal ritual foi comumente utilizado em Roma desde o seu período

<sup>251</sup> LIMA, V.V. “Escolas de Romanidade: a experiência sertoriana”. CANDIDO, M. R. (org). *Roma e as Sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. RJ: NEA/UERJ, 2008.

<sup>252</sup> MARTINEZ, J. M. B. “La religión celta em Hispania”. *Celtas y Vettones*. Ávila, 2001. p. 180.

<sup>253</sup> ARCINIEGA, A. P. “La devotio ibera como forma de dependência em la Hispania prerromana”. *Memorias de Historia Antigua*, 1978. p. 132. Disponível em: < dialnet.unirioja.es > Data da consulta: 13/11/2009.

arcaico. Segundo Mary Beard, “no curso das guerras, (...), nos casos mais extremos, diante de um desastre na batalha, um general poderia dedicar ele mesmo e a legião inimiga aos deuses infernais e a Terra, em uma cerimônia conhecida como *devotio*. Em efeito, ele transformava a si mesmo em um sacrifício”.<sup>254</sup> Sendo assim, a *devotio* era um ritual romano conhecido e documentado por autores como Tito-Lívio:

[o general] com a cabeça coberta, vestido com a toga pretexta, realizada o rito com a fórmula de consagração ditada por um pontífice. Após a uma invocação solene a algumas divindades, ele entregava seu corpo ao exército inimigo e sua pessoa aos Manes e a Tellus, jogando-se depois no meio dos inimigos para se fazer matar, enquanto seu contato maldito semeava o pânico (TITO-LÍVIO, História de Roma, VIII, 9, 1 – 11; 10 – 3.)

Assim, o relato de Plutarco sobre a *devotio* ibera à Quinto Sertório pode ser identificado como um possível desdobramento da prática da *interpretatio romana*, definida por Tácito em sua obra “Germânia” como “a interpretação de divindades e ritos estrangeiros, associados aos romanos” (Tácito, Germânia, 43). Tratava-se, portanto, de uma interação entre romanos e nativos que se manifestava através de fenômenos de identificação e reconhecimento de traços nativos semelhantes aos romanos ou, ainda, da transposição sistemática de divindades nativas aos padrões romanos. Webster, por sua vez, caracteriza essa prática como o coração das articulações romanas com as religiões nativas, podendo ele ser identificado como uma forma de discurso pós-conquista, que garantia a perpetuação da dominação, seguindo os pressupostos das relações assimétricas de poder.<sup>255</sup>

Desse modo, a *devotio* à Sertório traz em si uma série de desdobramento, cabendo a este estudo focar a sua faceta enquanto tática de dominação sertoriana. Assim, depreendemos que a *devotio* ibera se tratava de uma consagração aos deuses e a própria vida, pois os devotos eram obrigados a combater e a se suicidar, caso o seu chefe viesse a falecer. Daí Sertório ter se cercado de muitos hispanos, compondo sua guarda pessoal por nativos que lhe eram devotos. Nas palavras de Apiano, Sertório “havia se cercado por todas as partes por lanceiros celtíberos, em vez de romanos, havia confiado sua custódia pessoal àqueles em lugar de estes. [os romanos] Não suportavam que os considerasse infiéis” (APIANO, Guerras Civis I, 112). Logo, é conhecida a insatisfação dos romanos, que se sentiam desfavorecidos em comparação com os provinciais, sendo este um dos causadores da conspiração contra Sertório.

<sup>254</sup> BEARD, M. “Early Rome”. BEARD, M. NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome*. Cambridge: University Press, 1998. p. 35

<sup>255</sup> WEBSTER, J. “*Interpretatio*: Roman Word Power and the Celtic Gods. *Britannia*. Society for the Promotion of the Roman Studies. Vol. 26, 1995. p. 153.

Segundo Arciniega, o ritual da *devotio*, que possuía inúmeras implicações políticas, estava intimamente ligado à desigualdade social hispana, as hierarquias (parentesco, prestígio, poder político e religiosos, etc.) e as distintas relações de dependência.<sup>256</sup> Destarte, os indivíduos sem recursos, adeptos à belicosidade e arredios em aceitar imposições do centro dominante<sup>257</sup> – aqueles chamados pelos autores clássicos de bandidos – reuniam-se em torno de um chefe militar pertencente ou não à região. Deste modo, inferimos que os devotos sertorianos, em sua maioria, foram indivíduos com características similares a estas, já que, segundo Plutarco, Sertório transformou um “troço de salteadores num verdadeiro exército” (PLUTARCO, Sertório, XIV) e em sua guarda pessoal, tornando-se seu “chefe” (PLUTARCO, Sertório, X). Assim, é fundamental destacar o já mencionado sítio de Calagurris como uma expressão exacerbada da *devotio*, já que a população pôs fogo na cidade e grande parte dos habitantes se suicidou, a fim de não se entregar a Pompeu Magno, o que evidenciaria uma traição a Sertório.

Dessa maneira, Sertório também soube se aproximar dos grupos sociais menos favorecidos, originando uma relação recíproca de interesses, pois ele constituiu sua guarda pessoal incontestavelmente confiável e integrou grupos sociais marginalizados a sua revolta. Tratou-se da constituição de uma clientela militar de Quinto Sertório.<sup>258</sup> É notório que este ritual também pode ser enquadrado nos trâmites da romanização, pois colocava em contato diferentes códigos culturais, levando a distintos processos de hibridização e de resistências. Logo, houve transformações nas instituições nativas ao longo de tal resistência ao governo dos silanos. Portanto, aspectos sociais também foram modificados, através de mecanismos como a própria escola de romanidade de Sertório e as modificações empreendidas por este general na forma de combate nativo, embora ele também tenha feito uso das táticas de guerrilhas locais.

Identificamos, então, dinâmicas que podem ser enquadradas no que Jaine Webster chamou de “sincerismo negociado”, na medida em que houve uma fusão de manifestações de resistência e de conformidade. Em outras palavras, concluímos que o governo de Sertório mesclou a permanência de aspectos locais (aclamação do chefe guerreiro, prática de trocas de presentes) e elementos próprios da cultura romana (escola de romanidade). Sertório, portanto, teve que negociar com a população local, principalmente com as elites, para poder dominar.

<sup>256</sup> ARCINIEGA, A. P. “La devotio ibera como forma de dependência em la Hispania prerromana”. *Memorias de Historia Antigua*, 1978. p. 132. Disponível em: < dialnet.unirioja.es > Data da consulta: 13/11/2009.

<sup>257</sup> GIRVÉS, M. “El recurso de Roma al bandidaje hispano”. *Espacio, Tiempo y Forma. Série II, História Antiga*, 1994. p. 168.

<sup>258</sup> ARCINIEGA, A. P. Op. Cit.

Tal processo de negociação foi de suma importância para a revolta, pois permitiu o estabelecimento de variadas alianças entre Quinto Sertório, os romanos dissidentes e os povos aliados da Península Ibérica, sendo a *devotio* e a clientela notórias expressões dessas relações. Assim, percebemos que as elites locais foram inseridas na esfera de poder, propiciando a adesão deste grupo a resistência à Roma e, em contrapartida, a utilização das diversas riquezas regionais sem a promessa de liberdade provincial, posto que Sertório era um general romano a favor da dominação da *urbs*, lutando contra uma facção determinada das guerras civis.

Desse modo, Sertório nos é apresentado como um “governador” (APIANO, Guerras Civis I, 108), “patriota”, detentor de grande “magnanimidade” (PLUTARCO, Sertório, XXII), sendo ele “admirado” (PLUTARCO, Sertório, XIV) pelos hispanos, já que sua dominação era pautada em táticas que se apoiavam nas fraquezas da ação senatorial – **VER TABELA 1**. Logo, é possível inferir que Sertório é descrito por autores antigos, sobretudo Plutarco e Apiano, como o homem ideal romano, uma vez que possui as três virtudes centrais do cidadão prestigiado, honrado e educado de acordo com os pressupostos da *humanitas: pietas, fides e gravitas*.<sup>259</sup> Assim, em primeiro lugar, Sertório era piedoso no que concernem suas relações com os deuses, sua família e compaixão com os vencidos, pois ele foi “ofuscado pelas divindades” (APIANO, Guerras Civis I, 113), “bem-criado pela mãe viúva, por quem parece ter tido extraordinária afeição” (PLUTARCO, Sertório, II) e “não cometia nenhuma baixez para com o adversário” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Em segundo lugar, ele balizava seus pactos políticos e militares na *fides*, sendo ele “mais fiel do que Antígono com seus amigos [aliados]” (PLUTARCO, Sertório, I).

E, em terceiro lugar, Sertório era digno da *gravitas*, pois possuía capacidade de enfrentar situações imprevistas e serenidade para solucionar problemas e emitir juízos com ponderações “muito justas” (PLUTARCO, Sertório, V). Destarte, tais características conferiam a Sertório o *iustum imperium* (autoridade legítima) no que tange ao comando do exército e a administração republicana,<sup>260</sup> o que corrobora o seu título de governador provincial e explica a sua propaganda política presente na escola de romanidade, visando a demover a sua imagem de “fugitivo de Sila” (APIANO, Guerras Civis I, 108). Em suma, entrevemos que este revoltoso foi descrito como um cidadão romano por excelência,

<sup>259</sup> MELO, J. “O Estado Romano e a Formação do Cidadão”. *Revista Teoria e Prática da Educação*. Vol. 8. Nº 3, 2005. p. 374.

<sup>260</sup> Op. Cit.

representando, por um lado, um dos maiores perigos pelos quais Roma passara durante a República e, por outro, a força do Senado que fora capaz de detê-lo.

De acordo com Lloris, Sertório enfatizou a sua aproximação com a virtude da *pietas*, destacadamente entre os romanos dissidentes, pois ela agregava uma gama de significados: respeito aos deuses, aos vínculos e aos acordos internacionais.<sup>261</sup> Portanto, *pietas* em fins da República, em especial a partir da época de Sila, conotava apego a pátria, possuindo um sentido político. A *pietas* de Sertório, por conseguinte, deve ser compreendida sob o prisma do patriotismo do general. Assim, seu governo e sua difusão da romanização, encarnada principalmente em sua escola em Osca, estavam de acordo com o momento político vivido na República Romana. Logo, o patriotismo difundido por Sertório foi uma resposta a sua imagem de estrangeiro e chefe ibero dirigida aos romanos, que estavam insatisfeitos com a participação dos iberos na política sertoriana.<sup>262</sup> Tratava-se, portanto, de uma propaganda política.

Desse modo, é notório que o processo de romanização difundido por Sertório foi fundamental para a articulação de seu governo na Península Ibérica. Assim, a escola de romanidade pode ser interpretada como um discurso que propiciou o controle social e a diminuição da resistência local pela via da cooptação das elites e, por conseguinte, de outros grupos sociais ao movimento liderado por Sertório, através da elaboração de um pretensioso sentimento de comunidade, calcado na luta contra um suposto inimigo em comum: Roma.<sup>263</sup> Logo, as distintas táticas de poder de Sertório deram origem a dominação consentida definida por Gramsci no que se refere aos aspectos políticos, econômicos, militares e, inclusive, simbólicos, que estavam inseridos nas dinâmicas já mencionadas de “elite negociada” e de “sincretismo negociado” de N. Terrenato e de J. Webster, respectivamente. Sendo assim, vislumbramos alguns desdobramentos das práticas imperialistas romanas, pois as relações de autoridade, legitimidade, prestígio e decisões relevantes foram mantidas entre os romanos, embora Sertório distribuísse recompensas aos melhores.

Posto isso, percebemos que a análise da escola de romanidade e das relações político-sociais de Sertório está de acordo com as premissas enunciadas da teoria pós-colonial,<sup>264</sup> uma vez que evidencia: a questão da não passividade dos povos aliados envolvidos na revolta; a

<sup>261</sup> LLORIS, F. B. “La pietas de Sertório”. *Gérion*. Madri: Editorial de la Universidad Complutense de Madri. Nº.8, 1990. p. 220.

<sup>262</sup> *Ibidem* 222.

<sup>263</sup> LIMA, V.V. “Escolas de Romanidade: a experiência sertoriana”. CANDIDO, M. R. (org). *Roma e as Sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. RJ: NEA/UERJ, 2008.

<sup>264</sup> MENDES, N. “Romanização, navegação e comércio no litoral do Algarve”. *PHOÏNIX*, Sete Letras, 2001: 313 – 314.

complexidade das interações entre romanos e nativos no que tange a dominação; ratifica a intrínseca relação entre poder e discurso. Dessa maneira, o estudo da escola criada por Sertório se apóia nas concepções de Gilvan Ventura sobre romanização, pois se tratou do estabelecimento de um processo sincrético forjador de múltiplas identidades no interior de um quadro complexo de interações entre romanos e provinciais.<sup>265</sup> A experiência sertoriana, então, incorreu em variados fenômenos de mudança, envolvendo as idéias de controle social e de diferentes contatos culturais e identitárias.

Portanto, concluímos este capítulo reafirmando a noção de que a escola de romanidade sertoriana pode ser enquadrada como uma tática de dominação voltada especificamente para as elites locais, posto que Sertório necessitava deste importante grupo para governar. Porém, a dominação das Hispânicas, em especial a Hispânia Citerior, teve de contar com táticas específicas direcionadas também para os outros segmentos provinciais. Daí nos voltarmos no próximo capítulo para as táticas de dominação mais abrangentes, pois sua revolta e seu governo necessitavam da força do exército, dos recursos materiais e humanos e da adesão hispana, dando origem a outras três táticas de dominação de Sertório, baseadas igualmente em três aspectos sociais: político-religioso, político-econômico e político-militar.

---

<sup>265</sup> SILVA, G. V. “Romanização, identidade e resistência: a revolta dos isaurianos em 354” in: *PHOENIX*, Sette Letras, 2002, p. 171.

### **III.A REVOLTA DE SERTÓRIO: FACETAS DO IMPERIALISMO ROMANO**

*A Hispânia era, no tempo de Sila, mais do que o nome de um campo de batalha.*<sup>266</sup>

*A característica distinta do imperialismo não é ele assumir um estado econômico ou político específicos. Se esse impulso é restrito ou bem vindo, ou se ele produz custos ou benefícios são questões importantes, contudo diferentes. O que importa para o propósito de definição é que um poder tem a vontade e, se ele é bem-sucedido, a capacidade de moldar os assuntos de outro por imposição sobre ele. As relações estabelecidas pelo imperialismo são conseqüentemente baseadas sobre a desigualdade e não sobre compromissos mútuos do tipo que caracteriza os estados de independência.*<sup>267</sup>

As Hispânias, de acordo com Richardson, tinham, na década de 80 a.C., um substancial número de residentes romanos e itálicos (militares e civis) e, por conseguinte, muitas de suas comunidades nativas haviam desenvolvido diversas conexões com representantes do poder imperial romano.<sup>268</sup> Conforme demonstramos no capítulo anterior, estas interações também estavam atreladas à Revolta de Sertório, na medida em que tal guerra civil propiciou a vinda de muitos soldados e magistrados da Península Itálica com o objetivo de conter a resistência, que contou com o apoio, principalmente, de populações locais insatisfeitas com o mando abusivo da *urbs*. As elites locais tiveram mais interações com os romanos instalados nas Hispânias e, assim, encabeçaram o complexo processo de romanização ocorrido na região, embora tal processo não tenha restringido apenas a este grupo. Tais interações ocorridas entre romanos e hispanos se tratavam de desdobramentos intrínsecos as práticas imperialistas romanas de fins da República. Assim, cabe a este capítulo a análise conjunta das estratégias de dominação senatorial nas Hispânias e as táticas de dominação sertoriana na mesma região, direcionadas, em linhas gerais, à população local.

Dessa maneira, as análises sobre as ações imperialistas romanas complementam as concepções traçadas até o presente momento, pois as noções de imperialismo e romanização são complementares, apesar de seus enfoques serem diferentes. Como já disse Richardson, as

<sup>266</sup> RICHARDSON, J. S. "Rome, Spain and imperialism". *Hispaniae. Spain and the development of the Roman Imperialism*. 218 – 82 A.C. UK: University Cambridge Press, 1986. p. 175

<sup>267</sup> CAIN E HOPKINS Apud FREEMAN, P. "British imperialism and the Roman Empire". WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. pp. 19 – 34.

<sup>268</sup> RICHARDSON, J. S. "Rome, Spain and imperialism". *Hispaniae. Spain and the development of the Roman Imperialism*. 218 – 82 A.C. UK: University Cambridge Press, 1986. p. 172.



relações entre esses dois conceitos são notórias e evidenciadas, por exemplo, através da presença constante do sistema de taxação, das leis e de soldados romanos,<sup>269</sup> posto que tais mecanismos, além de nortear a dominação de um dado território anexado – compondo o quadro por nós identificado como “estratégias de dominação” –, incitaram ao contato e a certos processos de mudança socioeconômica. Sendo assim, é plausível afirmar que tais pressupostos não se dissociam, compondo o quadro de mecanismos da dominação romana.

Quinto Sertório conhecia as práticas de dominação romana e, desse modo, soube se utilizar de suas inconsistências para conseguir o apoio dos hispanos frente ao governo silano. Ao longo do segundo capítulo nos focamos nas táticas sertorianas direcionadas, em especial, aos grupos de elites locais; entretanto, Quinto Sertório necessitava mais do que o apoio concedido por tais grupos. Isto porque a continuidade e o sucesso de sua revolta dependiam, em maior ou menor medida, de contingente militar constante e da cooperação hispana no que tange a utilização das inúmeras riquezas regionais, as quais financiariam a revolta mariana. Segundo Plutarco, Sertório encontrou na Península Ibérica tanto “populações numerosas e ricas em jovens já na idade de servir” (PLUTARCO, Sertório, VI), quanto “riquezas” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Dessa maneira, é plausível afirmar que Quinto Sertório imprimiu às Hispânicas práticas imperialistas, tal qual a definição acima citada de Cain e Hopkins, pois ele dominou política e economicamente outras áreas e outros povos, tendo como base o modelo expansionista romano de fins da República, na medida em que estabeleceu relações desiguais entre as diferentes partes integrantes de seu governo: hispanos e romanos.

A Revolta de Sertório, então, pode ser identificada como um reflexo do sistema imperial de Roma, permitindo-nos entrever, por um lado, certas facetas desta forma de imperialismo e, por outro, distintas formas de resistência local. A administração de Quinto Sertório foi organizada com base em modelos governamentais especificamente romanos, sendo a prática de cooptação das elites nativas e concessão de cidadania romana a povos aliados apenas alguns exemplos de tal modelo imperialista. Entretanto, as articulações sertorianas em solo hispano não ocorreram apenas com base nestes pilares. De acordo com Mattingly, Roma se preocupava sobremaneira em cooptar as elites e negligenciava, em contrapartida, o campesinato, alegando que os menos favorecidos interiorizariam a dominação

---

<sup>269</sup> RICHARDSON, J. S. “Rome, Spain and imperialism”. *Hispaniae. Spain and the development of the Roman Imperialism*. 218 – 82 A.C. UK: University Cambridge Press, 1986. p. 174.

por osmose.<sup>270</sup> Negligência esta que Sertório não cometeu, pois “a maior parte das populações juntou-se a ele voluntariamente.” (PLUTARCO, Sertório, XVI).

Como Clarke já destacou, a escala de importância das mudanças e confrontos ocorridos no interior do sistema mundial da Antiguidade tem sido distorcida pela ênfase concedida apenas aos grupos ditos de elites.<sup>271</sup> Ademais, tal percepção dialoga com Hingley, que destaca a impossibilidade de se esperar que toda a população nativa reaja da mesma forma à dominação de Roma, o que eliminaria a faceta complexa, cercada de mudanças e continuidades, deste processo.<sup>272</sup> Daí nos voltarmos para as manifestações populares, algo possibilitado pelo fato de Sertório ter efetuado suas táticas de dominação direcionadas a dois grupos sociais distintos, possuindo, portanto, bases, posturas e diretrizes igualmente distintas. Nas palavras de Plutarco, Quinto Sertório “conseguiu alcançar as boas graças dos dignitários pela afabilidade e o povo pela dilatação dos prazos dos tributos, mas fez-se amar sobretudo por liberá-los da obrigação de alojarem as tropas” (PLUTARCO, Sertório, VI), já que era habitual na República Romana obrigar as cidades conquistadas a abrigar e alimentar os soldados desmobilizados durante o inverno.

Assim, o poder militar, econômico, cultural e religioso intuía conceder certa unidade ao sistema imperial, fornecendo, em contrapartida, possibilidades para o nascimento de manifestações de resistência, devido a uma série de fatores, que serão tratados ao longo do presente capítulo. Dessa maneira, Quinto Sertório fez uso principalmente de três táticas de dominação direcionadas à população íbera: as relações entre a religião imperial e a local, o sistema de taxaço romano e o exército romano. Estes aspectos, portanto, configuram o fio-condutor das análises deste capítulo, o qual busca compreender a rede estabelecida entre as estratégias de dominação senatorial e as táticas de dominação sertoriana, relacionando-os diretamente ao contexto conturbado das guerras civis romanas de fins da república.

Destarte, a fim de alcançar os objetivos estipulados, o presente capítulo se divide em duas frentes: *Das Práticas de Dominação Romana e Desdobramentos da Revolta de Sertório: o cursus honorum de Pompeu Magno e suas relações com a lógica imperial romana*. O primeiro item traz, a princípio, um debate historiográfico sobre o conceito de imperialismo, o

---

<sup>270</sup> MATTINGLY, D. J. Africa: a landscape of opportunity. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997. p. 155

<sup>271</sup> CLARKE, S. Acculturation and continuity: re-assessing the significance of Romanization in the hinterlands of Gloucester and Cirencester. WEBSTER, J.; COOPER, N. (cood). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 72

<sup>272</sup> HINGLEY, R. The ‘legacy’ of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization. WEBSTER, J.; COOPER, N. (cood). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 44

qual norteará as posteriores análises sobre as táticas de dominação sertoriana dirigidas aos habitantes provinciais menos abastados. Serão enfatizados, portanto, os aspectos político-religioso, político-econômico e político-militar das práticas de dominação romana.

E, por fim, o segundo segmento prima por analisar o *cursus honorum* de Pompeu Magno e suas imbricações com a lógica imperialista romana de fins da República, uma vez que este general obteve uma grande ascensão política após ser considerado o vencedor da Revolta de Sertório. Assim, fecharemos o nosso estudo observando a relevância da referida revolta mariana para o contexto das guerras civis romanas, seguindo duas vertentes complementares: a ascensão de Pompeu Magno na arena pública romana e o processo de vinculação das Hispânicas à orbita imperial romana, que se tornou indubitável após os desdobramentos da ação sertoriana.

### 3.1 DAS PRÁTICAS DE DOMINAÇÃO ROMANA

#### **3.1.1 As distintas vertentes de Imperialismo: o conceito**

O termo *imperialismo* norteia diversos estudos na contemporaneidade, os quais possuem diferentes focos, indo desde análises de dominação político-econômica a dominação sociocultural. Sua utilização enquanto expressão analítica, por conseguinte, tem se estendido demasiadamente nas últimas décadas, graças, principalmente, aos pressupostos trazidos pela já tratada *teoria pós-colonial*. A extensa discussão em torno do conceito de imperialismo romano, no entanto, tem gerado debates bastante descritivos, generalizantes e estáticos, de acordo com Mattingly.<sup>273</sup> Portanto, torna-se capital traçar um panorama específico do imperialismo romano, em especial durante a República Tardia.

A atualidade tem ressaltado que os estudos do sistema imperial romano devem ser organizados com base nas seguintes perspectivas: os fenômenos de resistência; o sistema sociocultural das sociedades nativas; as distintas relações de poder; a negociação efetuada entre Roma e as províncias e, ainda, o conceito de hegemonia.<sup>274</sup> Assim, os estudiosos seguidores da teoria pós-colonial têm como fundamento a idéia de que não há uma única cultura colonial, pois cada comunidade nativa possuía a sua história, a qual muitas vezes foi suprimida pelo discurso dominante. Fenômeno este ocorrido nas Hispânicas, o que torna

---

<sup>273</sup> MATTINGLY, D. J. Dialogues of power and experience in the Roman Empire. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997. p. 9

<sup>274</sup> *Ibidem* 9

trabalhosa a tarefa, por exemplo, de compreender os condicionantes da adesão hispana a Revolta de Sertório.

Sendo assim, as análises de práticas imperialistas devem se centrar nos focos de: imposição da ordem imperial, consolidação das normas impostas e nascimento de novas práticas culturais no Império Romano. A referida perspectiva, entretanto, deve caminhar lado-a-lado com a observação dos processos de negociação e interação cultural.<sup>275</sup> Daí termos estruturado a presente dissertação em dois momentos. Primeiramente, analisamos os processos de negociação e de interação político-cultural, encarnados, fundamentalmente, na escola de romanidade sertoriana. E, em segundo lugar, centramo-nos na observância da imposição das normas, ou melhor, das estratégias de dominação, que são o pano de fundo para o surgimento das táticas sertorianas e da adesão ibera à resistência mariana em solo hispano.

Assim sendo, concordamos com Harris que o imperialismo romano não é plenamente identificável com nenhuma outra forma de imperialismo moderno<sup>276</sup>. O conceito de *imperialismo*, por sua vez, foi cunhado no século XIX como uma tentativa de se compreender a crise do capitalismo, sendo a corrente marxista o carro-chefe destas teorias. Ademais, tal conceito derivou do termo romano *imperium*, o qual passou por várias redefinições, inclusive no decorrer da História de Roma, mantendo, entretanto, o seu sentido básico de soberania e comando. Portanto, “a análise do processo de transformação deste vocábulo político contribui para a investigação da natureza do imperialismo romano.”<sup>277</sup>

Em linhas gerais, no mundo romano ele designou, primeiramente, um poder pessoal de escopo, civil e militar, sendo embasado religiosamente, ainda que exigisse a aprovação da *lex curiata* de império pelo *populus* romano. Portanto, *imperium* denotava certo poder, e tal poder passou dos Reis aos magistrados republicanos<sup>278</sup> (cônsules, pretores e ditador). Paralelamente, na República nasce também a figura do *imperator*: magistrado dotado de um comando militar, investido do *imperium*, sendo ele aclamado por suas tropas. Já em fins da República vemos que ambos os termos sofreram significativas modificações, posto que crescia o poder personalista em Roma. *Imperium*, sem perder a sua denotação republicana, passou a designar também o território dominado por Roma, sendo o mesmo marcado por uma

<sup>275</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 46

<sup>276</sup> Apud FREEMAN, P. *British imperialism and the Roman Empire*. WEBSTER, J.; COOPER, N. (coord). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 20

<sup>277</sup> MENDES, N. Império e latinidade. COSTA, D.; SILVA, F. C. T. (org). *Mundo Latino e Mundialização*. RJ: MAUAD: FAPERJ, 2004. p. 19.

<sup>278</sup> CARDOSO, Ciro F; FONTES, V. “Apresentação”. *Revista Tempo*, Niterói: Revista do Departamento de História da UFF, 2005, v. 9. Dossiê 18. pp: 11 – 16.

hierarquização do espaço derivada da conquista, identificando a Península Itálica como o centro subordinador das áreas provinciais. Por outro lado, *imperator* adquiriu aspectos mais próximos do que atualmente entendemos por imperador, já que o governo de Augusto é caracterizado como um sistema de poder pessoal<sup>279</sup> – conhecido como “Principado”.

É notório, então, que “além do termo *imperium*, toda a estrutura do Império Romano sobreviveu na história como um ‘modelo cognitivo’ de identificação de império”<sup>280</sup>. Assim:

(...) com base na apropriação do termo *imperium*, a historiografia do século XIX construiu a definição de império como a política expansionista e incorporadora, empreendida por Estados, que passavam a exercer por conquista a soberania sobre ampla extensão territorial<sup>281</sup>.

No bojo desse contexto, temos Haverfield como um dos fundadores do conceito de imperialismo romano, afirmando que:

Roma encontrou raças que ainda não estavam civilizadas, (...). Portanto suas conquistas diferiam de duas formas das conquistas com as quais os homens modernos [colonizadores do século XIX] estão mais familiarizados. Sabemos muito bem o papel do Estado civilizado, de homens brancos, sobre os incivilizados asiáticos ou africanos (...). Nós sabemos também o papel de um homem branco civilizado sobre outros homens brancos civilizados, (...). A conquista romana da Europa Ocidental lembrava estes processos.<sup>282</sup>

Assim, as concepções modernas sobre o imperialismo romano serviram como esteio da dominação dos imperialismos do século XIX<sup>283</sup>, uma vez que as potências da época buscavam se assemelhar a Roma, sob a justificativa de que elas seriam as herdeiras do patrimônio cultural romano. Somente após o findar da I Guerra Mundial se originaram as múltiplas interpretações acerca de imperialismo, culminando no estabelecimento da teoria pós-colonial, a qual rompeu com a noção de impérios e de imperialismos como organizações monolíticas, centradas exclusivamente no aspecto político-econômico e em critérios de ordem racial, de progresso e de transferência cultural.

Desse modo, diversos autores teorizam, atualmente, sobre práticas imperialistas em suas diferentes faces. O termo imperialismo, por conseguinte, desperta diferentes percepções e problemas. Ao tratarmos dos estudos romanos, entretanto, ele tem sido comumente utilizado

<sup>279</sup> MENDES, Norma. “O Sistema Político do Principado”. Silva, G. V; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: MAUAD; Vitória, ES: EDUFES, 2006. p.:24

<sup>280</sup> MENDES, N. M; BUSTAMANTE, R. M. C; DAVIDSON, J. “A experiência imperialista romana: teorias e práticas”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, p.p.: 17-41.

<sup>281</sup> *Idem*

<sup>282</sup> Apud FREEMAN, P. *British imperialism and the Roman Empire*. WEBSTER, J.; COOPER, N. (coord). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 28.

<sup>283</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 29

para dar conta do complexo processo de crescimento, desenvolvimento e colapso do *Imperium Romanum*.<sup>284</sup> Assim, em uma perspectiva enfaticamente política destacamos as concepções de Finley e de Norma Mendes. Primeiramente, tratemos da definição mais abrangente, a de Finley:

Um Estado pode ser denominado imperialista se, em qualquer momento, exerceu autoridade sobre outros Estados (ou comunidades ou povos), visando a seus próprios fins e vantagens.<sup>285</sup>

Posto isso, de acordo com o referido autor, o exercício de um dado poder autoritário romano sobre outros povos, visando os seus próprios benefícios, caracteriza uma dominação imperialista. Trata-se, portanto, de um conceito flexível, capaz de definir as diferentes formas de dominação ao longo da história, mas que esclarece o caráter de um diferencial de poder do Estado ou povo imperialista.

Norma Mendes, por sua vez, relaciona a temática do poder autoritário com a organização política efetuada por Roma, a qual garantia o controle sobre outras regiões.

O imperialismo é a característica do processo centro/periferia, pois o império é um mecanismo político de organização e controle sobre uma ampla e diversificada região. Ou melhor, consiste no controle direto sobre amplas redes econômicas já existentes (...) A ação imperialista romana manifestou-se através do estabelecimento de uma relação de poder obtida, inicialmente, por meio de alianças razoavelmente igualitárias, protetorados, formação de zonas de influência até a submissão total pela guerra do adversário e, conseqüentemente, anexação de seu território. Configurou-se assim, um tipo de relacionamento entre o centro de poder decisório, as áreas integradas, as semiperiferias e as áreas mais longínquas, caracterizadas por diferentes níveis de submissão e exploração<sup>286</sup>.

De acordo com a autora, a estrutura imperial romana é passível de ser entendida como centralizada (*urbs*), celular (províncias) e concêntrica (interligação entre todas as áreas do Império). Sendo assim, no bojo deste sistema imperial percebemos e enfatizamos a preponderância das capitais provinciais neste sistema. Estas, mais do que qualquer outro agrupamento ou cidade, estão inseridas sobremaneira na órbita imperial e, por isso, sofrem alterações substanciais, tanto em nível espacial, quanto jurídico, administrativo, religioso, entre outros.

---

<sup>284</sup> FREEMAN, P. British imperialism and the Roman Empire. WEBSTER, J.; COOPER, N. (coord). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 20.

<sup>285</sup> FINLEY, M. "Empire in the Greco-Roman World". *Greece & Rome*. Vol. 25, Nº. 1, Abril, 1978.

<sup>286</sup> MENDES, N. M. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.: 79; 87.

Em contrapartida, há outros inúmeros pesquisadores que entendem as práticas imperialistas a luz de uma perspectiva predominantemente econômica. Assim, destacamos três importantes autores: Funari, Cartier e Guarinello.

De acordo com Funari:

A economia do Império Romano foi, assim, caracterizada, em diferentes estudos monográficos, como um sistema econômico de troca de mercadoria, em busca de novos mercados de consumo com produção voltada para a exportação baseada em uma política econômica visando o desenvolvimento.<sup>287</sup>

O imperialismo romano, então, estava centrado em um sistema de troca de mercadorias, em busca de novos mercados de consumo, com uma produção voltada para a exportação em um sistema que conectava as áreas periféricas exploradas (províncias) ao centro de poder (Roma)<sup>288</sup>. Trata-se, *grosso modo*, de processos de “acumulação interpenetrante” (ligado a tributo, butim, bens de troca, etc), isto é, “transferência ou troca de excedente econômico que os processos de gerenciamento de excedentes às relações de exploração e opressão entre o Estado imperial e as áreas dominadas”<sup>289</sup>.

Cartier dialoga, em maior ou menor medida, com a concepção de “acumulação interpenetrante”, pois, a dominação imperial se materializava através da exploração de certos produtos. Nas suas palavras, “no plano econômico, a dominação imperial traduz-se na organização de uma transferência de bens em direção do ou dos centros do poder político.”<sup>290</sup> Sendo assim, o referido autor está de pleno acordo com as considerações de Harris, Garnsey e Whittaker, que enfatizam que os ganhos materiais eram uma das motivações mais prementes do expansionismo romano tanto do ponto de vista do centro romano e seus magistrados, quanto das elites provinciais, pois ambos transformavam estas dinâmicas em poder pessoal.<sup>291</sup>

Já Guarinello reafirma esta perspectiva, porém, complementa-a reforçando também a relevância do poder político-militar romano para o sucesso da conquista e da perpetuação da dominação:

O imperialismo antigo manifestou-se através do estabelecimento de um diferencial de poder, obtido ou não por meio da ação militar direta (cuja possibilidade consubstancia e assegura esse poder) e que proporciona um fluxo centrípeto de bens

<sup>287</sup> FUNARI, P.P.A. “O comércio interprovincial e a natureza das trocas econômicas no Alto Império Romano: as evidências do azeite bético na Bretanha”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2000: 295-311.

<sup>288</sup> Op. Cit.

<sup>289</sup> MENDES, Norma. “Romanização e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2006: 231- 256. p.: 235.

<sup>290</sup> CARTIER, M. “Imperialismo”. *Enciclopédia Einaudi. Estado-Guerra*. Vol. 14. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. pp.: 318 – 329.

<sup>291</sup> Apud WEBSTER, J. Roman imperialism and the ‘post imperial age’ WEBSTER, J.; COOPER, N. (coord). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 2 – 3.

para a cidade-Estado em expansão. Trata-se assim da relação entre um centro acumulador (o centro de poder) e uma periferia submetida e explorada. As categorias de vantagens materiais e imateriais que compõem tal fluxo, bem como as modalidades de expressão e exercício de tal poder, podem variar profundamente no tempo e no espaço.<sup>292</sup>

Por fim, há outra corrente de autores que priorizam o funcionamento das práticas imperialistas. Destacamos, portanto, as contribuições de Norma Mendes, Regina Bustamante e Jorge Davidson, pois tais autores conjuntamente apresentam uma definição minuciosa sobre as práticas e desdobramentos inerentes ao imperialismo romano:

Definimos o termo imperialismo como a ação de pensar, colonizar, controlar terras, que não são as suas, são distantes, habitadas e pertencentes a outros povos. É a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante, governando um território distante. Pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social e cultural. É a criação de uma dinâmica específica de dependência, que sobrevive em determinadas práticas econômicas, políticas, sociais e ideológicas, ou seja, em uma esfera cultural geral. Concluímos, pois, que o imperialismo é um processo da cultura metropolitana, entendida como um conjunto de códigos de identificação, referência e distinção geográfica, controle, autoridade, dependência, vantagem e desvantagem, cuja função é a de sustentar, elaborar e consolidar a prática imperial.<sup>293</sup>

É notório que tais concepções de imperialismo possuem suas particularidades, priorizando determinados aspectos em detrimento de outros, porém, é perceptível também que todas se complementam e têm como ponto de interseção o caráter exploratório do centro de poder. Desse modo, é patente a existência de distintas acepções sobre o conceito de imperialismo, sendo esta característica produto tanto das diferentes perspectivas e abordagens, quanto das variadas relações existentes no Império entre Roma e suas províncias, havendo áreas mais inclinadas a interações e outras mais voltadas à resistência. Assim, utilizaremos ao longo deste capítulo as definições acima tratadas, a fim de balizar nossas análises sobre as diferentes táticas de dominação sertoriana, posto que tais táticas levantam problemas de ordem política, econômica e religiosa, sendo necessário, portanto, diferentes posicionamentos acerca do conceito.

Ademais, entendemos que as práticas imperialistas romanas propiciaram o surgimento de diversos fenômenos de trocas culturais, negociação e resistência, cabendo, em especial, a este capítulo a observação das manifestações de resistência. Segundo Alcock, o modelo de imperialismo romano, deflagrador de uma série de resistências locais, estabelecia certos

<sup>292</sup> GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1987. p. 11.

<sup>293</sup> MENDES, N. M.; BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J. “A experiência imperialista romana: teorias e práticas”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, p.p.: 17-41.



padrões de urbanização e de produção econômica.<sup>294</sup> A dominação, por conseguinte, baseava-se em complexas negociações assimétricas de poder entre as estruturas locais de cada província e os padrões e as normas de governo romano, as quais muitas vezes não levavam em consideração as realidades locais. Retomando, então, as premissas de Michel de Certeau, enfatizamos que as estratégias de dominação apontavam em si o germe da resistência<sup>295</sup> - em nosso caso, materializados no apoio concedido as táticas de dominação sertoriana, durante sua resistência ao governo silano.

Desse modo, é patente que o Império Romano pode ser definido como um agregado de regiões que conservavam grande parte de suas especificidades, apesar da pretensa unidade política e administrativa.<sup>296</sup> Por conseguinte, é possível afirmar, com certas ressalvas, que Roma produziu por um “sistema mundial”. Isto é, um “amplo sistema dentro do qual uma sociedade em conjunto com outras se reproduz, para alcançar o entendimento do seu dinamismo e as condições de sua existência.”<sup>297</sup> Assim, há a percepção de um crescente processo de conexões ou interações diversas, facilitado pelo fenômeno expansionista, seja por via da política entre o centro decisório e as áreas provinciais; da econômica integrada por um grande comércio; da inclusão diferenciada no mundo romano através de cidadanias não igualitárias; de inúmeras contatos sociais e culturais; entre outros exemplos. É notório, portanto, que a apropriação do conceito de “sistema mundial” de Wallerstein para os estudos romanos só possui sentido e aplicabilidade ao excluirmos o seu caráter explicitamente capitalista e economicista, enfatizando-se, em contrapartida, a sua faceta interativa. Portanto, a nossa percepção de sistema mundial se centra nas formas de relacionamento entre Roma e as áreas conquistadas, as quais foram mais politicamente dirigidas para o controle das pessoas do que para a intervenção direta nas condições de produção ou distribuição de riquezas.<sup>298</sup> Em suma, segundo Hingley, as interações entre os aspectos local e global mutuamente compõem parte do sistema mundial romano.<sup>299</sup>

Assim, o processo de expansão e a consolidação de um sistema mundial levou a formação de um Estado articulado por uma relação entre um centro acumulador e periferias exploradas, sendo tal relação marcada por uma profunda heterogeneidade. Sintetizando, além

<sup>294</sup> ALCOCK, S. E. Greece: a landscape of resistance? MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997. p. 103.

<sup>295</sup> CERTEAU, M. “Fazer com: usos e táticas”. *A Invenção do Cotidiano – Parte I*. RJ: Editora Vozes, 1998.

<sup>296</sup> MENDES. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. RJ: DP&A, 2002. p. 91

<sup>297</sup> MENDES, N. “Romanização e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia”. *PHOÏNIX*, Sete Letras, 2006: 231- 256.

<sup>298</sup> MENDES. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. RJ: DP&A, 2002. p. 88

<sup>299</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 41

de Roma estruturar um pretense sistema mundial, ela se organizava através do sistema centro-periferia. Mais uma vez nas palavras de Norma Mendes:

estabeleceu-se dentro do Império um tipo de relacionamento fundado na troca de poder e riqueza estruturados pela rede de alianças políticas e sociais que conectava o centro, as regiões provinciais, as semiperiferias e as periferias, proporcionando a interação socioeconômica.<sup>300</sup>

Havia, por conseguinte, um controle social do espaço. Isto porque o *Imperium* era demarcado por áreas que representavam o poder central, como os fóruns, as basílicas, as termas, etc. Tal poder, entretanto, para ser efetivo deveria ser reconhecido pelas áreas periféricas,<sup>301</sup> a fim de se criar uma hegemonia imperial. De acordo com Gramsci, a hegemonia constitui uma negociação assimétrica de poder, a qual levaria, como já foi dito, a uma espécie de dominação consentida.<sup>302</sup> “As relações de hegemonia ou de preponderância cultural envolviam todos os aspectos da realidade social, mas se achavam em seu conjunto, condicionadas por uma forte assimetria estrutural, que beneficiava o centro em detrimento da periferia.”<sup>303</sup> Hegemonia esta que era articulada em torno dos discursos imperiais e dos mecanismos de romanização, evidenciando que ela, bem como o imperialismo tinha uma forte base ideológica e cultural.

O imperialismo romano, então, possuía mecanismos capazes de gerar uma dominação consentida, embora também contasse com uma série de manifestações de resistência ao seu poder, apresentada majoritariamente pelos habitantes provinciais menos abastados – segmento social para o qual Sertório estipulou três táticas de dominação específicas. Tais táticas, portanto, acompanham a necessidade atual de nos voltarmos a outros focos de pesquisa, retirando a primazia dos estudos centrados nos grupos de elites, a fim de se entender de modo global a dominação romana, bem como a história local. É claro, todavia, que não estamos clamando por uma transferência de estudos de um grupo social para outro, mas, sim, destacando o valor de pesquisas conjuntas e baseadas nas estreitas conexões entre os pressupostos de romanização e imperialismo, uma vez que o domínio não se restringia apenas

---

<sup>300</sup> MENDES.. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*.RJ: DP&A, 2002. p.: 91.

<sup>301</sup> BARRETT, J. Romanization: a critical comment. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997. p. 56

<sup>302</sup> MATTINGLY, D. Dialogues of power and experiences in the Roman Empire. MATTINGLY, D.(org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

<sup>303</sup> MENDES. *Ibidem* 88

a forças de coerção, abrangendo também idéias, imagens e representações, que tinham como pano de fundo a cultura imperial.

À referida cultura imperial, no entanto, também se direcionavam mostras de resistência, pois as provinciais a reapropriavam e a remodelavam, de acordo com os seus interesses. A esse respeito, Scott complementa que um dos meios de se apreender os impactos da norma, ou seja, das estratégias de dominação da *urbs*, é observar as evidências públicas e privadas de resistência,<sup>304</sup> as quais em nosso estudo de caso se sintetizam no apoio hispano concedido a Quinto Sertório. Sendo assim, os fenômenos de resistência podem ser os mais diversos, indo desde revoltas abertas e declaradas à manifestações mais sutis, como desobediência, sabotagem, não adoção de determinações signos da identidade imperial e, em contrapartida, a manutenção de determinadas características que denote a cultura local.

Desse modo, a resistência evidencia padrões de dominação e compõe apenas um dos resultados das interações entre o centro e as zonas periféricas.<sup>305</sup> As províncias, então, podem ser identificadas como produtos de processos complexos de coerção, exploração, negociação, acomodação, resistência e cooptação, de acordo com as pretensões do centro para uma dada área e os interesses da população local. No caso das Hispânicas, Roma detinha um interesse tamanho na região, devido aos aspectos já tratados ao longo deste estudo (estratégico, econômico, político, ideológico e simbólico), ao passo que parte dos hispanos possuía um interesse grandioso em se inserir na ordem dominante, enquanto outros tentavam se manter alheios à ação romana, graças também aos abusos cometidos pelos magistrados romanos na Península Ibérica. Por conseguinte, destacamos que a eclosão de resistências possui um contexto e condicionantes, que se embasam, muitas vezes, nas ações do centro de poder, como ocorreu nas Hispânicas ao longo da Revolta de Sertório.

Portanto, Roma tinha a necessidade de criar mecanismos capazes de conter as agitações político-sociais e primar por certa unidade no interior de suas fronteiras, compondo, desse modo, os pilares de suas principais estratégias de dominação. Nas palavras de Hingley, essas pretensões se traduziam no poder militar, cultural e religioso, os quais ordenavam e embasavam o sistema imperial.<sup>306</sup> Sendo assim, destacamos que a ênfase dada por Quinto Sertório a essas estratégias de dominação não foram aleatórias. E, ainda, corroboramos as relações existentes entre estas estratégias senatoriais e táticas sertorianas, pois Sertório

---

<sup>304</sup> Apud MATTINGLY, D. Dialogues of power and experiences in the Roman Empire. MATTINGLY, D.(org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology:Supplementary series number 23, 1997. P. 13

<sup>305</sup> *Ibidem* 10

<sup>306</sup> HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005. p. 50

estruturou seu governo hispano justamente através de premissas que tinham embasamento nos aspectos político-religioso, político-econômico e político-militar.

A religião, o sistema econômico, o exército e os critérios de integração (cidadania, por exemplo) possuíam uma importância enorme para a consolidação da conquista romana. Segundo Richardson, a permanência romana em suas áreas provinciais dependia instituições legais capazes de manter o controle e a exploração imperialista, como o sistema de taxação e urbanização, exército, alianças locais, entre outros aspectos.<sup>307</sup> Tal constatação nos auxilia a compreender a escolha destas estratégias romanas por Quinto Sertório no que tange ao embasamento de suas táticas de dominação, uma vez que ele as utilizou em benefício próprio, manipulando-as e reempregando-as. Assim, observaremos a seguir como Quinto Sertório pode ser uma chave para a compreensão destas facetas do imperialismo romano e como ele se configurou em uma peça fundamental para a articulação de seu governo ao criar mecanismos, que permitiram a adesão popular a sua revolta; já que ele liderou um movimento, em moldes romanos, que congregava agrupamentos locais avessos aos abusos de poder cometidos pela *urbs* na Península Ibérica, sem, entretanto, oferecer a liberdade aos provinciais. Desse modo, tratemos sobre a importância dos aspectos religioso, tributário e militar no que tange o imperialismo romano.

### **3.1.2 O aspecto político-religioso: a religião imperial**

Política e religião no mundo romano configuravam esferas de poder indissociáveis, operando concomitantemente, estando elas relacionadas à inúmeros ramos da vida pública e privada, pois “os rituais religiosos estavam intimamente ligados com as demais atividades de guerra e paz.”<sup>308</sup> A religião romana era cívica, constituindo-se em um conjunto de relações e rituais que a comunidade deveria manter com as divindades.<sup>309</sup> Os deuses, então, eram considerados cidadãos, estando presentes em eventos como eleições e festivais, posto que a aprovação de uma lei ou uma guerra dependia da sanção dos colégios sacerdotais.<sup>310</sup> Tal relação político-religiosa, por conseguinte, balizava as práticas de dominação imperialista. Quinto Sertório também articulou seu governo e resistência às determinações senatoriais com base nesses pressupostos, sendo a religião um dos pilares de suas táticas de dominação, pois

<sup>307</sup> RICHARDSON, J. S. “Rome, Spain and imperialism”. *Hispaniae. Spain and the development of the Roman Imperialism*. 218 – 82 A.C. UK: University Cambridge Press, 1986. p. 180

<sup>308</sup> BELTRÃO, C. “A Religião na Urbs”. SILVA, Gilvan V.; MENDES, Norma M. (orgs). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005. p.145

<sup>309</sup> SCHEID, J. “O Sacerdote”. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. P. 61

<sup>310</sup> BELTRÃO, C. Op. Cit.

ele supostamente teria ganhado de um lusitano uma corça, sobre a qual recaíam atribuições divinas, já que ela teoricamente havia sido enviada a Sertório pela deusa Ártemis (APIANO, Guerras Civis I, 110; PLUTARCO, Sertório, XI; FRONTINO, Stratagemata, XI, 12). Em outras palavras, ele se apropriou, como veremos a seguir, de algumas facetas da religião imperial e da religiosidade ibera para conseguir apoio.

Ademais, é notório que as dinâmicas da romanização também ocorriam na esfera religiosa, pois os romanos interagiram com outros povos, que influenciaram o seu desenvolvimento cultural. De acordo com Scheid, um romano poderia cruzar-se e conviver com outras formas de culto, apropriando-se de elementos locais.<sup>311</sup> Assim, uma variedade de religiões coexistiu no Império Romano, na medida em que as autoridades cívicas criaram alguns cultos, proibiram outros e provavelmente ignoraram muitos.<sup>312</sup> Destarte, retomamos a concepção já enunciada de Império Romano como um agregado de regiões, que conservavam parte de suas especificidades, enfatizando, deste modo, a permanência da religiosidade ibera. Os romanos, portanto, toleraram o que não lhes parecia perigoso. Entretanto, Sila e outros magistrados republicanos foram encarregados de punir conspirações nas províncias, as quais se direcionavam contra ritos de mistérios contestadores da ordem romana (TITO-LÍVIO, História de Roma, XXXIX, 8). Segundo Tito-Lívio, “ritos noturnos poderiam ser palco de corrupção, conspiração e traição” (TITO-LÍVIO, História de Roma, XXXIX, 14). Logo, a religião não-romana interagiu com a religião imperial e era aceita desde que não interferisse na autoridade de Roma.<sup>313</sup>

Dessa maneira, mitificação e diferentes formas de expressões religiosas possuíam funções políticas, como, por exemplo, a legitimação de ações militares, através da interpretação dos auspícios. Segundo Alston, as crenças nativas, o misticismo e a superstição justificavam a dominação e a concepção de missão civilizadora romana.<sup>314</sup> Assim, a religião carregava em si a essência da cultura imperial.<sup>315</sup> Portanto, caracterizamos a religião como uma das estratégias de dominação romana, já que ela se traduzia em distintas formas de integração, de pretensa unidade imperial e de trocas culturais, que se refletiam em rituais como a *devotio ibera*. Ademais, Roma admitia certos ritos nativos, utilizando-os, inclusive,

<sup>311</sup> SCHEID, J. “O Sacerdote”. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. P. 51

<sup>312</sup> WOOLF, G. “World Religion and World Empire in the Ancient Meditterrean”. CANCIK, H.; JÖRG, R. (org). *Dies religion des Imperium Romanum*. Mohr Siebeck, 2009. p. 27

<sup>313</sup> WHITTAKER, C. Imperialism and culture; the Roman initiative.. MATTINGLY, D.(org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology:Supplementary series number 23, 1997. P. 157

<sup>314</sup> ALSTON, R. Conquest by text: Juvenal and Plutarch on Egypt. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. pp. 104 - 105

<sup>315</sup> WHITTAKER, C. *Ibidem* 145

como meios de controle social, pois o que a *urbs* impunha era o seu poder e não a sua forma de religião, a qual era cívica, pragmática e politeísta. A ação senatorial criava discursos simbólicos favoráveis a sua dominação, pois tais práticas estavam intimamente ligadas ao controle político-social, já que a “religião seguia e expressava as linhas principais da estrutura social.”<sup>316</sup> Em suma, as interações religiosas atuavam como instrumentos do imperialismo romano. Daí Quinto Sertório ter feito uso de elementos específicos para concretizar a sua dominação: a sua corça “imaculadamente branca” (PLUTARCO, Sertório, XI) e a “superstição” (PLUTARCO, Sertório, XI) dos hispanos, ou seja, elementos que pertenciam a cosmovisão da Península Ibérica, pois a corça era considerada um animal sagrado para os hispanos.

Além disso, Woolf afirma que a incorporação de elementos nativos por Roma teve como um de seus objetivos perpetuar a dominação,<sup>317</sup> haja vista que a conquista apenas pela força dos exércitos seria inviável socioeconomicamente para Roma. É justamente este aspecto intencional que será levado a cabo nas nossas análises sobre as práticas de dominação romana. Logo, a religião pode ser identificada como uma estratégia de dominação imperialista senatorial, estando embasada principalmente nas definições de imperialismo anteriormente tratadas de Finley, de Cain e Hopkins e na definição conjunta de Bustamente, Mendes e Davidson, as quais enfatizam as questões de autoridade, diferencial de poder e criação de uma dinâmica específica de dependência baseada em relações culturais, respectivamente.

Sertório, segundo Plutarco, “chegava a imaginar meios engenhosos para aliciá-los e seduzi-los [os hispanos], como sucedeu na história da corça” (PLUTARCO, Sertório, XI), sendo este animal um “maravilhoso meio de ação junto aos bárbaros” (PLUTARCO, Sertório, XX). Frontino, por sua vez, ainda é mais enfático ao classificar o pequeno animal como um instrumento de dominação: “Sertório teve como objetivo induzir os bárbaros a obedecer todos os comandos como se os atos fossem divinamente inspirados” (FONTINO, Stratagemata, XI, 12). Posto isso, retomando a noção de que as táticas de dominação são construídas como um segundo nível de usos atrelados ao nível de ação das estratégias, afirmamos que Sertório elaborou sua tática de dominação de cunho religioso com base nos pressupostos da religião imperial romana, utilizando-a em benefício próprio.

---

<sup>316</sup> BELTRÃO, C. “A Religião na Urbs”. SILVA, Gilvan V.; MENDES, Norma M. (orgs). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005. p.152

<sup>317</sup> WOOLF, G. “World Religion and World Empire in the Ancient Mediterranean”. CANCIK, H.; JÖRG, R. (org). *Dies religion des Imperium Romanum*. Mohr Siebeck, 2009. p. 33

<b>Rede Temática: Corça como Tática de Dominação Sertoriana</b>		
PLUTARCO, Sertório, XI, XX		
<b>ELEMENTOS TEMÁTICOS</b>	<b>ELEMENTOS FIGURATIVOS</b>	<b>AXIOLOGIA</b>
CORÇA COMO TÁTICA DE DOMINAÇÃO SERTORIANA	<p>Cap. XI: “meios engenhosos para aliciá-los e seduzi-los, como sucedeu na história da corça”; “[um lusitano] impressionado com a extraordinária cor do filhote, que era imaculadamente branco, perseguiu-o e apanhou-o.”; “o homem apressou-se em oferecer-lhe [a Sertório como presente] o animalzinho”; “começou a atribuir-lhe caráter divino e a pretender que fora um presente de Ártemis”; “espalhou até o boato de que o animal lhe espalhava coisas ocultas”; “os bárbaros se deixavam facilmente contaminar pela superstição”; “pretendia que a corça conversava com ele quanto dormia e recomendara-lhe [o que deveria ser feito]; “instando os soldados a terem confiança e sacrificarem aos deuses”.</p> <p>Cap. XX: “maravilhoso meio de ação junto aos bárbaros”; “a divindade lhe anunciara em sonhos um grande êxito”; “vendo em Sertório uma criatura divina, amada pelos deuses”</p>	Uso do maravilhoso como mecanismo de controle social

A referida corça foi utilizada como um mecanismo de dominação, pois mesclava elementos culturais de origem imperial e local, uma vez que um poder para ser efetivo deve ser reconhecido. Como Sertório possuía apoio político, econômico e militar de romanos e de hispanos, ele teve de propagar princípios diversos. Assim, por um lado, enaltecia-se a cultura romana ao difundir que sua corça havia sido “um presente de Ártemis” (PLUTARCO, Sertório, XI), sendo um símbolo da “liberdade” (APIANO, Guerras Civis I, 110). Por outro lado, é sabido que na Península Ibérica a corça era considerada um animal divino, principalmente para os lusitanos – um dos maiores aliados de Quinto Sertório ao lado dos celtiberos. Assim, através da leitura isotópica aplicada à obra de Plutarco, inferimos que Sertório se utilizou de uma prática corrente no Mundo Antigo: o uso do maravilhoso. Em outras palavras, um animal considerado divino no cotidiano provincial foi transformado pelo governo sertoriano em um mecanismo de controle social. Destarte, é notório que a corça assumia várias funções importantes no interior da religião romana, que em última instância afirmava a autoridade política e religiosa de Sertório e do governo mariano junto aos nativos e aos romanos: oráculo, oniromancia, animal sagrado, etc. Ademais, tal corça pode ser analisada de acordo com os pressupostos da teoria de tática de dominação de Certeau, na medida em que ela consistiu em uma artimanha do grupo mais fraco (os marianos na época de

Sila), o qual reempregou e manipulou um poder (a religião imperial e seus tocantes com a religião ibera).

Entretanto, a corça em questão era símbolo de “zombaria”<sup>318</sup> para os silanos. Isto porque a religião romana possuía um caráter cívico, sendo a razão um de seus pilares, diferentemente da religião ibera, segundo os critérios determinados por Frontino (Stratagemata, XI, 12). Segundo Woolf, o conceito de religião cívica foi cunhado no século XIX por Fustel de Coulanges, pressupondo que as instituições políticas e religiosas eram próximas e inter-relacionadas.<sup>319</sup> A identidade cívica era instituída pelo culto coletivo, sendo que os deuses tinham relações diretas apenas com algumas pessoas. As experiências religiosas e as crenças não tinham privilégios particulares ou individuais, pois a religião era coordenada por um sistema especial de valores, sendo direcionada pelos colégios sacerdotais (esfera pública) e pelo *pater família* (esfera privada).<sup>320</sup> A religião ibera, por sua vez, parece ter sido semelhante a da Etrúria, Grécia e Roma arcaica, pois não deve ter tido sacerdócios e os votos visavam, em sua maioria, ganhos de ordem material. Ademais, Martínez defende que a religião hispana possuía um caráter conservador e naturalista, expressando um viés de influência oriental.<sup>321</sup> Dessa maneira, o culto cívico romano, baseado na racionalidade, estaria em oposição a religião hispana, teoricamente baseada na superstição, embora tenha havido inúmeras inovações na religião imperial ao longo da conquista, devido à romanização.

Assim, ao analisarmos os textos de Plutarco e Frontino nos deparamos com essa categorização binária. O primeiro afirma que os “bárbaros se deixavam facilmente contaminar pela superstição” (PLUTARCO, Sertório, XI). Já o segundo alega que Sertório empregava “tropas bárbaras que não eram passíveis de razão.” (FRONTINO, Stratagemata, XI, 12). Logo, segundo o pensamento greco-romano, a religião ibera possibilitava a dominação, na medida em que não seguia os pressupostos cívicos e racionais clássicos. Tal aspecto, portanto, corrobora a noção de que a corça foi utilizada como uma tática de dominação imperialista sertoriana – **VER TABELA 2**. Isto porque é possível aplicarmos as concepções de Finley aos benefícios governativos angariados por Sertório ao fazer uso do referido animal, já que ele

<sup>318</sup> WOOLF, G. “World Religion and World Empire in the Ancient Mediterranean”. CANCIK, H.; JÖRG, R. (org). *Dies religion des Imperium Romanum*. Mohr Siebeck, 2009. p. 33

<sup>319</sup> *Ibidem* 20

<sup>320</sup> BEARD, M. Early Rome. BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome: a history*. V. 1. UK: Cambridge University Press, 2004. P. 42

<sup>321</sup> MARTÍNEZ, J. “La religion de los pueblos de la Hispania prerromana”. *I Coloquio Internacional sobre religiones Prehistóricas de La Península Ibérica*. Salamanca, 1990. p. 225



exerceu autoridade sobre outros povos, “visando a seus próprios fins e vantagens”,<sup>322</sup> através das atribuições divinas concedidas a sua corça pela população hispana.

Retomando a premissa de Certeau de que as estratégias trazem em si o germe da resistência, que é utilizada pelas táticas, voltamo-nos à outra característica da dominação imperialista do governo mariano nas Hispânicas. Os fenômenos de resistência, como já citamos, podem ser os mais diversos, indo desde revoltas declaradas a manifestações mais sutis, como a manutenção de traços culturais locais ou a não adoção de certas imagens imperiais. Assim, durante a República Romana Tardia identificamos distintos processos de negociação, sincretismos e resistências, posto que vários deuses nativos poderiam ser: reconhecidos, incorporados ao panteão romano, ou então, ignorados, perseguidos. No que concerne às interações religiosas entre Roma e as Hispânicas vemos uma relação complexa, pois houve a incorporação de deuses romanos à religiosidade local e, vice-versa, e a manutenção de deuses iberos<sup>323</sup>.

Destarte, inferimos que o governo sertoriano se utilizou dessas interações religiosas, estruturadas em sincretismos e resistências ao poder imperial, objetivando consolidar sua tática de dominação: a corça. Em outras palavras, Quinto Sertório se apropriou da resistência local, manifestada na permanência de traços religiosos como o culto à corça, mesclando esses elementos com características típicas da religião imperial, tal qual o culto a Ártemis, passando, assim, a atuar como o chefe político-religioso local em moldes romanos. Logo, o citado animal foi utilizado como uma forma de integração entre romanos e hispanos, a fim de que Quinto Sertório e os populares obtivessem livre acesso às instituições e riquezas nativas, durante a sua resistência ao governo conservador em Roma. Em suma, Sertório, enquanto um pró-magistrado, assumiu muitas prerrogativas de um sacerdote romano.

Observando as atribuições dos magistrados e dos sacerdotes em Roma, podemos compreender qual a postura assumida por Sertório e como ele se utilizou destas prerrogativas para estruturar sua tática de dominação imperialista. De acordo com Beard, a posição dos sacerdotes e dos magistrados na sociedade romana só pode ser analisada dentro do sistema político e constitucional das cidades,<sup>324</sup> pois as funções político-administrativas dos magistrados exigiam que eles desempenhassem funções sacerdotais. Ademais, os pro-magistrados, desde a época de Sila, exerciam as mesmas funções religiosas que os

<sup>322</sup> FINLEY, M. “Empire in the Greco-Roman World”. *Greece & Rome*. Vol. 25, Nº. 1, Abril, 1978.

<sup>323</sup> BLASQUEZ, J. “Sincretismo em la Lusitânia Romana”. *Manifestaciones religiosas em La Lusitânia*. Cáceres, 1986. p. 7

<sup>324</sup> BEARD, M. Early Rome. BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome: a history*. V. 1. UK: Cambridge University Press, 2004. P. 21

magistrados em Roma, assumindo “todas as funções sacerdotais, que a vida pública de suas províncias poderia exigir.”<sup>325</sup> Assim, podemos inferir que Quinto Sertório assumiu estas prerrogativas, que são trazidas a nosso conhecimento através de passagens como: “sacrifício supremo [devotio iberia]” (PLUTARCO, Sertório, XIV), “oferecia, (...)”, as premissas de um sacrifício” (APIANO, Guerras Civis I, 110), etc. Portanto, Sertório seguiu as normas da religião romana, inclusive porque era permitido se acumular o sacerdócio e a magistratura.

Ademais, nas legiões romanas o primeiro sacerdote era o comandante, encarregado de celebrar os ritos tradicionais, celebrações, sacrifícios e interpretar os auspícios.<sup>326</sup> Quinto Sertório, então, atuava como sacerdote ao interpretar o que “a divindade lhe anunciara em sonhos” (PLUTARCO, Sertório, XX), já que era atribuição do chefe guerreiro, político e religioso saber interpretar os desígnios da divindade, que lhe dizia “de antemão o que devia ser feito, bem como o que evitar” (FRONTINO, Stratagemata, XI, 12), posto que “o animal lhe falava coisas ocultas” (PLUTARCO, Sertório, XIV). Assim, ele assumia a função sacerdotal de exercer a autoridade do povo romano em solo provincial, a qual não era concedida aos hispanos, pois “seu objetivo era reconquistar a liberdade para os romanos e não fomentar contra Roma a força daqueles bandoleiros” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Sertório, por conseguinte, conseguiu a adesão local a sua revolta ao propor uma dominação romana menos abusiva, utilizando a religião como os agentes políticos da *urbs*: mecanismo de garantia de reivindicações, autoridade e comando. Em suma, ele estruturou sua tática de dominação com base, tanto nas prerrogativas civis da religião romana, quanto nas diferentes crenças locais da península, a fim de obter autoridade e poder envoltos em uma esfera de inspiração divina. Logo, Sertório difundiu práticas imperialistas em moldes romanos nas Hispânicas, sendo tais práticas analisadas no presente estudo de acordo com as noções de Mendes, Bustamante e Davidson: ação de pensar, colonizar, controlar terras, (...), habitadas e pertencentes a outros povos.<sup>327</sup>

Assim, para controlar as Hispânicas Quinto Sertório teve de negociar com práticas e traços culturais locais. Uma destas práticas já foi tratada ao longo do segundo capítulo e volta a figurar como um importante meio de ação de Sertório junto aos hispanos: a prática de troca de presentes. Nas palavras de Plutarco:

Como recebesse de bom grado qualquer tipo de presente, caça ou produto da terra, e recompensasse generosamente quem lhe prodigalizava semelhantes atenções, o

<sup>325</sup> SCHEID, J. “O Sacerdote”. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. P. 58

<sup>326</sup> *Ibidem* 65

<sup>327</sup> MENDES, N. M.; BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J. “A experiência imperialista romana: teorias e práticas”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18.

homem [camponês lusitano] apressou-se em oferecer-lhe o animalzinho [corça]. De momento, o presente apenas lhe causou uma alegria moderada; mas depois que, com o tempo, a corça, (...), se lhe tornou familiar, (...), começou a atribuir-lhe caráter divino e a pretender que fora um presente de Ártemis. (PLUTARCO, Sertório, XI)

De acordo com Martinez, vigorava entre os hispanos a crença de que os deuses enviavam objetos ou animais a determinadas pessoas, o que implicava no recebimento de uma proteção especial da divindade.<sup>328</sup> Destarte, inferimos que Sertório conhecia esta crença, pois vivia em contato com inúmeros iberos, graças aos desdobramentos de sua escola de romanidade e de sua guarda pessoal composta majoritariamente por hispanos devotos a ele. Além disso, é sabido que sua corça foi recebida como presente em 75 a.C., após a batalha de Sucro, quando as legiões sertorianas começaram arrefecer. Logo, a corça funcionaria como um importante “meio de ação junto aos bárbaros” (PLUTARCO, Sertório, XX) em um momento delicado da revolta, pois ela supostamente anunciava os rumos que o comandante deveria tomar contra as legiões silanas e, por conseguinte, as ordens que deveriam ser seguidas pelo exército sertoriano.

No bojo desses episódios envolvendo Quinto Sertório e sua corça branca, entrevemos que havia relações entre deuses locais e o culto à Ártemis. Segundo Plutarco, Sertório “começou a atribuir-lhe caráter divino e a pretender que [a corça] fora um presente de Ártemis” (PLUTARCO, Sertório, XI). Tal atribuição e o suposto caráter divino do animal possuem uma série de implicações, que colocam o mundo romano e o ibero em diálogo.

Por um lado, Paul Harvey descreve Ártemis como uma deusa da vida selvagem, uma virgem caçadora, sendo ela protetora do parto e de todas as criaturas muito jovens, destacando o seu caráter maternal e seu aspecto ligado a fertilidade.<sup>329</sup> Deusa esta que teve seu culto bastante difundido no Alto Império, época em que a obra “Vida de Sertório” foi escrita. Tais aspectos possivelmente fizeram com que Plutarco realizasse uma *interpretatio* ao atribuir à corça um caráter divino, posto que as circunstâncias em que o animal fora encontrado o associariam ao culto da referida deusa: “um lusitano, homem do povo que vivia no campo, avistou uma corça que acabava de parir e era perseguida por caçadores; não conseguiu alcançá-la, mas impressionado com a extraordinária cor do filhote, que era imaculadamente branco, perseguiu-o e o apanhou-o.” (PLUTARCO, Sertório, XI) Assim, tal fragmento traz os principais atributos da deusa Ártemis: caça, caçadores, filhotes, parto, homem do campo, fertilidade, etc. Além disso, não há indícios precisos sobre a presença de Ártemis nas

<sup>328</sup> MARTINEZ, J. La religiosidad de los pueblos hispanos vista por los autoers griegos y latinos. *Imagen y Mito. Estudios sobre religiones mediterráneas e ibéricas*. Madrid, 1977. p. 82

<sup>329</sup> HARVEY P. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica: Grega e Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p.: 61.

Hispânias,<sup>330</sup> o que vem corroborar tanto a nossa premissa de que Plutarco a identificou por via dos mecanismos da *interpretatio*, quanto a nossa caracterização de tática de dominação construída por Sertório.

Por outro lado, na Península Ibérica havia o culto ao deus Cernunos, sendo ele um deus antropomórfico (parte homem e parte cervo), considerado “a corça divina protetora dos mortos e dos vivos”<sup>331</sup>, tendo como atributos a morte e a vegetação. Seu culto esteve associado à regeneração e à eternidade, isto é, a fertilidade e a morte. Atributos favoráveis a um ambiente de guerra, como a Revolta de Sertório, tendo ele sido apropriado pelo general romano, que precisava de grande apoio para obter vitórias contra o governo silano. Além disso, a cena mais recorrente no imaginário ibero acerca da corça é a caça, tal qual Plutarco nos relata. Segundo Olmos, a morte da mãe da pequena corça sendo caçada e, em contrapartida, a permanência do filho denotava a transmissão da vida e da divindade,<sup>332</sup> a qual foi entregue como forma de presente a Quinto Sertório. Por conseguinte, a remanescente revolta mariana seguiu uma das características mais visíveis da religião romana: ajustes à realidade local.<sup>333</sup>

Ademais, a corça detinha um valor mítico nas Hispânias, desde momentos anteriores à conquista romana. O mito de Hábis era um dos mais conhecidos na região, o qual traz a história do príncipe Hábis, abandonado em lugares perigosos para perecer, após ter nascido de um incesto de seu pai, Gágoris, com sua própria filha. O desfecho deste mito é semelhante a lenda de Rômulo e Remo, pois o menino foi salvo com ajuda divina, sendo amamentado por uma corça e assumido o trono posteriormente.<sup>334</sup> Sendo assim, a partir deste mito depreendemos que Sertório construiu a imagem de sua corça de modo a conseguir a adesão dos hispanos à sua causa, compondo um fenômeno de resistência de inspiração divina. Em outras palavras, o “povo” reconheceu o seu poder, através de uma tática de dominação detentora de um fundo divino plenamente identificável, seja para a cultura romana, seja para a nativa. Assim, Sertório se utilizou das dinâmicas religiosas das estratégias de dominação senatorial em benefício próprio: sincretismo, integração, preservação de cultos locais, etc. Portanto, com esta tática, Quinto Sertório conseguiu apoio político, militar e econômico em sua empreitada contra o governo dos conservadores em Roma, através do estabelecimento de

<sup>330</sup> MARTINEZ, J. M. “Sobre una escena de ‘hombre-Ciervo’ em La Terra Sigilata Hispana”. *Ars Longa*. N. 11, 2002. p. 12.

<sup>331</sup> *Ibidem* 10.

<sup>332</sup> OLMOS, R. “Diosas y animales que amamentan: La transmisión de La vida em La iconografía ibérica”. *Zephyrus*. N. 53. 2001. p. 374.

<sup>333</sup> BELTRÃO, C. “A Religião na Urbs”. SILVA, Gilvan V.; MENDES, Norma M. (orgs). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005. p.146

<sup>334</sup> OLMOS, R. *Ibidem* 369.

um diferencial de poder imperialista, o qual é analisado nesta dissertação segundo os pressupostos estabelecidos por Cain e Hopkins.

A tática de dominação político-religiosa de Sertório fora uma das mais imperceptíveis aos olhos dos nativos e uma das mais eficientes, pois ela conotava um caráter divino ao animal e, por conseguinte, as ações e a resistência mariana.

<b>Rede Temática: Caráter divino da corça de Sertório</b>		
APIANO, GUERRAS CIVIS I, 110, 113		
<b>ELEMENTOS TEMÁTICOS</b>	<b>ELEMENTOS FIGURATIVOS</b>	<b>AXIOLOGIA</b>
CARÁTER DIVINO DA CORÇA DE SERTÓRIO	Cap. 110: “corça branca e mansa”; “liberdade”; “quando a corça não estava visível, Sertório considerava um mau augúrio, (...), permanecia inativo”; “oferecia a ela as primícias de um sacrifício”  Cap. 113: “Sertório, ofuscado já pela divindade”	Euforização do caráter divino da corça, sendo ela um símbolo da vontade dos deuses.

Sendo assim, segundo Apiano, a corça era um “augúrio” (APIANO, Guerras Civis I, 110), simbolizando as vontades divinas, que deveriam ser interpretadas exclusivamente por Sertório. Os augúrios eram consultados em caso de dúvidas, tanto na vida pública quanto na vida privada. Tais sinais constituíam-se, por exemplo, no vôo ou no canto dos pássaros, em um trovão ou relâmpago ou no movimento/comportamento de certos animais.<sup>335</sup> Daí Apiano relatar que “quando a corça não estava visível, Sertório considerava um mau augúrio, ficava mal-humorado e permanecia inativo” (APIANO, Guerras Civis I, 110). Deste modo, cria-se que a corça trazia bons augúrios e fortuna para as campanhas militares de Sertório. Lembrando-se, ainda, da implicação política que esta conjectura imbutia: a interpretação dos auspícios dentro do sistema religioso romano era uma importante competência político-religiosa, na medida em que todo o ato público era precedido por este ritual. Dessa maneira, a corça, cujos desígnios eram interpretados por Sertório, “sabia de antemão o que devia ser feito, bem como o que evitar” (FRONTINO, Stratagemata, XI, 12). Sutilmente, então, o general mariano coordenava as ações políticas, militares e religiosas de seus aliados, os quais “afluíam de todas as partes sem cessar” (PLUTARCO, Sertório, XVI), pois “aliaram-se a ele em massa” (PLUTARCO, Sertório, XVI), sendo ele um governante “amado pelos deuses” (PLUTARCO, Sertório, XX).

<sup>335</sup> BEARD, M. Early Rome. BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome: a history*. V. 1. UK: Cambridge University Press, 2004. P. 22

A esse respeito, Blasquez atesta que o culto à corça começou na Lusitânia e, posteriormente, espalhou-se pela Península Ibérica com uma conotação oracular<sup>336</sup>. Mais uma vez de acordo com Harvey, “um oráculo era a resposta dada por determinadas divindades, geralmente por intermédio de um sacerdote ou sacerdotisa, às perguntas de quem as consultava.”<sup>337</sup> No entanto, à exceção dos Livros Sibilinos, os oráculos não desfrutavam de muito prestígio na República Romana, não sendo costume o Estado sondar a vontade dos deuses. Daí Sertório, por um lado, ser alvo de “zombarias” (APIANO, *Guerras Civis* I, 110) pelos soldados enviados pela *urbs* e, por outro, ter espalhado “o boato de que o animal lhe falava coisas ocultas” (PLUTARCO, Sertório, XI). Reafirmamos, portanto, a utilização da corça como uma tática de dominação sertoriana direcionada para a população hispana.

Tal tática de dominação, entretanto, encarnava, para além da função de augúrio e oráculo, a função de oniromancia: interpretação dos sonhos, que também era uma prática corrente nas Hispânicas. Segundo Plutarco, “pretendia que a corça conversava com ele enquanto dormia e recomendara-lhe [o que deveria ser feito];” (PLUTARCO, Sertório, XI). A adivinhação apresentava-se sob várias formas: inspiração direta por uma divindade, mediante sonhos ou na interpretação de sinais incomuns. Geralmente a adivinhação no Mundo Antigo estava relacionada à prática de sacrifícios e, na Península Ibérica este costume possuía uma singularidade: os sacrifícios humanos.<sup>338</sup> E, sendo assim, inferimos a partir de um fragmento de Apiano que batalhas travadas entre o exército sertoriano e o silano eram considerados certas formas de sacrifício em honra à divindade, pois: “assim que a [corça] veio em plena carreira através do bosque, Sertório saiu de sua prostração e como se oferecesse a ela as premissas de um sacrifício, arrumou uma escaramuça contra os seus inimigos.” (APIANO, *Guerras Civis* I, 110). Portanto, a utilização desta tática de dominação era importante e eficiente para este contexto de guerras civis entre marianos e silanos. Isto porque para o sacrifício ser bem sucedido a vítima deve ser aceita pelas divindades, o que implicaria pensar em parâmetros de uma guerra justa e de utilização da Revolta de Sertório pelos hispanos como manifestação ibera de resistência contra os abusos cometidos por Roma ao nomearem Sertório seu chefe guerreiro.

Por fim, as alusões ao caráter divino da corça e o papel de Sertório enquanto promagistrado e sacerdote nas Hispânicas culminaram na crença de que ele “era uma criatura

<sup>336</sup> Apud MARTINEZ, J. M. “Sobre una escena de ‘hombre-Ciervo’ em La Terra Sigilata Hispana”. *Ars Longa*. N. 11, 2002. p. 12.

<sup>337</sup> HARVEY P. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica: Grega e Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p.: 365

<sup>338</sup> MARTINEZ, J. La religiosidad de los pueblos hispanos vista por los autoers griegos y latinos. *Imagen y Mito. Estudios sobre religiones mediterráneas e ibéricas*. Madrid, 1977. p. 89.

divina, amada pelos deuses” (PLUTARCO, Sertório, XI). A corça, então, concedia caráter sagrado a Sertório<sup>339</sup> e, por conseguinte, a suas decisões, governo e revolta. A própria cor do animal conotava uma epifania, ou seja, uma manifestação ou aparição divina, relatada em trechos como “corça branca e mansa” (APIANO, Guerras Civis I, 110), “veado branco bonito” (FRONTINO, Stratagemata, XI, 12) e filhote “imaculadamente branco” (PLUTARCO, Sertório, XI); na medida em que tal cor se traduziria na premissa de ausência de defeitos, caracterizando uma aparente perfeição designada pelos deuses. Devemos ter cautela, entretanto, ao falar da divindade de Sertório, pois os romanos, à exceção dos fundadores de Roma, geralmente não eram divinizados.<sup>340</sup> Havia, todavia, uma categoria intermediária entre homens e deuses: os heróis, que possuíam interações diretas com os deuses em raros momentos. Deste modo, possivelmente os iberos atribuíram a Quinto Sertório um caráter divino, mas o mesmo não deve ter ocorrido entre os seus seguidores romanos.

A título de conclusão, então, destacamos que a tática de dominação de cunho religioso de Sertório, expressa essencialmente na figura de sua corça, permitiu a Quinto Sertório o recebimento de um apoio que ultrapassava os grupos de elites locais, ou seja, houve a adesão do povo hispano a sua revolta. Adesão esta que permitiu a utilização das riquezas locais por parte de Quinto Sertório. Sendo assim, vejamos como ocorreram as interações entre este pro-magistrado romano e as Hispânicas sob o aspecto político-econômico.

### **3.1.3 O aspecto político-econômico: o sistema tributário**

O papel de uma província, sob o âmbito econômico, era, *grosso modo*, contribuir no sistema de taxação, produzir e consumir produtos,<sup>341</sup> integrando-se a órbita imperial ao suprir as necessidades materiais e humanas da República. A tributação era um dos pilares fundamentais do imperialismo, já que a autoridade da dominação romana também era notada na base econômica, a qual estava centrada primordialmente em trocas de mercadorias.<sup>342</sup> Ademais, o sistema econômico romano é definido pela ausência de uma economia imperial

<sup>339</sup> OLMOS, R. “Diosas y animales que amamentan: La transmisión de La vida em La iconografía ibérica”. *Zephyrus*, N. 53. 2001. p. 372

<sup>340</sup> BEARD, M. Early Rome. BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome: a history*. V. 1. UK: Cambridge University Press, 2004. P. 31

<sup>341</sup> ALCOCK, S. E. “Greece: a landscape of resistance?” MATTINGLY, D.(org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997. p. 108

<sup>342</sup> FUNARI, P.P.A. “O comércio interprovincial e a natureza das trocas econômicas no Alto Império Romano: as evidências do azeite bético na Bretanha”. *PHOÏNIX*, Sete Letras, 2000: 295-311.

centralizada, sendo ela caracterizada por uma integração de distintos sistemas de mercados regionais interdependentes,<sup>343</sup> baseado em relações monetarizadas.

A criação de províncias trazia para Roma um certo grau de estabilidade econômica e militar, na medida em que permitia coletas de impostos mais eficientes, os quais financiavam o expansionismo e enriqueciam a aristocracia. Assim, o âmbito econômico em Roma não se dissociava das esferas político-social e militar. O sistema tributário romano sintetizava estas interconexões, pois a aquisição de distintos produtos era uma das principais justificativas da dominação imperialista, estando ela ao lado dos aspectos político-militar e ideológico.<sup>344</sup> Note-se que a tributação compunha um conjunto de transferências voluntárias ou forçadas de riquezas e serviços com o objetivo de satisfazer a ordem dominante, posto que as provisões do tesouro público estavam intimamente conectadas ao sistema político vigente. Segundo Millett, a “taxação era o coração destes processos [imperialistas], que visavam a expressar o poder da sociedade romana”.<sup>345</sup>

Destarte, de acordo com os pressupostos estabelecidos por Certeau, o sistema tributário imperial pode ser considerado outra estratégia de dominação senatorial, já que representava o controle social de Roma em uma dada região, que era exercido a partir de normas impostas pela *urbs*. Além disso, tais normas geravam inúmeras manifestações de resistência em nível local, devido à forma como os referidos impostos eram recolhidos. Segundo Plutarco, os governadores romanos adotavam práticas baseadas em “cupidez” e “brutalidade” (PLUTARCO, Sertório, VI). Assim, o ato de Quinto Sertório ter dilatado os “prazos dos tributos” (PLUTARCO, Sertório, VI) cobrados nas Hispânicas compõe sua tática de dominação de cunho político-econômico. Isto porque Sertório manipulou a insatisfação ibera frente às ações senatoriais, reempregando tais normas romanas, a fim de buscar apoio da população hispana e obter acesso às fontes de riqueza provinciais, as quais financiariam sua revolta. Cabe a este segmento, portanto, analisar conjuntamente as estratégias senatoriais e as táticas sertorianas no que tangem ao sistema tributário imperial.

Roma precisava de suas províncias, sobretudo, de seu sistema de impostos, pois a sua produção não era forte o suficiente para afastar a ameaça de falta de alimentos.<sup>346</sup> Sua produção interna tinha seus limites, pois muitas de suas unidades produtivas não possuíam

<sup>343</sup> MENDES, N. “Centralização e Integração na Experiência Imperialista Romana: Uma Reflexão”. *PHOÏNIX*, Sete Letras, 2004. p. 272.

<sup>344</sup> DAVIS, J. “Ancient Economies”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 442.

<sup>345</sup> MILLETT, P. “Finance and Resources: Public, Private, and Personal”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 474.

<sup>346</sup> MENDES. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. RJ: DP&A, 2002.



acesso ao sal, a metais ou a produtos oriundos das quatro zonas ecológicas fundamentais (terra, floresta, montanha e mar).<sup>347</sup> Assim, Cícero nos relata que “a atividade econômica caracterizou-se pela absorção dos recursos provinciais, através da requisição em nome do governo e sob a forma de impostos sobre a produção da terra e extração mineral ou, ainda, pela compra compulsória por um preço fixo abaixo do valor de mercado” (CÍCERO, VERR, 3. 70, 163). A principal receita do Estado, por conseguinte, provinha dos impostos sobre a terra (**VER TABELA 3**). Deste modo, Quinto Sertório ao se apropriar da insatisfação hispana acerca das taxações romanas, flexibilizando os prazos de pagamentos dos impostos, desferiu um duro golpe na *urbs*, já que as Hispânicas eram territórios essenciais no que tange ao fornecimento de itens agrícolas e minerais. E, portanto, o Senado não poderia se manter alheio a esta revolta.

Assim sendo, havia uma relação intrínseca entre tributação e expansionismo. O imperialismo romano coordenava a transferência de riquezas através de suas fronteiras. As taxações romanas cresciam organicamente, sendo conseqüências da conquista, apresentando-se sob a forma de impostos desiguais.<sup>348</sup> O ímpeto de criar tributos, aparatos administrativos, leis, entre outras estratégias de dominação, nasceram, sobretudo, da necessidade de manutenção das conquistas.<sup>349</sup> Por conseguinte, o recebimento de indenizações de guerra, impostos, butim, venda de prisioneiros, etc., financiaram a expansão, custeando as tropas, as obras públicas e, em especial, enriquecendo a aristocracia romana.<sup>350</sup> O Senado dispunha de provisões e tropas para cada governador provincial anualmente, o que nos permite inferir que Quinto Sertório no momento em que se dirigiu para as Hispânicas tinha, para além de seu exército particular, um certo estipêndio senatorial. Ademais, segundo Erdkamp, as primeiras medidas realizadas pelo Senado para suprir o abastecimento do contingente militar foram tributar as províncias da Sicília, Sardenha e Hispânicas,<sup>351</sup> o que vem a enfatizar a relevância da Península Ibérica para a perpetuação do crescimento do império. Nas palavras de Estrabão, a abundância das Hispânicas era percebida pelo número de navios que transportavam muita carga (trigo, vinho, azeite e metais) para o porto de Ostia, em Roma (ESTRABÃO, III, 2, 6).

<sup>347</sup> DAVIS, J. “Ancient Economies”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 438.

<sup>348</sup> MILLETT, P. “Finance and Resources: Public, Private, and Personal”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 483.

<sup>349</sup> ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the Roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 108.

<sup>350</sup> MENDES. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. RJ: DP&A, 2002. p. 89.

<sup>351</sup> ERDKAMP, P. Op. Cit.

Destarte, o Império Romano se conectava por via do sistema de taxaço e comércio. Distinguem-se três tipos de regiões, que compunham a lógica do já tratado sistema centro-periferia. Havia as províncias sem tropas, que pagavam impostos diretamente sem receber muito em troca do tesouro imperial; as províncias com tropas estacionadas, como as Hispânias, que pagavam impostos, mas não recebiam créditos militares do Império, tendo que arcar com as despesas da manutenção do exército; e a Itália, que não pagava nenhum imposto, mas recebia benefícios do Estado.<sup>352</sup> Desse modo, é patente que Roma não tinha estrutura político-administrativa para centralizar na *urbs* o sistema de impostos de seu vasto Império. Assim, os impostos recolhidos nas Hispânias consistiam nos recursos que os comandantes romanos exigiam dos iberos para pagar e alimentar o exército romano. Isto porque a partir do século II a.C. os comandantes do exército tornaram-se governadores provinciais, ampliando a exploração do mundo da guerra para o universo explicitamente político nas áreas dominadas. Os impostos recolhidos, então, eram acrescidos das contribuições dos povos aliados de dentro e fora da Península Ibérica.

Dessa maneira, a conjuntura das guerras civis romanas incorreu em dois desdobramentos inter-relacionados nas Hispânias. Por um lado, a República Romana impôs um certo aumento da carga tributária das Hispânias para suprir os conflitos<sup>353</sup> e, por conseguinte, houve o aumento dos abusos cometidos pelo generais, que exigiam o envio constante de tropas, dinheiro e comida, de acordo com as suas necessidades.<sup>354</sup> Por outro lado, houve o aumento proporcional dos movimentos de resistência a dominação romana na região, dado o quadro de empobrecimento generalizado das províncias. Ambos os fatores, portanto, confluíram-se e se materializaram na adesão hispana a Revolta de Sertório.

No bojo destes processos, destacamos que as Hispânias foram tributadas por Roma desde o findar da II Guerra Púnica, já que, segundo Estrabão, “em nenhuma parte do mundo se encontrou até hoje nem ouro, nem prata, nem cobre, nem ferro em tanta quantidade e qualidade” (ESTRABÃO, III, 2, 8). As grandes cifras destinadas à Roma, entretanto, não eram oriundas apenas da exploração mineral. As principais formas de arrecadação conhecidas do período republicano eram: a *vicensuma*, que estipulava em média 20% do valor das colheitas de grãos a serem entregues aos propretors, ao passo que a Sicília, a Ásia e a Síria

---

<sup>352</sup> ANDREAU, J. “The problem of quantities and quantitative developments”. *Banking and Business in the Roman World*. NY: Cambridge University Press, 2003. p. 129.

<sup>353</sup> MARTINEZ, J. M. B. “El Sistema Impositivo en la Hispania Romana”. *Historia de la hacienda española: (épocas antigua e medieval)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1982.

<sup>354</sup> ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 107

pagavam a *decuma*, 10% de suas colheitas<sup>355</sup>; distintos tributos pagos pelos nativos (prendas de vestir e víveres para o exército romano); impostos sobre as minas; além dos tributos em forma de espécie, sobretudo o cavalo (animais possuidores de um desempenho superior ao dos romanos na cavalaria e símbolos de distinção entre as elites iberas); e, ainda, a obrigação de hispanos servirem no exército romano<sup>356</sup> na qualidade de tropas auxiliares. Em suma, as Hispânicas tinham de pagar impostos em forma de pessoas, animais, terras, atividades.<sup>357</sup> E, portanto, a base dessa estratégia de dominação senatorial pode ser observada pelo crivo da definição de imperialismo proposta por Cartier, uma vez que a exploração romana se materializava através da “transferência de bens em direção do ou dos centros do poder político.”<sup>358</sup>

Ademais, o butim e os tratados de *dedutio*<sup>359</sup> configuravam alguns dos mecanismos de tributação mais eficientes, durante a conquista,<sup>360</sup> ao lado da contribuição dos aliados.<sup>361</sup> Portanto, analisamos a supracitada estratégia de dominação senatorial nas Hispânicas por via da dinâmica de “acumulação interpenetrante”<sup>362</sup> definida por Norma Mendes, posto que é notória a transferência ou troca de excedente econômico na forma de tributos e butim, oriundos das relações de exploração e opressão entre Roma e a Península Ibérica. Dinâmica esta que se mesclava com outras estratégias de dominação imperial, possibilitando a manutenção dos territórios conquistados sob a ótica imperialista de exploração e de controle das terras habitadas por outros povos.<sup>363</sup> “Trata-se assim da relação entre um centro acumulador (o centro de poder) e uma periferia submetida e explorada”.<sup>364</sup>

Os rendimentos tributários, entretanto, não compunham uma contribuição regular, pois os impostos eram arrecadados pelos promagistrados, ficando depositados na Península Ibérica

<sup>355</sup> MILLETT, P. “Finance and Resources: Public, Private, and Personal”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 477.

<sup>356</sup> MARTNEZ, J. M. B. “Notas a la Contribución de la Península Ibérica al Erario de la República Romana”. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto, 1959.

<sup>357</sup> DAVIS, J. “Ancient Economies”. ERSKINE, A. **A Companion to Ancient History**. UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 442.

<sup>358</sup> CARTIER, M. “Imperialismo”. *Enciclopédia Einaudi. Estado-Guerra*. Vol. 14. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. pp.: 318 – 329.

<sup>359</sup> Exigência de indenizações de guerra, armas, escravos, reféns, tropas auxiliares, limitações da política externa das áreas dominadas, etc.

<sup>360</sup> HOYO, T. “*Milites in oppidis hibernabant: el hospitium militare* invernial en ciudades peregrinas y los abusos de La hospitalidad *sub tectis* durante la República”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*. Persée. Vol. 27. N. 2, 2001. p. 72

<sup>361</sup> ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 107.

<sup>362</sup> MENDES, Norma. “Romanização e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2006: 231- 256. p.: 235.

<sup>363</sup> SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. SP: Cia. das Letras, 1995. p. 38.

<sup>364</sup> GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1987. p. 11.

até serem ou requisitados pelo Senado ou enviados para o erário público, após o fim do mandato.<sup>365</sup> Assim, havia anos que o Senado não requeria grandes somas, deixando os tributos ao encargo dos governadores provinciais para os suprimentos locais.<sup>366</sup> Por conseguinte, a carga fiscal era desigualmente distribuída, graças à autonomia local dos generais, que estipulavam o montante da coleta. Deste modo, era habitual existirem vultosas diferenças entre a quantia arrecadada e a enviada para a *urbs*.<sup>367</sup> Os governadores, inclusive, poderiam conseguir dinheiro mediante procedimentos extremamente abusivos e nada virtuosos, como, foram os casos do propretor Galba, acusado de vender lusitanos como escravos a Gália em 149 a.C. e do propretor Q. Calidino em 78 a.C., sendo este acusado de roubo.<sup>368</sup> Tratava-se, portanto, dos desdobramentos do que Davis definiu como “modelo de comando”: era o comandante/governador que coordenava a transferência de bens, através de práticas balizadas em violência e sansões legais, sendo ambas consideradas legítimas, posto que havia o respaldo do centro dominante, o qual validava sua exploração por via dos pressupostos da guerra justa e do direito de guerra.<sup>369</sup>

Assim sendo, de acordo com Andreau, as crises provinciais decorrentes do sistema tributário romano advinham da usura praticada pelos governadores.<sup>370</sup> É notório que essas práticas imperialistas romanas geraram inúmeros casos de abusos de poder por parte dos romanos e, em contrapartida, levaram ao afloramento de resistências locais, sendo o apoio hispano dado a Revolta de Sertório um exemplo deste descontentamento. Tais abusos foram utilizados por Quinto Sertório desde o início de sua revolta, servindo como justificativa para os jovens hispanos engrossarem as fileiras do exército sertoriano, concedendo a este mariano o apoio humano e material necessários para a manutenção de sua resistência. Plutarco, por sua vez, valida nosso argumento ao relatar que Sertório encontrou uma população “revoltada contra toda autoridade por causa da cupidez e brutalidade dos pretores que se sucediam” (PLUTARCO, Sertório, VI), sendo os jovens na idade de servir o grupo mais insatisfeito com tais estratégias de dominação senatorial. Logo, inferimos o porquê do referido autor afirmar que Quinto Sertório “conquistou os bárbaros a peso de ouro” (PLUTARCO, Sertório, VI).

<sup>365</sup> MARTINEZ, J. M. B. “El Sistema Impositivo en la Hispania Romana”. *Historia de la hacienda española: (épocas antigua e medieval)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1982.

<sup>366</sup> ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 106.

<sup>367</sup> MENDES. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. RJ: DP&A, 2002. p. 98

<sup>368</sup> MARTINEZ, J. M. B. Op. Cit.

<sup>369</sup> DAVIS, J. “Ancient Economies”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 440-442.

<sup>370</sup> ANDREAU, J. “Rome’s responses to financiers and financial crises”. *Banking and Business in the Roman World*. NY: Cambridge University Press, 2003. p. 102.

Outras evidências da profunda insatisfação hispana, quanto ao sistema de impostos romano, podem ser percebidas nos pouquíssimos relatos norteadores das determinações tributárias destinadas às Hispânicas ao longo do século I a.C. Os principais relatos conhecidos sobre os tributos romanos são: Metelo Pio, durante a Revolta de Sertório, aumentou a tributação de algumas cidades<sup>371</sup>; Sertório realizou a “dilatação dos prazos dos tributos” (PLUTARCO, Sertório, VI); César propiciou a concórdia nas cidades, “diminuído as diferenças entre devedores e credores” (PLUTARCO, Cesar, XII); Marco Terêncio Varron, lugar-tenente de Pompeu Magno, impôs contribuições especiais a Bética (PLUTARCO, Cesar, XII); e, César, depois da batalha de Munda, aumentou as contribuições daqueles que haviam se oposto a ele (PLUTARCO, Cesar, XII). Quanto Sertório, então, apontou uma solução para o mencionado problema, que era bastante conhecido pelos romanos, ao estruturar sua tática de dominação político-econômica. Sua solução, todavia, não transcorria fora do quadro de práticas de dominação romana, pois ele “conseguiu alcançar as boas graças do, (...), povo pela dilatação dos prazos dos tributos” (PLUTARCO, Sertório, VI) e, não, pela supressão total dos impostos.

O referido trecho da obra de Plutarco abre um leque de questões a serem trabalhadas sobre as táticas de dominação sertorianas em torno da arrecadação de tributos das Hispânicas.

<b>Rede Temática: Impostos como tática de dominação político-econômica de Sertório.</b>		
PLUTARCO, Sertório, VI, XIV, XXII, XXIV, XXV		
<b>ELEMENTOS TEMÁTICOS</b>	<b>ELEMENTOS FIGURATIVOS</b>	<b>AXIOLOGIA</b>
IMPOSTOS COMO TÁTICA DE DOMINÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DE SERTÓRIO	<p>Cap. VI: “[populações] revoltadas contra toda autoridade por causa da cupidez e brutalidade dos pretores que se sucediam [nas Hispânicas]”; “conquistou os bárbaros a peso de ouro”; conseguiu alcançar as boas graças, (...), do povo pela dilatação dos prazos dos tributos”</p> <p>Cap. XIV: “não poupava nem prata e nem ouro para ornar-lhes os elmos e os escudos”; “encarregava-se das suas despesas”; “Sertório pagava as instruções deles [estudantes de Osa]”;</p> <p>Cap. XXII: “utilizando as armas, o dinheiro e as cidades dos espanhóis, nunca lhes cedeu, nem em palavras, a autoridade suprema”;</p>	<p>O autor enfatiza que a grande carga tributária romana era responsável pela eclosão de movimentos de resistência. Em contrapartida, Plutarco euforiza a flexibilização do sistema de impostos realizada por Sertório como uma tática para conseguir o apoio dos hispanos</p>

<sup>371</sup> MARTINEZ, J. M. B. “El Sistema Impositivo en la Hispania Romana”. *Historia de la hacienda española: (épocas antigua e medieval)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1982.

	<p>Cap. XXIV: “Mário libertou algumas cidades [da Ásia] e escreveu para outras anunciando que, graças à bondade de Sertório, elas agora estavam isentas de tributos”; “A Ásia, novamente, atormenta por recebedores de impostos, (...), sonhava com uma mudança rápida de governo”;</p> <p>Cap. XXV: “[os romanos conjurados] impunham-lhes [aos hispanos] tributos dando a entender que assim agiam a mando de Sertório, (...), disso resultavam conflitos e sedições nas cidades;”</p>	
--	--	--

De acordo o Plutarco, quando Sertório chegou a Península Ibérica com seus seguidores romanos, os nativos exigiram tributos como direitos de entrada ao território (PLUTARCO, Sertório, VI). Tal fato já pode ser identificado como um indício da exacerbada insatisfação hispana no que tange à carga tributária romana imposta à região. Isto porque, como já foi dito, Sertório encontrou nas Hispânicas muitos jovens revoltados com a exploração desmedida realizada pelos propretors, os quais eram responsáveis tanto pelo erário público, quanto pelo sistema de abastecimento de cereais em Roma.<sup>372</sup> Assim, a axiologia presente em Plutarco nos permite identificar que a grande carga tributária romana era responsável pela eclosão de movimentos de resistência. Do mesmo modo, a resposta dada por Quinto Sertório a estes hispanos nos deixa claro a sua postura local de tolerância e de busca de apoio político, militar e econômico na região: pagou a soma exigida, indignando seus “companheiros, alguém parecia intolerável que um procônsul romano pagasse tributo a bárbaros” (PLUTARCO, Sertório, VI). O primeiro passo de Sertório, então, foi conquistar os hispanos a “peso de ouro” (PLUTARCO, Sertório, VI).

De acordo com Martinez, um dos procedimentos utilizados pelos generais romanos para atrair os nativos a sua causa era rebaixar as contribuições impostas por Roma, assim como fez Quinto Sertório e Júlio César.<sup>373</sup> Além disso, outra tática utilizada para conseguir apoio e arrefecer as resistências locais era presenteá-los com objetos de ouro e prata, especialmente armas decoradas com ambos os metais.<sup>374</sup> Mais uma vez Plutarco nos permite concluir que Quinto Sertório se utilizou destas dinâmicas para compor sua tática de dominação de orientação político-militar, na medida em que “não poupava nem prata e nem

<sup>372</sup> ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 107.

<sup>373</sup> MARTNEZ, J. M. B. “Notas a la Contribución de la Península Ibérica al Erario de la República Romana”. *Trabalhos da Sociedade Portuguesade Antropologia e Etmologia*. Porto, 1959.

<sup>374</sup> Op. Cit.

ouro para ornar-lhes os elmos e escudos” e “pagava os seus estudos” (PLUTARCO, Sertório, XIV). Por conseguinte, tais procedimentos além de atraírem os nativos, difundiam processos de romanização na região, posto que determinados objetos presenteados, como, por exemplo, as bulas romanas, eram símbolos do mundo romano concedidos aos estudantes da escola de romanidade sertoriana em Osca.

Com a flexibilização do sistema de impostos romanos cobrados na região, então, Quinto Sertório conseguiu o apoio tanto do povo, quanto das elites locais. Por um lado, ele obteve a adesão de grande parte da massa hispana a sua revolta, pois a *vicensuma*, geralmente, atingia com mais rigor a colheita do povo,<sup>375</sup> que viviam da subsistência. A adesão deste segmento social pode ser atestada no momento da eclosão da conspiração, que assassinou Sertório. Isto porque, segundo Plutarco, uma das maneiras encontradas pelos romanos conjurados para minar as relações existentes entre Sertório e os hispanos foi impor “tributos [aos nativos] dando a entender que assim agiam a mando de Sertório” (PLUTARCO, Sertório, XXV). O resultado foi o enfraquecimento do governo sertoriano e a eclosão de inúmeros “conflitos e sedições nas cidades” (PLUTARCO, Sertório, XXV), que tinham como motivo a aparente revogação de uma das mais importantes táticas de dominação sertoriana: a flexibilização dos impostos romanos.

Por outro lado, Quinto Sertório ao dilatar os prazos dos tributos também conseguiu a adesão das elites nativas ao seu governo. Isto porque o aumento desmedido dos impostos se traduzia na possibilidade de perda dos privilégios angariados pelos grupos dirigentes locais, os quais sustentavam a dominação romana nas Hispânicas.<sup>376</sup> Em outras palavras, o sistema de taxação contava com a cooperação das elites, na medida em que elas forneciam informações detalhadas sobre as riquezas locais. Roma não alterava a estrutura de mando periférica, desde que o envio de dinheiro, tropas e suprimentos para o exército fosse assegurado.<sup>377</sup> Desse modo, o aumento da carga tributária e os abusos constantes dificultavam o pagamento regular por parte da população ibera, o que em última instância poderia prejudicar a posição de *status* das elites. Portanto, as táticas de Quinto Sertório, direcionadas às massas, acabaram por representar um ganho junto às elites, manifestado sob a forma de cooperação no governo sertoriano.

---

<sup>375</sup> MILLETT, P. “Finance and Resources: Public, Private, and Personal”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 477.

<sup>376</sup> MENDES. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. RJ: DP&A, 2002. p. 98

<sup>377</sup> ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 108.

Ademais, classificamos tal tática de dominação sertoriana como uma prerrogativa político-econômica, na medida em que ela possibilitou a Quinto Sertório uma destacada autonomia na administração local, utilizando-se das “armas, [d]o dinheiro e [d]as cidades” (PLUTARCO, Sertório, XXII) dos hispanos sem, no entanto, conceder-lhes uma participação política direta e efetiva (PLUTARCO, Sertório, XXII). Em contrapartida, tais características governativas de Sertório nos permitem inferir que não houve uma ruptura com as estratégias de dominação romana, mas, sim, uma reforma, sobretudo, no sistema tributário, marcada por uma ampliação dos prazos dos impostos e uma busca por práticas menos abusivas e corruptas por parte dos governadores romanos. Em suma, não é possível afirmar que Quinto Sertório se voltou completamente contra a lógica imperial romana. O seu maior feito foi apontar uma solução para um problema de suma relevância, posto que os iberos estavam a beira de uma nova revolta, a qual poderia significar a perda de finanças romanas (CÍCERO, Sobre a Lei Manília, VII, 19). Portanto, a utilização dos recursos materiais hispanos corrobora a nossa hipótese de que a análise do governo sertoriano é uma nítida expressão do imperialismo romano nas Hispânicas, uma vez que ele não revogou as estratégias de dominação senatorial, porém as flexibilizou.

Além disso, é fundamental destacar que a tática de dominação em questão não se restringiu as fronteiras da Península Ibérica. Quando Sertório e Mitrídates estabeleceram o já tratado acordo de ajuda mútua contra o governo conservador, estipulou-se que Mitrídates enviaria as Hispânicas uma quantia de dinheiro e navios, ao passo que Sertório enviar-lhe-ia generais e soldados com o objetivo de fortalecer o Oriente contra as forças silanas (PLUTARCO, Sertório, XXIV). Deste modo, Marco Mário – um senador dissidente e seguidor de Sertório –, objetivando fortalecer os movimentos de resistência ao Senado, implantou na Ásia algumas propostas do governo sertoriano, pois “libertou algumas cidades e escreveu para outras anunciando que, graças à bondade de Sertório, elas agora estavam isentas de tributos” (PLUTARCO, Sertório, XXIV). Cidades estas que estavam sendo constantemente atormentadas pelos coletores de impostos romanos, estando elas a ponto de se rebelar, como as Hispânicas. Assim, Sertório enfraqueceu a elite romana ao dificultar o recebimento de mais uma fonte de recursos financeiros importantíssima (CÍCERO, Sobre Lei Manília, II) e, concomitantemente, fortalecia-se em locais para além das Hispânicas.

A questão dos coletores de impostos é outra faceta de suma importância no que concerne a estruturação das estratégias senatoriais e as táticas sertorianas. Os publicanos eram



os encarregados da cobrança e do transporte dos impostos províncias.<sup>378</sup> As companhias coletoras de impostos, por sua vez, possuíam uma grande fonte de lucro e segurança, já que, segundo Cícero, “os respeitadas e eficientes recolhedores de impostos, que foram contratados por nós [Roma], transferiram seus negócios e fundos para a província, (...) e, por direito, vocês [senadores] devem proteger essas pessoas, os seus recursos e as suas posses” (Sobre a Lei Manília, VI, 17). Sendo assim, os publicanos eram responsáveis por boa parte dos abusos cometidos em solo provincial ao lado dos governadores, pois muitas vezes eles se uniam para lucrar sobre o erário público.<sup>379</sup> Quinto Sertório, em contrapartida, colocou as rendas de seu governo nas mãos de seus pretores e questores que, embora governassem de acordo com as leis romanas, buscavam evitar atos de cupidez e insolência característicos dos recebedores de impostos (PLUTARCO, Sertório, XXIV), a fim de perpetuar a adesão hispana.

Quinto Sertório, ao estruturar sua reforma tributária, manteve uma das principais finalidades do sistema tributário romano: recolhimento de verbas destinadas, em linhas gerais, à construção de obras públicas, à conservação das calçadas (comunicação e expressão do poder imperial em áreas conquistadas) e ao abastecimento do exército. Sertório, então, utilizou as riquezas locais para abastecer seu exército, financiando a sua revolta e o seu governo de orientação romana nas Hispânicas. As táticas de Sertório, portanto, evidenciavam a sua postura imperialista de dominação com traços romanos, na medida em que exerceu autoridade sobre outras comunidades e povos, visando a seus próprios fins e vantagens.<sup>380</sup>

A título de conclusão, então, reafirmamos que o sistema de taxação e o aspecto imperialista romano são elementos indissociáveis, pois os impostos financiavam o expansionismo, enriqueçam a aristocracia romana, cooptavam as elites locais e configuravam uma peça fundamental do poder de coerção e intimidação do Estado Romano. Em suma, a dominação senatorial necessitava da natureza fiscal de seu Império para perpetuar a conquista e, fundamentalmente, armar o seu exército. Quinto Sertório, por sua vez, soube utilizar das incongruências e abusos atrelados à tal estratégia senatorial, estruturando sua tática de dominação sobre os notórios fenômenos de resistência a estas práticas imperialistas romanas. Assim, ele conseguiu a adesão e os recursos necessários para financiar o seu governo e o seu exército, evidenciando, ainda, a não passividade das populações locais frente à dominação

---

<sup>378</sup> ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 108.

<sup>379</sup> MARTINEZ, J. M. B. “El Sistema Impositivo en la Hispania Romana”. *Historia de la hacienda española: (épocas antigua e medieval)*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1982.

<sup>380</sup> FINLEY, M. “Empire in the Greco-Roman World” in: *Greece & Rome*. Vol. 25, Nº. 1, Abril, 1978.

imperialista, tal qual defende Said.<sup>381</sup> Em suma, Quinto Sertório apontou para a solução de um problema que atormentava o Império Romano como um todo – posto que a perda de uma província significaria a perda de riquezas, influência e honra (CÍCERO, Sobre a Lei Manília, VII, 19) – sem, no entanto, estruturar seu governo em outros pilares que não os romanos.

A seguir, então, cabe-nos analisar como ele conseguiu cooptar a massa da população para formar o seu exército, composto por hispanos e romanos dissidentes.

### **3.1.4 O aspecto político-militar: o exército e as magistraturas**

O Império Romano foi produto do expansionismo e da centralização política,<sup>382</sup> sendo o aspecto político indissociável do militar no mundo romano, uma vez que Roma se constituía em um Estado de conquista.<sup>383</sup> Desse modo, o exército romano também pode ser classificado como uma importantíssima estratégia de dominação senatorial. Roma apenas retirava os seus exércitos de uma região, ou ao findar da conquista, ou quando o território não valia o esforço empreendido para a dominação efetiva. A presença dos exércitos em uma dada região evidenciava o grau de relevância de uma província para a *urbs*,<sup>384</sup> além de conotar o poder do centro dominante e possibilitar a efervescência de uma série de processos de romanização. Segundo Whitaker, o exército era um importante instrumento ideológico de Roma,<sup>385</sup> juntamente com as cidades.<sup>386</sup> Assim, o relacionamento entre a população local e os romanos foi marcado por alianças com os chefes nativos e por uma série de enfrentamentos militares, como os de Quinto Sertório na Península Ibérica.

O aspecto político-militar, enquanto uma estratégia de dominação senatorial, é produto também da eficiência das legiões, as quais se converteram em um dos mais importantes instrumentos do imperialismo romano.<sup>387</sup> A defesa das províncias e dos territórios aliados era

<sup>381</sup> SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. SP: Cia. das Letras, 1995.

<sup>382</sup> GUARINELLO, N. “Império e Imperialismo, realidades antigas e conceitos contemporâneos”. CAMPOS, A.; SILVA, G., FRANCO, S., FELDMAN, S. (orgs) *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor 7 Cultura Editora/Université, 2008. p. 10

<sup>383</sup> FINLEY, M. *Política no Mundo Antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

<sup>384</sup> MATTINGLY, D. J. Dialogues of power and experience in the Roman Empire. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

<sup>385</sup> RICHARDSON, J. S. “Spain and Roman imperialism”. *Hispaniae. Spain and the development of the Roman Imperialism*. 218 – 82 A.C. UK: University Cambridge Press, 1986. p. 3

<sup>386</sup> WHITTAKER, C. Imperialism and culture; the Roman initiative.. MATTINGLY, D.(org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology:Supplementary series number 23, 1997. P. 144.

<sup>387</sup> SALIÑER, E. “Soldados auxiliares del ejército romano originários Del NW de Hispania”. *HAnt*. Vol. XXX, 2006. p. 23.

uma das atribuições fundamentais do exército,<sup>388</sup> posto que Roma se apresentava como a senhora do mundo mediterrânico. Ademais, as tropas possibilitavam a perpetuação de mecanismos de controle humano e de fontes materiais.<sup>389</sup> Em outras palavras, os territórios anexados eram forçados a manter a paz, sendo os exércitos e os magistrados romanos uma demonstração de força do centro de poder presentes em seu cotidiano,<sup>390</sup> através, por exemplo, dos acampamentos militares. Assim, é patente que tais pressupostos se enquadram na definição já tratada de Guarinello, pois houve o estabelecimento de um diferencial de poder, obtido por meio da ação militar direta, consubstanciando a dominação de Roma.<sup>391</sup>

No bojo desta categorização, retomamos as noções de Certeau acerca das relações entre estratégias e táticas: as primeiras criam as normas, ao passo que as segundas se constituem em elementos desviantes da mesma. Sendo assim, há de se analisar quais as normas político-militares romanas foram “desviadas” por Sertório ao longo de sua estada nas Hispânicas. Desse modo, o *hospitium militare*, a organização dos exércitos e as magistraturas romanas, reunidas no “senado sertoriano” (APIANO, Guerras Civis I, 108; PLUTARCO, Sertório, XXII), são os elementos tratados ao longo deste segmento. Tais escolhas são decorrentes da utilização destas instituições romanas por Sertório em benefício próprio, a fim de obter adesão hispana e liberdade de ação na região. Além disso, cada tópico elencado permite entrever facetas do imperialismo romano, uma vez que a Revolta de Sertório não questionava o domínio de Roma, mas, sim, primava por restaurar o poder dos *populares*, de acordo com “as leis da pátria” (PLUTARCO, Sertório, XXII). As táticas político-militares sertorianas, portanto, tem como seu alicerce a própria dominação senatorial.

De acordo com Hoyó, era habitual na República Romana obrigar as cidades conquistadas a abrigar e alimentar os soldados desmobilizados durante o inverno, compondo o chamado *hospitium militare*.<sup>392</sup> Ao se tratar especificamente da Península Ibérica, era a virtude *fides* entre as cidades aliadas e Roma, que coagiam os hispanos a receber os soldados, dando-lhes víveres e oferecendo-lhes reféns como garantia de relações internacionais<sup>393</sup> - tal qual Sertório recebeu em suas escolas de romanidade. Em alguns casos, inclusive, os

<sup>388</sup> MATTERN, S. “Strategy”. *Rome and the Enemy: Imperial Strategy in the Principate*. Berkeley/Los Angeles/London: University California Press, 1999. p. 109.

<sup>389</sup> ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 97.

<sup>390</sup> MATTERN, S. *Ibidem* 119.

<sup>391</sup> GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1987. p. 11.

<sup>392</sup> HOYO, T. “*Milites in oppidis hibernabant: el hospitium militare* invernal en ciudades peregrinas y los abusos de La hospitalidad *sub tectis* durante la República”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*. Persée. Vol. 27. N. 2, 2001. p. 63

<sup>393</sup> COELHO, J. “Instituciones políticas celtas y ibéricas. Un análisis de las fuentes literárias”. *Habis*. Vol. 25, 1194. p. 99.

legionários poderiam ser hospedados em casas particulares de cidades não fortificadas, o que enfraquecia a independência das cidades e gerava abusos diários sob o regime *sub tectis*. Ademais, certas cidades, além de alimentar os soldados, ainda tinham que pagar o *tributum*, sustentando, assim, o expansionismo romano<sup>394</sup>. Tito-Lívio nos relata esta prática:

Os venusianos, depois de repartir esses homens entre as famílias, para que aí fossem recebidos e bem tratados, deram a cada cavaleiro togas, túnicas e vinte e quatro moedas com a efígie da quadriga; aos infantes, dez moedas e armas a quem precisava. No mais, a título público e privado, conduziram-se de modo hospitaleiro (TITO-LÍVIO, História de Roma, XXII, 54)

A comodidade e o fácil acesso a abundantes provisões não eram os únicos itens buscados pelos legionários. O controle político da região, a fidelidade e a segurança de seus supostos aliados, durante um período de latência e aparente desmobilização se constituíam nos principais atrativos dessa forma de alojamento.<sup>395</sup> Já para as cidades a presença dos soldados significava gastos e a ingerência em suas instituições públicas e privadas, pois tinham de suprir o exército romano, o qual interferia na administração local de modo mais incisivo do que nas outras épocas do ano. É necessário ressaltar, entretanto, que tal estrutura político-militar e administrativa de Roma era fundamentada por alianças com as elites locais das cidades detentoras da *amicitia* romana, as quais buscavam se inserir na lógica imperial, a fim de se perpetuar em posições de mando internamente. A prática do *hospitium militare*, portanto, configurava-se em uma importantíssima estratégia de dominação romana, mesclando interesses específicos do poder central e das periferias.

Em contrapartida, o sistema de alojamento das tropas imposto pelos romanos levou a insatisfação da população local e ao surgimento de resistências variadas ao poder de Roma. De acordo com Tito-Lívio, o *hospitium militare* era visto como uma forma de castigo para as cidades, na medida em que “o fardo ia ficando pesado” (TITO-LÍVIO, História de Roma, XXII, 54), o que fazia com que elas mal conseguissem alimentar os soldados, pois “os poucos sobreviventes não suportavam [sic] mais taxações” (TITO-LÍVIO, História de Roma, XXIII48), já que grande parte dos impostos cobrados eram direcionados para o abastecimento dos soldados. Tratava-se, *grosso modo*, de uma mensagem ideológica e coercitiva do centro dominante, demarcando uma hierarquia espacial da dominação, retirando, ainda, o ônus da conquista do Estado (**VER TABELA 4**). Assim, autores como Tito-Lívio e Plutarco disforizavam tal prática do *hospitium militare*, caracterizando-a como um abuso de poder

<sup>394</sup> HOYO, T. “*Milites in oppidis hibernabant: el hospitium militare* invernal en ciudades peregrinas y los abusos de La hospitalidad *sub tectis* durante la República”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*. Persée. Vol. 27. N. 2, 2001. p. 78.

<sup>395</sup> *Ibidem* 79.

romano, sendo a “obrigação de [as cidades] alojarem tropas” (PLUTARCO, Sertório, VI) propensa a eclosão de revoltas. A referida estratégia de dominação romana, então, trouxe em si os germes da resistência, que foram posteriormente utilizados por Sertório, quando ele desobrigou as cidades de alojarem os soldados, durante o seu governo nas Hispânicas.

<b>Rede Temática: <i>Hospitium militare</i>: estratégia e tática de dominação</b>		
PLUTARCO, Sertório, III, VI, XXIV		
<b>ELEMENTOS TEMÁTICOS</b>	<b>ELEMENTOS FIGURATIVOS</b>	<b>AXIOLOGIA</b>
ESTRATÉGIA ROMANA: PRÁTICA DO <i>HOSPITIUM MILITARE</i> X TÁTICAS SERTORIANA S: REVOGAÇÃO DO <i>HOSPITIUM MILITARE</i> NAS HISPÂNICAS E EXÉRCITO ROMANO	PRÁTICA DO <i>HOSPITIUM MILITARE</i> : Cap. 3: “passou o inverno na cidade de Castulo”; “os soldados, vivendo na abundância, cometiam excessos e andavam quase sempre bêbados”; Cap. 6: “obrigação de [as cidades] alojarem tropas”; Cap 24: “oprimida pela cupidez e insolência das tropas ali [cidades] acantonadas”; X REVOGAÇÃO DO <i>HOSPITIUM MILITARE</i> E EXÉRCITO SERTORIANO Cap. 6: “na Espanha encontrou populações numerosas e ricas em jovens já na idade de servir, mas revoltadas contra toda a autoridade por causa da cupidez e brutalidade dos pretores”; “fez-se amar sobretudo por liberá-los da obrigação de alojarem tropas”; “obrigou os soldados a fixar seus quartéis de inverno nos subúrbios”; “armou os romanos”; “mandou construir navios e engenhos bélicos de toda a espécie”; “mantinha assim as cidades em respeito”; “flexível no trato ordinário da vida civil”; Cap. 24: “libertou algumas cidades [na Ásia]”	Disforização da prática do <i>hospitium militare</i> , sendo ele caracterizado como um abuso de poder romano. Enaltecimento da revogação da mesma prática por Sertório. Plutarco reitera que Sertório dominou as Hispânicas também por ter armado o seu exército: coerção.

Plutarco, concomitantemente, descreve a prática do *hospitium militare* como uma estratégia de dominação senatorial e uma tática de dominação sertoriana. A obrigação das cidades conquistadas alojarem soldados, durante o inverno, inclusive, no interior de suas casas, compunha uma das mais manifestações mais visíveis da dominação romana. Tal prática possibilitava a Roma a perpetuação da conquista e da exploração em diversos níveis, retirando o ônus da dominação do Estado, posto que as cidades deveriam suprir as necessidades das tropas. A imposição desta norma, portanto, era fonte tanto de uma série de abusos de poder

por parte dos soldados, quanto de distintas expressões de resistência à presença romana. Sendo assim, Sertório compôs sua tática de dominação ao revogar esta prática e adotar o costume dos acampamentos em cabanas fora dos limites das cidades. Destarte, ele reempregou uma das normas romanas de conquista, conseguindo, assim, o apoio local à sua luta ao se aproveitar da insatisfação local em relação às ações senatoriais.

Ademais, Plutarco nos relata que essa foi a tática de dominação sertoriana mais forte e consistente frente aos hispanos, pois a organização dos exércitos próximos aos centros urbanos ou as áreas agrícolas imprimia terror nos hispanos. Isto porque se seguia os parâmetros da batalha no que concerne à organização interna dos acampamentos: infantaria pesada no centro, cavalaria nos flancos e infantaria leve na frente.<sup>396</sup> Sendo assim, os alojamentos e os acampamentos militares eram muito relevantes em uma região periférica e subjugada por um centro imperialista, pois estes eram expressões materiais de sua conquista, atuando como um poder ideológico e impositivo de Roma sobre aquelas populações. Isto por que a sua presença denotava a força da República Romana, que não necessitava estar em estado permanente de guerra para evidenciar o seu poder. Algo perceptível a nós pela descrição de Apiano (Ibéria, 92) dos instrumentos de guerra situados em um acampamento militar: “catapultas”, “balistas”, “pedras”, “dardos”, “javalis”, “arqueiros”, entre outros. Em suma, as “moléstias dos alojamentos”<sup>397</sup> (PLUTARCO, Sertório, VI) constituíam um poder simbólico de dominação com uma base material de sustentação. Desse modo, esta característica dos alojamentos e dos acampamentos militares podem ser enquadradas em uma das cinco premissas trabalhadas por Norma Mendes, Regina Bustamante e Jorge Davdson sobre a formação social de um Império na Antiguidade<sup>398</sup>: a manutenção do monopólio da força dentro do território imperial e sua projeção frente as regiões internas.

Assim, a estratégia romana em questão se enquadra no que Cain e Hopkins definiram como uma postura imperialista, na medida em que a dominação político-militar romana teve a “capacidade de moldar os assuntos de outro por imposição sobre ele”, compondo relações baseadas em diferenciais de poder.<sup>399</sup> O controle político, socioeconômico e militar romano

<sup>396</sup> SABIN, P. “Battle”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 404.

<sup>397</sup> Os acampamentos romanos, dentre os quais incluímos os sertorianos, propagavam a cultura urbana romana, sendo ambientes de difusão da *humanitas* e locos de romanização, posto que o exército romano era formado por cidadãos de Roma e forças auxiliares oriundas das províncias. Nas palavras de Cerdán e Hernandez, o exército romano desempenhou um papel fundamental no processo de transformação estrutural,<sup>397</sup> tanto no mundo hispano quanto no romano, reestruturando e reordenando a península.

<sup>398</sup> MENDES, N. M; BUSTAMANTE, R. M. C; DAVIDSON, J. “A experiência imperialista romana: teorias e práticas”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, 2005.

<sup>399</sup> Apud FREEMAN, P. “British imperialism and the Roman Empire”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. pp. 19 – 34.

eram traduzidos, por conseguinte, na premissa de que as províncias não poderiam formar exércitos independentes, sendo incorporadas ao Império Romano com restrições políticas e militares, posto que a administração local estava sob o comando de autoridades romanas.<sup>400</sup> Autoridade esta que era fonte de certos abusos, pois os governadores romanos tratavam os hispanos, em maior ou menor medida, com “cupidez” (PLUTARCO, Sertório, VI) e “brutalidade” (PLUTARCO, Sertório, VI). Logo, tais práticas imperialistas romanas abriram caminho para que Sertório organizasse suas táticas de dominação e, principalmente, seu governo de oposição a Sila e aos conservadores.

As cidades aliadas foram as que mais sofreram com as imposições das normas de conquistas romanas, sendo estas as mais atuantes no movimento sertoriano de oposição as diretrizes políticas em Roma. Tais cidades supriam as necessidades dos soldados romanos no momento mais voraz do expansionismo nas Hispânicas, fornecendo-lhes dinheiro, comida, forragens, cavalos, roupas, materiais de acampamentos, navios, entre outros itens, pois as legiões não conseguiram sobreviver apenas da pilhagem e da coleta de alimentos. Em suma, elas abasteciam o expansionismo,<sup>401</sup> sendo alvo de práticas distintas de exploração imperialista, de acordo com os pressupostos já tratados de Finley.

Assim, a proibição de Caio Graco em 123 a.C. de o Senado realizar qualquer dedução do soldo para o financiamento de comida, roupas ou equipamentos dos soldados,<sup>402</sup> permite-nos compreender por que os abusos cometidos pelos comandantes romanos nas cidades iberas aumentaram consideravelmente no século I a.C. Momento este em que Quinto Sertório ganhou apoio hispano ao amenizar as obrigações econômicas e militares de suas cidades aliadas. Segundo Erdkamp, Roma não tinha estrutura para assumir o controle do sistema de impostos das Hispânicas, o que fez com que eles fossem recolhidos pelos próprios comandantes romanos, que a partir do século II a.C. se converteram nos governadores provinciais. Portanto, o suprimento do expansionismo era obtido pelo recolhimento de itens dos povos subjugados e acrescidos de contribuições dos aliados, compondo um quadro de tributos irregulares, dependendo das necessidades militares e da cobiça dos generais.<sup>403</sup>

---

<sup>400</sup> ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 98 – 100.

<sup>401</sup> *Ibidem* 96

<sup>402</sup> CAGNIART, P. “The Late Republican Army (146 – 30 B.C.)”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 91.

<sup>403</sup> ERDKAMP, P. *Ibidem* 106.

Os aliados com estatuto jurídico romano privilegiado, então, eram os fornecedores majoritários de alojamentos e suprimentos.<sup>404</sup> Note-se que tais relações estavam alicerçadas nas virtudes *fides* e *amicitia*, sendo esta última uma das justificativas para declarações de “guerras justas” e de sanções para abusos cometidos pelos comandantes, governadores e soldados, caso as cidades não cumprissem com suas obrigações.<sup>405</sup> Assim, é patente que no momento em que Quinto Sertório chega às Hispânicas a violência na região era calamitosa e, assim, suas táticas de dominação surtiram um efeito avassalador junto às populações locais oprimidas.

A situação das cidades que alojavam e tinham acampamentos próximos ficava ainda mais periclitante, quando os exércitos romanos invernavam em áreas hostis ao domínio da *urbs*, como eram as Hispânicas, pois os comandantes tinham maior liberdade de ação, ocasionando mais abusos. Por conseguinte, com o aprofundamento do expansionismo romano, as novas cidades concessoiras de *hospitium militare* foram tratadas com medidas de força ao lado de negociações com as elites locais, gerando, em maior ou menor medida, inúmeras revoltas. Desse modo, tais questões nos remetem diretamente às táticas de dominação político-militar sertorianas. Em outras palavras, devemos compreender como Quinto Sertório se utilizou da insatisfação e revolta dos hispanos em relação aos alojamentos e aos acampamentos para conseguir o seu apoio no que concerne tanto a conformação de seu contingente militar, quanto a liberdade alcançada nos aspectos políticos, econômicos e religiosos na região. Sintetizando, temos de observar como as estratégias de dominação senatorial concederam o respaldo necessário ao governo sertoriano.

Quinto Sertório, diferentemente de outros governadores romanos, teve dois aspectos que devemos ressaltar no que diz respeito ao seu trato político-militar em relação aos hispanos. Por um lado, ele foi um dos primeiros promagistrados romanos a observar profundamente os laços políticos locais, analisando as distintas relações existentes entre as Hispânicas e Roma. Sertório, então, soube se utilizar dessa conjuntura, negociando com as elites locais, propondo um governo pautado em relações mais fluídas, menos abusivas, porém ainda de orientação romana. Segundo Plutarco, “Sertório pagava a instrução” (PLUTARCO, Sertório, XIV) dos hispanos, “não poupava nem prata nem ouro para ornar-lhes os elmos e os escudos” (PLUTARCO, Sertório, XIV), “tornou-se seu chefe” (Sertório, XI), “dilatou o prazo dos tributos” (Sertório, VI), porém teve “reféns” (Sertório, XIV, XXV) e seguiu as “leis da

<sup>404</sup> HOYO, T. “*Milites in oppidis hibernabant: el hospitium militare* invernal en ciudades peregrinas y los abusos de La hospitalidad *sub tectis* durante la República”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*. Persée. Vol. 27. N. 2, 2001.

<sup>405</sup> BILLOWS, R. “International Relations”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 320.



pátria” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Tais noções, então, norteavam todas as suas táticas de dominação.

Por outro lado, Quinto Sertório atuou como tribuno militar nas Hispânicas, após a guerra contra os Cimbros e Teutões e, neste contexto, percebeu a insatisfação local frente às ações senatoriais.

após a guerra dos cimbrós e teutões, [Sertório] partiu para a Espanha na qualidade de tribuno militar sob o comando de Dídio. Passou o inverno na cidade de Cástulo, entre os celtiberos. Como os soldados, vivendo na abundância, cometiam excessos e andavam quase sempre bêbados, os bárbaros passaram a desdenhá-los e fizeram vir, de noite, socorros oferecidos por seus vizinhos de Isturgos, que penetraram nas casas e mataram os romanos. (PLUTARCO, Sertório, III)

Sendo assim, em sua estada na Hispânia Citerior, Sertório tomou conhecimento dos excessos cometidos pelos soldados durante o *hospitium militare* e o *sub tectis* e, principalmente, notou o quanto tais práticas desagradavam os nativos, os quais foram capazes de formar uma conjuração íbera para assassinar inúmeros romanos.<sup>406</sup> Assim, Sertório entrou em contato com o universo de reivindicações nativas, o que foi fundamental para a posterior estruturação de suas táticas de dominação de cunho político-militar.

Dessa maneira, a principal tática sertoriana, direcionada a população hispânica, foi o ato de “liberá-los da obrigação de alojarem tropas” (PLUTARCO, Sertório, VI). Destarte, o referido procônsul romano ao se instalar nas Hispânicas “obrigou os soldados a fixar seus quartéis de inverno nos subúrbios” (PLUTARCO, Sertório, VI), ou seja, fora do perímetro urbano, livrando a população das moléstias dos acampamentos e alojamentos e, principalmente, dos “excessos” (PLUTARCO, Sertório, III) dos comandantes. Portanto, ele retirou de seus aliados a *obrigação* de suprir seus exércitos – o que não é sinônimo de não fornecimento de víveres para o exército sertoriano.

De acordo com Plutarco, entretanto, inferimos que Quinto Sertório não se fiou exclusivamente em negociações e no estabelecimento de relações mais fluídas com os íberos. Paralelamente a desobrigação do *hospitium militare* e do regime *sub tectis*, Sertório “armou os romanos” (PLUTARCO, Sertório, VI) e “mandou construir navios e engenhos bélicos de toda a espécie” (PLUTARCO, Sertório, VI). Por conseguinte, apesar de Sertório manter “as cidades em respeito” (PLUTARCO, Sertório, VI) e se mostrar “flexível no trato ordinário da

---

<sup>406</sup> O interessante é que neste episódio, Sertório, na qualidade de tribuno militar puniu ferozmente os nativos, atuando como um legítimo magistrado senatorial com poder de *imperium*, devendo supervisionar a administração, a disciplina, as fortificações, a montagem dos acampamentos, além de transmitir ordens, estruturar táticas de combate – como foi o caso da resposta dada aos celtiberos de Cástulo. VER XXX

vida civil” (PLUTARCO, Sertório, VI), ele dominou as Hispânicas também por ter armado o seu exército, isto é, pela coerção.

Dessa maneira, Quinto Sertório interrompeu uma importante imposição da norma de conquista romana, a qual vinha ganhando vulto e aterrorizando a população, posto que muitos soldados eram hospedados nas cidades depois de ter feito inúmeras razias no interior das províncias. Os hispanos, conseqüentemente, possuíam uma aversão notória à figura do soldado, que fortaleceu em grande medida os laços de adesão entre Sertório e a população nativa liberada deste infortúnio. Cícero, inclusive, oferece-nos relatos demonstrando que determinadas cidades tentavam subornar os seus governadores, a fim de que este as livrasse da obrigação do *hospitium militare*: “as cidades ricas davam muitíssimo dinheiro para não receber soldados durante o inverno. Por exemplo, Chipre dava 200 talentos áticos.” (CÍCERO, ATT. V. 21). Em suma, estas práticas, apesar de rentáveis para o imperialismo romano, indispunham o povo contra o poder de Roma, diferentemente do que ocorria nas negociações entre as elites nativas e romanas.

Quinto Sertório, então, optou por uma tática de dominação romana, causadora de menos revolta e mais onerosa para o Senado. De acordo com Tito-Lívio, os exércitos romanos tinham duas opções de se instalarem durante o inverno: *hospitium militare* e *castra hiberna* – tendas a menos de dez milhas de uma cidade (TITO-LÍVIO, História de Roma, XXVI, 1, 10). Segundo Plutarco, esta foi a tática adotada por Quinto Sertório após romper com os alojamentos, na medida em que “obrigou os soldados a fixar seus quartéis de inverno nos subúrbios” (PLUTARCO, Sertório, VI). Todavia, este tipo de acampamento não era muito rentável, pois: dificultava o recebimento de provisões do Senado, não recebiam o auxílio das cidades e gastavam recursos materiais em construções temporárias.<sup>407</sup> Logo, inferimos que esta escolha de Sertório configurou-se, simultaneamente, em uma prática imperialista romana e uma medida destinada a ganhar a simpatia dos hispanos, em especial, os jovens em idade de servir insatisfeitos com o mando dos pretores romanos (PLUTARCO, Sertório, VI).

A tática de Sertório de suprimir os alojamentos no interior das cidades não se restringiu a Península Ibérica. Os acordos firmados entre Quinto Sertório e Mitrídates do Ponto no bojo das guerras civis tiveram como pontos fundamentais a adoção de certas medidas sertoriana. Os referidos acordos foram produtos das disputas entre marianos e silanos pela conquista da Ásia. Assim, Sertório se aliou a outro inimigo do Senado, objetivando

---

<sup>407</sup> HOYO, T. “*Milites in oppidis hibernabant: el hospitium militare* invernal en ciudades peregrinas y los abusos de La hospitalidad *sub tectis* durante la República”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*. Persée. Vol. 27. N. 2, 2001. p.p. 66 – 68.

ganhar força na luta contra os conservadores. Desse modo, Sertório enviou um de seus políticos *populares* para o Oriente, a fim de livrar o território do domínio de Cornélio Sila. Isto porque tal general, após tornar a Ásia uma província romana, ordenou que seus habitantes providenciassem comida, roupas e dinheiro para os veteranos (PLUTARCO, Sila, XXV), permitindo, ainda, cobranças abusivas de impostos, a fim de agradar os seus soldados, que compunham a sua base de apoio nas guerras civis.<sup>408</sup> Portanto, com alianças firmadas na Ásia, Sertório enfraqueceu o domínio dos conservadores, recebeu em média “três mil talentos de prata e quarenta navios” (PLUTARCO, Sertório, XXIV) e difundiu suas táticas de dominação político-econômica e político-militar, pois livrou as cidades asiáticas dos tributos (PLUTARCO, Sertório, XXIV) e do “cupidez e insolência das tropas ali estacionadas” (PLUTARCO, Sertório, XXIV).

Sendo assim, a figura do soldado constituía-se em uma importante estratégia de dominação senatorial, pois ele simbolizava o “ser romano” e a força de Roma, na medida em que o *hospitium militare* se constituía em uma forma de controle social, como ocorreu na conquista da Ásia e das Hispânicas. Todavia, este mesmo agente de dominação balizou as táticas sertorianas. Por um lado, o soldado era temido, sendo motivador de revoltas, devido aos seus desejos de fortuna, prazer e poder. Era, então, uma “criatura estranha que só contactava com os provincianos como agente de requisição e repressão, que se apresenta para receber seu crédito sobre o excedente econômico dos civis”.<sup>409</sup> Por outro lado, ele despertava a admiração, a qual foi fundamental para que Sertório transformasse um “troço de salteadores num verdadeiro exército” (PLUTARCO, Sertório, XIV) em moldes romanos, mesclando os modelos de batalha da *urbs* com as táticas de guerrilha íbera, estruturando tropas capazes de lutar em prol da saúde da República sob a perspectiva dos *populares*.

Ademais, através do método semiótico, inferimos que Quinto Sertório para dominar político-militarmente as Hispânicas teve de se utilizar de elementos políticos locais e impor simultaneamente certas formas de governo de Roma, posto que seu objetivo “era reconquistar a liberdade para os romanos” (PLUTARCO, Sertório XXII) em meio às guerras civis.

---

<sup>408</sup> CAGNIART, P. “The Late Republican Army (146 – 30 B.C.)”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 83.

<sup>409</sup> CARRIÉ, J. “O Soldado”. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. p. 115.

<b>Rede Temática: Tática político-militar de Sertório: elementos iberos e romanos</b>		
PLUTARCO, Sertório, X, XII		
<b>ELEMENTOS TEMÁTICOS</b>	<b>ELEMENTOS FIGURATIVOS</b>	<b>AXIOLOGIA</b>
TÁTICA POLÍTICO- MILITAR DE SERTÓRIO:	ELEMENTOS IBEROS: Cap. 10: “recebeu dos lusitanos uma embaixada propondo-lhe que se tornasse seu chefe”; “a ele apenas queriam confiar-se”;	Sertório para dominar político-militarmente as Hispânicas teve de utilizar elementos políticos locais e impor a lógica imperialista de governo romano.
ELEMENTOS IBEROS	ELEMENTOS ROMANOS: Cap. 22: “nome de Senado à Assembléia dos pais conscritos banidos de Roma que o cercavam”; “pretos”; “questores”; “leis da pátria”; “utilizando embora armas, o dinheiro e as cidades dos espanhóis, nunca lhes cedeu, nem em palavras, a autoridade suprema”; “impunha-lhes generais e magistrados romanos”; “seu objetivo era reconquistar a liberdade para os romanos”;	
ELEMENTOS ROMANOS		

Assim, por um lado, o mariano em voga foi instituído chefe ibero (PLUTARCO, Sertório X) e, por outro, criou uma assembléia, ou melhor, um “Senado” moldado as feições da República (APIANO, Guerras Civis I, 108; PLUTARCO, Sertório, XXII). Destarte, Sertório “recebeu dos lusitanos uma embaixada propondo-lhe que se tornasse seu chefe” (PLUTARCO, Sertório, X), pois estavam “recessos dos romanos” (PLUTARCO, Sertório, X), tendo a “necessidade de um general experiente e prestigiado” (PLUTARCO, Sertório, X). Desse modo, depreendemos que a escolha de Sertório para esta posição política, existente desde momentos anteriores a sua chegada à região, é produto de duas distintas características, que se tocavam no que tange a dominação local: insatisfações dos lusitanos frente ao domínio e aos abusos senatoriais na Península Ibérica e a crença de que Roma seria uma inimiga em comum, embora Sertório lutasse de fato contra os silanos.

A escolha de um líder, de acordo com Blois, advinha da confiança depositada em um indivíduo pelas elites locais, massas e soldados.<sup>410</sup> A referida confiança pode ter estado atrelada justamente ao caráter bélico e as suas táticas político-militares na região, sendo ele reconhecido como um general experiente e prestigiado, capaz de libertar a região do domínio abusivo, desmedido e exploratório de Roma. Sertório, enquanto líder hispano, acumularia poderes de âmbito civil e militar, uma vez que estas eram determinações dos chefes militares

<sup>410</sup> BLOIS, L. “Army and General in the Late Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 165

iberos.<sup>411</sup> Sendo assim, ele participaria dos conselhos locais, o qual era composto majoritariamente pelas elites nativas, sendo esta uma instituição detentora de uma considerável influência e prestígio sobre a população hispana.<sup>412</sup> Quinto Sertório, desse modo, conseguiu se inserir na administração local, tendo poder de mando nos assuntos concernentes às diretrizes políticas internas e externas, utilizando riquezas durante a revolta. Portanto, o trato dado por Sertório aos hispanos e a sua transformação em chefe guerreiro dos nativos se traduziram em práticas de cooptação das elites, dominação de diferentes segmentos sociais e criação de um pretense diferencial de poder.

Assim sendo, podemos concluir que Quinto Sertório seguiu as práticas imperialistas romanas em relação ao Oeste. Isto porque, em regiões especificamente como as Hispânicas, os romanos primeiramente estabeleciam o controle militar, o qual era seguido da organização político-administrativa e da implementação do sistema de exploração econômica.<sup>413</sup> Destarte, as vitórias nos campos de batalha eram essenciais para a gerência de Sertório nas Hispânicas, pois “Sertório consolidava sua força com tropas que afluíam sem cessar de todas as partes” (PLUTARCO, Sertório, XVI). Gerência esta que ocorria através do estabelecimento de um Conselho estruturado conforme as normas do Senado romano.

Segundo Plutarco, Sertório deu o “nome de senado à assembléia dos pais conscritos banidos de Roma que o cercavam” (PLUTARCO, Sertório, XXII). Assim, ele organizou a sua estrutura político-militar com base nas normas romanas, formando um suposto Senado com os *populares*/ marianos que o seguiam, estando este Senado em oposição direta ao da *urbs*:

Tendo-se feito famoso por sua audácia, elegeu trezentos de seus amigos, que o acompanhavam como seu Conselho, dizendo que este era o Conselho romano e o chamou de Senado como um ultraje para aquele que se situava em Roma. (APIANO, Guerras Civis I, 108)

Dessa maneira, depreendemos que Sertório adotou as bases da estrutura senatorial, utilizando, assim, as “leis da pátria” (PLUTARCO, Sertório, XXII): trezentos membros de elite, “questores” (PLUTARCO, Sertório, XXII), “prettores” (PLUTARCO, Sertório, XXII), etc. De tal modo, havia a pretoria, encarregada da administração e da justiça e, ainda, a questoria, responsável pelo sistema tributário da revolta. Logo, diante do discurso e objetivos da Revolta de Sertório, o Senado nas Hispânicas constituíam-se no verdadeiro e legítimo “conselho

<sup>411</sup> COELHO, J. “Instituciones políticas celtas y ibéricas. Un análisis de las fuentes literárias”. *Habis*. Vol. 25, 1194. p. 95.

<sup>412</sup> Op. Cit.

<sup>413</sup> SERRATI, J. “Warfare and the State”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 492.

romano”, posto que o governo de Sila e dos conservadores era considerado ilegítimo por Sertório e seus seguidores *populares*.

Sendo assim, tal conselho não contava com a participação direta de hispanos, apesar de este ser o seu maior contingente numérico na revolta, na medida em que Sertório “nunca lhes deu, nem em palavras a autoridade suprema” (PLUTARCO, Sertório, XXII), impondo aos hispanos “generais e magistrados romanos” (PLUTARCO, Sertório, XXII). É notório que este relato de Plutarco apresenta um intrínseco enaltecimento da estrutura político-militar romana, responsável pela manutenção da conquista de uma de suas mais importantes províncias. Além disso, a obra “Vida de Sertório” expressa uma profunda distinção social entre romanos X “bárbaros”, posto que há um constante enaltecimento da *humanitas*. Segundo Paul Veyne, os antigos “nuca pensaram em unificar politicamente a humanidade”, pois a concepção de universalismo do Império Romano estava voltada para a prática da conquista<sup>414</sup>. Portanto, o controle político das Hispânicas fora balizado por distintas negociações entre Sertório e as elites locais e discursos de poder, indo desde o “trato” dado por Sertório aos provinciais – “afabilidade” (PLUTARCO, Sertório, VI), “doçura”, “operosidade” (PLUTARCO, Sertório, XI), etc. – a criação da concepção de que os nativos “tinham a absoluta necessidade de um general experiente e prestigiado” (PLUTARCO, Sertório, X) na luta contra o governo abusivo de Roma.

A título de conclusão, então, enfatizamos que as táticas de dominação sertoriana de cunho político-militar foram mecanismos para conseguir a adesão da população local a sua luta. Assim, o seu poder pessoal e o seu exército eram fortalecidos, obtendo respaldo para a utilização de riquezas locais, as quais foram fundamentais para manter as guerras civis contra os silanos, sem, no entanto, libertar os hispanos do julgo romano. Segundo José d’Encarnação, Sertório respeitou a ordem institucional em que foi educado, inclusive mais do que Cornélio Sila e Pompeu Magno.<sup>415</sup> Assim, tais táticas permitiram a perpetuação das práticas imperialistas romanas em solo provincial, através de premissas chaves da dominação senatorial: negociação e coerção.

---

<sup>414</sup> VEYNE, P. *Humanitas: Romanos e Não Romanos*. O Homem Romano. Lisboa: Presença, 1992. p. 288.

<sup>415</sup> D’Encarnação, J. “Sertório, general romano: guerreiro ou mito”. *CEAMA. Actas do Seminário Memória, Mito e História – O Sacrifício de Almeida. Recriação do Cerco*, 2009. p. 99.

### **3.2 DESDOBRAMENTOS DA REVOLTA DE SERTÓRIO: O CURSUS HONORUM DE POMPEU MAGNO E SUAS RELAÇÕES COM A LÓGICA IMPERIAL ROMANA**

O governo sertoriano nas Hispânias, apesar de ter recebido um considerável apoio local, foi interrompido abruptamente por uma conjuração articulada pelos romanos seguidores de Quinto Sertório. Perpena, líder da conspiração, colocou fim ao governo que havia alcançado um grau de articulação interna impressionante, posto que as táticas de dominação possibilitaram o acesso às riquezas, a contingente militar e a gerência das províncias em nível interno e externo. Segundo Plutarco, os romanos conjurados, secretamente, minaram a aliança de Sertório com os nativos, pois “maltratavam os bárbaros, castigavam-nos cruelmente e impunham-lhes tributos” (PLUTARCO, Sertório, XXV). As bases das táticas de dominação de Sertório, portanto, foram sendo destruídas de modo paulatino, ocasionando a diminuição da adesão hispana e o enfraquecimento da resistência. Assim, o fim da Revolta de Sertório, embora tenha sido atribuído aos atos militares de Pompeu Magno (PLUTARCO, Pompeu, XXI), foi um desdobramento intrínseco as dinâmicas governativas sertorianas.

Tal conspiração pode ser compreendida como uma consequência tanto das disputas de poder romanas, quanto das próprias táticas de dominação sertoriana, que concederam muita força aos hispanos. Os romanos foram “dominados pela inveja e por um ciúme insensato do poder de seu chefe” (PLUTARCO, Sertório, XXV), alegando que em Roma haviam recusado a “submissão às ordens de Sila” (PLUTARCO, Sertório, XXV) e, no entanto, transformaram-se em “escravos voluntários, guardiães do exílio de Sertório” (PLUTARCO, Sertório, XXV), tendo de suportar o poder dos hispanos junto ao seu comandante, uma vez que a guarda pessoal sertoriana era composta por nativos devotos a ele. Assim, o exército acusava Sertório de ter se rodeado de lanceiros celtiberos, ao invés de romanos, confiando-lhes a sua custódia pessoal àqueles em lugar destes. (APIANO, Guerras Civis I, 112). Por conseguinte, a ânsia de poder e a insatisfação com a posição de confiança dos provinciais, os quais se beneficiavam constantemente com as táticas sertorianas, levaram à eclosão do movimento que pôs fim a revolta.

Perpena, herdeiro legítimo do testamento de Sertório (APIANO, Guerras Civis, 114), foi traído pelo exército que comandava e executado por Pompeu Magno. Execução esta que, segundo Apiano (Guerras Civis I, 115) e Plutarco (Pompeu, XX), ocorreu em nome da “coisa pública”, pois tal revoltoso havia se apossado das cartas particulares de Quinto Sertório, as quais evidenciavam contatos entre o governo exilado e personagens influentes em Roma

desejosos de mudanças no sistema político vigente. Logo, ao findar da Revolta de Sertório, Pompeu Magno se fortaleceu politicamente em Roma, pois, além de derrotar uma das maiores revoltas republicanas, evitou a eclosão de um novo episódio de guerras civis ao queimar as cartas sertorianas (APIANO, Guerras Civis I, 115).

Um general vitorioso, de acordo com Serrati, poderia ganhar bens de ordem material, benefícios territoriais e uma forte base clientelar, sendo esta dinâmica uma das premissas do imperialismo romano.<sup>416</sup> Pompeu Magno, então, angariou benefícios desta ordem nas Hispânicas, após sufocar a Revolta de Sertório. Assim, a força e o poder político obtido por ele no decorrer do século I a.C. estiveram intrinsecamente ligados a sua nomeação e atuação na referida resistência. Destarte, é notória a intrínseca relação existente entre a Revolta de Sertório e o *cursus honorum* de Pompeu Magno, pois ambos se tocam em três pontos fundamentais: o poder pompeiano nas Hispânicas obtido graças a sua clientela produzida essencialmente na década de 70 a.C.; o triunfo de Pompeu sobre a Revolta de Sertório, que o auxiliou em sua ascensão ao posto de cônsul; e as reformas políticas empreendidas por ele, durante o seu consulado ao lado de Crasso. Portanto, é evidente a importância da supracitada revolta para a compreensão dos desdobramentos políticos da República Romana tardia.

Sendo assim, tratemos da questão clientelar. Como governador da Hispânia Citerior entre 77 e 72 a.C., Pompeu Magno teve a sua posição político-militar extremamente fortalecida em Roma. Isto porque durante o desenrolar da Revolta de Sertório e, em especial, após o término da mesma, este general reuniu a maior clientela já vista na República, tendo como base seus cidadãos-clientes hispanos. Pompeu se tornou o “patrão” das Hispânicas<sup>417</sup>, utilizando seus clientes como pilar de seu poder pessoal ao longo do século I a.C, na medida em que a influência de cada nobre dependia de relações familiares, linhagens, clientela e soldados.<sup>418</sup> Desse modo, com a conjuração sertoriana, as Hispânicas foram gradualmente vinculadas à órbita republicana. A Península Ibérica fora de modo constante inserida no contexto das guerras civis, atuando como *locus* de revoltas, fonte de clientes e fornecedora de uma série de recursos materiais (produtos agrícolas, minérios, cavalos, entre outros).

Pompeu Magno soube utilizar diferentes mecanismos para consolidar o seu poder, sobretudo, nas Hispânicas. Nas palavras de Valverde, este militar deu prosseguimento à política tradicional romana, porém levou suas atuações a um nível jamais alcançado até

<sup>416</sup> SERRATI, J. “Warfare and the State”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 487.

<sup>417</sup> VALVERDE, L. A.. “Las concesiones de ciudadanía romana: Pompeyo Magno e Hispania”. *Memorias de Historia Antita*, Nº 22 – 23, 2005. p.p.: 91 – 103.

<sup>418</sup> TAYLOR, L. R. “Personalities and Programs”. *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 7.



então.<sup>419</sup> Pompeu Magno, posteriormente ao assassinato de Sertório, buscou assimilar as populações coligadas a mencionada revolta, granjeando aliados, isto é, clientes. A “aliança”, existente entre patrono e cliente, ocorria quando da aquisição de distintos benefícios (entre eles a cidadania romana), os quais eram vistos como uma forma de promoção social e/ou legal.<sup>420</sup> Tais benefícios, portanto, compunham aspirações fundamentais das elites provinciais, pois representavam algumas vantagens em nível local e, por vezes, imperial. Modificava-se, assim, as relações existentes entre provinciais e Roma, posto que se articulava uma maior integração e a possibilidade de discussão de interesses locais, como:

os patronos dificultavam as acusações contra os personagens da nobreza que tinham muito poder, (...), sem dúvida, os hispanos [conseguiram] algumas garantias para o futuro, como o preço do trigo, (...), a não obrigação, (...), de vender a vigésima pelo preço marcado (TITO-LÍVIO, XLIII, 2).

Destarte, o clientelismo configurava um meio de ampliar relações embasadas em laços pessoais, algo importantíssimo para o contexto das guerras civis romanas.

A grande base clientelar de Pompeu Magno é oriunda tanto das ações de seu pai, quanto da Revolta de Sertório. Pompeu Estrabão e Caio Mário com a *Turma Salluitiana* foram um dos primeiros generais a conceder a cidadania romana para grupos de não-elite por serviços prestados a Roma. Os generais republicanos, gradualmente, apeteciam obter clientela, veteranos e *amicitia*, pois estes elementos se constituíam em fortes mecanismos de suporte político junto à população,<sup>421</sup> na medida em que as assembleias possuíam poder final sobre as questões propostas. Portanto, a concessão de cidadania era uma forma de conseguir apoio, confiança e clientes, ou seja, aspectos essenciais em um quadro de guerras civis.

A concessão de cidadania, entretanto, era algo raro em fins da República e digna de embates calorosos entre *populares* e *optimates*, devido aos privilégios que tal ato comportava. Assim, Pompeu Magno se utilizou da capacidade de grandes militares concederem benefícios e de uma legislação extraordinária para legalizar as suas recompensas. Dessa maneira, ele alcançou o título de grande patrão da Hispânia ao ter a aprovação da *Lex Gellia Cornelia de Civitate* em 72 a.C., a qual reconhecia legalmente a validade de suas concessões.<sup>422</sup> É fundamental atentar, no entanto, para a data desta lei, pois foi justamente em 72 a.C. que Sertório foi assassinado e teve fim a revolta. Assim, a contar desta lei Pompeu conquistou as

<sup>419</sup> VALVERDE, L. A.. “Las concesiones de ciudadanía romana: Pompeyo Magno e Hispania”. *Memorias de Historia Antita*, Nº 22 – 23, 2005. p. 92.

<sup>420</sup> BELTRÃO, Cláudia. *Relações Políticas na República Romana Tardia: um estudo de vocabulário*. Niterói: Cadernos do ICHF - UFF, 2003.

<sup>421</sup> TAYLOR, L. R. “Personalities and Programs”. *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 7.

<sup>422</sup> VALVERDE, L. A.. Op. Cit.

Hispanias, seja pela força ou por benesses, retornando a Roma em aproximadamente 71 a.C., quando ele participou das ações finais sobre a Revolta de Espártaco. Portanto, a sua base clientelar foi estruturada nas Hispanias, em especial, no período compreendido entre o fim das guerras sertorianas e o seu triunfo em Roma em 71 a.C.

As medidas tomadas por Pompeu Magno para obter tamanha clientela e a organização provincial das Hispanias após a Revolta de Sertório, entretanto, não são conhecidas na atualidade profundamente, dado o caráter fragmentário das fontes antigas. Plutarco nos relata apenas que ele “permaneceu na Espanha o tempo necessário para sufocar as perturbações mais graves e minorar as dificuldades mais prementes” (PLUTARCO, Pompeu, XXI). Segundo as análises de Roldán, é provável que o general em pauta tenha adotado duas táticas distintas para dominar a região, de acordo com os graus de contato com Roma. Assim, destaca-se, por um lado, a região da Celtibéria e, por outro, a do Vale do Ebro e do Levante. A primeira, sendo ela formada por comunidades fiéis a Roma, teria supostamente recebido ganhos de ordem material, tal qual o reparto de terras e fronteiras favoráveis, pois esta região agrupava povos rivais. Já a segunda, por configurar zonas mais integradas à órbita imperial, teria recebido a própria cidadania romana.<sup>423</sup> Destarte, de um modo ou de outro, foram concedidos benefícios a várias comunidades hispanas ao final da Revolta de Sertório. A esse respeito, Valverde nos atenta que a melhor forma de se constituir uma clientela era distribuindo recompensas de modo conjunto a uma propaganda política bem orquestrada.<sup>424</sup>

Ademais, de acordo com Franco, após a morte de Quinto Sertório e a subsequente reorganização provincial empreendida por Pompeu Magno nas Hispanias, inúmeros sertorianos optaram por se aliar politicamente ao dito vencedor.<sup>425</sup> Assim, houve o abandono do gentílico anterior, embora alguns sertorianos tenham permanecido na península e feito uso de seus direitos de cidadania. Assim sendo, os seguidores de Pompeu Magno formavam um grupo bastante heterogêneo, composto por: imigrantes itálicos, nativos adotantes do gentílico para honrar e recordar o general, nativos ansiosos por se inserir no Império Romano e cidadãos-clientes.<sup>426</sup> Por conseguinte, é notório que Pompeu se fortaleceu política e militarmente de modo demasiado nesse período. Os nativos, sobretudo de origem hispana, ligaram-se a ele seja pelo clientelismo, seja por laços de fidelidade e de romanização. Nas

<sup>423</sup> Apud VALVERDE, L. A.. “Las concesiones de ciudadanía romana: Pompeyo Magno e Hispania”. *Memorias de Historia Antita*, Nº 22 – 23, 2005.

<sup>424</sup> VALVERDE, L. A. “Calagurris y la fijación de nuevos límites territoriales em la Antigüedad”. *Kalakorikos*. Nº. 7, 2002.

<sup>425</sup> FRANCO, H. G. “Los *sertorii*: una gens de origen republicano en Hispania Romana”. *Ibéria*, 3, 2000.

<sup>426</sup> VALVERDE, Luis Amela. “El NOMEN POMPEIVS en Hispania: algunos aspectos críticos”. *Emerita. Revista Lingüística y Filología Clásica (EM)*, LXIX 2, 2001.

palavras de Espinosa, entre os anos de 72 – morte de Sertório – e 49 a.C. – guerras civis entre Pompeu Magno e Júlio César – “a maior parte da Hispânia viveu em paz; era a paz de Pompeu”.<sup>427</sup> Logo, são incontestáveis os reflexos destas dinâmicas para a vida pública da *urbs* em momentos posteriores a revolta em debate, já que Pompeu ascende como a mais nova liderança política em Roma: o consulado de 70 a.C.

O maior expoente dessa política de pacificação das Hispânias e testemunho da vitória de Pompeu Magno sobre Quinto Sertório é o seu troféu, erguido em 71 a.C. em Tarragona – capital da Hispânia Citerior, província em que ele atuou como procônsul, durante a Revolta de Sertório. O mais relevante quanto a essa localização, no entanto, não é meramente o fato de a cidade escolhida ser a capital da província, mas, sim, ser o local por onde passava a Via Hércules – uma das principais vias de acesso à região. A esse respeito, Serrati destaca que uma vitória lucrativa ou particularmente importante concedia ao general vencedor, além da honra de um triunfo, a oportunidade de erguer um monumento de paz ou dedicar um templo, tornando seu feito imortal.<sup>428</sup>

No bojo dessas exaltações da vitória pompeiana, passemos para o segundo ponto a ser examinado: os triunfos de Pompeu Magno e sua conseqüente ascensão na vida pública romana (**VER TABELA 8**). Segundo Finley, um triunfo não era uma honra concedida aleatoriamente, dado as suas imbricações na arena pública,<sup>429</sup> sendo sua liberação debatida previamente no Senado. Ademais, uma vitória digna de triunfo, na maioria das vezes, era a que resultava na pacificação de uma região ou no fim de uma guerra provincial,<sup>430</sup> como a Revolta de Sertório. Assim, o prestígio e a influência de Pompeu Magno se tornaram elementos notórios em Roma, em especial, após os desdobramentos da sua vitória nas Hispânias, pois ele triunfou pela segunda vez. A sua força política, entretanto, despontou de modo anterior à mencionada revolta, na medida em que na década de 80 a.C., Pompeu foi enviado por Sila à Sicília e à Líbia, a fim de combater revoltas eclodidas graças à influência do agrupamento *popular*. Sob esta égide, frisamos as agitações ocorridas na Líbia<sup>431</sup> e nas

<sup>427</sup> ESPINOSA, Urbano. “Calagurris e Sertório”. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*, Madrid 1984, p. 198.

<sup>428</sup> SERRATI, J. “Warfare and the State”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 487.

<sup>429</sup> FINLEY, M. “Política”. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 84.

<sup>430</sup> ROSENSTEIN, N. “Military Command, Political Power, and the Republican Elite”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the Roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 142.

<sup>431</sup> A relevância da campanha da Líbia para a ascensão política de Quinto Pompeu é produto de alguns desdobramentos deste episódio. A revolta liderada por Domício na África foi um reflexo da atuação de Caio Mario na região (PLUTARCO, Pompeu XI) durante o seu exílio, ocorrido quando Cornélio Sila tomou Roma. Assim, o sufocamento de tal revolta, em meio a essa conjuntura de profunda instabilidade política, concedeu a Pompeu Magno um prestígio tamanho junto as suas legiões e a Sila. Aquelas lhe conclamaram *imperator*

Hispânias, pois elas representaram um grande marco no *cursus honorum* pompeiano, uma vez que ambas lhe forneceram dois cortejos triunfos ditos irregulares.

O triunfo se constituía em uma honra única no Mundo Romano, pois o triunfador não representava apenas o magistrado em sua perfeição suprema, mas também uma “imagem” viva de Júpiter.<sup>432</sup> De acordo com as atribuições romanas exigidas para o recebimento de tal honraria, Pompeu Magno deveria ocupar um cargo senatorial e, ainda, possuir uma idade mais avançada. Desse modo, sem estas atribuições, Sila e o Senado não poderiam consentir este título honorífico, assim como não foi admitido a Cipião, “que na Espanha alcançara sobre os cartagineses as maiores e mais gloriosas vitórias” (PLUTARCO, Pompeu, XIV). Pois, então, é capital questionar o porquê de tal exceção. Ao analisarmos a narrativa de Plutarco é possível inferir que Pompeu Magno possuía grande poder em Roma, destacadamente entre as suas legiões, isto é, a base dos poderes dos *imperatores* durante as guerras civis. Há um célebre fragmento de *Vida de Pompeu* que sintetiza tal conjuntura:

Servílio, personagem ilustre, (...) veio a público dizer que agora via em Pompeu um homem verdadeiramente grande e digno daquela honra. É evidente que, se quisesse, Pompeu teria facilmente ingressado no senado; mas não fez caso disso, pois, como se diz, perseguia a fama por caminhos desconhecidos. Não seria de surpreender que se tornasse senador ainda antes da idade legal – mas era o cúmulo da glória triunfar antes de ser senador. Essa circunstância contribuiu para aumentar-lhe a popularidade até mesmo junto da massa, que com júbilo o via continuar na classe dos cavaleiros depois de seu triunfo (PLUTARCO, Pompeu, XIV).

O segundo triunfo de Pompeu, por sua vez, intensificou esse quadro de irregularidade, embora tenha se traduzido no seu ingresso para o Senado. Ademais, ele consagrou sua aproximação com o povo, intensificando incomensuravelmente sua popularidade. O duplo triunfo sobre Sertório e Espártaco, então, conferiu-lhe o depósito de muitas “esperanças” (PLUTARCO, Pompeu, XXI), as quais mesclavam a suspeita e o receio da aristocracia no que tange ao crescimento do poder de Pompeu. O triunfo, especificamente, simbolizava uma vitória aristocrática em benefício do povo, trazendo honra, que era a chave para a política. Os triunfadores, como Pompeu Magno, ganhavam uma vantagem inquestionável para o consulado, pois muitas vezes a autoridade triunfal desequilibrava a política aristocrática.<sup>433</sup> Assim, seu segundo triunfo representou um importante passo em seu *cursus honorum*, pois, detendo essa honraria, ele foi alçado, ainda muito jovem, à mais alta magistratura republicana

---

(PLUTARCO, Pompeu, XII) e este o concedeu o título de *Magnus* (PLUTARCO, Pompeu, XIII). Ademais, tal campanha conferiu a ele o seu primeiro triunfo em aproximadamente 80 a.C.

<sup>432</sup> SCHEID, J. “O Sacerdote”. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 71.

<sup>433</sup> ROSENSTEIN, N. “Military Command, Political Power, and the Republican Elite”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the Roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 138.

sem, no entanto, ter ocupado nenhum cargo senatorial previamente. Por conseguinte, Pompeu Magno se tornou uma das personagens mais ilustres da República, o qual possuía o poder de suas legiões e o apoio político de sua vasta clientela, angariada, sobretudo, nas Hispânicas.

Segundo Shooter, o Senado provavelmente deve ter acreditado estar seguro em relação à crescente força de Pompeu Magno, pois esperava uma iminente disputa entre ele e o outro cônsul indicado: Crasso, que perceberia o crescimento ilegal pompeiano, já que Pompeu se fortalecia de modo alheio as determinações exigidas pelo *cursus honorum* e pela legislação silana.<sup>434</sup> Todavia, tais prováveis querelas não ocorreram, uma vez que ambos os generais formaram uma aliança temporária, partilhando sua riqueza, exército e clientela em busca do consulado, defendendo uma campanha política conjunta que envolvia a remoção de parte da constituição silana.<sup>435</sup> Nas palavras de Plutarco, Crasso, “o mais rico, o mais eloqüente, o maior político de então” (PLUTARCO, Pompeu, XXII), buscou se conciliar com o supracitado general, temendo a eclosão de uma nova guerra civil (APIANO, Guerras Civis I, 121). Sendo assim, houve uma certa intimidação do Senado e a indicação de ambos a mais alta magistratura romana.

Tal suposta intimidação não foi oriunda apenas desta aliança temporária entre os ex-generais silanos. Segundo Plutarco e Cícero, as virtudes e a experiência bélica de Pompeu Magno eram incontestes em Roma, o que lhe concedia ainda uma grande popularidade dentro e fora da *urbs*. Assim, suas virtudes, especialmente, as militares o tornavam o general mais qualificado de sua época, sendo ele o mais apto a gerência pública e a enfrentar os maiores perigos do Império. Plutarco nos apresenta as características de um digno cidadão romano, respeitador do *mos maiorum*, pois há o enaltecimento de virtudes inerentes ao magistrado e ao general do Mundo Clássico. Por conseguinte, são atribuídos a ele elementos característicos do universo da vida pública romana: “eloqüência aliciante”, “afabilidade” (PLUTARCO, Pompeu I), “dignidade”, “caráter imponente e real” (PLUTARCO, Pompeu, II), “inteligência”, “firmeza inesperada em sua idade” (PLUTARCO, Pompeu, IV) e uma destacável “aplicação ao ofício das armas” (PLUTARCO, Pompeu, I) – **VER TABELA 5**.

Já nas palavras de Cícero, “Pompeu é o único em posição de exceder todos os seus contemporâneos em mérito e também de obscurecer as figuras lembradas do passado” (CÍCERO, Sobre a Lei Manília, X, 27), pois possui as quatro grandes qualidades de um general ideal: “conhecimentos militares, talento, prestígio e fortuna” (CÍCERO, Sobre a Lei Manília, X, 30), tendo ainda coragem, planejamento prévio (CÍCERO, Sobre a Lei Manília,

<sup>434</sup> SHOTTER, D. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 48.

<sup>435</sup> Op. Cit.

X, 30), integridade, moderação e inteligência (Sobre a Lei Manília, XII, 37). Além disso, vislumbramos uma virtude pompeiana, que nos remete diretamente às táticas político-militares de Quinto Sertório: “excelente comportamento de nossos exércitos nos quartéis de inverno, (...) [pois] nenhum habitante local era forçado a ter as despesas dos soldados romanos.” (CÍCERO, Sobre a Lei Manília, XIII, 39) – **VER TABELA 6**. Destarte, Pompeu Magno teria incorporado um comportamento sertoriano importante em ambiente de guerras civis, no qual fazer aliados e clientes eram fundamentais. Portanto, Quinto Sertório apontou para um problema vivido nas províncias republicanas, o *hospitium militare* e, em contrapartida, apresentou uma solução duradoura, que foi incorporada por certos comandantes romanos.

As vitórias e a experiência militar de Pompeu Magno, então, traduzir-se-iam na premissa de delegação de poderes políticos e militares especiais a ele. De acordo com Cícero, “as medidas no Oeste, com Sertório na Espanha, apresentaram-se como um problema formidável, que foi eliminado pela estratégia inspirada [pelos deuses] e os dons militares excepcionais de Pompeu” (CÍCERO, Sobre a Lei Manília, II, 11), posto que “apenas o seu nome e reputação poderiam ser suficientes para defender os nossos aliados e finanças” (CÍCERO, Sobre a Lei Manília, XIV, 45). Portanto, inferimos que a delegação de poderes especiais, comandos de guerra e, inclusive o consulado irregular, seriam desígnios dos deuses (**VER TABELA 9**).

Desse modo, Pompeu Magno teve seu poder extremamente fortalecido em Roma com seu prestígio militar, exército e clientes. Além disso, ele conseguiu muito apoio popular com sua aliança temporária com Crasso e, principalmente, com suas promessas de candidatura ao consulado, tratadas a seguir. Sintetizando, seu poder e popularidade advinham do apoio recebido dos conservadores, reformadores e *homines novii*, na medida em que ele sufocou revoltas importantes, realizou medidas de cunho popular e acabou com possíveis ameaças à ordem romana, como, por exemplo, as referidas cartas existentes entre Quinto Sertório e os senadores romanos.<sup>436</sup> Assim, acreditamos que a conjuntura tardo-republicana coibiu o Senado a autorizar o seu consulado “ilegal”.<sup>437</sup> Destarte, concordamos com a categorização de Gruen acerca da década de 70 a.C.: tal época não pode ser identificada como um conflito

---

<sup>436</sup> GRUEN, E. “The aftermath of Sulla”. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 44

<sup>437</sup> TAYLOR, L. R. “Personalities and Programs”. *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 20.

simples, apesar de um aparente estado de ausência de guerras civis.<sup>438</sup> Isto porque, após os conflitos entre marianos e silanos, novas posições e ligações foram estabelecidas, as quais eram fluídas, personalistas e se baseavam em interesses distintos.<sup>439</sup>

Com as artimanhas políticas e bélicas de Pompeu Magno, chegamos ao terceiro e último ponto a ser salientado: a relação entre a Revolta de Sertório e as reformas empreendidas por Pompeu na década de 70 a.C. A morte de Quinto Sertório trouxe consigo importantes alterações na política interna de Roma. A vitória da *urbs* se traduziu em confiança nas instituições romanas e na posição da aristocracia, posto que tal revolta a contestava. Logo, acreditava-se não ser mais extremamente necessário manter intacta a legislação e as restrições silanas. Repetidos apelos passaram a ser ouvidos no Senado, pedindo a abolição de certos mecanismos de coação dos conservadores.<sup>440</sup> Em suma, a Revolta de Sertório compôs em uma linha tênue, porém insolúvel da trajetória de disputas de poder do século I a.C.

Em 70 a.C., então, Pompeu Magno legislou de modo a garantir para si comandos importantes, como a luta contra os piratas e a Guerra de Mitrídates. Assim, foram realizadas duas medidas fundamentais e de grande apelo junto à plebe: a restauração tribúncia e a reabertura das cortes judiciais aos eqüestres (**VER TABELA 7**). Segundo Plutarco, durante o seu primeiro consulado, “Pompeu gozava de enorme crédito junto ao povo, a quem devolvera o tribunato, e deixou passar uma lei que punha os julgamentos nas mãos dos cavaleiros” (PLUTARCO, Pompeu, XXII). Não devemos, no entanto, atribuir essas reformas unicamente aos interesses particulares de Pompeu Magno e de Crasso. A pressão política em torno da restauração tribúncia, por exemplo, foi aberta com Lépido, sendo ela reforçada ao longo desta década e, especialmente, durante as campanhas para o referido consulado.<sup>441</sup>

A oposição à reforma tribúncia, por sua vez, centrou-se nos *optimates*, embora tal oposição não tenha sido um movimento organizado, posto que o tribunato da plebe era uma magistratura que trazia inúmeros benefícios para as famílias nobres não detentoras de muito prestígio no Senado. Tal magistratura, portanto, era fonte de poder pessoal e, assim, sua restauração não deve ser interpretada como uma medida meramente do arcabouço dos *populares*, na medida em que associar a figura do tribunato da plebe aos Gracos constitui-se em uma generalização abusiva, posto que nem todos os tribunos buscavam empreender

---

<sup>438</sup> GRUEN, E. “The aftermath of Sulla”. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 7.

<sup>439</sup> Op. Cit.

<sup>440</sup> *Ibidem* 27

<sup>441</sup> SHOTTER, D. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 46.

reformas radicais.<sup>442</sup> Pompeu, por sua vez, soube se utilizar do poder tribunicio após restaurá-lo, pois ele o utilizou para conseguir apoio do povo e comandos com poderes especiais de *imperium*.<sup>443</sup> Logo, a oposição de alguns senadores a restauração dos poderes tribunicios não se direcionava a magistratura em si, mas no possível poder personalista angariado pelos novos tribunos com base no apoio popular.<sup>444</sup>

Destarte, os reformistas que advogavam a restauração em voga em 70 a. C. estavam procurando reabrir um mecanismo tradicional de obtenção de prestígio e influência entre os membros da plebe. Ademais, a partir de 70 a.C., Crasso e Pompeu, como cônsules, concordaram em acabar com algumas limitações políticas criadas por Sila, a fim de diminuir a oposição direcionada ao seu governo.<sup>445</sup> Assim, os tribunos retomaram o *ius auxilii* (proteção individual contra a ação de magistrados) e o poder de veto. Em contrapartida, como a aprovação da reforma, a corrupção tornou-se indispensável à política de fins da República para que a *nobilitas* mantivesse o *status quo*, já que os conservadores temiam a ampliação da *dignitas*, graças à grande distribuição de cidadania romana decorrente da Guerra Social e das ações pompeianas, as quais tornaram novos grupos elegíveis

Assim, as disputas entre conservadores e populares continuaram a reger a ordem romana, ainda que tais conflitos tenham se apresentado de maneira mais fluída do que os de outrora, uma vez que ambos desejavam, de diferentes formas, a perpetuação do regime republicano e dos privilégios de certos grupos. Além disso, a política popular, segundo Taylor, era freqüentemente uma questão temporária, configurando-se em uma oportunidade de ganho de poder pessoal seguida da retomada de uma postura conservadora.<sup>446</sup> Portanto, o consulado de 70 a.C., apesar de ter realizado uma série de mudanças pertencentes a plataforma *popular*, não deve ser visto de modo separado da esfera de influência dos *optimates*.<sup>447</sup> Os governos entre 69 – 67 a.C. foram dominados pelos conservadores, os quais garantiram sua posição graças a legislações especiais de tribunos e a corrupção eleitoral.

Como já foi dito, a reforma judiciária também foi um produto da década de 70 a.C., sendo ela sancionada pela *Lex Aurelia*, a qual removia o monopólio dos senadores nas cortes, determinado por Cornélio Sila. Assim, dividia-se o júri entre senadores, equestres e *tribuni*

<sup>442</sup> GRUEN, E. “The aftermath of Sulla”. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 23.

<sup>443</sup> TAYLOR, L. R. “Personalities and Programs” in: *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984. p. 21.

<sup>444</sup> *Ibidem* 14

<sup>445</sup> KONRAD, C. F. “From the Gracchi to the first civil war” in: *A companion to the Roman Republic*. UK: Blackwell Publishing, 2006. p.186.

<sup>446</sup> TAYLOR, L. R. Op. Cit.

<sup>447</sup> SHOTTER, D. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 49.



*aerarii*, sendo que a *dignitas* mantinha-se como um diferencial entre estes grupos. Tal reforma foi um desdobramento do desmantelamento da legislação silana. Sila efetuou medidas conservadoras, porém buscou favorecer senadores e equestres, ao passo que restringiu as cortes aos senadores e permitiu a entrada de muitos equestres no Senado. Por conseguinte, quando o Senado retornou ao seu formato de 300 membros, houve uma grande pressão dos cavaleiros para que se restabelessem as cortes jurídicas mistas. E, deste modo, esta se caracterizou em mais uma reforma pompeiana, que não o tornava um *popular*.

Ao longo da década de 70 a.C. os principais magistrados trabalharam as implicações do sistema silano, mantendo o essencial, mas retirando alguns itens que estavam em dissonância com a conjuntura República. Ademais, após a morte de Sila os conflitos em Roma tomaram dois rumos distintos: ou houve grupos inclinados a buscar mudanças genuínas no sistema silano, ou houve a formação de uma nova Era Política em Roma, a qual não trazia mudanças que atacassem a ordem vigente. Os primeiros eram compostos por homens despossuídos, proscritos, que lutavam por reais modificações no sistema político da *urbs*, incorrendo em quadros de revoltas, como foi o caso de Quinto Sertório. Os demais eram compostos por homens como Pompeu Magno e Crasso, os quais trouxeram reformas que não atacavam profundamente a ordem estabelecida. Assim, não há contradição na figura de Pompeu ao realizar certas mudanças ditas populares e lutar contra os mesmos inimigos de Sila. Portanto, a historiografia contemporânea rompe com a visão tradicional de que no fim da década de 70 a.C., a maré popular, tendo sido auxiliada por Pompeu Magno, varreu o sistema silano, preparando o cenário para mudanças radicais e novos conflitos militares.<sup>448</sup>

Pompeu Magno não se juntou aos *populares*, mas, sim, realizou uma série de mudanças inevitáveis de acordo com o momento histórico vivido. A década de 70 a.C., por conseguinte, foi marcada por um processo de flexibilização da constituição de Sila, compondo um período de novas alianças e reajustamento.<sup>449</sup> Tais mudanças, portanto, tiveram o intuito de tornar o governo mais popular e a administração mais eficiente. A crise final da República, no entanto, teve como conseqüência uma grande concentração de poder nas mãos de Pompeu Magno, principalmente após os desdobramentos da Revolta de Sertório e sua vitória sobre os piratas no Mediterrâneo. Assim, a popularidade de Pompeu se tornou tamanha entre a plebe, os publicanos e os políticos, lançando este general a um posto jamais alcançado, possuindo

---

<sup>448</sup> GRUEN, E. "The aftermath of Sulla". *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 10.

<sup>449</sup> *Ibidem* 38.

comandos militares e uma clientela inigualável.<sup>450</sup> Portanto, ele teve proeminência dentro da aristocracia, porém muitos temiam a sua base de apoio: eqüestres, dinastias municipais, clientes e soldados.

A título de conclusão, Plutarco nos permite entrever a importância desta conjuntura para a carreira político-militar de Pompeu e a relação desta com a Revolta de Sertório em um trecho bastante significativo, que relata a adoção do título “Magno” por Pompeu: “foi o último a atribuir-se a honraria, e só muito mais tarde, enviado na qualidade de procônsul à Espanha a fim de combater Sertório, passou a assinar suas cartas e decretos como ‘Pompeu Magno’” (PLUTARCO, Pompeu, XIII). Posto isso, tendo em vista o contexto sócio-político do século I a.C., concluímos que a Revolta de Sertório constitui um episódio de suma relevância para a compreensão dos desdobramentos das guerras civis romanas. Sua relevância reside tanto em nível das disputas de poder ocorridas na *urbs*, quanto no que concernem aos mecanismos romanos de dominação provincial. A Revolta de Sertório, além de ser um sintetizador dos conflitos romanos da República Romana tardia, permite explicar as dinâmicas do imperialismo romano ao se voltar para duas de suas mais importantes províncias, as Hispânias. Portanto, através da revolta e, principalmente, das táticas de dominação do cidadão e militar Sertório é possível construir um quadro abordando certas práticas imperialistas romanas e fenômenos de romanização nas Hispânias.

---

<sup>450</sup> SHOTTER, D. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994. p. 52.

## CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho houve uma grande preocupação em inserir nossas análises nos pressupostos da *teoria pós-colonial*. Sendo assim, buscamos compreender as mudanças ocorridas simultaneamente em Roma e nas Hispânicas, através dos desdobramentos da Revolta de Sertório, durante as guerras civis entre Caio Mário e Cornélio Sila. Nossos estudos foram direcionados pela percepção de Império Romano como um fenômeno estruturado nas concepções de heterogeneidade e complexidade, uma vez que seguimos os fundamentos da teoria pós-colonial, apontados por Norma Mendes<sup>451</sup>: não consideramos os povos conquistados passivos frente à dominação romana, havendo distintas manifestações de resistência à presença de Roma na Península Ibérica; as análises das interações entre romanos e hispanos não foram calcadas em modelos meramente binários, pois observamos inúmeras relações entre as forças senatoriais ou sertorianas e as elites e a população hispana; e, ainda, analisamos como a dominação da *urbs* e de Sertório foram disseminadas nas Hispânicas por via da construção de diferentes discursos de poder. Em suma, calcamos esta dissertação na atual corrente historiográfica dos estudos romanos, que defende a descentralização do Império Romano, mediante a observação das trocas culturais, fenômenos de negociação entre o centro e as periferias e, ainda, os variados processos de resistência à dominação romana.<sup>452</sup>

Ao lado da teoria pós-colonial utilizamos as concepções de M. de Certeau sobre estratégias e táticas, a fim de compreender o papel da Revolta de Sertório no quadro das guerras civis romanas no que tange aos processos de imperialismo e romanização direcionados a Península Ibérica.<sup>453</sup> Em linhas gerais, a definição, por um lado, de estratégias como normas e comportamentos a serem seguidos em um determinado lugar e, por outro lado, de táticas como os elementos desviantes de tal norma estabelecida, foi de suma relevância para a realização de nossos objetivos, demonstrando-se bastante aplicável à problemática suscitada. Assim, identificamos certas normas de controle senatorial nas Hispânicas como estratégias de dominação, enquanto as ações sertorianas junto aos hispanos foram caracterizadas como táticas de dominação direcionadas a diferentes segmentos sociais.

Os conceitos norteadores de nossa problemática, portanto, foram imperialismo e romanização. Analisamos de modo conjunto as estratégias senatoriais e as táticas sertorianas

<sup>451</sup> MENDES, N. “Romanização: cultura imperial”. *PHOENIX*, Sette Letras, 1999, p. 309.

<sup>452</sup> HINGLEY, R. “The ‘legacy of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization”. WEBSTER, J.; COOPER, N. (coord). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996 p.40.

<sup>453</sup> CERTEAU, M. “Fazer com: usos e táticas”. *A Invenção do Cotidiano – Parte I*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

nas Hispânias por via das questões de autoridade e de exploração imperialista romana, procurando observar a busca de vantagens humanas e materiais por parte de Roma, assim como as relações existentes entre o centro e as periferias, trocas de mercadorias, distintas transferências de riquezas, diferencial de poder e funcionamento da República.

Como o imperialismo romano gerou inúmeras mudanças em nível local, não poderíamos deixar de analisar também os processos de romanização ocorridos nas Hispânias. Assim, a compreensão, em especial, dos desdobramentos da escola de romanidade sertoriana como uma faceta importante da romanização não teria sido possível sem as acepções dos autores discutidos ao longo da dissertação, os quais lançam luz sobre os interesses locais e os processos de mudança multifacetados decorrentes dos fenômenos de sincretismo, negociação e resistência, ocorridos quando do contato entre o “ser romano” e o mundo ibero.

Nossa pesquisa e a abordagem dada ao *corpus documental* lastrearam-se sobretudo, no campo do político e do social, uma vez que direcionamos nossas análises para o contexto das guerras civis romanas, observando a importância da Revolta de Sertório no bojo da crise política vivida em Roma na primeira metade do século I a.C. Por conseguinte, analisamos o crescimento de poderes personalistas surgidos na *urbs*, destacando-se os marianos, silanos, pompeianos e sertorianos, na medida em que estes compuseram o quadro do primeiro episódio de conflitos civis em Roma. Conflitos estes que tiveram uma de suas raízes fincadas na acentuação das desigualdades sociais trazidas pelo expansionismo romano.

O que concluímos após analisar os condicionantes da Revolta de Sertório é a relevância deste episódio como uma peça fundamental para a compreensão, tanto dos momentos finais da República Romana, quanto do processo de vinculação da Península Ibérica à lógica imperial romana, durante o Principado. Assim, é essencial reafirmar o que a Revolta de Sertório significou para Roma e o porquê de o Senado combatê-la com tanto afinco.

A Revolta de Sertório pode ser vista como uma síntese dos distintos conflitos entre marianos e silanos. Tal revolta representou um momento de profunda instabilidade em Roma. Seu sufocamento significou uma guinada importantíssima nos rumos da República, pois alçou Pompeu Magno a postos de mando jamais vistos. A força dos pompeianos no segundo episódio de guerras civis esteve intrinsecamente ligada à derrota de Sertório nas Hispânias, como vimos no terceiro capítulo. Em outras palavras, após o assassinato de Quinto Sertório, Pompeu Magno criou mecanismos de distribuição de cidadania na Península Ibérica,

tornando-se o “patrão das Hispânias”.<sup>454</sup> Assim, por ter derrotado Sertório, tal *imperator* foi indicado para o consulado em 70 a.C., ao lado de Crasso, embora não tivesse a idade e as magistraturas exigidas. Ambos os cônsules, então, realizaram uma série de reformas na legislação silana, restaurando os poderes tribunícios e as cortes judiciais mistas, o que representou, em última instância, um grande ganho de poder e popularidade.<sup>455</sup> Pompeu Magno, em suma, obtivera, graças à sua vitória sobre Sertório, os instrumentos necessários para ser identificado como o maior general republicano em meados do século I a.C.

A Revolta de Sertório, além de esclarecer certos aspectos das guerras civis, evidenciou algumas práticas de dominação romana nas Hispânias. Quinto Sertório realçou a questão da resistência local a Roma, utilizando-a em benefício próprio. Por outro lado, o senado utilizou Pompeu para reafirmar seu poder nas Hispânias. Dessa maneira, a referida revolta nos permitiu observar como a *urbs* dominou a Península Ibérica e, por conseguinte, quais foram as manifestações de negociação, de resistência e de trocas culturais ocorridas entre o centro e tal periferia ao longo da década de 70 a.C. no que tange a temática da cooptação das elites, bem como os aspectos religiosos, econômicos e militares.

Sendo assim, as três hipóteses levantadas foram comprovadas ao longo dos capítulos desta dissertação. A primeira hipótese compôs o fio-condutor das análises aqui apresentadas, pois tratou das distintas relações inerentes ao tripé Guerras Civis Romanas/Revolta de Sertório/Hispânias, balizando as duas hipóteses seguintes que se voltaram, respectivamente, para os processos de romanização e de imperialismo ocorridos na Península Ibérica, graças à Quinto Sertório. A primeira hipótese, então, buscava comprovar, por um lado, a relevância da Revolta de Sertório como uma peça-chave para os desdobramentos da crise política romana de fins da República e, por outro, a relação deste episódio com a vinculação das Hispânias à órbita imperial no século I a.C. Ao longo de toda a dissertação, portanto, comprovamos estas proposições através da análise de duas grandes interseções existentes entre a referida revolta e o conturbado contexto dos conflitos entre marianos e silanos.

Em primeiro lugar, concluímos ao longo do primeiro capítulo que a resistência de Quinto Sertório representou um momento de destacada ameaça ao governo de Sila, considerado ilegítimo pelo governo sertoriano. Deste modo, é notória a inserção da referida revolta no quadro da crise republicana decorrente do expansionismo, a qual instaurou um colapso político na *urbs* sem precedentes e, ainda, fortaleceu o poder das legiões e de seus

---

<sup>454</sup> VALVERDE, L. A.. “Las concesiones de ciudadanía romana: Pompeyo Magno e Hispania”. *Memorias de Historia Antita*, Nº 22 – 23, 2005. p.p.: 91 – 103

<sup>455</sup> GRUEN, E. “The aftermath of Sulla”. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994.

comandantes. E, em segundo lugar, demonstramos que a Revolta de Sertório acentuou o processo de diferenciação dos cidadãos romanos sob os aspectos político e econômico, sendo o crescimento pessoal de Pompeu Magno o maior exemplo conhecido. Como já foi dito, a Revolta de Sertório auxiliou Pompeu Magno a se tornar um dos homens mais ricos e poderosos de Roma, sendo detentor de um exército particular e de cidadãos-clientes em um número inédito até então.<sup>456</sup>

Já a segunda hipótese foi comprovada no segundo capítulo, na medida em que demonstramos ser possível identificar Quinto Sertório como um agente dos processos de romanização ocorridos na Península Ibérica na década de 70 a.C. As análises dos fenômenos de romanização, oriundos da presença sertoriana na região, centraram-se nos desdobramentos da escola de romanidade de Quinto Sertório em Osca, a qual foi construída com base nos pressupostos da educação imperial romana, tendo como objetivo cooptar a elite ibera ao governo mariano. Estruturavam-se, desta maneira, relações bidirecionais baseadas na romanização, pois as elites adotavam certos signos da identidade imperial para se perpetuar no poder, porém também mantinham traços de sua cultura nativa. Assim, caracterizamos tais dinâmicas como estratégias de dominação senatorial, já que se impunham normas a serem seguidas caso os hispanos desejassem se manter no poder. O objetivo de Sertório, então, era conseguir a adesão deste grupo na luta contra os silanos sem, no entanto, libertar as Hispânicas da dominação romana.

E, por fim, a terceira hipótese foi verificada ao demonstrarmos ser possível analisar as práticas imperialistas romanas nas Hispânicas por via das diretrizes políticas de Sertório. Ao longo do terceiro capítulo, vimos que as ações deste mariano como procônsul punham em evidência as normas governativas romanas, embora ele tenha se levantado contra uma facção específica em Roma. Desse modo, através das determinações religiosas, econômicas e militares sertorianas, conseguimos observar certas facetas do imperialismo romano e manifestações de negociação, resistência e hibridismo entre romanos e hispanos. E, ainda, analisamos como Sertório se utilizou da insatisfação local frente às ações senatoriais para conseguir suporte material, mantendo viva a sua revolta no quadro das guerras civis romanas.

A tática de dominação político-religiosa de Sertório, encarnada na figura de sua corça, foi estabelecida sobre as dinâmicas de trocas culturais e resistências ideológicas já presentes nas Hispânicas, pois o que a *urbs* impunha era o seu poder e não a sua forma de religião, a qual era cívica, pragmática e politeísta. Quinto Sertório, ao mesclar elementos religiosos

---

<sup>456</sup> GRUEN, E. "The aftermath of Sulla". *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994.

tipicamente hispanos aos romanos, objetivava ser reconhecido por seus seguidores como um governante detentor de atos divinamente inspirados. Destarte, Sertório obteve a adesão necessária a sua revolta, sem, no entanto, deixar de seguir os preceitos do “ser romano”. Para além da adesão hispana, Sertório necessitava de recursos materiais para financiar a sua resistência contra os silanos. Assim, ele se voltou para o aspecto econômico da dominação senatorial. E este é um aspecto muito importante do conflito entre o Senado romano e Quinto Sertório, pois havia divergências profundas entre estas duas instâncias políticas sobre a maneira de cobrar os impostos da população ibera. Deste modo, Quinto Sertório ao dilatar os prazos dos tributos cobrados nas Hispânicas manipulou as normas governativas romanas, utilizando-se da insatisfação ibera frente às ações senatoriais, a fim de obter acesso às fontes de riqueza provinciais para manter sua resistência. A sobrevivência da Revolta de Sertório, entretanto, necessitava da organização de um exército. Quinto Sertório, então, utilizou-se uma vez mais da resistência local, voltando-se contra os abusos cometidos pelos soldados romanos, sobretudo, durante o *hospitium militare*. Por conseguinte, o ato de Quinto Sertório ter livrado as cidades de tal obrigação se tornou o meio mais eficiente de obter o contingente militar necessário. Portanto, tais aspectos tratados no terceiro capítulo compõem os mecanismos de perpetuação da Revolta de Sertório, a qual deve ser compreendida no bojo da crise republicana.

Destacamos que o governo de Sertório nas Hispânicas, além de ter se baseado em medidas coercitivas, lançou mão da persuasão, tendo se estruturado, neste sentido, em duas vertentes de dominação, direcionadas aos anseios de dois grupos hispanos específicos: a elite e o povo, desejosos de inserção social e de menos abusos de poder, respectivamente. Em suma, Sertório adotou táticas persuasivas com o intuito de obter auxílio em sua revolta contra o Senado conservador. Sendo assim, o político mariano não aboliu a concepção de superioridade da dominação romana ou, muito menos, retirou de Roma a posição de centro dominante. O que ele propôs foi um governo pautado em práticas menos abusivas, mais fluídas e baseadas na negociação.

Ademais, a análise do contexto da Revolta de Sertório nos permite concluir que esta resistência, apesar de ter sido sufocada, pode ser considerada bem sucedida ao observarmos alguns de seus desdobramentos. O caráter duradouro das táticas de dominação político-econômica e político-militar de Sertório, direcionadas a grandes problemas vividos pela dominação romana nas Hispânicas (resistência local à tributação e à presença do exército), é vislumbrado ao analisarmos fragmentos de Plutarco e de Cícero referentes a momentos posteriores a Revolta de Sertório. Por um lado, Plutarco nos apresenta determinações muito

semelhantes às de Sertório nas Hispânicas durante o governo de César na década de 50 a.C., por este ter, supostamente, propiciado a concórdia nas cidades, abrandando as diferenças econômicas da população dominada. Por outro lado, Cícero, em *Sobre a Lei Manília*, XIII, 39 ao nos relatar as grandes qualidades de Pompeu Magno como um excelente general afirma que ele não obrigava nenhuma cidade provincial a alojar ou custear as despesas dos soldados romanos, o que demonstra uma sobrevivência da tática sertoriana. Portanto, observamos que determinadas diretrizes do governo sertoriano sobreviveram a sua revolta, condicionando governadores e comandantes romanos a adotarem práticas menos coercitivas, a fim de se obter mais apoio e menos resistência.

E, por fim, concluímos que a derrota de Sertório demonstrou a importância da Península Ibérica para Roma, pois houve uma intensificação da vinculação da Hispânia à órbita imperial tanto no bojo da crise republicana do século I a.C., quanto no alto Império. A Revolta de Sertório acentuou a presença de Roma na Península Ibérica, gerando, concomitantemente, a exploração dos nativos e o desenvolvimento das suas atividades financeiras.<sup>457</sup> Tal conjuntura acarretou uma reorganização interna e externa das províncias, visando a suprir as necessidades da *urbs*. Dessa maneira, a inserção das Hispânicas no Império Romano no século I a.C. não ocorreu meramente em nível territorial, mas também em nível socioeconômico e comercial, já que neste contexto é percebido o desenvolvimento de produtos como o vinho e o azeite, os quais tinham uma grande circulação na órbita imperial, durante o Principado.

No entanto, a dominação da Hispânia por Roma após a Revolta de Sertório, e inclusive durante o Principado, não elide a existência, a sobrevivência, de traços culturais iberos. Trata-se de admitir a existência de um núcleo subjetivo irreduzível na experiência humana, como Said analisou através do conceito de “experiências divergentes”, o qual estrutura experiências históricas complexas e entrelaçadas, não havendo razão para separá-las, embora se preserve o que há de único em cada uma.<sup>458</sup> Desse modo, no contexto do Império Romano as “experiências divergentes” devem ser refletidas em conjunto, resguardando-se, em contrapartida, as peculiaridades locais, as quais dão contorno às suas formações e coerência interna e externa, permitindo a coexistência e interação entre o centro romano e as Hispânicas. Buscamos, portanto, demonstrar as complexas relações entre Roma e a Península Ibérica, durante e após a Revolta de Sertório. Concluímos que a Península Ibérica não foi passiva

---

<sup>457</sup> ANDREAU, J. “The problem of quantities and quantitative developments”. *Banking and Business in the Roman World*. NY: Cambridge University Press, 2003. p. 134.

<sup>458</sup> Op. Cit.



frente à dominação e construiu sua história em conjunto com a de Roma, preservando grande parte de seus traços culturais e políticos locais. As Hispânicas de fins da República, então, podem ser definidas como um misto de pretensa unidade político-administrativa imposto por Roma e diversidade étnico-cultural, posto que a região compunha um verdadeiro mosaico de povos e identidades.

## INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

### **Corpus Documental**

APPIAN. “Civil War I”. *Roman History*. Translated by Horace White. Harvard: Loeb Classical Library, 1913.

CÍCERO. “On the Command of Cnaeus Pompeius (In Support of the Manilian Law)”. *Selected Political Speeches*. London: Penguin Books, 1989.

STRABO. *The Geography*. Harvard: Loeb Classical Library. Vol. II. Book III, 1923.

FRONTINUS, S. J. *The Strategemata*. Harvard: Loeb Classical Library. Book II, 1925.

PLUTARCH. “Life of Marius”. *The Parallel Lives*. Harvard: Loeb Classical Library. Vol. IX, 1920.

PLUTARCH. “Life of Pompey”. *The Parallel Lives*. Harvard: Loeb Classical Library. Vol. V, 1917.

PLUTARCH. “Life of Sertorius”. *The Parallel Lives*. Harvard: Loeb Classical Library. Vol. III, 1919.

PLUTARCH. “Life of Sulla”. *The Parallel Lives*. Harvard: Loeb Classical Library. Vol. IV, 1916.

SALLUSTE. *Catilina, Jugurtha, Fragments des Histories*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. 12ed. Paris: Les Belles Lettres. 1980.

TITO-LIVIO. *História de Roma*. Vol. 3. SP: Paumape, 1990.

### **Bibliografia**

ALCOCK, S. E. Greece: a landscape of resistance? MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

ALFÖLDY, G. “A crise da República e a sociedade romana”. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ALSTON, R. “Conquest by text: Juvenal and Plutarch on Egypt”. WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996. p. 107.

ANDREAU, J. *Banking and Business in the Roman World*. NY: Cambridge University Press, 2003.

ARCINIEGA, A. P. “La devotio iberica como forma de dependência em la Hispania prerromana”. *Memorias de Historia Antigua*, 1978. p. 132. Disponível em: < dialnet.unirioja.es > Data da consulta: 13/11/2009.

BARRETT, J. C. “Romanization: a critical comment”. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

BEARD, M. “Early Rome”. BEARD, M. NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome*. Cambridge: University Press, 1998.

BELEBONI, Renata Cardoso. “Abordagens em História Antiga”. *PHOENIX*, Sette Letras, Rio de Janeiro, 8: 359-371, 2002.

BELTRÃO, C. “A Religião na Urbs”. SILVA, Gilvan V.; MENDES, Norma M. (orgs). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005

\_\_\_\_\_. *Relações Políticas na República Romana Tardia: um estudo de vocabulário*. Niterói: Cadernos do ICHF - UFF, 2003.

\_\_\_\_\_. “*Tirocinium Fori*: o orador e a criação de “homens” no fórum romano”. *Phoenix*. Rio de Janeiro: Sette Letras, n. 13, 2007.

BILLOWS, R. “International Relations”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BLÁZQUEZ, J. “Las guerras en Hispania ya su importancia pra la Carrera militar de Aníbal, de Escipión Africano, de Mario, de Cn. Pompeyo, de Sertorio, de Afranio, de Terenio Varrón, de Julio César y de Augusto”. *El Mediterraneo y España en la antigüedad. Historia, religión y arte*. Madri: Cátedra, 2003.

\_\_\_\_\_. “Sincretismo em la Lusitânia Romana”. *Manifestaciones religiosas em La Lusitânia*. Cárceres, 1986.

BLOIS, L. “Army and General in the Late Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007

BURKE, P. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006.

BRUNT, P. A. *Conflicts socux en Republique romaine* Paris, François Maspero, 1979.

\_\_\_\_\_. *The fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

CAGNIART, P. “The Late Republican Army (146 – 30 B.C.)”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

CARDOSO, C. F. S. “A SEMIÓTICA TEXTUAL E A BUSCA DO SENTIDO”, In: *Narrativa, Sentido e História*. SP, Papirus, 1997.

CARRIÉ, J. “O Soldado”. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992.

CARTIER, M. “Imperialismo”. Enciclopédia Einaudi. Estado-Guerra. Vol. 14. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

CERTEAU, M. “Fazer com: usos e táticas”. *A Invenção do Cotidiano – Parte I*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

CLARKE, S. Acculturation and continuity: re-assessing the significance of Romanization in the hinterlands of Gloucester and Cirencester. WEBSTER, J.; COOPER, N. (coord). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996

COELHO, J. “Instituições políticas celtas e ibéricas. Un análisis de las fuentes literarias”. *Habis*, 25, 1994.

DAVIS, J. “Ancient Economies”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009.

D’Encarnação, J. “Sertório, general romano: guerreiro ou mito”. *CEAMA. Actas do Seminário Memória, Mito e História – O Sacrifício de Almeida. Recriação do Cerco*, 2009.

DUFF, T. “Models of Education in Plutarch”. *Journal of Hellenic Studies*. Vol. 128, 2008.

ERDKAMP, P. “War and State Formation in the Roman Republic”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

ESPINOSA, Urbano. “Calagurris e Sertório”. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*, Madrid 1984, pp. 189-199.

FAILE, J. M. G. “Sobre la adscripción étnica de Calagurris y su entorno em las fuentes clásicas”. *Kalakorikos*, 6, 2001.

FERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, G. *La guerra de Roma contra cimbrios y teutones y SUS consecuencias políticas, militares e religiosas*. Universidad de Valencia, 2002.

FINLEY, M. *A Política no Mundo Antigo*. RJ: Jorge Zahar, 1998.

FRANCO, H. G. “Los sertorii: una gens de origen republicano en Hispania Romana”. *Ibéria*, 3, 2000.

\_\_\_\_\_. “Empire in the Greco-Roman World”. *Greece & Rome*. Vol. 25, Nº. 1, Abril, 1978

FREEMAN, P. “Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19<sup>th</sup>-c Britain” in: MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

FRÍAS, J.; MARTÍNEZ, J.; SÁBADA, J. “Nuevo Testimonio de las guerras sertorianas en Calahorra: un depósito de proyectiles de catapultas”. *Kalakoritos*, 8. 2003.

FUNARI, P.P.A. “O comércio interprovincial e a natureza das trocas econômicas no Alto Império Romano: as evidências do azeite bético na Bretanha”. *PHOENIX*, Sette Letras, 2000: 295-311.

GARCÍA y BELLIDO, A. “Las colonias romanas de Valentia, Carthago Nova, Libisosa e Ilici. Aportaciones AL estudio Del proceso de romanización Del S.E. de la península”. *Homenaje AL Profesor Caetano de Mergelina*. Murcia, 1962.

GONÇALVES, A. T. M. “Diversidade étnica no Império Romano: o caso dos bretões”. *PHOENIX*, Sette Letras, 2002.

GIRVÉS, M. “El recurso de Roma al bandidaje hispano”. *Espacio, Tiempo y Forma*. Série II, História Antiga, 1994.

GUARINELLO, N. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1987.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. SP: Civilização Brasileira. Vol. 3, 2000.

GRIMAL, P. “Da República ao Império”. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 1985

GRUEN, E. *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1994.

HALL, Stuart. “A identidade em questão”. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and empire*. London: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. “Recreating coherence without reinventing Romanization”. University of Durham. Disponível em: <[www.digressus.org](http://www.digressus.org)>. Data da consulta: 11/2006.

\_\_\_\_\_. “The ‘legacy of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization” in: WEBSTER, J.; COOPER, N. (coord). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996.

HOYO, T. “*Milites in oppidis hibernabant: el hospitium militare invernale en ciudades peregrinas y los abusos de La hospitalidad sub tectis durante la República*”. *Dialogues d'Historie Ancienne*. Persée. Vol. 27. N. 2, 2001.

JOLY, Fábio D. “Terra e Trabalho na Itália no Alto Império”. SILVA, Gilvan V.;

KOLENDO, J. “O camponês”. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992

KONRAD, C. F. "From the Gracchi to the first civil war". *A companion to the Roman Republic*. UK: Blackwell Publishing, 2006.

LARAIA, R. *Cultura: um conceito antropológico*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.

LIMA, V.V. "Escolas de Romanidade: a experiência sertoriana". CANDIDO, M. R. (org). *Roma e as Sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. RJ: NEA/UERJ, 2008

LLORIS, F. B. "La pietas de Sertório". *Gérion*. Madri: Editorial de la Universidad Complutense de Madri. Nº.8, 1990.

MARTÍNEZ, J. M. B. "El impacto de la conquista de Hispania en Roma (218 – 154 a. C)". *Estudios Clásicos* 7, 1962

\_\_\_\_\_. "La religión celta em Hispania". *Celtas y Vettones*. Ávila, 2001.

\_\_\_\_\_. "La religion de los pueblos de la Hispania prerromana". *I Coloquio Internacional sobre religiones Prehistóricas de La Península Ibérica*. Salamanca, 1990.

\_\_\_\_\_. La religiosidad de los pueblos hispanos vista por los autoers griegos y latinos. *Imagen y Mito. Estudios sobre religiones mediterráneas e ibéricas*. Madrid, 1977.

\_\_\_\_\_. "Notas a la Contribución de la Península Ibérica al Erario de la República Romana". *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto, 1959.

\_\_\_\_\_. "Sobre una escena de 'hombre-Ciervo' em La Terra Sigilata Hispana". *Ars Longa*. N. 11, 2002.

MATTERN, S. "Strategy". *Rome and the Enemy: Imperial Strategy in the Principate*. Berkeley/Los Angeles/London: University California Press, 1999.

MATTINGLY, D. J. Africa: a landscape of opportunity. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

\_\_\_\_\_. Dialogues of power and experience in the Roman Empire. MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

MELO, J. "O Estado Romano e a Formação do Cidadão". *Revista Teoria e Prática da Educação*. Vol. 8. Nº 3, 2005.

MENDES, N. M; BUSTAMANTE, R. M. C; DAVIDSON, J. "A experiência imperialista romana: teorias e práticas". *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18.

MENDES, N. "Centralização e Integração na Experiência Imperialista Romana: Uma Reflexão". *PHOÊNIX*, Sette Letras, 2004

\_\_\_\_\_. “Reflexões sobre a Romanização de Balsa”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2002: 307-327.

\_\_\_\_\_. “Romanização: a historicidade de um conceito”. CAMPOS, A. (org). *Os impérios e suas matizes políticas e culturais*. Vitória: Flor & Cultura: Université de Paris – Est, 2008

\_\_\_\_\_. “Romanização: cultura imperial”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. “Romanização e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2006: 231- 256.

\_\_\_\_\_. “Romanização, navegação e comércio no litoral do Algarve”. *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2001: 313 – 314.

\_\_\_\_\_. “O Sistema Político do Principado”. *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.

MILLETT, P. “Finance and resources: public, private and personal”. ERSKINE, A. *A Companion to Ancient History*. UK: Wiley-Blackwell, 2009.

NICOLET, C. “O cidadão e o político”. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

OLMOS, R. “Diosas y animales que amamentan: La transmisión de La vida em La iconografía ibérica”. *Zephyrus*. N. 53. 2001

RICHARDSON, J. S. *Hispaniae. Spain and the development of the Roman Imperialism. 218 – 82 A.C.* UK: University Cambridge Press, 1986.

ROSENSTEIN, N. “Military Command, Political Power, and the Republican Elite”. ERDKAMP, P. (org). *A Companion to the roman Army*. UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007

SABIN, P. “Battle”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. SP: Cia. das Letras, 1995.

SALIÑER, E. “Soldados auxiliares del ejército romano originários Del NW de Hispania”. *HAnt*. Vol. XXX, 2006.

SÁNCHEZ-MORENO, E. “Caballo y Sociedad em la Hispania Céltica: del poder aristocrático a la comunidad política”. *Gladius*, XXV, 2005.

SCHEID, J. “O Sacerdote”. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992

SEKUNDA, N. “Military forces”. SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SERRATI, J. "Warfare and the State". SABIN, P.; WEES, H.; WHITBY, M. (orgs). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007

SCHIAVONE, A. "Milagre Romano e Racionalidade Imperial". *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: EDUSP, 2005

SILVA, G. V. "Romanização, identidade e resistência: a revolta dos isaurianos em 354". *PHOENIX*, Sette Letras, 2002.

SHOTTER, D. *The Fall of the Roman Republic*. London and New York: Routledge, 1994.

TAYLOR, L. R. "Personalities and Programs". *Party Politics in the Age of Caesar*. Los Angeles: University of California Press, 1984.

VALVERD, L. A.. "Las concesiones de ciudadanía romana: Pompeyo Magno e Hispania". *Memorias de Historia Antita*, Nº 22 – 23, 2005.

\_\_\_\_\_. "Calagurris y su fijación de nuevos limites territoriales em la antigüedad". *Kalakoritos*, 7. 2002.

VAN DEN BERGH, R. "The Role Education in the Social and Legal Position of Women in Roman Society". *Revue Internationale des droits de l'Antiquité*, XLVII, 2000

VEYNE, Paul. "HUMANITAS: Romanos e Não Romanos". *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992.

VIDAL, J. M. "La irrupción de Hispania em los movimientos socioecómicos Del Mediterráneo Occidental durante las Guerras Civiles". *Gerión*. Vol. 20. Núm. 1 (2002)

WEBSTER, J. "A negotiated syncretism: readings on the development of Romano-Celtic religion". MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

\_\_\_\_\_. "Ethnographic barbarity: colonial discourses and Celtic warrior societies". WEBSTER, J.; COOPER, N. *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archeological Studies, 1996.

\_\_\_\_\_. "Interpretatio: Roman Word Power and the Celtic Gods. *Britannia*. Society for the Promotion of the Roman Studies. Vol. 26, 1995

WHITTAKER, C. R. "Imperialism and culture: the Roman initiative". MATTINGLY, D. J. (org). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. British: Portsmouth, Rhode Island. Journal of Roman Archaeology: Supplementary series number 23, 1997.

WOOLF, G. "World Religion and World Empire in the Ancient Mediterrean". CANCIK, H.; JÖRG, R. (org). *Dies religion des Imperium Romanum*. Mohr Siebeck, 2009



## **APÊNDICES**

**Tabela 1: Rede Temática: Imagem de Sertório Enquanto Difusor da Romanização**

PLUTARCO, Sertório, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XXII		
ELEMENTOS TEMÁTICOS	ELEMENTOS FIGURATIVOS	AXIOLOGIA
IMAGEM DE SERTÓRIO PARA OS HISPANOS, ENQUANTO UM DIFUSOR DA ROMANIZAÇÃO  X  IMAGEM DE SERTÓRIO PARA OS ROMANOS, ENQUANTO UM DIFUSOR DA ROMANIZAÇÃO	IMAGEM PARA OS HISPANOS Cap. X: “chefe”; “general experiente e prestigioso”; “[homem de] caráter”; Cap. XI: “doçura”; “operosidade”; Cap. XII: “estrangeiro”; “divindade” Cap. XIII: “forte”; “sóbrio”; Cap. XIV: “admiração”; “partilhando com eles seu amor pela beleza”; “chefe”. Cap. XV: “querido” Cap. XXII: “magnanimidade”; “amável” X IMAGEM PARA OS ROMANOS Cap. X: “general experiente e prestigioso” Cap. XIV: “partilhando com eles o amor pela beleza” Cap. XXII: “amava a pátria”; “patriota”; “cidadão”;	Plutarco enaltece Sertório enquanto um prestigiado romano que difundiu os valores romanos em território provincial. Sertório, segundo Plutarco, era antes de tudo um “patriota”.

**Análise:**

Como já foi dito, Quinto Sertório, segundo Plutarco, possuía “virtudes” e “defeitos” que o tornavam um ser dúbio perante a sociedade romana. Tal dubiedade era fortalecida graças à dupla imagem que ele possuía como agente do processo de romanização na Península Ibérica, sendo uma vista pelos hispanos e outra pelos romanos. De acordo com Plutarco, as táticas de dominação de Sertório e suas práticas governativas pautadas em atos de negociação faziam com que tal general romano fosse considerado, pelos hispanos, como: chefe querido, grande general, magnânimo, forte, etc., ainda que Sertório nunca tenha contestado a legitimidade da dominação de Roma na Península Ibérica. Já para os romanos, a dominação das Hispânicas, tendo como objetivo obter forças para restaurar o governo dos marinanos/*populares* na *urbs*, tornava Sertório um “general experiente e prestigioso”, que “amava a pátria, sendo ele um “patriota” e um renomado “cidadão” romano. E, assim, Sertório obtinha apoio de ambos os grupos, compondo o seu governo de oposição a Sila e seu exército misto, composto por hispanos e silanos.

**Tabela 2: Rede Temática: Corça como Tática de Dominação Sertoriana**

FONTINO, STRATAGEMATA, XI, 12		
ELEMENTOS TEMÁTICOS	ELEMNTNOS FIGURATIVOS	AXIOLOGIA
CORÇA COMO TÁTICA DE DOMINAÇÃO SERTORIANA	“empregando tropas bárbaras que não eram passíveis de razão, costumava levar com ele através de Lusitânia um veado branco bonito”; “este sabia de antemão o que devia ser feito, bem como o que evitar”; “Sertório teve como objetivo induzir os bárbaros a obedecer todos os comandos como se os atos fossem divinamente inspirados”; “pensado para ter sido sugerido pelos deuses”	O autor enfatiza que a utilização da corça tinha como objetivo induzir os hispanos a obedecerem Sertório, disforizando, em contrapartida, a religião iberá.

**Análise:**

Frontino, em sua obra “Stratagemata”, corrobora as concepções de Plutarco acerca da caracterização de Plutarco no que tange à corça de Quinto Sertório. Frontino, assim como Plutarco, afirma que o objetivo de Sertório ao se utilizar do supracitado animal era “induzir os bárbaros a obedecer todos os comandos como se os atos fossem divinamente inspirados”. O diferencial dos relatos de Frontino sobre a corça de Sertório é a caracterização que o autor faz da religião romana e iberá. A religião romana seria mais racional, ao passo que a iberá seria suscetível a tolas práticas de superstição. Tais diferenças justificariam a dominação romana, segundo as prerrogativas da missão civilizadora de Roma. Assim, o ato de Sertório se utilizar deste mecanismo para dominar a região, ao invés de denegri-lo, o enobreceria, de acordo com o código cultural do Mundo Romano

**Tabela 3: Rede Temática: Impostos como estratégia de dominação político-econômica romana**

CÍCERO, Lei Manília, I, II, VI, VII		
ELEMENTOS TEMÁTICOS	ELEMENTOS FIGURATIVOS	AXIOLOGIA
<p>IMPOSTOS: ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO POLÍTICO- ECONÔMICA ROMANA</p>	<p>“todos os dias, as cartas estão vindo da Ásia para os bons cavaleiros romanos, cujas fortunas, investidas em grande escala na coleta dos impostos, estão agora em perigo [Guerra de Mitrídates” (I, 4);</p> <p>“diz-se que o reino de Ariobarzanes, sufocado com sua carga tributária, está inteiramente nas mãos do inimigo” (I, 5);</p> <p>“[se a guerra contra Mitrídates for abandonada] não só os fundos necessários para pagar a guerra serão perdidos, como também perderemos o nosso conforto em tempos de paz. O mesmo perigo paira sobre a propriedade pessoal de muitos dos nossos cidadãos – a quem vocês tem a obrigação de proteger, tanto no que refere a sua segurança quanto ao interesses nacionais de Roma” (II, 6)</p> <p>“[Mitrídates e seu reino hereditário] tem ocupado áreas, que pagam seus tributos” (II, 6);</p> <p>“se, portanto, senhores senadores, as vantagens com a exploração das províncias, o sucesso, requer atenção, quer em tempos de guerra, quer em tempos de paz; assim, é imperativo vocês protegerem as províncias de catástrofes.” (VI, 15);</p> <p>“os respeitados e eficientes recolhedores de impostos, que foram contratados por nós, transferiram seus negócios e fundos para a província da Ásia e, por direito, vocês devem proteger essas pessoas, os seus recursos e as suas posses” (VI, 17);</p> <p>“Se isso for perdido [a província], nossas finanças romanas, também, serão inevitavelmente envolvidas neste processo de agitação e colapso.” (VII, 19)</p>	<p>Cícero enaltece a importância dos territórios provinciais para as finanças romanas.</p>

**Análise:**

Cícero enaltece a importância dos territórios provinciais para a esfera financeira e econômica romana. E, sendo assim, podemos aplicar a mesma lógica para as Hispânicas, já que estas se tratavam de territórios bastante ricos em recursos materiais de bastante relevância para a complementariedade de Roma: recursos minerais, agrícolas, pecuária, etc.

Assim, segundo Cícero, os reinos aliados eram fontes de dinheiro, posto que pagavam impostos. Porém, o mesmo autor destaca que algumas áreas eram sufocadas pelos encargos tributários, como ocorreu com a região da Bitúnia.

A perda de uma região provincial, portanto, significaria a perda de riquezas e caberia ao Senado organizar tal defesa, assim como foi organizada a defesa das Hispânicas, durante a Revolta de Sertório. Isto porque as contínuas guerras nas províncias poderiam, em última instância, ocasionar a destruição de riquezas naturais. O Senado, então, deveria se sobrepôr de modo rápido e eficiente às inúmeras manifestações de contestação ao julgo romano, a fim de proteger os interesses dos cidadãos, como, por exemplo, os recolhedores de impostos, que transferiam os seus negócios e bens para estas regiões.

**Tabela 4: Rede Temática: *Tributium militare*: recompensa versus castigo**

TITO-LÍVIO, História de Roma, XXII, XXIII, XXVI		
ELEMENTOS TEMÁTICOS	ELEMENTOS FIGURATIVOS	AXIOLOGIA
<p><i>TRIBUTIUM MILITARE</i>:</p> <p>RECOMPENSA (SOLDADOS)</p> <p>X</p> <p>CASTIGO (CIDADES)</p>	<p>RECOMPENSA (SOLDADOS):</p> <p>Cap. XXII, 54: “os venesianos, depois de repartir seus homens entre as famílias, para que ali fossem bem recebidos e bem tratados”; “deram [a cidade] a cada cavaleiro togas, túnicas e vinte e quatro moedas”; “aos infantes, dez moedas e armas a quem precisava”; “conduziram-se de modo hospitaleiro”;</p> <p>Cap. XXIII, 48: “ordenou ao cônsul Marco Claudio que mantivesse em Nola a guarnição necessária para defender a cidade e manda os soldados restantes para Roma, a fim de não constituírem um peso para os aliados e os cofres do Estado’</p> <p>X</p> <p>CASTIGO (CIDADES)</p> <p>Cap. XXII, 54: “o fardo ia ficando pesado demais para Busa, devido a massa de soldados”;</p> <p>Cap. XXIII, 48: “faltava dinheiro para o soldo, roupas e viveres para os soldados”; “A Sicília e a Sardenha, tributárias antes da guerra, mal conseguiam agora alimentar os soldados que a defenderam”; “os poucos sobreviventes não suportariam mais taxações”;</p> <p>Cap. XXVI, 1: [ao exército batido] proibiu-se que passassem o inverno em cidades ou erguessem quartéis de inverno a menos de dez mil passos de locais habitados”</p>	<p>Tito-Lívio enfatiza que o <i>tributium militare</i> era uma prática habitual em Roma. Euforiza-o como recompensa para o exército e Estado e disforiza-o ao castigar as cidades, o que levava a revoltas.</p>

**Análise:**

Tito-Lívio enfatiza que o *tributium militare* era uma prática habitual em Roma. Segundo o autor, a obrigação das cidades subjugadas abrigarem os soldados romanos era vista no Mundo Romano como uma recompensa tanto para o exército, quanto para o Estado. Os soldados que combatiam em terras distantes de seu local de origem viam nesta obrigação um reconhecimento de sua honra e distinção social frente aos nativos conquistados. Daí o surgimento de uma série de abusos cometidos pelas tropas, que aterrorizavam a população provincial.

O Estado, por sua vez, lucrava com esta prática, ou no mínimo evitava certos custos com a expansão, na medida em que as cidades dominadas passavam a abastecer os soldados no período em que eles estavam estacionados no interior de seus portões. Assim, elas deveriam oferecer mantimentos, roupas, armas, etc., garantindo o sustento do exército e a perpetuação do expansionismo.

Já as cidades conquistadas, de acordo com Tito-Lívio, encaravam tal obrigação como um castigo por terem se colocado contra Roma. Deste modo, o castigo se materializava na obrigação de suprir financeiramente os soldados e, sobretudo, na perda de sua liberdade pública e privada, a qual era cerceada pela presença do exército em suas terras.

É notório que o *hospitium militare* causava a eclosão de uma série de revoltas. E, dessa maneira, por via da intertextualidade vemos que esta foi a principal causa de Plutarco afirmar que a tática político-militar de Sertório foi a mais eficiente no que tange a conquista de aliados no governo e no exército rebelde.

**Tabela 5: Rede Temática: Valores e Virtudes de Pompeu Magno**

Plutarco, Pompeu, I, II, IV, VIII, XIII, XXII		
ELEMENTOS TEMÁTICOS	ELEMENTOS FIGURATIVOS	AXIOLOGIA
VALORES E VIRTUDES DE POMPEU	“simplicidade”; “aplicação ao ofício das armas”; “eloquência aliciante”; “lealdade”; “afabilidade”; “cativante”; “amável”; “dignidade”; “bondade”; “caráter imponente e real”; “inteligência”; “firmeza inesperada em sua idade”; “ <i>imperator</i> ”; “ <i>Magnus</i> ”; “grandioso”; “admirável”.	Plutarco euforiza em Pompeu valores dignos do <i>mos maiorum</i> romano. Logo, há a euforização de virtudes de um importante cidadão, de um magistrado e de um general.

**Análise:**

Plutarco destaca características precisas de um renomado cidadão-soldado romano ao tratar de Pompeu Magno, enfatizando, por exemplo, a simplicidade (virtude valorizada para a vida militar), a eloquência (atributo de um bom político e de um bom *imperator*), a lealdade (virtude relacionada à *fides* e, por conseguinte, à *amicitia* e ao clientelismo) e a afabilidade (bom trato para com os vencidos). Plutarco, portanto, euforiza em Pompeu Magno, assim como em Quinto Sertório, valores dignos do *mos maiorum* romano, sobretudo, no que tange a um político e general exemplar.



**Tabela 6: Rede Temática: Virtudes de Pompeu Magno**

CICERO, Sobre a Lei Manília, X, XII, XIII		
ELEMENTOS TEMÁTICOS	ELEMENTOS FIGURATIVOS	AXIOLOGIA
VIRTUDES DE POMPEU MAGNO	VIRTUDES DE POMPEU MAGNO: “Cneo Pompeu é o único em posição de exceder todos os seus contemporâneos em mérito e também de obscurecer as figuradas lembranças do passado” (X, 27); “o general ideal, (...), deveria possuir quatro qualidades – conhecimentos militares, talento, prestígio e fortuna” (X,28); “organização meticulosa, coragem no perigo, meticulosa execução, ação imediata, planejamento prévio” (X, 30); “integridade completa, (...), moderação, (...), honesto, (...), acessível, (...), inteligente, (...), civilizado” (XII, 37); “excelente comportamento de nossos exércitos nos quartéis de inverno. (...) nenhum habitante local era forçado a ter as despesas dos soldados romanos.” (XIII, 39); “nunca descansa. (...) sem distração” (XIII, 40); “dignidade e orador fluente. (...) boa fé com seus aliados” (XIII, 42); “prestígio [no comando e conduta da guerra]” (XIII, 43)	Enaltecimento das virtudes romanas, especialmente as militares, tornando Pompeu Magno o mais qualificado general de sua época.

**Análise:**

Cícero, em seu discurso “Sobre a lei Manília”, acentua a caracterização das virtudes de Pompeu realizada por Plutarco. Cícero o considera o mais qualificado general de seu tempo, sendo ele um cidadão exemplar, pois: possuía as qualidades de um general ideal, prestígio, coragem, moderação, inteligência, etc. Destarte, ao longo de seu texto, Cícero defendia a concessão de poderes especiais à Pompeu, posto que ele era o político e o general mais qualificado de meados do século I a.C. Qualificação esta que advinha, em especial, de suas ações contra Quinto Sertório nas Hispânicas, quando ganhou ainda mais experiência militar. Por fim, acreditamos, com base nestes relatos de Cícero, que a Revolta de Sertório trouxe uma mudança de postura do exército, pois após este episódio o bom comportamento do exército durante a sua estada nas províncias passou a ser algo digno de notoriedade, contrariando-se, assim, as práticas habituais do *hospitium militare* – revogado por Quinto Sertório em seu governo.

**Tabela 7: Rede Temática: Práticas conservadoras e populares de Pompeu Magno**

Plutarco, Pompeu, III, VI, IX, XVI, XXI, ILVII		
ELEMENTOS TEMÁTICOS	ELEMENTOS FIGURATIVOS	AXIOLOGIA
PRÁTICAS CONSERVADORAS DE POMPEU  X  PRÁTICAS POPULARES DE POMPEU	“ainda muito jovem [87 a.C.] e servindo sob as ordens de seu pai [Pompeu Estrabão] contra Cina”; “queria fazer uma entrada gloriosa [no acampamento de Sila], ser o primeiro a dispor de um exército”; “Sila, tocado de admiração por seu valor e persuadido de que ele seria muito útil a seus desígnios, quis a todo o custo segurá-lo por um laço de parentesco.”; “decidiram Pompeu a separar-se de Anístia para desposar Emília, enteada de Sila, nascida de Metela com Escauro.” X “parecia mais devoto ao povo do que ao Senado”; “[durante o seu primeiro consulado] Pompeu gozava de enorme crédito junto ao povo, a quem devolvera o tribunato, e deixou passar uma lei que punha os julgamentos nas mãos dos cavaleiros”; “aqueles que vibrarem a espada contra nós [povo], oporei o escudo e a espada”;	A partir da narrativa de Plutarco percebemos que Pompeu mudou de posição política, durante as guerras civis, na medida em que este contexto propiciou o crescimento de seu poder.

**Análise:**

Estes fragmentos nos permitem inferir o quanto os agrupamentos políticos de fins da república eram fluidos, pois vemos como Pompeu Magno adotou práticas diferentes em busca do crescimento do seu poder de cunho personalista em Roma no século I a.C. Além disso, inferimos que a Revolta de Sertório desempenhou um papel fundamental, tanto no *cursus honorum* de Pompeu, quanto do desenrolar das guerras civis. Isto por que após a referida revolta Pompeu Magno ganhou um enorme prestígio político e militar, sendo alçado ao consulado e ao seu segundo triunfo, mesmo sem ter ocupado um cargo senatorial e sendo ainda muito jovem. Logo, acreditamos que as vitórias sobre Sertório e Espártaco colocaram Pompeu Magno em posição de destaque frente à população e ao Senado, fazendo com que ele realizasse algumas reformas na constituição silana (restauração dos poderes tribunícios e cortes judiciais mistas) em benefício próprio, que lhe trouxeram grande poder e popularidade. Em suma, a Revolta de Sertório desempenhou um papel fundamental na formulação do arranjo político de Roma na segunda metade do século I a.C.

**Tabela 8: Rede Temática: Triunfos de Pompeu Magno**

Plutarco, Pompeu, XIV, XXII		
ELEMENTOS TEMÁTICOS	ELEMENTOS FIGURATIVOS	AXIOLOGIA
PRIMEIRO TRIUNFO DE POMPEU  X  SEGUNDO TRIUNFO DE POMPEU	<p>“Pompeu pediu o triunfo [sobre a Líbia], Sila opôs-se porque a lei concede semelhante honra a um cônsul ou pretor”; “Se Pompeu, ainda praticamente imberbe, entrasse na cidade como um triunfador, não tendo atingido a idade de aspirar ao senado, a autoridade de Sila e a concessão desta honra pareceriam odiosas”;</p> <p>“Pompeu não se deixou abater de pediu a Sila para observar que o sol levante conta com maior numero de admiradores do que o sol poente.”;</p> <p>“[Sila] gritou duas vezes seguidas, estupefato com tamanha audácia: ‘que triunfo!’”</p> <p>X</p> <p>“votaram-lhe o segundo triunfo [sobre a Revolta de Sertório e a Revolta de Espártaco] e o consulado”; “o que, sobretudo, testemunhava a sua glória aos olhos da cidade inteira era que Crasso – mais novo rico, o mais eloqüente, o maior dos políticos de então – não ousara disputar o consulado antes de entender-se com ele.”</p>	Plutarco associa parte do poder de Pompeu Magno aos seus triunfos irregulares

**Análise:**

Através de Plutarco, inferimos que grande parte do poder angariado por Pompeu Magno ao longo do século I a.C. esteve diretamente associado aos seus triunfos irregulares em Roma. O primeiro de seus três triunfos foi conseguido com a sua vitória sobre uma revolta ocorrida na Líbia, enquanto Cornélio Sila ainda estava no poder. Pompeu Magno, ainda muito jovem e sem ter ocupado nenhum cargo senatorial, não poderia triunfar de acordo com as exigências do *cursus honorum* romano. Sendo assim, concluímos que o seu primeiro cortejo triunfal já representou uma grande demonstração de poder em Roma. A esse respeito, Plutarco euforiza as ações de Pompeu como um importante general e político, o qual tinha seu poder em processo de ascensão em Roma. Ademais, o primeiro triunfo pompeiano evidencia que o poder de Pompeu crescia, ao passo que o de Sila diminuía gradativamente.

O segundo triunfo de Pompeu Magno, no entanto, teve algumas especificidades fundamentais para se compreender a trajetória política romana, durante a segunda metade do século I a.C. Enquanto o primeiro triunfo foi obtido por meio da intimidação da força do exército pompeiano, o segundo triunfo ocorreu graças à indicação do Senado. A vitória de Pompeu Magno sobre a Revolta de Sertório e a Revolta de Espártaco lhe concedeu tal indicação. Com dois triunfos, então, Pompeu foi alçado ao posto de cônsul de 70 a.C., tornando-se um dos homens mais importantes da República.

**Tabela 9: Rede Temática: Experiência bélica de Pompeu Magno**

CICERO, Sobre a Lei Manília, II, IV, X, XIV		
ELEMENTOS TEMÁTICOS	ELEMENTOS FIGURATIVOS	AXIOLOGIA
EXPERIÊNCIA BÉLICA DE POMPEU MAGNO	EXPERIÊNCIA BÉLICA DE POMPEU MAGNO: “as medidas no oeste, com Sertório na Espanha, apresentaram-se como um problema formidável, que foi eliminado pela estratégia inspirada [pelos deuses] e os dons militares excepcionais de Cneo Pompeu” (II, 11) “como vocês, eles [aliados] apreciam o envio do único homem, que possui todas as qualidades necessárias” (IV, 13); “aqui temos um homem que se moveu da escola e da sala de aula para o estudo prático da guerra: tomou lugar junto ao seu pai no exército., (...). [quando era um menino] ele serviu sob o comando de um distinto general e depois que ele mesmo se tornou um homem, ele mesmo comandou exércitos, (...). lutou nos campos de batalha contra inimigos nacionais de Roma. Ele travou mais lutas do que qualquer outro povo tenha lido sobre, (...) Ele não tem os anos necessários de serviço militar que o ensinassem. Suas instruções são suas próprias vitórias, seus triunfos” (X, 28); “da Espanha também temos testemunhos de suas vitórias, onde os inimigos de Roma instalados naquela terra que foram derrotados por Pompeu poderiam ser contados em números de multidões” (X, 30); “apenas o seu nome e reputação poderiam ser suficientes para defender os nossos aliados e finanças. Quando ele estiver comandando as operações, a frente dos exércitos, a salvação virá seguramente e sem dúvidas.” (XIV, 45);	Enaltecimento das vitórias militares e experiência bélica de Pompeu Magno, o que em última instância se traduzia na delegação de poderes políticos e militares especiais a ele.

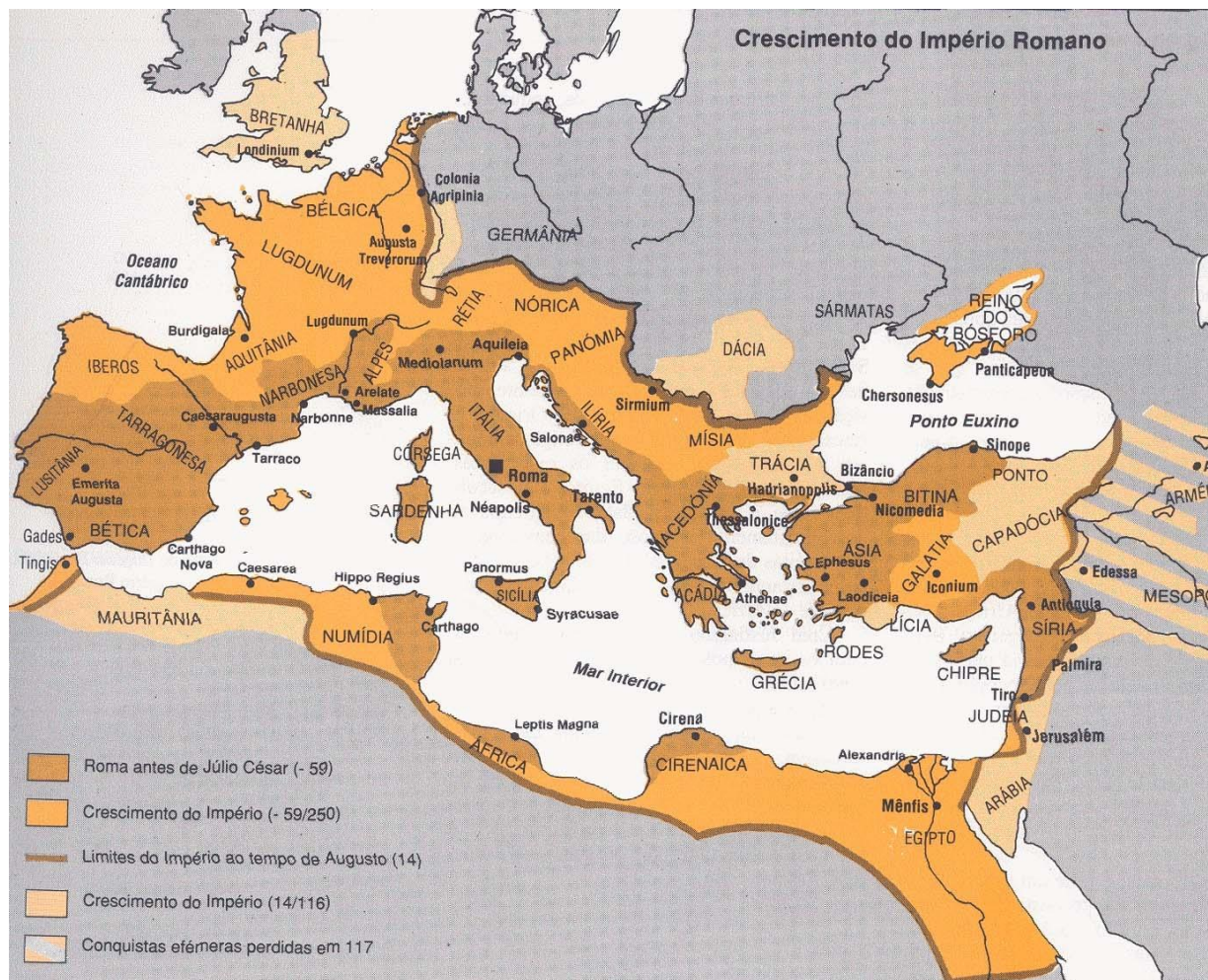
**Análise:**

Tendo em vista que os aspectos político e militar no Mundo Romano não se separavam, compreendemos a relação de implicação entre experiência militar e poder político presente no discurso ciceroniano. De acordo com o autor, a vasta experiência militar de Pompeu Magno, que possuía ainda tenra idade, era um motivo cabal para se delegar a ele poderes políticos e militares especiais, principalmente ao se tratar de episódios que colocassem o Império em risco, como era o caso da Guerra de Mitrídates e o conflito com os piratas. É notório que a vitória de Pompeu Magno sobre a Revolta de Sertório possui um lugar de destaque em meio a sua experiência e vitórias, as quais, segundo o autor em questão, ocorreram graças a algum desígnio especial dos deuses, desejosos de tais vitórias.

**ANEXOS**

Figura 1

## Mapa do Império Romano, durante a República Tardia



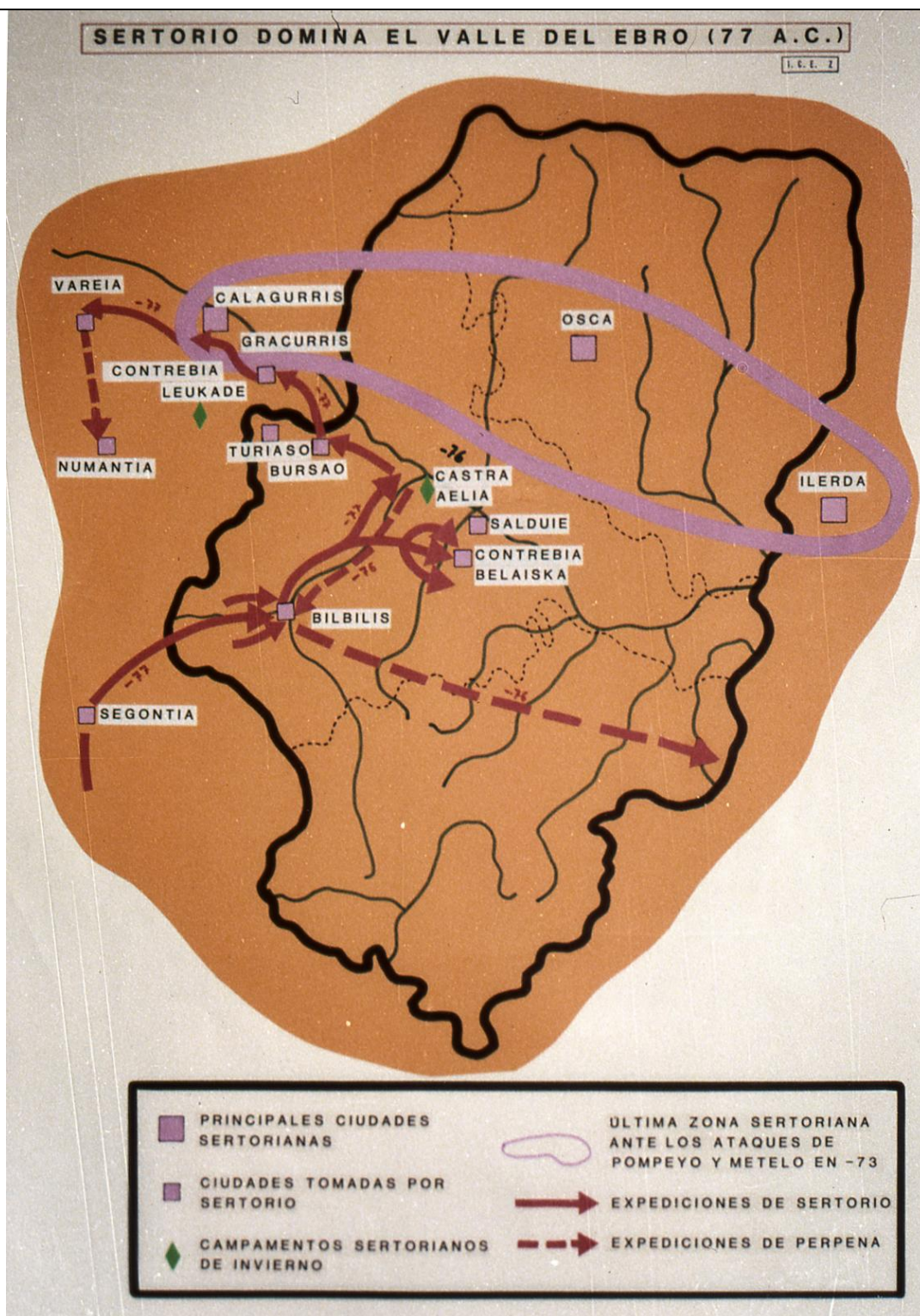
Fonte: [http://www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/acs\\_MA\\_4711.JPG](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/acs_MA_4711.JPG)

**Observações:** Destaque para a proximidade estratégica entre a Península Ibérica e o centro do Império: Roma.



Figura 2

## Mapa das ações de Sertório no Vale do Ebro



Fonte: <http://clio.rediris.es/n32/atlas/019.jpg>

**Observação:** destaque para as ações, ou melhor, manobras militares de Quinto Sertório, que tornaram a maior parte das Hispânicas em área de influência sertoriana em 76/75 a.C.